

VANESSA MOREIRA CORDEIRO

PAULO PIMENTEL: UM POLÍTICO DO SÉCULO XX E XXI

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, pelo curso de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Maria Tarcisa Silva Bega

CURITIBA

2005

AGRADECIMENTOS

Durante todo o processo de construção de uma investigação muitas pessoas se encontram presentes colaborando de várias maneiras para a conclusão “necessária e não ideal” da pesquisa, assim quero registrar aqui meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que participaram e contribuíram para essa empreitada.

Especificamente, algumas pessoas acompanharam e/ou tiveram um papel indispensável no decorrer desse trabalho. Dentre elas, agradeço primeiramente ao protagonista dessa dissertação, Dr. Paulo Pimentel, pois sem sua colaboração não teria sido possível a realização da pesquisa nos moldes em que foram executados.

Em seguida agradeço ao Sr. Nilson Ricetti Xavier de Nazareno, que devido as suas funções na Copel, pôde interceder junto à secretária de Paulo Pimentel e agendar um horário para mim. Essa época Pimentel era o presidente da Copel e, foi lá que ocorreu o primeiro encontro, no qual apresentei uma proposta de trabalho. Nilson Nazareno é pai de uma amiga – Louise – que me ofereceu esse auxílio a quem eu estendo esse agradecimento.

Agradeço a minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Maria Tarcisa Silva Bega, que mesmo diante de todas as responsabilidades assumidas, pois durante todo o período ocupou o cargo de vice-reitora da Universidade Federal do Paraná, foi uma orientadora como uma mãe austera, e que mesmo, estando ausente se fez presente. Por conhecer o percurso transcorrido, sabia claramente como deveria encaminhar “o filho para a vida”.

Agradeço ao Prof^o. Dr. Ricardo Costa de Oliveira, que prontamente aceitou o convite para a qualificação e após se manteve disposto a colaborar com a pesquisa, durante todo o tempo, até a participação na banca final. Mesmo diante das dificuldades presentes em sua agenda, por responder como chefe da Coordenadoria de Ciência e Tecnologia, na Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, além das outras atividades já executadas.

Ao Prof^o. Sérgio Soares Braga, agradeço por ter disponibilizado e emprestado todo o material (duas fitas com entrevistas, alguns folders e algumas reportagens de jornais e revistas) pesquisado por ele e utilizado na construção do verbete sobre

Paulo Pimentel para o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro publicado pela Fundação Getúlio Vargas. Sou grata também pela confiança previamente depositada e por permitir que eu ficasse com esse material durante todo o período da execução do trabalho.

Às minhas amigas agradeço pelos momentos partilhados durante essa jornada (que esta apenas começando!), pelo apoio e pela oportunidade das novas descobertas e entendimentos, tanto para o “mundo acadêmico”, quanto para o “mundo da vida”: Ana Paula Peters, Louise Ronconi de Nazareno, Míriam do Carmo Brunetta, Mônica Panis Kaseker e Silmara Quintino.

Em especial sou grata a Míriam, pelo apoio, pelas reflexões e discussões que efetuamos juntas desde a graduação, dividindo todas as vitórias e angústias. E também a Silmara, que mesmo tendo defendido sua dissertação no dia 07.11.05, dez dias depois encontrou forças para retornar a biblioteca comigo e me ceder dois dias intensos de pesquisa, quando precisei encontrar “agulhas em palheiros”.

Gostaria ainda de agradecer a todos os meus amigos, que me suportaram durante esse período, pela compreensão, apoio e carinho, e também aos amigos, em especial ao Alessandro Paixão, e colegas do mestrado pelos bons momentos compartilhados durante os créditos.

Agradeço a minha família, pelo amparo e compreensão pela ausência. Em especial sou grata a minha mãe, Rosane Ferreira Moreira, que por um período, “encontrou ânimo e tempo” após suas atividades profissionais, para transcrever 50% das fitas com as entrevistas e escrever o ABSTRACT dessa dissertação. E principalmente a minha avó Léa Martha Ferreira Moreira, pelo exemplo de mulher, pela compreensão, dedicação e acompanhamento detalhado de todos os passos dessa pesquisa.

Por último, mas não menos importante agradeço ao Rogerio Lemos, por ter sido o meu companheiro de todas as horas, pela paciência e pelo apoio incondicional.

RESUMO

Desde a década de 50, Paulo Pimentel têm atuado em vários campos do Paraná, especificamente o político, o econômico e o das comunicações. Paulo Pimentel é um paulista, nascido em Avaré-SP que se radicou no Paraná na década de 50, mudou-se da capital paulista para o município de Porecatu-PR para advogar na Usina Central do Paraná, empresa de propriedade familiar do setor sucroalcooleiro. Entender sociologicamente como se dá os meandros dessas relações no Estado do Paraná é o objetivo principal desta investigação. Para isso navegamos pela história paranaense desse período com o intuito de compreender a presença de Paulo Pimentel no campo político, assim como sua inserção na estrutura social. Procuramos também observar a sua trajetória biográfica a partir do *habitus* desse agente aliado a um conjunto de capitais, os quais o incluem em determinados espaços sociais. Para isso, nos orientamos teoricamente por meio das reflexões de Bourdieu sobre os conceitos de campo, Estado, trajetória, capital e *habitus*. Tratamos do conceito de memória proposto por Halbwachs e buscamos em Bourdieu referenciais sobre a construção de uma biografia sociológica, com o intuito de elaborar a trajetória política de Paulo Pimentel. Metodologicamente efetuamos uma pesquisa qualitativa, realizamos sete entrevistas com o biografado e utilizamos as técnicas de história de vida e história oral. Em seguida buscamos comparar os relatos aos registros históricos presentes em documentos oficiais, revistas, jornais e livros publicados desde a década de 60. Posteriormente operacionalizamos de forma descritiva os dados e em determinados momentos tecemos algumas análises, com vistas a enriquecer as reflexões acerca de nosso objeto de pesquisa.

Palavras-chave: Paulo Pimentel, trajetória, política, Paraná.

ABSTRACT

Since the decade of the 50s Paulo Pimentel has played his role in several fields of the state of Paraná, specifically political, economical and communication sectors. Paulo Pimentel is a Paulista who was born in Avaré, in the state of São Paulo. In the 1950s he settled down in Paraná, he moved from São Paulo, the capital of the state with the same name, to Porecatu, a town in the state of Paraná. He went to work as a lawyer at Usina Central do Paraná, an alcohol and sugar mill which was a family property enterprise. To understand sociologically how the meander of this relationship with the state of Paraná works out, is the principal aim of this investigation. We sailed through the Paranaense History of Paulo Pimentel lifetime, intending to understand his presence in the political field and his insertion in the social structure, as well. We also tried to understand his biographical trajectory according to his habitus, allied to the conjoint capital, which includes himself in determined social spaces. For all, we have been oriented through the theoretical reflections of Bourdieu about the concepts of field, State, trajectory, capital and habitus. We dealt with the concept of memory proposed by Halbwachs and in the references of Bourdieu, we searched how to build up a sociological biography, intending to elaborate the political trajectory of Paulo Pimentel. We realized seven interviews with the biographed man and we achieved the life story and oral story as methodological technique. Afterward we compared the narrations to the historical registrations presented on official documentations, newspapers, magazines and published books since the decade of the 1960s. Thereafter operated the data in a descriptive manner and in determined moments we interweaved some analysis, in view of enriching the reflections concerning of the object of our research.

Key-words: Paulo Pimentel, trajectory, politics, Paraná.

LISTA DE SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional ²
MDB – Movimento Democrático Brasileiro ²
MTR – Movimento Trabalhista Renovador ¹
PAN – Partido dos Aposentados da Nação (1998)*
PCB – Partido Comunista Brasileiro ⁰
PC do B – Partido Comunista do Brasil (1988)*
PDC – Partido Democrata Cristão ¹
PDS – Partido Democrático Social (1981)*
PDT – Partido Democrático Trabalhista (1981)*
PFL – Partido da Frente Liberal (1986)*
PHS – Partido Humanista da Solidariedade (1997)*
PL – Partido Liberal (1988)*
PL – Partido Libertador ¹
PMB – Partido Municipalista Brasileiro (1985)*
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro (1981)*
PMN – Partido da Mobilização Nacional (1990)*
PMR – Partido Municipalista Renovador (2005)*
PP – Partido Popular (1981)*
PP – Partido Progressista (1995)*
PPS – Partido Popular Socialista (1992)*
PR – Partido Republicano ¹
PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional (1990)*
PRP – Partido de Representação Popular ¹
PRP – Partido Republicano Progressista (1991)*
PRT – Partido Republicano Trabalhista ³
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (1997)*
PSB – Partido Socialista Brasileiro ¹ (1988)*
PSC – Partido Social Cristão (1990)*
PSD – Partido Social Democrático ¹
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira (1989)*

PSDC – Partido Social Democrata Cristão (1997)*
 PSL – Partido Social Liberal (1998)*
 PSOL – Partido Socialismo e Liberdade (2005)*
 PSP – Partido Social Progressista ¹
 PST – Partido Social Trabalhista ¹
 PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (1995)*
 PT – Partido dos Trabalhadores (1982)*
 PTB – Partido Trabalhista Brasileiro (1945/1965¹ e 1981*)
 PT do B – Partido Trabalhista do Brasil (1994)*
 PTC – Partido Trabalhista Cristão (1990)*
 PTN – Partido Trabalhista Nacional ¹ (1997)*
 PV – Partido Verde (1993)*
 UDN – União Democrática Nacional ¹

¹ Partidos presentes no Paraná na década de sessenta, no período anterior ao Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, o qual extingue o pluripartidarismo, impondo o bipartidarismo.

² Partidos instituídos a partir do AI-2, sendo um da situação (ARENA) e o outro de oposição controlada pelo governo (MBD).

³ Partido presente no Paraná desde 1945, sob o nome de Partido Republicano Democrático, o qual em 1948 altera o nome para Partido Republicano Trabalhista e em 1950 altera novamente o nome para Partido Rural Trabalhista (PRT). (IPARDES, 1989a, p. 03)

⁰ Esta sigla teve o registro cancelado em 1947; esta denominação passou a ser utilizada na clandestinidade a partir de 1961. (IPARDES, 1989a). Partido registrado legalmente no ano de 1996*.

* Partidos presentes no Paraná a partir do fim do bipartidarismo e data respectiva ao ano de Registro no Tribunal Superior Eleitoral, conforme dados disponíveis em: <<http://www.tre-pr.gov.br/download/partidos.htm>> Acesso em: 10 out. 2005. Destes partidos, não são mais encontrados o Partido Popular (PP) que se incorporou ao PMDB em 1982, o Partido Municipalista Brasileiro, e o Partido Democrático Social (PDS), que se desmembrou, formando o Partido da Frente Liberal (PFL).

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – SECRETARIAS DE ESTADO POR TITULARES E PERÍODO DE ATUAÇÃO.....	105
QUADRO 2 – AUTARQUIAS: RELAÇÃO DOS TÍTULARES – 1966-1971.....	108

SUMÁRIO

RESUMO	04
ABSTRACT	05
LISTA DE SIGLAS	06
LISTA DE QUADROS	08
INTRODUÇÃO	11
1 UMA BIOGRAFIA SOCIOLÓGICA	19
1.1 UMA BIOGRAFIA COMO TRAJETÓRIA SOCIAL.....	19
1.2 ESCLARECIMENTOS SOCIOLÓGICOS VINCULADOS AO BIOGRAFADO.....	23
1.3 AS FERRAMENTAS UTILIZADAS NESTA EDIFICAÇÃO.....	33
2 PAULO PIMENTEL: O INÍCIO DE UMA LONGA TRAJETÓRIA POLÍTICA	37
2.1 A FAMÍLIA.....	38
2.2 A MÃE: UMA MULHER ESPECIAL.....	40
2.3 INFÂNCIA E JUVENTUDE: AVARÉ E BOTUCATU.....	44
2.4 CHEGANDO À CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO E À FACULDADE.....	46
2.5 EM SÃO PAULO: PRIMEIRO EMPREGO E CASAMENTO.....	49
2.6 PORECATU NOS ANOS 50: A CHEGADA DE PAULO PIMENTEL.....	52
3 PARANÁ NOS ANOS 50 E 60: A CONVERSÃO DE PIMENTEL EM POLÍTICO	59
3.1 A VIDA EM PORECATU/PR E O PRIMEIRO CONTATO COM NEY BRAGA.....	63
3.2 O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO GOVERNO NEY BRAGA.....	66
3.3 QUADRO PARTIDÁRIO EM 1965: ANO DE CAMPANHA POLÍTICA.....	75
4 1966-1971: GOVERNANDO O PARANÁ	93
4.1 CONSTRUÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO.....	103
4.2 REPRESENTANTES: SECRETARIAS, AUTARQUIAS E CAPITAL DO ESTADO.....	113
5 GOVERNANDO O ESTADO E ADMINISTRANDO O CAMPO DA POLÍTICA	121
5.1 DEIXANDO O GOVERNO SEM DEIXAR SUCESSOR.....	135
6 TRAJETÓRIA POLÍTICA APÓS O MANDATO DE GOVERNADOR	144
6.1 PERSEGUIÇÃO E DECLÍNIO POLÍTICO.....	146
6.2 RETOMADA POLÍTICA: ANOS 80 ATÉ INÍCIO DOS 90.....	158
6.3 PAULO PIMENTEL NO SÉCULO XXI.....	175

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	188
ANEXO.....	196

INTRODUÇÃO

Diante de uma proposta de modernização do Paraná, contida no Projeto Paranaense de Desenvolvimento, priorizando investimentos na área de infraestrutura, direcionada principalmente para o setor de transportes e eletrificação com o intuito de promover a industrialização no Estado, aliado aos interesses centrais do governo federal, emerge em 1961, no cenário paranaense a figura de Paulo Pimentel.

Inicialmente Paulo Pimentel é apresentado ao Paraná como Secretário da Agricultura do governo de Ney Braga, o qual também tem como objetivo de sua administração a integração da região norte paranaense ao que é denominado à época de Paraná Tradicional, devido a algumas divergências entre estas regiões.

Ao ser inserido na política paranaense pelas mãos de Ney Braga como Secretário da Agricultura, Paulo Pimentel adquire visibilidade no Estado e se elege governador do Paraná para o pleito de 1965-1971, nas últimas eleições diretas realizadas após o Golpe de 1964. Perante este quadro, num primeiro momento, temos como proposta para este trabalho entender como este agente se sustenta no poder durante todo seu mandato, mesmo tendo rompido com seu patrono político, ou seja, Ney Braga.

Neste contexto a continuidade administrativa exercida por Pimentel em relação ao governo anterior se torna um aspecto relevante para esta pesquisa de tal modo que num primeiro momento foi pensado como cerne desse estudo, assim, primeiramente o projeto de pesquisa foi elaborado com essa perspectiva, voltado para o encaminhamento das políticas públicas desse período.

Tínhamos até então como base algumas características da administração pública dessa época, apontada por Maria Helena Oliva Augusto, corroborada por Francisco de Magalhães Filho, de que o governo era administrado via autarquias sancionadas na primeira metade da década de sessenta, com o intuito de agilizar a burocracia presente na administração pública, centralizando o planejamento e descentralizando a execução.

Todavia, a partir dessa proposta inicial surge também a seguinte pergunta em relação à figura de Paulo Pimentel: Como este indivíduo, originado do Estado de São Paulo, que chega ao Paraná em 1956, numa cidade pequena, situada no norte do Estado, chamada Porecatu, “nasce” no Paraná no início da década de sessenta atuando nos meandros políticos, e em seguida assume o governo do Estado aos trinta e sete anos? Nesse momento, esta questão suplanta a problemática anterior e, entender as condições sociais, intelectuais e a trajetória de Paulo Pimentel ganha corpo.

Em seguida nos deparamos com o fato de que passados quase cinqüenta anos, desde que Pimentel assumiu a Secretaria da Agricultura no Paraná, este agente continua presente e em atividade tanto no campo político, bem como no campo econômico e na área das comunicações. Em decorrência da questão colocada acima emerge a hipótese de que para Pimentel alçar tão rapidamente ao poder público e ser aceito nesses meandros não bastaria apenas o aval de seu sogro, como muitos alegavam, ele deveria ter pelo menos alguns tipos diferenciados de capitais.

Surge então uma nova pergunta, quais são as bases de sustentabilidade desse agente, que mesmo passando por um período de perseguição política na década de setenta, conseqüentemente a isso um declínio político, refletido também na esfera privada, conseguiu se reerguer e retomar suas atividades empresariais e políticas?

Assim, responder a essas inquietações caracteriza o objetivo central deste trabalho, para isso construiremos a trajetória política de Paulo Pimentel. Assim, ao apresentar esta trajetória, conseqüentemente, reconstituiremos parte da história política paranaense. Desse modo, esse agente, incorporado nas redes de relações dominantes, constitui peça de um quebra-cabeça maior, que é o Paraná.

Verifica-se ainda que a relevância de efetuar uma pesquisa acerca da trajetória de vida de um indivíduo, neste caso, se dá por dois fatores. O primeiro consiste na carência de pesquisas no âmbito da política paranaense. O segundo diz respeito ao fato de que nosso ator principal interfere e participa das decisões praticadas tanto na esfera pública quanto na privada, desse modo “influencia” e é “influenciado” em todo período de sua atuação política e empresarial.

A recomposição dos fatos históricos nesta empreitada é essencial para a análise científica. Dessa forma buscamos diversos dados a respeito do Estado do Paraná referente ao quadragenário que segue o ano de 1960. O conteúdo desse recorte histórico foi selecionado a partir das narrações de nosso protagonista, as quais foram confrontadas com documentos históricos oficiais e públicos, com o intuito de entender os aspectos mnemônicos, e também analisar a construção individual e a sua relação com a própria memória.

Ainda, dentre as análises sociais vistas nas várias teorias, desde os clássicos (Marx, Weber e Durkheim), os estruturalistas, o neofuncionalismo, bem como outras reflexões desenvolvidas, conduziremos esta investigação por meio da construção teórica elaborada por Pierre Bourdieu.

No que tange a “reconstituição” de um período histórico, segundo Bourdieu, deve-se ter certos cuidados, não devemos olhar para trás e transformar o fim de determinada parte da história em fim da ação histórica, ou ainda transformar a intenção objetiva vista no fim de uma batalha, por exemplo, em intenção subjetiva dos agentes, em estratégia consciente e calculada, mas que na verdade só houve sucesso devido ao desaparecimento do momento dos agentes.

Desta forma é preciso buscar compreender as diversas relações, o *habitus* e os campos em questão de forma objetiva, atualizando a história em consequência do *habitus*, como “produto de uma aquisição histórica que permite a apropriação do adquirido histórico” (BOURDIEU, 2002, p.83), refletindo sempre acerca de dois estados da história, ou do social, “a história no seu estado objectivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direito, etc., e a história no seu estado incorporado, que se tornou *habitus*.” (BOURDIEU, 2002, p. 82)

Outro elemento que não devemos perder de vista é o, também, apontado por Minayo (2000) de que “todas as teorias são construtos históricos”, desse modo, entendemos que é também o olhar do pesquisador para a história, bem como para o seu objeto de estudo, os teóricos e suas teorias, o qual envolve todo processo do conhecimento, e a maneira como iluminamos o passado e o presente a partir desse olhar, os quais darão alma e vida às pesquisas sociais. Essas reflexões podem ser compreendidas através da imagem do feixe de luz, descrita por Limoeiro Cardoso e demonstrada por Minayo em seu trabalho, que nos diz o seguinte:

O conhecimento se faz a custo de muitas tentativas e da incidência de muitos feixes de luz, multiplicando os pontos de vista diferentes. A incidência de um único feixe de luz não é suficiente para iluminar um objeto. O resultado dessa experiência só pode ser incompleto e imperfeito, dependendo da perspectiva em que a luz é irradiada e da sua intensidade. A incidência a partir de outros pontos de vista e de outras intensidades luminosas poderá formar um objeto inteiramente diverso, ou indicar dimensão inteiramente novas ao objeto. (MINAYO, 2000, p. 89)

Devemos ter em mente ainda que pensar a política paranaense abrange um espaço físico territorial, o qual é limitado por fronteiras dentro do território nacional, regulamentado por normas legais e denominado Estado do Paraná. Todavia não é este espaço fronteiriço que realmente nos interessa, apesar dele muitas vezes influenciar na percepção dos agentes e suas representações enquanto sentimento de pertencimento. O que nos instiga é a constituição simbólica e as lutas pelo poder que se dão no interior desses limites, e como seus agentes e grupos e as diversas categorias vistas e uma determinada “fronteira”, estão sendo operacionalizadas. Como vimos em Bourdieu,

o regionalismo (ou nacionalismo) é apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer colectivamente e em estado de organização, e em que esta em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas; ou, se se prefere, a conservação ou a transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas (objectivas ou intencionais) da identidade social. Nesta luta pelos critérios de avaliação legítima, os agentes empenham interesses poderosos, vitais por vezes, na medida em que é o valor da pessoa enquanto reduzido socialmente à sua identidade social que esta em jogo. (BOURDIEU, 2002, p. 124)

Assim, a reconstituição da trajetória social do biografado procura os mecanismos responsáveis pela sua ascensão social no campo político, assim como as marcas positivas e negativas de sua vida pessoal e pública. Para isso estaremos baseados nos conceitos de campo e de *habitus*, com o intuito de analisar a dinâmica dessa trajetória e compreender, através da aplicação desses conceitos, como ocorre sua inserção e sua circulação no interior dos campos.

Uma característica importante, que não podemos esquecer neste trabalho, diz respeito ao fato de que Paulo Pimentel não tem raízes tradicionais ou de origens paranaenses. Sendo assim, inicialmente sua figura é arraigada através da legitimação de seu sogro João Lunardelli, membro de importante família do norte

paranaense e do político Ney Braga, também representante de uma tradicional família do Paraná.

Para desenvolver esta pesquisa foram realizados oito encontros com Paulo Pimentel, no decorrer de nove meses. O primeiro encontro foi exclusivamente voltado para apresentar esta proposta de trabalho, a qual foi imediatamente aceita.

Isso foi uma surpresa, principalmente porque ao me atender pela primeira vez, a postura de Pimentel no decorrer de nossa conversa era a de quem não sabia de onde eu vinha, o que desejava e muito menos quem era. Por isso até hoje eu me questiono o porquê dele ter aceitado participar deste trabalho! Quem sabe um dia eu terei a resposta!

A surpresa do primeiro encontro acompanhou todo o processo como uma assombração, mesmo ao deixar claro qual era o meu objetivo e quanto tempo eu iria precisar para as entrevistas ele não hesitou em concordar, sem solicitar nenhum tipo de documento institucional da UFPR, ou outro qualquer, para comprovar a veracidade do que eu dizia. Certamente em algum momento ele deve ter buscado essas informações, entre outras, deve ter “levantado minha ficha!”. Em seu lugar, eu com certeza teria procedido dessa maneira, por uma questão de prevenção devido a posição em que ele se encontra inserido na estrutura.

Com o fim desse encontro, muitas perguntas me perturbavam/perturbam e ao mesmo tempo tudo parecia um sonho, pois eu estava certa de que iria ouvir um “não” dado com muita delicadeza e classe. Só poderia acreditar que daria certo quando iniciasse de fato as entrevistas, que em princípio seriam após quinze dias. A primeira entrevista na verdade só ocorreu após vinte e cinco dias transcorridos o primeiro encontro, e eu à época tinha certeza que ela não ocorreria nunca. Hoje ao olhar para trás e analisar todo o processo vejo que realmente esse período foi curtíssimo.

O processo das entrevistas parecia infinito, foi muito desgastante e o tempo todo marcado por uma relação paradoxal, de um lado havia a ansiedade pelo próximo encontro, no qual eu teria novamente a oportunidade de conversar com ele, vivenciando aqueles momentos ricos e agradáveis, nos quais aprendi muito e que constituíram a base deste trabalho. Por outro lado, existia a tensão até o próximo encontro, pois eu não sabia se este iria acontecer ou não, não havia nenhum tipo de vínculo em nossa relação que me desse segurança. A pergunta que me assombrava

não era “por que ele aceitou?”, mas sim “por que ele aceitou comigo, uma pessoa que ele nunca viu? Uma estranha!”, com tantas pessoas que ele podia recorrer para fazer um trabalho desse teor, ou muito melhor, pela perspectiva dele. Essa angústia esteve presente durante todo o processo, obviamente interferiu na composição de toda a pesquisa, inclusive pelo fato de eu não ter em mãos todo o material necessário para poder analisá-lo e em seguida estruturá-lo de uma forma coerente.

Em decorrência disso a estruturação e reestruturação acontecia muitas vezes e muito rápido, isso em muitos momentos impedia o prosseguimento da investigação, ao mesmo tempo em que deixava a sensação de que eu estava lendo e escrevendo sem propósito, e realmente algumas produções foram abandonadas.

Ao final da primeira entrevista, quando fui marcar a próxima, recebi a notícia de que só seria atendida após o dia 25 de janeiro de 2005, que deveria entrar em contato via telefone nesse dia. Unida à habitual agenda lotada, que devido aos compromissos, Paulo Pimentel obrigava-se manter, outros fatores estavam presentes: era final de ano – Natal e Ano Novo, e em seguida Pimentel tiraria férias.

Como se esse intervalo de tempo não fosse o suficiente para dificultar o agendamento de um novo horário, dia vinte de janeiro vejo nos jornais a seguinte notícia: “Paulo Pimentel pediu afastamento da presidência da Copel para se dedicar integralmente à administração do seu grupo empresarial. No dia 01 de fevereiro quem será eleito e empossado pelo Conselho de Administração da Copel e assumirá a presidência é o administrador e economista Rubens Ghilardi, que atualmente acumula as atribuições de diretor de Distribuição e de Finanças e Relações com Investidores da Copel.”¹ Novamente parecia que estava sonhando, mas agora com a certeza de que era o fim.

Todavia, no dia seguinte liguei para a então secretária de Pimentel na Copel, e ela me encaminhou para a Luciane, secretária dele no Grupo Paulo Pimentel, e aí teve início uma nova maratona, até conseguir o próximo encontro. Com a saída de Pimentel da Copel, percebi que sua tumultuada agenda ficou bastante calma e suas viagens foram consideravelmente reduzidas. Para mim isso foi positivo, pois mesmo com as dificuldades enfrentadas em relação à “nova agenda”, esse fato contribuiu

¹ PARANÁ ON-LINE. Rubens Ghilardi será o novo presidente da Copel. Curitiba, 20 jan. 2005. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/noticias/index.php?op=ver&ano=2005&id=124984&caderno=17>> Acesso: 10 jun. 2005.

para que eu conseguisse concluir as entrevistas dentro de um prazo “apertado”, mas “adequado”.

Apesar de todas as dificuldades nossos encontros foram muito agradáveis e a conversa parecia fluir naturalmente, embora tivesse em mente, o roteiro que conduziria a entrevista do dia. Paulo Pimentel foi muito atencioso, colaborou com alguns materiais para a pesquisa, mostrou muitas fotos. No entanto, eu gostaria de ter tido acesso a muitas outras fontes situadas num arquivo particular, com revistas, reportagens, em fim, documentos sobre a vida dele, localizado no próprio prédio do Grupo Paulo Pimentel. Isso teria sido muito rico, além do prazer de ter podido manusear esses papéis, os quais ele me mostrou, mas não pude analisar.

O fato de eu ser alguém “distante”, unida à posição que ele se encontra inserido na estrutura, dificultou e impediu a construção de uma relação de confiança/proximidade, pois de um lado esse processo é longo e de outro o tempo cedido era pequeno para tal procedimento, e quando poderia ter começado essa proximidade, os encontros terminaram.

Complementando as fontes pesquisadas para compor a biografia de Paulo Pimentel, também tive como base alguns documentos fornecidos pelo Professor Dr. Sergio Soares Braga, assim como suas pesquisas acerca deste político.

Ao estruturar a pesquisa foi feita a opção pela descrição de breves biografias, em notas de rodapé, de alguns agentes do campo político paranaense presentes desde a década de sessenta. O parâmetro principal de seleção desses personagens foi o acesso aos dados no decorrer da pesquisa efetuada nos vários locais que se encontram arquivados documentos paranaenses. Esse conteúdo permite ao leitor visualizar de modo mais preciso como esses personagens estão inseridos no interior dos campos e, como estão operacionalizando as relações e inter-relações no jogo político.

Por fim, com o intuito de organizar dividimos este trabalho em cinco capítulos correlatos. No primeiro capítulo tratamos as questões teóricas e metodológicas que fundamentam nossa investigação. Todavia, estas questões acompanharam de forma particular cada capítulo, ora convergindo com a pesquisa, ora mantendo sua especificidade e relevância para cada momento proposto.

No segundo capítulo, tivemos como objetivo reconstituir a história de vida de Paulo Pimentel, até sua chegada ao Paraná.

Quanto ao terceiro capítulo, neste descrevemos e analisamos a trajetória de Paulo Pimentel em relação a sua entrada na vida pública, via Secretaria de Estado de Agricultura, no campo político e todo o seu percurso durante a campanha eleitoral do ano de 1965, na qual obteve vitória, assumindo então como governador do Paraná. Esse período como governador, no que tange a administração pública e sua relação com as diversas secretarias e autarquias, é a discussão presente no quarto capítulo.

No quinto capítulo verifica-se o debate, enquanto governador, acerca dos relacionamentos entre os pares políticos, no interior do campo, os quais são permeados por conflitos. Por fim, no sexto e último capítulo, verifica-se a continuidade da reflexão do capítulo anterior, mas após o mandato de governador. Assim, apresentamos os altos e baixos presentes na trajetória política de Paulo Pimentel da década de 1970 até o início dos anos 2000.

A redação da pesquisa foi constituída a partir das entrevistas realizadas com Paulo Pimentel e outras fontes de dados, tais como livros, dissertações, relatórios e diversos documentos disponíveis nas seguintes instituições: Biblioteca Pública do Paraná, Biblioteca do IPARDES, Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, Departamento Estadual de Arquivo Público, e Biblioteca da Secretaria do Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

1 UMA BIOGRAFIA SOCIOLOGICA

Para iluminar nosso projeto e entender sociologicamente a vida de um sujeito em movimento no interior dos diversos campos, requer uma reflexão acerca das questões teóricas que permeiam este estudo.

Conscientes do leque das teorias presente nas ciências humanas para tal discussão, propomos neste capítulo apresentar os conceitos indispensáveis selecionados para nossa reflexão e análise neste trabalho. Em seguida, discorreremos sobre a metodologia empregada para estruturar nosso objeto de investigação.

1.1 UMA BIOGRAFIA COMO TRAJETÓRIA SOCIAL

Ao pensarmos numa biografia qualquer, automaticamente relacionamos esta palavra com uma narrativa sobre a vida de uma pessoa. E de fato uma biografia não deixa de ser isto, mas existem formas diferenciadas de elaborar este “relato”.

Inicialmente produzir uma biografia era algo que pertencia ao campo literário, e muitas vezes este exercício era feito de forma romanceada. Num outro momento o historiador se envolveu nesta empreitada, dando um outro caráter a biografia, a qual passou a ter o dever de ser uma história de vida exata, baseada em documentos e com uma descrição inteligível dos fatos referentes à vida de um indivíduo.

Outras formas correlatas de biografia também são vistas nesta seara, tais como a autobiografia, as memórias, os diários e as cartas. Neste território situam-se nomes como os de Rousseau, Benjamin Constant, Baudelaire, Victor Hugo, Charles Du Bos, Dostoevski, Joaquim Nabuco, Graciliano Ramos e Humberto de Campos. Uma biografia pode envolver também a construção de uma imagem apologética em relação ao biografado, e sempre exaltar somente o caráter positivo durante a vida de um sujeito.

Neste contexto, não se pretende elaborar uma biografia nos moldes citados acima, mas sim uma obra individual ou biografia de caráter sociológico, de um político e um empresário chamado Paulo Cruz Pimentel.

Nessa proposta, ao pensar a história de uma vida, esta pode ser entendida através daquilo que Bourdieu denomina de pensar relacionalmente, ou seja, construir um sistema de relações que deve ser colocado à prova, interrogando sistematicamente casos particulares, com o intento de localizar as propriedades gerais ou invariantes. Logo, não se deve pensar a história de uma vida como um trajeto ou um percurso linear e unidirecional com um começo, um meio (onde o biografado sempre obtém sucesso!) e um fim; muito menos se deve criar uma história de vida com base em certos acontecimentos significativos justificando sua existência produzindo uma interpretação artificial de sentido, construindo então uma “nova” vida para o biografado.

Para encaminhar uma pesquisa nestes moldes com austeridade “é preciso situar o *corpus* assim constituído no interior do campo ideológico de que faz parte, [...], é necessário determinar previamente as funções de que se reveste este *corpus* no sistema das relações de concorrência e de conflito entre grupos situados em posições diferentes no interior de um campo [...] que, por sua vez, também ocupa uma dada posição no campo de poder.” (BOURDIEU, 1992, p.186)

Diante desta proposição biográfica verificam-se diversos trabalhos na área da sociologia. Estes abrangem biografados de vários segmentos sociais, tais como literatos, religiosos, artistas, políticos, intelectuais, etc. Outros trabalhos, ainda dentro desta lógica relacional, constroem uma rede de relações que suporta um conjunto de biografados interdependentes. Esta é a proposta dos sociólogos Sergio Miceli e Maria Tarcisa Silva Bega.

Miceli analisa a trajetória dos intelectuais brasileiros no período de 1889 a 1930, para isso ele classifica estes intelectuais a partir da construção de quadros com várias categorias referentes às características dos letrados. Nesta investigação Miceli identifica esses intelectuais dentro de um campo simbólico e constrói suas hipóteses a partir deste campo, o qual acomoda esses intelectuais por razões específicas, isto é, “o ingresso nas carreiras intelectuais associa-se de um lado, à posse de trunfos que resultam da posição na fratria ou na linhagem e, de outro, aos efeitos que provocam *handicaps* sociais, biológicos, ou, então, estigmas corporais.”

(MICELI, 2001, p. 22) Este autor aplica esta metodologia numa outra pesquisa, quando analisa os intelectuais do período de 1920 a 1945, mostrando a relação destes com a política dominante. Por meio desta metodologia é possível analisar e construir biografias, assim como manifestar as determinações positivas e as negativas das trajetórias de um sujeito, como o faz Miceli, em relação a todos os intelectuais, com o intuito de apreender as disposições que respondem pela ascensão social e migração ao campo cultural.

No que diz respeito à Bega, esta autora pesquisa o campo brasileiro dos literatos no período em torno de 1880 e 1920, analisando o Movimento Simbolista no Paraná, entendido como um componente do pólo dominado no interior deste campo, pelo fato de não participarem das decisões literárias efetuadas pelos parnasianos do Rio de Janeiro. Bega discute articuladamente a trajetória social e política aliada às obras mais representativas de um grupo geracional composto por 20 poetas e prosadores. Neste universo estão presentes poetas como: Rocha Pombo, Emiliano Pernetta, Dario Vellozo, Silveira Neto, Nestor de Castro e Romário Martins, entretanto a maior parte dos biografados é pouco conhecida.

Com o intuito de construir a biografia de Paulo Pimentel diante de uma perspectiva sociológica, devemos ter sempre em mente que é impossível analisar uma vida como uma série única e auto-suficiente, desmembrada de outros vínculos e ligações, principalmente, como adverte Bourdieu, se considerar somente o nome próprio do sujeito como constante. Devemos estar cientes de que:

Os acontecimentos biográficos definem-se antes como alocações e como deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado. [...] não podemos compreender uma trajetória (ou seja, o envelhecimento social que, ainda que inevitavelmente o acompanhe, é independente do envelhecimento biológico), a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou; logo, o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes do campo – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontaram no mesmo espaço de possíveis. Essa construção prévia é também condição de qualquer avaliação rigorosa do que poderíamos chamar de superfície social, como descrição rigorosa da personalidade designada pelo nome próprio, em um momento dado do tempo, por uma individualidade biológica socialmente instituída, que age como um suporte de um conjunto de atributos e de atribuições que permitem sua intervenção como agente eficiente nos diferentes campos. (BOURDIEU, 1996a, p. 82)

Com relação ao nome próprio do sujeito, apontado por Bordieu, segundo o autor, este fixa uma identidade social resistente que assegura a intervenção do agente em todas as suas histórias de vida possíveis. Assim, no nosso caso, o nome próprio Paulo Cruz Pimentel, unido à individualidade biológica e que representa uma forma socialmente estabelecida, é o que mantém uma permanência através do tempo e o todo dos vários e diferentes agentes nos espaços sociais em relação a esse nome. Assim, é possível localizar essa individualidade nos diferentes campos, tais como o empresário, o dono da empresas de comunicação, o político, o deputado, etc.

Portanto o nome próprio de cada agente pode ser visto como uma instituição que mesmo sujeita as variações de local e as diversas mudanças biológicas e sociais garante a identidade ao indivíduo, com o “sentido de identidade a si mesmo.” Esta identidade é autenticada através da assinatura do indivíduo, a qual é “a condição jurídica de transferência de um a outro campo, isto é, de um a outro agente, das propriedades vinculadas ao mesmo indivíduo instituído.” (BOURDIEU, 1996a, p. 78)

Neste contexto o nome próprio do sujeito pode indicar deveres, por exemplo, como nome de família, pelo fato de que o nome próprio é sempre “o atestado visível da identidade de seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas manifestações sucessivas e da possibilidade, socialmente reconhecida, de totalizar essas manifestações em registros oficiais, [...] que constituem a vida como uma totalidade finita por meio do veredito dado sobre um balanço provisório ou definitivo.”(BOURDIEU, 1996a, p. 78)

Nesta biografia, para iluminar a relação entre Paulo Pimentel, seu *habitus*, e as forças de um campo o faremos por meio da construção da trajetória deste agente singular. Deste modo nos apropriaremos do conceito bourdiano de trajetória social significado como “[...] a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos do campo.” (BOURDIEU, 1996a, p.71 e 81; e, BOURDIEU, 1996b, p. 292)

Contudo, entendemos que os vários acontecimentos vivenciados por um agente estão relacionados aos percursos efetuados no interior da estrutura de um ou mais campos e relacionados aos diferentes tipos de capital distribuídos no campo assim como os pertencentes a este sujeito. Percebe-se então uma “correspondência

entre a hierarquia de posições e a hierarquia das origens sociais, logo, de disposições associadas.” (BOURDIEU, 1996a, p.72)

Ainda, de acordo com este autor:

Toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus*: cada deslocamento para uma nova posição, enquanto implica a exclusão de um conjunto mais ou menos vasto de posições substituíveis e, com isso, um fechamento irreversível do leque dos possíveis inicialmente compatíveis, marca uma etapa de envelhecimento social que se poderia medir pelo número dessas alternativas decisivas, bifurcações da árvore com incontáveis galhos mortos que representam à história de uma vida. (BOURDIEU, 1996b, p. 292)

Portanto reconstituir a trajetória de um agente social é também analisar como este sujeito constrói determinados objetivos em relação a sua capacidade perceptiva e o seu *modus operandi* arraigado em seu *habitus* e em seu saber/conhecer correlacionado as possibilidades de fato disponíveis para alcançar tal objetivo.

1.2 ESCLARECIMENTOS SOCIOLÓGICOS VINCULADOS AO BIOGRAFADO

Com o intuito de concretizar esta pesquisa com a devida coerência discorreremos sobre algumas definições indispensáveis para entender as marcas fixadas no caminho percorrido pelo protagonista deste trabalho. Desta maneira, seguindo a ordem em que foram desenvolvidas nesta seção, as categorias referenciadas são: a de campo, a de *habitus*, e a de memória. Com relação aos conceitos de campo e de *habitus* construídos por Bourdieu, estes, foram lapidados a partir de análises minuciosas em teorias de diferentes cientistas sociais.

O campo, segundo o autor, é um espaço estruturado de relações, onde as condições objetivas e as práticas sociais se manifestam. É também o lugar das relações de força e de lutas que visam transformar ou conservar a estrutura deste espaço, e “essas lutas possuem alvos específicos e o poder e o prestígio que elas perseguem são de um tipo particular” (BOURDIEU, 1990, p.172) em cada campo. Encontram-se no campo, de um lado os dominantes com práticas ortodoxas, que pretendem conservar as posições e de outro os dominados, com práticas

heterodoxas que contrariam as posturas dominantes, apesar destes muitas vezes apenas reforçarem a ordem do campo.

Outro aspecto que deve ser refletido acerca deste conceito refere-se ao limite do campo na prática, trabalhado pelo autor com a seguinte perspectiva: “o limite de um campo é o limite dos seus efeitos ou, em outro sentido, um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz.” (BOURDIEU, 2002, p. 31) Sendo assim, os limites de um campo estão localizados no ponto onde param ou são interrompidos os efeitos do referido campo.

Destaca-se também no interior de cada campo um capital social específico. Todavia alguns tipos de capitais estão presentes em vários campos, hierarquizados de modo diferente, assim o valor relativo de um capital pode ser variável entre os campos, e também de acordo com os estados sucessivos de um mesmo campo.

Para Bourdieu, as noções de capital e de campo são interdependentes, pois “no trabalho empírico, trata-se de uma só e a mesma coisa determinar o que é o campo, quais são os limites, e determinar que espécies de capital estão em ação, em que limites exercem os seus efeitos, etc.” (BOURDIEU, 1992a, p. 75)

Segundo Bourdieu, os capitais encontrados num agente, ou num grupo de agentes, são de várias ordens, podendo ele ser visto em forma de propriedades materiais, o chamado capital econômico; num estado incorporado, como é o caso do capital cultural; como capital social, o qual envolve as relações sociais de um agente desde seu nascimento, a gestão dessas relações no decorrer da vida, assim como a expansão das relações no interior dos campos; e ainda, o capital simbólico, que pode ser visto no momento da percepção e do reconhecimento legítimo do outro em relação as diferentes espécies de capital, este capital é aquilo que chamamos de prestígio, reputação, fama, etc. (BOURDIEU, 2002, p. 134-136)

A aquisição destes capitais, assim como sua manipulação no decorrer da vida de Paulo Pimentel será trabalhada por nós para entender este agente no interior dos campos político e econômico. O campo econômico se refere aos bens materiais acumulados, neste caso herdado da família, a qual sempre pôde mantê-lo com uma vida estruturada, confortável, e sem dificuldades financeiras, e também os adquiridos, tais como as empresas da área de comunicações pertencentes a ele desde a década de 1960.

Quanto ao campo político, no qual nosso objeto de estudo se insere e é inserido no início da década de 1960, este espaço é ao mesmo tempo um campo de forças e de lutas, e seu objetivo é transformar a relação das forças que estruturam em dado momento este campo. Esta “instabilidade” do campo político é clara no Paraná desde a década de 1940, como veremos adiante, nos capítulos seguintes, devido as constantes alternâncias de dois grupos no comando do governo do Estado.

No que diz respeito à reflexão acerca de um conceito de Estado, para fins deste estudo, se faz necessário compreender a lógica das estruturas dos campos em relação a uma estrutura que demonstre “correspondência” e “autonomia” perante as relações sociais, portanto entre agentes e/ou grupos deles. A autonomia dos agentes sociais não está dissociada da sua correspondência com as estruturas, as quais muitas vezes estão sobrepostas umas as outras e em outros momentos estão em interdependência.

Uma dessas estruturas é o Estado que na concepção bourdiana, é entendido como:

Um conjunto de campos burocráticos ou administrativos (eles assumem muitas vezes a forma concreta de comissões) no interior dos quais agentes e grupos de agentes, governamentais ou não-governamentais lutam em pessoa ou por procuração para esta forma particular de poder que é o poder de regular uma esfera particular de práticas (como, por exemplo, a produção de casas individuais ou de habitações coletivas) por leis, regulamentos, medidas administrativas (subvenções, autorizações, etc.), em resumo, tudo aquilo que se põe sob o nome de política. O Estado seria assim, se quisermos guardar a todo preço esta designação, um conjunto de campos de forças onde se desenrolam lutas que têm por embate(disputa) [...] o poder de constituir e de impor como universal e universalmente aplicável numa instância de uma nação, isto é, nos limites das fronteiras de um país, um conjunto comum de normas coercitivas. (BOURDIEU, 1992, p. 86-87)

Ao concebermos a estrutura estatal também como o campo de possibilidades e o espaço onde ocorrem as lutas “pelo monopólio da violência simbólica legítima”, compreendemos as lutas entre os agentes ou grupos deles no jogo que ocorre no campo político com vistas a intervir nesse espaço estruturado/estruturante do poder estatal.

A utilização deste conceito nos permite observar relações e inter-relações que ocorrem no campo e inter-campos. Estas podem ocorrer de maneira que ambos agentes e/ou grupos de agentes estejam ocupando o mesmo espaço no patamar dos dominantes em determinado momento do jogo político.

A luta pela busca de reconhecimento entre os pares que estão disputando um lugar na estrutura estatal fica cada vez mais acirrada e interdependente na medida em que cresce a tensão entre os dominantes do campo político, pois a lógica deste campo de lutas é definida pelo *habitus* do campo e pelos capitais que cada ocupante da estrutura do campo possui.

Este aspecto é claro e constante nas lutas pelo espaço dominante no interior de um mesmo campo entre os agentes Paulo Pimentel e Ney Braga, os quais disputam a hegemonia na política paranaense desde meados da década de sessenta até a década de oitenta.

O Estado é também aquele espaço construtor e legitimador de relações sociais. Posto dessa forma, é o espaço de tomada de decisões, onde se constroem as perspectivas e os projetos de atuação para todas as esferas e campos sociais, através de leis e normas. Por ser o espaço institucionalizado, permite refletir e emergir determinados agentes em relação a outros.

Portanto, o interesse, não dissociado do desejo do agente de ser portador desse poder institucionalizado/institucionalizador, faz com que as disposições no momento do jogo político – principalmente nos de processo eleitoral – estejam em constante tensão a partir das perspectivas e trunfos de cada jogador e das coisas em jogo.

O fato é que no interior do campo político se perpetua a relação entre dominantes e dominados. Isso gera as disputas entre os partidos e, por decorrência, nesse ambiente também são formulados os produtos políticos (problemas, programas, marketing, análises, etc.), visando cooptar consumidores objetivando o êxito no momento da eleição. É nessa lógica que Pimentel conduz sua campanha na candidatura para o governo do Estado e na vitória nas eleições de 1965.

Portanto verifica-se que o campo político é também o de possibilidades estratégicas e de tomadas de posição conscientes com sentido aos fins desejados naquele momento, porém não podemos esquecer que a “divisão do trabalho político varia em função do [...] capital econômico e cultural acumulado numa formação social determinada e também em função da estrutura” (BOURDIEU, 2002, p.164-165)

Limitar o universo tanto do discurso político, quanto daquilo que é pensável politicamente são características inerentes ao campo político, pois a manifestação pública “constitui por si um acto de instituição e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação.” (BOURDIEU, 2002, p. 165)

Este aspecto do campo político está ligado aos interesses dos profissionais desta área relacionado aos seus consumidores “que estão tanto mais condenados à fidelidade indiscutida às marcas conhecidas e à delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão de competência social para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou actos políticos.” (BOURDIEU, 2002, p. 166)

Deste modo, as regras presentes no interior do campo político devem ser conhecidas pelos seus participantes, os quais devem ainda aplicar estes saberes e competências na prática, pois no jogo político deve-se saber jogar.

Um novo participante, ao adentrar o espaço político deverá aprender a se movimentar neste jogo com regras já determinadas e existentes, assim deverá atuar como um colaborador dos profissionais que já estavam presentes neste campo. Este processo é o de reprodução do jogo, onde a luta que opõem os participantes é uma luta simbólica pela conservação ou transformação do campo e pelo poder sobre os poderes públicos. E ao colaborar com outros profissionais ou acatar os encaminhamentos dos líderes, os agentes deste campo estão defendendo seus próprios interesses.

Portanto neste jogo apresentado por Bourdieu, de um lado estão os políticos que disputam entre si os espaços no interior da estrutura, ao mesmo tempo em que podem ser aliados, e do outro estão os cidadãos. A permanência desta relação deve ser entendida de modo relacional, pois “a produção de tomadas de posição depende do sistema das tomadas de posição propostas em concorrência pelo conjunto dos partidos antagonistas.” (BOURDIEU, 2002, p. 178).

Na lógica da luta interna do campo se faz necessário fora do campo o reconhecimento e o apoio do maior número de pessoas possível. Para isso os profissionais deste campo, os quais possuem diferentes *habitus* e interesses, tentam mobilizar o maior número de cidadãos e lutam para obter legalmente o direito de falar e agir em nome destes. Em decorrência dessa força é legitimado o discurso no campo político.

Este discurso na política tem o objetivo revelador da capacidade do político em realizar uma determinada ação. Diante desta explanação, deve-se ter em mente que “em política, <dizer é fazer>, quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz e, em particular, dar a conhecer e fazer reconhecer os princípios de di-visão do mundo social, as palavras de ordem que produzem a sua própria verificação ao produzirem grupos e, deste modo, uma ordem social.” (BOURDIEU, 2002, p. 185)

Neste contexto Bourdieu compara o campo político com o científico e aponta a principal diferença entre o primeiro, no qual predomina a força do reconhecimento por um grupo do discurso privilegiado por outro, e, o segundo, onde prevalece à força da verdade. Assim no campo político “a verdade da promessa ou do prognóstico depende da veracidade e também da autoridade daquele que os pronuncia, quer dizer, da sua capacidade de fazer crer na sua veracidade e na sua autoridade [...] a verdade política, depende da acção dos responsáveis políticos e das massas. (BOURDIEU, 2002, p.186)

A credibilidade do político baseada na crença e no reconhecimento possibilita o entendimento do capital político como um modo de capital simbólico. Neste capital consiste a força do homem político depositada pela confiança de um grupo em relação a este homem, que busca constantemente conservar este crédito, assim, “o poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce [...] É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. Como o campeão divino ou humano que, [...] tem a necessidade que se creia nele, [...] com a condição de ele espalhar os seus benefícios sobre os que assim o apoiaram.” (BOURDIEU, 2002, p. 188)

Dois tipos de capital político são identificados por Bourdieu, o primeiro diz respeito ao capital pessoal, que pode estar ligado a um capital de notável, isto é, à quantidade de qualidades específicas do político que mantém uma “boa reputação”, acumuladas ao longo do tempo, e, é “frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, um domínio profissional da eloquência.” (BOURDIEU, 2002, p. 191) Ou a um capital pessoal chamado heróico ou profético, exteriorizado por um político com sucesso em momentos de crise quando as instituições estão ausentes e caladas. Bourdieu relaciona este tipo de

capital ao conceito de poder carismático refletido por Weber.

O segundo tipo é o capital institucional, transmitido por uma autoridade, neste caso política, por exemplo, um partido ao eleger um candidato. Este capital é “produto da transferência limitada e provisória de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela.” (BOURDIEU, 2002, p. 191)

A participação no campo político requer um modo de ação e de pensamento entendida por Bourdieu como o *habitus* do político, assim:

[...] o *habitus* do político supõe uma preparação especial. É em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o corpus de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do tribuno, indispensável nas relações com os profanos, ou a do debater, necessárias nas relações entre profissionais. Mas é também e sobretudo esta espécie de iniciação, com as suas provas e os seus ritos de passagem, que tendem a inculcar o domínio prático da lógica imanente do campo político e a impor uma submissão de facto aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controlos no seio de cada partido. (BOURDIEU, 2002, p. 169)

A partir desta explicação sobre o *habitus* do político se faz necessário compreender o que é a noção de *habitus*, definido por Bourdieu como o “sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes.” (BOURDIEU, 1992, p.191)

O conceito de *habitus* permite entender os agentes em ação no campo. Os indivíduos presentes em um campo detêm um saber específico das leis de funcionamento em relação a este campo, este saber prático é o “*habitus* adquirido pela socialização previa e/ou por aquela que é praticada no próprio campo.” (BOURDIEU, 1996a, p. 159)

A partir da socialização e da internalização de um *habitus* interiorizamos uma lei estrutural. Deste modo muitas vezes podemos parecer ausentes de uma prática própria, simplesmente cumprindo as exigências da estrutura num movimento espontâneo e existencial. Mesmo este aspecto diz respeito a:

[...] uma ação histórica, realizada por agentes de verdade (e não simples “suportes” da estrutura), que, até no caso limite das sociedades que obedecem a lógica da “reprodução

simples”, é necessária para reproduzir a estrutura, reativando-a continuamente. Em resumo, podemos excluir os “sujeitos” (sempre possíveis, mas como uma espécie de limite ideal) da tradição das filosofias da consciência, sem anular, em proveito de uma estrutura hipostasiada, os agentes que, apesar de serem produtos da estrutura, criam e recriam a estrutura constantemente e podem, até, sob certas condições estruturais, transformá-la mais ou menos radicalmente. (BOURDIEU, 1996a, p. 161)

Segundo Bourdieu “os agentes [...] certamente constroem sua visão de mundo. Mas essa construção é operada sob coações estruturais. E pode-se inclusive explicar em termos sociológicos aquilo que aparece como uma propriedade universal da experiência humana.” (BOURDIEU, 1990, p.157)

O *habitus* é um princípio gerador das praticas de um indivíduo e a forma como é operacionalizado nos demonstra a posição social em que foi construído, em conseqüência “produz praticas e representações que estão disponíveis para a classificação [...]; mas elas só são imediatamente percebidas enquanto tal por agentes que possuam o código, os esquemas classificatórios necessários para compreender-lhes o sentido social.” (BOURDIEU, 1990, p.158)

Essas práticas e as propriedades, segundo Bourdieu, “constituem uma expressão sistemática das condições de existência (aquilo que chamamos estilo de vida) porque são o produto do mesmo operador prático, o *habitus*, sistema de disposições duráveis e transponíveis que exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é o produto.” (BOURDIEU, 1983, p.82)

Neste contexto pretendemos demonstrar como foi construído, desde o nascimento o *habitus* de nosso protagonista Paulo Pimentel, assim como suas inserções em vários campos que exigiram a internalização de novos *habitus*.

Como exemplo destes novos caminhos, observa-se a iniciação de Pimentel no campo jurídico e a conseqüente operacionalização do *habitus* de um advogado, formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), em 1952, que se casa com Yvone Lunardelli, pertencente a uma família de possuidores de usina de açúcar e de grandes propriedades de terras e cafeicultores no norte paranaense.

Outro exemplo é a entrada deste agente no campo político paranaense, que tem uma lógica específica, em seguida devemos analisar os encaminhamentos

administrativos, de Pimentel, tanto no setor público como no privado, outro campo adentrado por este sujeito, ao tornar-se um empresário do setor da comunicação.

Assim como Bourdieu pensa no “criado de café” e na forma como incorpora um *habitus* no momento em que veste este traje e parte para desempenhar a função que a roupa lhe exige, e que é apreendida e “estudada” para poder cumprir tal papel, independente do homem e suas “escolhas” por trás daquela vestimenta, nós também, vemos um *habitus* do político e do empresário Paulo Pimentel que pressupõe uma preparação especial, “necessária para adquirir o corpus de saberes específicos.” (BOURDIEU, 2002, p.169).

Desse modo, ao refletir sobre a história de uma vida, fazemos um exercício dialético que envolve os processos mnemônicos. Desta forma, a memória pode ser entendida como um mecanismo de registro e retenção, um depósito onde se guardam os conhecimentos, as informações e as experiências, permeados por mecanismos de seleção e rejeição. (MENESES, 1992)

Contudo, é o permanente processo de construção e reconstrução que preserva e recupera aquilo que chamamos de memória, entretanto é no presente que os bens acumulados se transmitem como resposta a este presente.

Para Pollak (1992), na memória existem pontos “invariantes” ou “imutáveis”, os quais são apresentados por esse autor da seguinte forma: os acontecimentos vividos pessoalmente, que são os próprios da pessoa; aqueles acontecimentos “vividos por tabela”, que são os vividos pelo indivíduo junto ao “seu” grupo; os personagens, que se referem as pessoas que fazem/fizeram parte de um determinado momento; e, os lugares da memória, lugares de comemoração e os locais muito longínquos. Para o autor, estes pontos podem ser acontecimentos reais, fundamentados empiricamente em fatos concretos, ou projeções.

Neste contexto, se faz necessário considerar a memória como um fenômeno social, que é construído coletivamente e que constantemente passa por alterações, por isso não pode ser entendido apenas como um fenômeno individual. Para entender esse aspecto da memória, como construção social, se faz necessário compreender as reflexões de Halbwachs acerca daquilo que ele denomina como memória coletiva. Ao pesquisar os meandros da memória, Halbwachs (1990) não salienta os elementos biológicos, mas sim os referentes à vivência. Para ele, deve-se interpretar a memória como uma manifestação coletiva e social, exposta as

mudanças constantes, presentes nas ações conscientes e inconscientes e que se alteram no decorrer da trajetória dos agentes.

No entanto, Halbwachs (1990) entende que para nos lembrarmos de um episódio qualquer não se faz necessário a presença de outros indivíduos. No entanto, essas lembranças não são suficientes para descrever exatamente a experiência que não foi vivida só por uma pessoa, mas por um grupo. Assim, ao reunir essas lembranças, os fatos vividos ao mesmo tempo serão reconstituídos com uma precisão muito maior, inclusive pelo fato de que um determinado momento vivido por um grupo marca de forma diferente cada indivíduo, devido a sua construção social e trajetória de vida.

A memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apóiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. (HALBWACHS, 1990, p. 51)

Neste sentido, para alcançar uma lembrança, não basta reconstituir todos os elementos de um fato do passado. Para que esta reconstrução ocorra, é necessário que ela proceda diante dos elementos ou das noções comuns presentes “tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída.” (HALBWACHS, 1990, p. 34)

Esta relação pode ser entendida, por exemplo, quando algumas pessoas se aproximam por um determinado tempo para desempenhar certa atividade comum entre elas, isto é, num grupo artístico, num conselho, na política, na literatura, na religião. Portanto, cada uma delas se apega a um aspecto desses momentos, com isso gravam a lembrança de uma parte dessa atividade. Sendo assim, esses estratos comuns do passado podem ou não coincidirem e por isso nenhum em sua plenitude é verdadeiramente correto. Logo, “a sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, em definitivo,

pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte, e em seu conjunto.” (HALBWACHS, 1990, p. 51)

Portanto, esta pesquisa foi elaborada tendo em mente todos esses elementos referentes à memória. Procuramos, a partir da fala do protagonista, que relatou alguns momentos históricos diante dos seus estratos mnemônicos, buscar em outras fontes, outros estratos de memória referentes ao mesmo fato.

1.3 AS FERRAMENTAS UTILIZADAS NESTA EDIFICAÇÃO

Com o intuito de concretizar esta pesquisa, conforme o objeto delimitado, ficamos alerta com relação a que os “sujeitos de investigação são construídos teoricamente enquanto componentes do objeto de estudo.” (MINAYO, 2000, p. 105)

Neste contexto, o cuidado e a transparência na coleta de dados foi fundamental, pois tanto o sujeito como o pesquisador, pode interferir de forma dinâmica na realidade. Portanto, a interação encontrada no campo entre os sujeitos e o pesquisador resulta em um produto novo, que pode ser confrontado com a realidade concreta, com as hipóteses e com os pressupostos teóricos, ampliando o processo da construção do conhecimento. (MINAYO, 2000)

A metodologia com a qual conduzimos esta investigação foi através da pesquisa qualitativa, conseqüentemente o trabalho de campo foi indispensável, pois por meio dele tornou-se possível compreender as formações culturais distantes do investigador.

A pesquisa qualitativa foi necessária para compreender as especificidades de certos fenômenos sociais ressaltando a subjetividade da ação social em relação às estruturas sociais. Dentre as condições em que é indicada esta metodologia, nossa pesquisa insere-se em duas delas, a saber: quando a comprovação qualitativa pode interferir em uma informação referente a períodos passados; e, quando a percepção qualitativa pode captar dados psicológicos reprimidos ou dificilmente expostos. (HAGUETTE, 1992)

Como técnica de pesquisa qualitativa Haguette menciona a história oral, a observação participante, a história de vida e a entrevista.

Neste aspecto, para Minayo (2000) as categorias que fazem parte do trabalho de campo na pesquisa qualitativa, são: a entrevista, que se decompõem em entrevista aberta, entrevista estruturada, entrevista semi-estruturada, entrevistas através de grupos focais e história de vida; e, a observação participante.

Diante dos limites impostos pelo nosso objeto, nesta pesquisa, a técnica empregada no trabalho de campo, foi à entrevista, apropriada na forma de entrevista semi-estruturada e não-estruturada. Estas entrevistas são descritas por Minayo da seguinte forma:

A entrevista semi-estruturada e não-estruturada difere apenas em grau, porque na verdade nenhuma interação, para finalidade de pesquisa, se coloca de forma totalmente aberta. Ela parte da elaboração de um roteiro [...]. Suas qualidades consistem em enumerar de forma mais abrangente possível as questões que o pesquisador quer abordar no campo, a partir de suas hipóteses ou pressupostos, advindos, obviamente, da definição do objeto de investigação. Parga Nina (1983) costuma definir a entrevista não-estruturada ou também chamada "aberta" como "conversa com finalidade" onde o roteiro serve de orientação, de baliza para o pesquisador e não de cerceamento da fala dos entrevistados. (MINAYO, 2000, p.122)

Ainda, orientamos nossos encontros com a perspectiva da história de vida e história oral.

No que diz respeito a história de vida, entendemos esta, a partir de Haguette, como uma técnica que atende mais os interesses do pesquisador do que do autor apesar de que em alguns momentos se aproxima de uma autobiografia do depoente, o qual narra fatos históricos que envolvem a sua vida, do ponto de vista pessoal e subjetivo. No entanto é o investigador que encaminha o processo para evidenciar a informação a partir das questões que interessam ao pesquisador. Posterior ao diálogo entre o pesquisado e o pesquisador as informações obtidas devem ser comparadas com outras fontes.

Quanto a historia oral nos apropriamos desta técnica pelo fato dela oferecer subsídios às entrevistas e a técnica de história de vida, em relação às gravações dos depoimentos de Paulo Pimentel, o qual recorreu a sua experiência e memória para recompor acontecimentos passados. O uso desta técnica, segundo Haguette, permite gravar além das lembranças passadas, as reflexões e opiniões dos sujeitos envolvidos neste procedimento.

Neste contexto foram realizados sete encontros com duração de mais ou menos uma hora cada, com nosso protagonista, Paulo Pimentel, nos quais

coletamos, através de fitas gravadas, nosso material para posterior articulação e análise. Ainda após um intervalo de três meses realizamos uma entrevista de retorno, na qual esclarecemos alguns aspectos referentes ao material obtido até então. Todos os nossos encontros ocorreram no período de novembro de 2004 a agosto de 2005.

Este percurso foi permeado pela concepção de que estávamos “recebendo meramente o retrato que o informante tem de seu mundo, cabendo a nós, pesquisadores, avaliar o grau de correspondência de suas afirmações com a ‘realidade objetiva’, ou factual.” (HAGUETTE, 1992, p. 88)

Para isso buscamos outras fontes primárias, tais como relatórios editados pela Assembléia Legislativa do Paraná, documentos elaborados pelas Secretarias de Estado, e pesquisas sobre o Estado do Paraná desenvolvidas por institutos e universidades. Utilizamos também como fontes, jornais e revistas do período de 1965 a 1971, materiais estes que serviram como suporte para a análise das entrevistas e a construção desta biografia.

Ao trabalhar com algumas fontes épicas, tais como jornais e revistas, nos mantivemos atentos para o fato de que o momento político enfatizado foi parte do período ditatorial, iniciado em março de 1964, pelo qual passou o país, com censura e repressão política e à imprensa. Consideramos também o fato de que nosso ator principal desde o início da década de sessenta embrenhou-se na área das comunicações adquirindo primeiro os jornais O Estado do Paraná e Tribuna do Povo, e por volta de 1968 instalou no Paraná, retransmissoras de sinais televisivos.

Para isso tivemos o cuidado metodológico sugerido por Miceli, o qual “consiste em tentar explicitar as condições de produção das fontes com que lidamos, no intuito de indagar em que medida as características do material coligido remetem a propriedades sociais pertinentes dos grupos sob exame.” (MICELI, 2001, p.349)

Guiamos-nos também por outro conselho deste autor, que diz:

[...] inúmeras características dos grupos [...] só podem ser detectados pelo exame preliminar acurado das fontes que documentam a experiência de seus integrantes. [...] a tarefa prévia nesse tipo de levantamento consiste em explicitar os princípios de produção das fontes utilizadas, condição indispensável à percepção de alguns dentre os principais indicadores subjetivos e objetivos capazes de permitir uma construção analítica de um perfil do grupo em questão, em termos quer de sua posição relativa na estrutura social, quer de sua contribuição para a gênese e a continuidade/ruptura do sistema de poder. (MICELI, 2001, p.349)

Por fim optamos por descrever cronologicamente a trajetória de Paulo Pimentel para demonstrarmos com clareza que este não nasce no Paraná em fins da década de cinquenta, mas anterior a isto há uma “história de vida” com sucessivas posições e tomadas de posição permeadas por um *habitus* e por um conjunto de capitais.

2 PAULO PIMENTEL: O INÍCIO DE UMA LONGA TRAJETÓRIA POLÍTICA

Em meio século, Paulo Pimentel transitou nas diversas esferas do Paraná e influenciou a construção social, política e econômica deixando “registros”, inclusive pelo fato de ser ele um paulista de nascimento e formação.

Nesse contexto, desenvolveremos a partir deste capítulo a trajetória de Pimentel, para isso utilizamos uma metodologia onde o nosso protagonista tem voz ativa enquanto objeto de estudo. Nesse sentido, a principal diferença desta investigação em relação a um trabalho onde as pesquisas se sustentam em fontes primárias e secundárias, é a possibilidade de examinar dados inéditos apresentados por Paulo Pimentel aliados a sua percepção de si mesmo. Estes foram contrapostos/unidos às fontes primárias e secundárias referentes a esta temática, as quais são fundamentais para encaminhar nossa pesquisa sobre Paulo Pimentel e conseqüentemente o Paraná.

No período de nove meses, Pimentel concedeu sete entrevistas, destas, a última sessão foi uma entrevista retorno, na qual solicitamos maiores detalhes de alguns episódios previamente selecionados. Estes encontros foram de aproximadamente uma hora cada, e ocorreram nas seguintes datas: primeira entrevista (E1), dia 03.12.04; segunda entrevista (E2), 22.02.05; terceira entrevista (E3), 08.03.05; quarta entrevista (E4), 18.04.05; quinta entrevista (E5), 02.05.05; sexta entrevista (E6), 24.05.05; e uma entrevista retorno (E7), em 29.08.05.

Com vistas a organizar de modo sistemático os próximos segmentos, definimos que, ao mencionar fragmentos das entrevistas, ao final de cada citação utilizamos os códigos (E1, E2, E3, E4, E5, E6 e E7), conforme descritos acima, para indicar de qual entrevista o respectivo texto foi extraído, para em seguida ser inserido neste documento. Este método foi adotado devido à quantidade elevada de notas de rodapé que seriam introduzidas se procedêssemos como sugerem as normas da ABNT.

2.1 A FAMÍLIA

Paulo Cruz Pimentel nasceu no município de Avaré, Estado de São Paulo, em 07 de agosto de 1928. Filho de Públio Pimentel e de Maria Izabel Cruz Pimentel. Seu pai, Públio Pimentel, era natural de Itapeva, sudeste de São Paulo, e foi para a cidade de São Paulo estudar. Com o seu primeiro diploma ele exerceu a função de contador da Light. No entanto, seu desejo era atuar como dentista, para isso continuou estudando.

Ao terminar o curso de odontologia, um amigo o levou para a cidade de Avaré-SP, onde Públio Pimentel instalou um consultório odontológico em um hotel.

Com o decorrer dos anos, residindo na cidade de Avaré, Públio Pimentel se insere e é inserido em uma rede de relações que permite a ele uma grande influência política. Inclusive, foi prefeito de Avaré, presidente do partido da União Democrática Nacional, e a partir de sua atuação política elegia um deputado estadual para o estado de São Paulo.

Como dentista em Avaré, Públio Pimentel conheceu sua futura esposa Maria Izabel Cruz, que naquela época trabalhava juntamente com o pai. Públio Pimentel casou-se aos trinta e três anos com Maria Izabel Cruz. Ela, para sua época, casou-se tardiamente, aos 31 anos. Desta união nasceram quatro filhos, são eles, por ordem de nascimento: Hélio Cruz Pimentel, Fernando Cruz Pimentel, Paulo Cruz Pimentel e Norma Cruz Pimentel.

Com vistas a traçar a trajetória de Paulo Cruz Pimentel, não podemos deixar de apresentar seus avós paternos e maternos, os quais transmitiram um conjunto de capitais – econômico, cultural e simbólico – aos filhos, que foram retransmitidos, ampliados e ressignificados pelas novas gerações, influenciando e marcando a figura de Paulo Pimentel de hoje.

Com relação aos avós paternos Camilo Ferreira Pimentel e Escolástica Bueno Pimentel, tiveram dez filhos, cinco homens, dentre eles dois proprietários rurais, um advogado e um dentista, e cinco mulheres.

Camilo Ferreira Pimentel era fazendeiro, cafeicultor, e sua família era de Itararé, no Estado de São Paulo. Todavia, naquela época Itararé não era município, assim, fazia parte de Itapeva/São Paulo.

Esta fazenda ainda pertence à família, sua principal produção é o feijão. Seu proprietário é Fernando Cruz Pimentel, irmão de Paulo Cruz Pimentel.

Quanto aos avós maternos, João Batista da Cruz e Izabel Bastos Cruz, tiveram seis filhos. O mais velho é José Bastos Cruz, e era médico; o seguinte chamava-se Mário Bastos Cruz, era advogado e foi Secretário de Segurança Pública de São Paulo no governo Júlio Prestes²; o terceiro é Luiz Bastos Cruz, e o quarto, Paulo Bastos Cruz, também advogado; em seguida vem Maria Izabel Bastos Cruz Pimentel e Lourdes Bastos Cruz Garcia.

Observa-se que os filhos da família Cruz têm profissões advindas das áreas urbanas. Inclusive um deles transitou no poder público do Estado de São Paulo, o qual era considerado referência nacional à época. Este fato deixa claro que esta família detinha um conjunto de capitais culturais e simbólicos, os quais estavam aliados às posses econômicas.

João Batista da Cruz era fazendeiro cafeicultor e político na região de Avaré, era o coronel Von Cruz. Ele era um coronel da antiga guarda militar e tinha um título honorífico. Segundo Paulo Pimentel, em entrevista, seu avô, o coronel Von Cruz era

Meu avô era um coronel da antiga guarda nacional, ele tinha um título honorífico [...]. Ele era o coronel Von Cruz, político e fazendeiro de café. Um coronel da guarda militar, estes coronéis fajutos que tem aí... Porque havia assim uma entidade honorífica que classificava aqueles que faziam certas contribuições para essas entidades como coronéis que se chamava guarda nacional, era um negócio honorífico, mas ficava coronel, como apareceu nesta novela da Rede Globo. Então os coronéis, como são os comandantes, mais ou menos na linha dos coronéis do nordeste, mas sem a maldade, era um benfeitor, e ele recebia esta classificação porque normalmente ele era o líder político e da sua comunidade. (E1)

No que tange às informações acima, referentes às tias de Paulo Pimentel, percebe-se qual era a condição adequada para as mulheres dessa época, pelo fato de que para elas não são vistos registros de profissão. Isso demonstra que a elas era delegado o espaço privado, da casa, onde deveriam cumprir determinadas funções. Inclusive a família nuclear foi legitimada como padrão hegemônico de organização familiar e social legalmente, com a edição do Código Civil Brasileiro, em 1916. Neste já se encontra instituído o casamento, no qual o homem tem o pátrio poder, como padrão para a legitimação social da mulher e dos filhos.

² Julio Prestes de Albuquerque foi governador do Estado de São Paulo de 14 jul. 1927 a 19 fev. 1930. (Dados retirados de <<https://www.planalto.gov.br>> Acesso em 05 jul. 05)

2.2 A MÃE: UMA MULHER ESPECIAL

Ao olhar a trajetória de Paulo Pimentel, é possível perceber a presença forte da mãe, assim como sua influência, conforme Miceli, no que diz respeito à transmissão de todas as modalidades de *handcaps*. (MICELI, 2001, p. 24)

Com relação à Maria Izabel Cruz Pimentel, mãe de Paulo Cruz Pimentel, não podemos deixar de fazer a seguinte consideração: ela foi uma mulher à frente de seu tempo!

Para entender melhor essa questão, vamos considerar que Maria Izabel Cruz Pimentel casou-se com 31 anos, Paulo Pimentel nasceu em 1928, e seu irmão Fernando Pimentel, que é apenas um ano mais velho que Paulo Pimentel, nasceu em 1927. Supomos que o primogênito, o Hélio Pimentel, tenha nascido em 1926, e que Maria Izabel Cruz Pimentel casou-se em 1925. Isso quer dizer que, no ano de 1925, ela tinha 31 anos, se assim for ela nasceu, pelo menos, em 1894, ou seja, ela era uma mulher de uma geração dos fins do século XIX, e do interior do Estado de São Paulo. Nessa geração as mulheres eram submissas aos maridos, quase não estudavam, e seu papel social era limitado ao espaço privado, isto é, cuidar da casa, dos filhos, bordar, entre outros afazeres domésticos. As mulheres deveriam manter um distanciamento do espaço público e, por exemplo, jamais poderiam se envolver em questões relacionadas à política.

E é esta mulher, à frente de seu tempo, que influencia a vida dos filhos durante toda a trajetória deles, e para entendermos isto melhor, principalmente na vida de Paulo Pimentel, seguiremos a orientação de Miceli, a qual nos diz que “a maneira mais fecunda de captar o conjunto de disposições assim interiorizadas consiste em observar as modalidades socialmente determinadas de apropriação prática e simbólica do corpo.” (MICELI, 2001, p. 33)

Assim sendo, buscaremos captar e descrever esse conjunto de disposições mais detalhadamente neste segmento, assim como nos próximos tópicos.

Na juventude, Maria Izabel Cruz estudou durante cinco anos em regime de internato no Colégio Sion de Itu. Esse colégio se localizava no município de Itu, no Estado de São Paulo, as aulas eram ministradas por freiras francesas e nele Maria Izabel Cruz aprendeu francês fluentemente. Ao retornar para casa ela passou a

atuar veementemente no espaço público, escrevia os discursos políticos para o pai e trabalhava como sua secretária, conforme relato de Pimentel:

Meu avô era um coronel da antiga guarda nacional. [...] E ele queria preparar bem a minha mãe, neste tempo os colégios recebiam os alunos por um internamento longo e minha mãe foi para o colégio Sion de Itu onde ela ficou cinco anos, sem voltar e visitar a família. Ela saiu do colégio falando melhor francês do que português. Escrevia muito bem francês e também escrevia bem o português, foi muito preparada. Então ela se tornou secretária do meu avô. [...] Ela era obcecada pela palavra intelectual, escrevia os discursos do meu avô, e isso a empolgava. (E1)

Neste contexto, não podemos desconsiderar que foi concedida a Maria Izabel Cruz a oportunidade de ser uma mulher avançada em relação aos moldes da época em que vivia, inclusive ocupando espaços designados aos homens, principalmente ao escrever os discursos para o pai, e com o consentimento dele. Isso só foi possível devido ao incentivo de seu pai e sua mãe. Naqueles anos, principalmente de seu pai, que era o portador da decisão final acerca de todas as questões familiares em relação à vida pública da esposa e dos filhos.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é que Maria Izabel Cruz foi à primeira mulher a obter a carteira de habilitação e a dirigir automóveis no município que residia, documento ainda existente e sob a guarda de Fernando Pimentel: *“a carteira de habilitação dela, meu irmão tem guardado num quadro até hoje, porque era grande ela tinha o tamanho de uns 30 cm, e ela andava, foi a única mulher que dirigia naquela região toda.”* (E7)

Ao olhar mais objetivamente para essa mulher observa-se que ela era, conforme o conceito elisiano, uma *outsider*, pois na estrutura em que ela estava inserida, em muitos momentos era difícil tanto ela se localizar e se reconhecer dentro do grupo, se afirmando, como ser reconhecida por esse grupo como participante e “igual”, pois dentre os “iguais” ela era diferente, ou seja, em meio às mulheres da sociedade de Avaré, Maria Izabel Cruz tinha atitudes, perspectivas e reflexões inovadoras o que a distanciava das outras mulheres, assim como dos homens, pois ao mesmo tempo em que tinha um preparo tanto quanto eles, ou ainda maior do que o de muitos, ela não pertencia de fato “ao mundo dos homens”. O fato dela se casar tardiamente pode exemplificar essas relações em vários aspectos: por um lado a convivência com as mulheres de sua geração era abalada, pois elas viviam em um “outro mundo” em relação ao de Maria Izabel Cruz, provavelmente já

com filhos e com todas as responsabilidades em torno da família e do cumprimento do papel social a elas designados. Por outro lado, para que um homem se aproximasse dela com intenções conjugais, e fosse correspondido, ele tinha que possuir um determinado conjunto de capitais culturais. Esse aspecto pode ser observado diante da seguinte narrativa:

Ela não queria se casar, então aos trinta e um anos que ela resolveu se casar com o dentista que estava lá e ia de vez em quando e acabou ficando por mais tempo, ele com trinta e três anos e ela com trinta e um. Então, naquela época idade avançadíssima porque se casava com catorze e quinze anos. Numa cidadezinha pequena, no mundo em que ela estava era difícil arrumar com quem se casar. Daí ela arrumou meu pai porque tinha mais cancha, porque morava em São Paulo. Ele queria ser dentista e foi sempre um grande dentista. Então ele casou e nós nascemos, todos em Avaré. Daí nasci eu! (E1)

Desde a mocidade a leitura esteve presente na vida de Maria Izabel Cruz Pimentel, e diariamente ela lia o jornal O Estado de São Paulo, hábito transferido aos filhos, neste contexto Pimentel diz o seguinte:

Até hoje eu leio todo dia o jornal o Estado de São Paulo, eu leio os jornais da cidade e em seguida eu vou ler o jornal O Estado de São Paulo, vício dos catorze anos de idade. Ela não abria mão, era obrigação, eu lembro que nós tínhamos que ler o Estado de São Paulo que era a paixão dela. Nessa época O Estado de São Paulo tinha uma predominância enorme nos jornais, [...] era o maior formador de opinião do país, ou melhor, do Estado de São Paulo que era onde ele atingia em sua plenitude. (E7)

De acordo com Pimentel, sua mãe gerenciava e comandava toda estrutura familiar, com muita habilidade, *“sempre muito inteligente, respeitava nesse tempo o pátrio poder, e ela obedecia rigorosamente.”* (E7)

No entanto, era Maria Izabel Cruz Pimentel que administrava os clientes do consultório odontológico de seu marido, Públio Pimentel. Emitia os recibos e controlava a cobrança pelos serviços prestados, e *“aqueles que costumavam dar calote ela não perdoava”* (E7). O fato é que Públio Pimentel tinha como princípio na vida “fazer o bem”, ele tinha convicções espíritas e acreditava que o importante era praticar boas ações, ajudar as pessoas e investir na vida futura que ele acreditava. Portanto, Públio Pimentel, sempre que possível evitava que sua esposa tomasse conhecimento sobre a situação dos clientes, porque ele não queria cobrá-los pelos serviços prestados. Tanto que, conforme relato:

Ele levantava às quatro horas da manhã para atender a população rural, para atender as domésticas da cidade, em fim.... Obviamente ele não cobrava de ninguém, e a minha mãe tinha que nos educar, ela tinha uma fazenda, ela fazia parte de uma sociedade deixada pelo pai dela, e ela fazia as cobranças do meu pai. Ele atendia os ricos, ele era um excelente dentista. Quando eu era governador do Paraná eu ia tratar os dentes com ele, lá em Avaré.(E7)

No que diz respeito à administração da fazenda, Maria Izabel Cruz Pimentel, tinha um irmão que dirigia essas propriedades rurais.

Pimentel recorda-se que somente seu pai participou da cerimônia de posse quando ele assumiu o governo do Paraná, sua mãe não desejava ver o filho trilhando o caminho da política devido ao episódio vivido juntamente com Públio Pimentel, aliado a dinâmica do sistema político brasileiro.

Meu pai era prefeito lá da cidade onde eu vivia no estado de São Paulo. Ele divergia do regime do Getúlio Vargas, e constantemente fazia pronunciamentos em favor da liberdade e democracia, mais ou menos o que eu fiz toda a minha vida defender o Estado de Direito. Meu pai era um dentista extremamente humanitário, só pensava em trabalhar para ajudar os pobres, a linha religiosa dele o levava para isso... Ele era muito bem quisto na cidade mas era muito intransigente, defendia com muito ardor as suas teses democráticas. Então, um cidadão que se chamava Adhemar de Barros assumiu o governo de São Paulo, ele era contra o meu pai e divulgava no governo que meu pai era perigoso para o Estado Novo. Meu pai continuava a fazer pronunciamentos, até que ele foi para uma fazenda, a fazenda da minha avó, na cidade de Itararé, quando chegou uma das viaturas da polícia e o levou, e ele sumiu! Nós não sabíamos onde ele estava e procurava, procurava, exatamente como aconteceu com o movimento militar de 64. Ele estava em São Paulo, estava em um quartel da PM, mas incomunicável. Como ele era um homem muito inteligente, então o que ele fez: ele não queria ficar preso no cárcere, ele era dentista, e viu que os cidadãos, o oficial que tomava conta dele tinha problemas nos dentes e falou: - Olha eu vou tratar dos seus dentes! Então mandou que ele comprasse o motorzinho para ele poder obturar, abrir as cavidades... E ele acabou tratando de todos os soldados e militares que ele podia tratar. Mas nós não sabíamos por que ele estava isolado, e ele não podia se comunicar. Ele ficou sessenta dias por lá. Quando ele voltou que nós descobrimos, que ele saiu ligou e tal e veio para casa, ele estava super saudável. E nós: - Ué! Mas você não estava preso? Como é que você realmente está tão saudável? E ele falou: - Ah, eu fiz uma convivência com eles eu contei para eles onde é que podia comprar material de dentista, tal, tal... e eles iam comprar e eu tratava dos dentes deles, então eu dormia no gabinete, no apartamento do comandante da unidade, que era na Av. Tiradentes. Em razão disso, todos fomos doutrinados para não nos metermos em política, porque no Brasil era assim, havia ciclicamente movimentos militares, a política não valia a pena, e isso a minha mãe era quem nos doutrinava. Então quando eu resolvi estudar direito, meu pai pretendia que eu fosse dentista, a minha mãe fez a última recomendação: -Mas não se meta em política! E eu obcecado, não me meti em política mesmo, mas quando eu vim para o Paraná aconteceu toda a história. Meu pai ficou Incomunicável e foi preso assim na fazenda! Nós estávamos na fazenda onde eles passavam as férias e nos traziam juntos, isso eu devia ter doze, onze, dez anos por aí, e ele sumiu, foi levado nas capturas do regime, do Estado Novo, eles capturavam os caras que eles queriam. Ele foi levado num carrinho daqueles e foi embora e nós precisamos contratar motorista para nos trazer no carro dele, minha mãe dirigia, mas não queria viajar na estrada na época, e foi assim o episódio da prisão dele. (E6)

Mesmo assim, Maria Izabel Cruz Pimentel, acompanhava e lia todas as notícias sobre os problemas e divergências que envolveram Ney Braga e seu filho, e ela sempre censurou Paulo Pimentel, achava que ele devia ser mais tolerante. (E7)

2.3 INFÂNCIA E JUVENTUDE: AVARÉ E BOTUCATU

Juntamente com sua família, Paulo Pimentel passou toda sua infância em Avaré. Assim como seus irmãos, com seis anos de idade, Paulo Pimentel começa a estudar, sua mãe o matricula em um Jardim de Infância. Em seguida, Paulo Pimentel vai estudar em uma das únicas duas escolas públicas encontradas na cidade de Avaré, o Grupo Escolar Maneco Dionízio.

Nessa época, Paulo Pimentel estudava no período da manhã, e a escola era próxima de sua casa. Paulo Pimentel relembra que era um garoto estudioso e disciplinado, e ainda de como sua mãe tinha um cuidado especial com os filhos.

O Grupo [...] que eu entrei, era bem perto de minha casa e eu gostava porque durante o recreio minha mãe levava um excelente sanduíche, quentinho, e eu esperava com ansiedade este horário, a meia hora de descanso, para comer o sanduíche. A época que eu estudava pela manhã eu ia bem, não fui levado e nunca repeti nem um ano. (E1)

Ainda em Avaré, Paulo Pimentel passou para a outra escola, para cursar o ginásio, onde estudou durante quatro anos. No entanto, ao finalizar o ensino fundamental, denominado naquela época de primeiro ciclo, Paulo Pimentel, sob influência da mãe, seria obrigado a dar continuidade a seus estudos em outro município, pois a cidade de Avaré não oferecia naquele momento o ciclo seguinte.

Inicialmente, o desejo de Paulo Pimentel era seguir os passos trilhados pelos dois irmãos mais velhos, pois sua mãe já os havia mandado para estudar na cidade de São Paulo. Todavia, com Paulo Pimentel, teria que ser diferente, é que naquele ano ele deveria cumprir o serviço militar, fazer o tiro de guerra, e na cidade de São Paulo havia apenas o CPOR – Centro Preparatório de Oficiais de Reserva, o qual exigia, dos candidatos interessados, que estivessem cursando o nível universitário.

Sendo assim, ele se dirige para o município de Botucatu, uma cidade situada a uns cem quilômetros de Avaré. Neste município ele se instala, vai servir o exército, e inicia seus estudos no primeiro Clássico.

Em Botucatu, Paulo Pimentel morava em um hotel junto com seu irmão, um ano mais velho, Fernando Pimentel. Este já estava, há um ano, estudando e morando em São Paulo, mas, como iria cumprir o Serviço Militar, teve que retornar para o interior do estado.

Durante este ano, ambos residiram em Botucatu e, juntos, cumpriram o Serviço Militar. Desse período, Paulo Pimentel lembra-se que:

Não podia vir todo dia para Avaré, quando podia escapar a gente vinha, era pertinho, uns cem quilômetros mais ou menos, só que na época eu tinha que fazer o primeiro ano do curso Clássico e cumprir com minhas obrigações do Exército, então eu morava num hotel [...]. Foi uma experiência muito boa, porque era um hotel familiar, a minha experiência de hospedagem mais tarde é que foi mais desagradável, mas lá não, porque eles me tratavam, eu e meu irmão, com muito carinho, nós éramos mais ou menos membros da família. (E1)

Diante do relato acima, percebemos a operacionalização das redes de relações do interior do Estado de São Paulo, a qual permite aos filhos de uma família que possui capital econômico e simbólico cumprir o Serviço Militar em outra cidade, sem residir no quartel. Morando então em um local que proporciona a estes indivíduos uma proximidade ao conforto familiar.

Ao iniciar o primeiro Clássico em Botucatu, Paulo Pimentel dá indícios da seqüência de sua carreira profissional, pois naquela época, se o aluno fosse seguir seus estudos universitários no setor de Ciências e Áreas Técnicas, ele iniciava no segundo ciclo, o Ensino Científico. Já o aluno que ingressasse no segundo ciclo no Ensino Clássico, seguiria seus estudos na área das humanidades, estudando letras, direito, filosofia, entre outros.

2.4 CHEGANDO À CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO E À FACULDADE

Com o final do Serviço Militar, Paulo e Fernando Pimentel se mudam para São Paulo, com o intuito de continuarem os estudos. Novamente eles moram juntos, desta vez em uma pensão³, que segundo Paulo Pimentel, era modesta, mas divertida: *“Nós ficamos morando nessa pensão, mas ali era uma pensão modesta, nós tínhamos recursos para enfrentarmos coisa melhor em termos de hospedagem, mas, na pensão, nós nos divertíamos ali.”* (E1)

Mesmo longe de casa a presença da mãe e sua influência foi sempre constante na vida dos dois rapazes. Logo, foi ela quem exigiu dos filhos, que fossem para São Paulo estudar, segundo Paulo Pimentel: *“quando ela sentiu que não tinha mais filho, ela lamentou profundamente, mas ela nos expulsou de casa, foi ela que exigiu, nós estávamos acomodados quando ela exigiu: vocês tem que ir!”* (E7)

Apesar de nunca ter ido visitá-los em São Paulo, pois eram eles que iam para Avaré, Pimentel recorda-se que nos aniversários sua mãe mandava caixas grandes com doces e salgados e eles faziam uma festa na pensão. Nessa época, também esteve presente a seguinte preocupação: *“[...] era no período que estava terminando a guerra, já tinha terminado a guerra, e havia uma deficiência de trigo, então nós tínhamos que perder uma aula, um de nós por dia para comprar pão!! Porque a comida era insuficiente e nós estávamos em fase de crescimento e a alimentação era fraca.”* (E1)

Juntos, Fernando e Paulo Pimentel saíam para dançar, freqüentavam o auditório de uma rádio próxima à pensão e iam ao cinema. Apesar de dividirem momentos de diversão e moradia, com relação aos estudos, sempre efetuados em escolas públicas, não ocorreu a mesma coisa. Chegando a São Paulo, já foram estudar em colégios diferentes, *“eu escolhi o Colégio Rio Branco, na Vila Buarque, e meu irmão foi para o Colégio Oswaldo Cruz”.* (E1)

No ano seguinte tentaram o vestibular, Fernando Pimentel, seguindo os passos profissionais do pai, foi para Odontologia, e Paulo Pimentel participou da seleção para o curso de Direito. No entanto, esse momento define a separação dos irmãos, pois, segundo Paulo Pimentel, *“no dia que nós fomos buscar o resultado, eu*

³ Localizada na Av. São João, nº 1270, próxima ao Lago do Arouche. Conforme entrevista realizada com Paulo Pimentel em 03 dez. 2004.

vim super ardente porque tinha passado e ele super abatido porque foi reprovado...”(E1)

Com isso, Fernando saiu de São Paulo e seguiu para Curitiba, para estudar. Quatro anos depois ele se formou em Odontologia pela Universidade Federal do Paraná, de acordo com Paulo Pimentel: *“ele morava na Comendador Araújo e formou-se no curso de Odontologia de quatro anos, fez quatro anos aqui firme e depois ele voltou para a fazenda atender o meu pai que ficou em Avaré, [...] e eu fiquei em São Paulo.” (E1)*

Ao retornar para Avaré, Fernando Pimentel permaneceu nesta cidade por muitos anos, inclusive foi prefeito do município por um período de 14 anos, correspondentes a três mandatos.

Apesar da resistência do pai, quanto à decisão do filho em cursar Direito, Paulo Cruz Pimentel inicia seus estudos na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, na Universidade de São Paulo, no ano de 1948, e se forma em 1952.

Públio Pimentel pretendia que Paulo Pimentel também seguisse seus passos formando-se em Odontologia. Ele não desejava ter um filho formado em Direito, pois compartilhava a idéia de que *“advogados são malandros” (E4)*. Contudo, sua mãe apoiava tal decisão e intercedeu junto ao pai, conseguindo a permissão para que ele estudasse Direito, segundo Pimentel: *“o tornou mais tolerante e o acalmou.” (E7)*.

Num primeiro momento, Paulo Pimentel não iria atuar como advogado, pois seu sonho: *“era ser professor catedrático da Universidade pela qual eu passei, eu queria ser professor de Direito e um grande advogado! Eu queria ser um civilista, fiz muita advocacia trabalhista, fiz um pouquinho de criminal, mas eu queria ser um civilista, queria defender as grandes teses.” (E4)*

Esta opção profissional e o interesse em estudar Direito, segundo Paulo Pimentel *“foi assim tendências, exemplos de gente conhecida que eu fui me habituando e vivendo a influência.” (E4)*

No entanto, sua mãe contribuiu com sua decisão:

Ela me influenciou um pouco, mas a decisão foi minha, como eu já lhe contei. Ela criou um irmão dela temporão, a mãe dela morreu cedo, e esse irmão, que chamava Paulo, formou-se em direito em São Paulo, e ela gostou da minha idéia de estudar direito ali no Largo do São Francisco, então ela me incentivou. (E7)

Quanto ao desejo de Pimentel em ser um advogado civilista, um “defensor das grandes causas”, neste aspecto já reside o anseio dele em atuar juntamente a sociedade, refletindo e resolvendo questões referentes à área pública, sendo visto também como um homem público. Provavelmente isso contribuiu, como um fator complementar, para que ele se torne realmente este homem público, neste caso, um político.

Em São Paulo, Paulo Pimentel inicia seus estudos e permanece morando na mesma pensão, sem a companhia do irmão. No entanto, em um determinado momento ele adoeceu, ocorreram alguns desmaios e ele ficou aproximadamente uma semana hospitalizado. Quanto ao diagnóstico, Pimentel diz que não sabe exatamente o que foi, recorda-se que falavam em ataque epilético, porém nunca mais se repetiu.

Diante desse quadro, a mãe de Pimentel, combina com a irmã que mora em São Paulo, para ir buscá-lo no hospital e levá-lo para morar na casa dela, que ficava nas imediações do Jardins. Em entrevista, Pimentel relata que ficou morando na casa da tia Lourdes até casar, e:

ela me deu um quarto, ela tinha mais dois filhos que estudavam também e minha mãe se acertava com a minha tia, em termos de abastecer a casa. Ali eu fiquei durante o período que eu estava estudando, o período todo do estudo. [...] Então eu saía todo dia pegava o bonde ou o ônibus na Rua Augusta, descia lá perto da Faculdade, subia uma rampa enorme, descia na Praça da Bandeira e ia para a Faculdade de Direito. (E1)

Nos primeiros anos da Faculdade, Paulo Pimentel cursou Direito no período da manhã, e à tarde estudava durante duas horas todos os dias, pois era “*estudioso e queria obter sucesso.*” (E1)

No terceiro ano de curso, Paulo Pimentel transferiu-se para o período noturno, pois decidiu ir trabalhar e dispensar a mesada do pai. No entanto, no decorrer do curso de Direito em São Paulo, ele vivia da mesada do pai e também do dinheiro extra que sua mãe lhe mandava, segundo ele “*quando chegou ao terceiro ano eu resolvi dispensar a mesada do meu pai e a minha mãe me mandava sempre extra, fui buscar emprego, fui trabalhar em um advogado e não deu certo, veja como é o mundo hein!*” (E1)

2.5 EM SÃO PAULO: PRIMEIRO EMPREGO E CASAMENTO

Conforme entrevista citada acima, primeiramente Paulo Pimentel vai trabalhar com um advogado, mas não se adaptou. Em seguida ele procura o deputado da UDN, então presidente da Assembléia, Roberto de Abreu Sodré⁴.

Roberto de Abreu Sodré representava a cidade de Avaré e era eleito com o apoio de Públio Pimentel, seu pai, que nesta época era presidente da UDN em Avaré e “*na região ele conseguia eleger um deputado*” (E1). Segundo Paulo Pimentel:

Como eu convivia com o deputado, que era o Roberto, e ele era o presidente da Assembléia neste período, eu fui lá e disse para ele eu vou passar para o curso noturno – eu estava terminando o terceiro ano – e eu quero um emprego, você me arruma, e ele falou: eu vou lhe levar para um cidadão chamado Renato. Só que eu não sabia que ele tinha me levado para o departamento jurídico das Indústrias Votorantim, então chegamos lá e ele me apresentou o cidadão e eu comecei a trabalhar na Votorantim como boy do departamento jurídico. (E1)

Ao iniciar nesse emprego, o maior interesse de Paulo Pimentel era em aprender o ofício da advocacia e progredir na profissão. Embora, em nenhum momento durante a sua formação profissional, verifica-se a necessidade de um emprego ligada à situação financeira, isto é, devido a uma dificuldade econômica, observa-se também que, nem por isso, ou por qualquer outro motivo, Paulo Pimentel deixa de dedicar-se com afinco e responsabilidade em todos os compromissos por ele assumidos. Estes fatores são evidenciados durante as entrevistas. Em um desses momentos Pimentel diz o seguinte:

É engraçado que quatro meses depois que eu estava lá um chefe disse eu quero perguntar se você está satisfeito, eu disse: eu tô! E o senhor? O que eu quero saber é quando que eu vou receber meu primeiro salário? Porque quatro meses eu trabalhei de graça. Esqueceram de mim lá... aí sim me contrataram, já, evidentemente como auxiliar. (E1)

⁴ Nascido em São Paulo, em 1917, Roberto de Abreu Sodré é filho de fazendeiros de café, e o caçula de uma família de doze filhos. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Como político da UDN, foi deputado estadual (1951-1963). Foi um dos organizadores da Marcha da Família com Deus pela Liberdade (1964). Com o bipartidarismo ingressou na ARENA. Foi eleito em pleito indireto governador de São Paulo (1967-1971) e foi Ministro das Relações Exteriores (1985-1990). Faleceu de insuficiência pulmonar em São Paulo, em 14/09/1999. (Dado disponível em <www.folha.uol.com.br/folha/almanaque/brasil> Acesso em 28 abr. 05)

Num outro momento, conforme descrição abaixo, percebe-se ainda que a dedicação e o interesse profissional conduz Paulo Pimentel a um acúmulo daquilo que Bourdieu denomina de capital cultural, e conseqüentemente a expansão de seu capital social e simbólico.

Só que eu interessadíssimo e louco por aprender lia os autos e tudo que tinha na mesa da secretária e comecei a acompanhar os advogados nas reclamações trabalhistas, o único que era permitido eu ficar, porque no civil, na comercial e na criminal eu não podia. E daí no quarto ano tem um título de advocacia dizendo que você pode exercer a profissão com certos limites, você não pode contestar nem arrazoar nada, como a justiça do trabalho é verbal eu assistia à contestação, ao arrazoamento, ao depoimento, etc. E um movimento grande da Votorantim era esse, no mínimo, oito ou dez audiências por dia, e eu subia e descia, subia e descia o prédio do escritório. E os advogados, e eu comecei a ficar amigo do juiz, [...] e eles me ajudavam muito, então eu aprendi. E se um advogado chegava atrasado, eu sentava e contestava e depois ele só chegava e assinava, se a contestação era oral. [...] Aí eu me formei e já era um craque, advogava muito bem civil, comercial, falência, concordata, na justiça do trabalho, já estava bem habilitado porque aprendi, [...] e eu ia muito bem! (E1)

Segundo BRAGA (2001), Paulo Pimentel, no mesmo ano de sua formatura, já estava atuando como consultor jurídico. Paulo Pimentel trabalhou na Votorantim durante cinco anos. Segundo ele, no decorrer deste período progrediu muito, pelo fato de ser muito estudioso e interessado:

Eu já estava no pico, eu já estava na parte fiscal que era a parte mais importante, a parte tributária, e eu já estava lá. É que eu estudava muito, sempre fui um bom aluno, fazia meu dever de casa, era muito estudioso! A Votorantim me pagava bem, porque cada empresa pagava um pedaço e nós tínhamos percentuais das ações onde houvesse condenação, os honorários eram nossos, então era aí que a gente ganhava dinheiro, porque eram só grandes questões. Naquele tempo a Votorantim trabalhava com tecido e o grande problema era receber dos árabes da 25 de Março, era a rua de comerciantes naquele tempo. (E1)

Concomitante à sua dedicação profissional, Paulo Pimentel também desfrutava de momentos de lazer. Num desses momentos ele conhece sua futura esposa, Yvone Aparecida Lunardelli, quando se divertiam participando de um dos bailes, freqüentados pela elite paulistana, oferecidos pelo Clube Atlético Paulistano. De acordo com Paulo Pimentel, *“tinha festinha no clube, os ballinhos e aí é que eu conheci a Yvone. Só que eu fui dançar com ela, naquele tempo a gente ia dançar, e ela deu uma volta comigo e me largou... também ela não me conhecia né, começou assim!”* (E1)

Este clube era seletivo e restrito, freqüentado apenas por sócios pertencentes a famílias importantes de São Paulo. Os interessados em fazer parte do clube

deveriam ser aprovados antecipadamente, e muitas vezes apadrinhados, além de adquirir um título, por meio de compra.

De acordo com Pimentel, este clube localizava-se próximo à casa de sua tia, onde ele residia, e o sonho dele era freqüentá-lo. A oportunidade de adquirir um título do clube Paulistano surge quando ele ganha de sua avó Escolástica um presente em dinheiro. Mesmo assim, ele precisava ser aceito no clube, o que era o mais difícil, mas consegue resolver esse problema por intermédio dos pais de alguns amigos de futebol. Conforme entrevista:

A minha tia morava numa rua chamada Padre São Manoel, paralela à Rua Augusta, lá embaixo havia um clube que se chamava Clube Atlético Paulistano. Clube fino, de elite, e o meu sonho era ser sócio do Clube, mas eu não tinha quem me apresentasse e a minha tia não era sócia do Clube, era difícil, era um Clube complicado! Mas eu jogava futebol com todos os rapazes da rua, um era filho de Secretário de Estado, outro era filho de Desembargador e etc. E o caboclinho metido lá no meio deles, e eu sonhava em ficar sócio do Clube Paulistano e ir nadar lá! Um dia minha avó, a Escolástica, me deu um dinheiro, dava exatamente para eu comprar um título de sócio do Clube, só que comprar não era difícil, o difícil era conseguir aprovação! Tinha que ser aprovado, então eu fui atrás dos meus companheiros de futebol, falei com o filho de um Desembargador e o filho de um Secretário de Estado para ver se os pais deles poderiam me avalizar, eu já era maior de idade, já tinha idade suficiente para me defender bem. Então eu fui lá, comprei o título e dei para os dois, como eram dois cidadãos muito importantes, eu entrei no Clube. (E1)

Apesar de não termos conhecimento dos nomes destes “*dois cidadãos muito importantes*”, citados por Paulo Pimentel, observamos que em São Paulo foi possível a ele se inserir em uma rede de relações com pessoas que mantinham, além de posses materiais, isto é, um determinado capital econômico, um elevado capital social e também simbólico.

Pimentel, ao se posicionar como um “*caboclinho metido lá no meio deles*”, pode ser entendido pelo fato de que, ao sair do interior do Estado de São Paulo, encontrou na capital paulista um *modus operandi* diferente daquele com os quais ele operacionalizava e significava as relações em sua cidade natal. Portanto, ele não tinha a “malícia” e nem o *habitus* incorporado daqueles que foram criados e educados na capital paulista, os quais já haviam naturalizado os símbolos, os significados e os significantes com suas especificidades locais. Seu capital simbólico também não era o mesmo capital daqueles que pertenciam às famílias tradicionais radicadas na capital paulista. Todavia, ele era possuidor de capital simbólico, cultural e econômico, tanto que ele foi um estudante de Direito da Universidade de São

Paulo, era filho de fazendeiros de café, e seu pai tinha proximidade política com um líder da UDN – Roberto de Abreu Sodré. Devemos considerar ainda o seu talento pessoal de orador e sua capacidade de argumentação, os quais facilitavam e possibilitavam a sua inserção em qualquer âmbito social. O conjunto desses capitais permitiram a ele adentrar e transitar junto às famílias paulistas de muitas posses – econômicas, culturais, simbólicas e sociais – passando a ser visto, após algum tempo, como um de seus pares.

Após o encontro no Clube Atlético Paulistano, Paulo Cruz Pimentel e Yvone Aparecida Lunardelli começaram a namorar e se casaram em 18 de junho de 1953.⁵

Yvone Lunardelli Pimentel nasceu em 13 de abril e é natural de Araraquara-SP, seu pai é o empresário do setor sucroalcooleiro João Lunardelli⁶. Segundo Paulo Pimentel, os pais dela *“venderam tudo o que tinham no Estado de São Paulo e vieram para o norte do Paraná. O pai dela deixou a família morando em São Paulo, ia todo fim de semana, para que os filhos estudassem, obviamente.”* (E5)

Yvone realizou seus estudos em um colégio francês na capital paulista. Em seguida ela iniciou o curso de Biblioteconomia, porém não concluiu.

Juntos, Paulo Cruz Pimentel e Yvone Lunardelli Pimentel tiveram quatro filhas, as três primeiras, por ordem de nascimento, Altair Lunardelli Pimentel, Isabel Lunardelli Pimentel e Yvone Lunardelli Pimentel nasceram em São Paulo. Já a caçula, Vera Lúcia Lunardelli Pimentel nasceu em 29.08.1962, em Curitiba-PR.

2.6 PORECATU NOS ANOS 50: A CHEGADA DE PAULO PIMENTEL

Pimentel estava muito bem na Votorantim, e com a vida estruturada na cidade de São Paulo. Ele e a esposa moravam em uma casa, que ele construiu, *“na rua General Nena Barreto, 39, no Jardim Paulista, embaixo da Av. Brasil do lado da Brigadeiro Luis Antonio.”* (E1)

⁵ Data do casamento retirada de: SUNCK, I. e ASTOR, S.H. Um certo Sr. Pimentel. **Revista Panorama**, Curitiba, ano XV, n. 155, p. 37-42, abr. 1965.

⁶ João Lunardelli é filho de Ricardo Lunardelli, e este é irmão de Geremia Lunardelli.

Todavia, inesperadamente, Paulo Pimentel é chamado pelo seu sogro e outros parentes de sua esposa para resolver um problema familiar. Este momento ele narra assim:

Eu estava muito bem quando houve um incidente na família da Yvone, esse incidente teve uma morte no meio, uma empresa com inventário e uma empresa insolvente de um parente próximo deles. Eu fui chamado pelos parentes da Yvone, pelo pai, pelos tios. Eu fui chamado mais especialmente pelo João e pelo Ricardo, para assumir a empresa, proceder ao processo de concordata da empresa para conseguir reabilitá-la e fazer o inventário. (E1)

Inicialmente, Pimentel não via de que maneira poderia atender a este pedido, então segue alegando: *“os afazeres na Votorantim não me permitem dedicar o meu horário.”* (E1) Diante da insistência para que ele resolvesse este caso, prossegue da seguinte forma:

Então eu fui lá conversar na Votorantim com o Doutor Moraes, que era o velho pai das coisas, e ele falou: – Paulo, por que você não pede uma licença de seis meses? E eu falei: – Tá fechado, então eu volto em seis meses! Ele falou: – Faz muito bem, você tem que atender mesmo seus parentes. E eu fui, fiz o inventário, fiz concurso de credores, salvei a empresa, estabilizei, estabeleci normalizada, vendi a empresa, deixei a família bem, recebi os meus honorários e voltaria para Votorantim. (E1)

Ao encerrar esta questão empresarial e, ao mesmo tempo, familiar, Pimentel estava preparado para retomar as atividades na Votorantim, entretanto, surge uma nova proposta, a qual se viabiliza devido ao exemplo profissional que Paulo Pimentel demonstra ao resolver o problema presente com os familiares de sua esposa. Portanto, ele deveria dirigir-se a Porecatu, no estado do Paraná, para advogar na empresa da família Lunardelli. Referente a esta passagem, relata que:

Aí entrou mais um Lunardelli que era o rei do café e que era tio do meu sogro, chamava-se Geremia Lunardelli, e ele disse: – Nós precisamos de você para você ir acertar as coisas que nós temos em Goiás, em Minas, no Paraná, no Paraguai, etc., e nós temos a Usina de açúcar (que o meu sogro dirigia) e você precisa ir lá dar uma mão, pela falta de advogado e tal. Estava sendo contratado como advogado, mas eu ganho tanto, disse, e ele: – Tá fechado! Aí eu vim e comecei, minha família ficava lá e eu vinha. (E1)

Este “outro” Lunardelli, chamado Geremia Lunardelli, foi uma figura muito importante para o desenvolvimento da agroindústria paulista, como podemos observar nas pesquisas realizadas por Boris Fausto. Ao analisar e escrever sobre o desenvolvimento rural brasileiro e a sua relação com a imigração, FAUSTO cita

como exemplo a sua estruturação no Estado de São Paulo, e faz os seguintes apontamentos:

O caso do campo é mais complicado. No Estado de São Paulo, por exemplo, nos primeiros anos da imigração em massa, os imigrantes foram submetidos a duras condições de existência, resultantes das condições gerais de tratamento dos trabalhadores no país, onde quase equivaliam aos escravos. Atestam esse quadro o grande número dos que voltaram ao país de origem, as queixas dos cônsules, as medidas tomadas pelo governo italiano. Se tomarmos porém a história da imigração em período mais longo de tempo, verificaremos que também no campo muitos imigrantes subiram na escala social. Uns poucos, como Francisco Schmidt e Geremia Lunardelli, tornaram-se grandes fazendeiros. A maioria passou à condição de pequenos e médios proprietários, abrindo caminho para que seus descendentes viessem a ser figuras centrais da agroindústria paulista. (FAUSTO, 2004, p. 281)

Com vistas a advogar na empresa da família Lunardelli, Paulo Pimentel mudou-se para Porecatu⁷, no ano de 1956. No entanto, sua família permaneceu na

⁷ Porecatu foi fundada em 1941, por RICARDO LUNARDELLI e seus filhos URBANO e JOÃO. No dia 06 de dezembro é comemorado o dia da fundação do município, quando chegaram os fundadores, Ricardo Lunardelli e João Lunardelli. Ricardo Lunardelli, proprietário de uma vasta gleba de terras, dividiu-as em lotes e os vendeu, em longo prazo, facilitando assim a sua aquisição por parte de grande número de colonos. Desse modo ele promoveu o povoamento na região, e fundou a USINA CENTRAL DO PARANÁ – Agricultura, Indústria e Comércio, criando muitos empregos, possibilitando o desenvolvimento e progresso da região norte do Paraná. Posteriormente, em 1972, com o ingresso do Grupo ATALLA, a atividade ampliou-se com a construção da nova produtora de açúcar e álcool, uma das maiores do país e mais moderna da América do Sul. A primeira denominação dada pelos Lunardelli a este povoado foi Brasília. Ao ser elevada à categoria de Distrito Judiciário, passou a denominar-se PORECATU, de acordo com a Lei Estadual nº 199, de 30 de Dezembro de 1943. Pela Lei nº 02 de 10 de Outubro de 1947, foi elevado à categoria de Município, se desmembrado de Sertãoópolis, instalando-se no dia 05 de novembro de 1947. Pela Lei nº 23 de 14 de Janeiro de 1948, foi criada a COMARCA DE PORECATU, instalada no dia 27 de Janeiro de 1949. O primeiro Juiz de Direito foi o Dr. Octávio Bezerra Valente. O primeiro Prefeito de Porecatu foi José Patrocínio Silva, indicado e nomeado pelo então Governador do Estado, Moysés Lupion. Porecatu está localizada na divisa do Estado do Paraná com o Estado de São Paulo, tem como divisa o Rio Paranapanema, responsável pela produção de Energia da Usina de Capivara. (Dado disponível em: <http://www.achetudoeregiao.com.br/PR/porecatu_historia.htm> Acesso: 29 mar. 05) Quanto à população do município, em 1950 a população residente perfazia um total de 20.000 habitantes, com 4.000 habitantes residentes na sede municipal e 16.000 na área rural, segundo dados do IBGE. Em 1970, verifica-se um total de 22.277 habitantes, dentre eles, 7.216 habitantes residem na área urbana e 15.061, na rural. Nos anos oitenta observa-se a inversão da situação de domicílio, assim, 13.203 habitantes estão situados na área urbana e 8.261, na área rural, somando um total de 21.464 habitantes. Para o ano de 1990, percebe-se uma redução de 20,32% no total de habitantes, que passa a somar 17.102, com 11.961 habitantes situados na área urbana e 5.141 na área rural. Para o ano 2000, são vistos um total de 15.881 habitantes, destes 12.372 encontram-se na área urbana e 3.509 na área rural. Em 2000 somente 22,1% dos residentes estão situados na área rural, já em 1970 este percentual era de 67,61%. De 1970 para o ano 2000, a redução no total de habitantes foi de 28,71%. Nos anos setenta os homens se localizam em maior número na área rural, já nos anos oitenta, estes se encontram em maior número no município, na área urbana. Em 1980, o total dos homens residentes no município somava 2,61% a mais do que o total de mulheres. A partir dos anos noventa, este quadro se inverte, e em 2000, do total de habitantes, as mulheres somavam 2% a mais do que os homens. Assim, dos residentes de Porecatu, 7.860 habitantes eram homens, destes 77,25% estavam situados na área urbana e 22,75% na área rural, e 8.021 habitantes eram mulheres, dentre elas 78,54% residiam na área urbana e 21,46% na área rural. (IBGE – Censos Demográficos)

cidade de São Paulo. Durante a semana Paulo Pimentel ficava em Porecatu e nos fins de semana “voava” para São Paulo. Ao deslocar-se para o Paraná, lembra-se que:

Cheguei a Porecatu e comecei a trabalhar. Eles tinham um avião, o avião me levava por lá, comecei a trabalhar, uma bagunça enorme. Na contabilidade tinha problemas trabalhistas sérios, eu entrei. Depois tinha o Sindicato de Londrina que criava problemas, aí tinha o problema de terras e eu resolvi quase tudo, tudo na base de chamar o posseiro pagar para ele, arrumar emprego. Grande parte dos posseiros da área deles passaram a trabalhar na empresa, a maioria! Dava emprego, estabilidade, acertava, ainda pagava a terra, resolvi tudo, dois anos. Como advogado indo e voltando de São Paulo, aí me destacaram para ser diretor da empresa, aí virei diretor superintendente. (E1)

No que diz respeito à propriedade da terra, a primeira solicitação legal de propriedade de posse vista na área do atual município de Porecatu, ocorreu no ano de 1891, e perfazia um total de 146.475 ha.

Muitas foram as oscilações vistas na solicitação desta gleba, e quando se deu juridicamente a legitimação desta posse, essas terras, conhecidas como Fazenda Floresta, já haviam passado por várias vendas “até chegar ao domínio de Dona Escolástica Melchert da Fonseca, a qual, de São Paulo, realizou o loteamento da área em grandes glebas e sua venda aos fazendeiros paulistas que iriam iniciar o cultivo efetivo, cerca de cinco décadas após a sua titulação inicial.”⁸ (FERREIRA, 1984, p.60)

Um dos fazendeiros paulistas que comprou parte destas glebas de Dona Escolástica foi Ricardo Lunardelli. Nessa época Ricardo Lunardelli já era um conhecido fazendeiro de Catanduva, devido à estrutura empresarial de suas fazendas e às técnicas, muitas vezes pioneiras, utilizadas na cafeicultura.

Com a chegada de Ricardo Lunardelli teve início a colonização em larga escala na região de Porecatu, pois com ele chegaram muitos trabalhadores rurais que se tornaram formadores e colonos de café.

Nesse contexto, verifica-se que, a partir de meados do século XX, ocorre no Estado do Paraná o processo de ocupação intensiva da terra. Esse processo é caracterizado por diferentes movimentos, que vão desde a ocupação espontânea da terra; a ocupação de terras devolutas ou de particulares, configurando a posse; os fluxos migratórios vindos juntamente com a instalação de grandes fazendas, as

⁸ Para maiores informações, consultar FERREIRA, 1984, p. 57 e seguintes.

quais “trouxeram” os trabalhadores rurais que se tornaram formadores e colonos; até os movimentos de colonização dirigida por meio de projeto governamental.

O tipo de colonização dirigida envolveu tanto empresas privadas de colonização, as quais recebiam concessão do governo Estadual para desenvolver suas atividades em determinados locais e períodos de tempo, quanto o próprio governo do Paraná, que passou a ser um empreendedor e colonizador direto, diante do decreto nº 8.564 de 17 de maio de 1939.

Ao elaborar o projeto de colonização do Paraná, e especificamente o da região norte, o governo estadual acompanha a política de terras do governo federal. Sendo assim, muitas são as concessões e agências para colonização encontradas por volta da década de trinta, com espaços territorialmente bem delimitados e interesses convergentes na ocupação desta região, dentre elas podemos citar⁹: São Paulo – Rio Grande (BRAVIACO); Cia. Madeireira do Alto Paraná; Miguel Matte; James Terry; João Petri; Augusto Loureiro; Alberto Mayer; Matte Laranjeiras; A. Mayer; Percy Allen; Paraná Plantations Limited; Antonio Azambuja; Leopoldo de Paula Vieira; Waldemar Matte; Corain e Cia.

Uma das agências colonizadoras que se destacou no Paraná foi a Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP¹⁰, fundada por ingleses, principalmente Lord Lovat.

A partir da década de trinta houve um salto na colonização do norte paranaense. A principal contribuição para este avanço foi a expansão da linha férrea, construída pela CTNP, que em 1932 já havia atingido Jataí, e após 1934, com a conclusão da ponte sobre o rio Tibagi, estendeu-se até Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, e em 1943, chegou a Apucarana.

Neste contexto, observa-se que, além dos núcleos urbanos instalados pela CTNP, a qual no período de 1929 a 1943 vendeu 110.481 alqueires, foram fundados muitos outros, sob a responsabilidade de várias outras companhias.

Tanto que, a leste do rio Tibagi, as companhias colonizadoras de capital japonês Brazil Tokushoku Kaisha – BRATAC e a Nambei Tochikubushiri, criaram os núcleos urbanos de Assai e Uraí, entre 1931 e 1936.

⁹ Para maiores detalhes, verificar ANEXO: mapa referente aos limites das concessões no Paraná em 1930, conforme TOMAZI, 1997, p. 196.

¹⁰ Para uma análise mais detalhada sobre a CTNP, consultar TOMAZI, 1997.

O próprio governo do Paraná, diante do decreto nº 8.564 de 17 de maio de 1939, passa a ser um empreendedor e colonizador direto e funda núcleos coloniais nos atuais municípios de Clevelândia, Cambará, Londrina e Paranaguá.

A partir de 1939, foram instaladas no norte as primeiras colônias do novo empreendedor, isto é, o governo paranaense, dentre elas, “as mais significativas foram as de Içara, Jaguapitã, Centenário, Interventor, Pagu, todas na antiga concessão Alves de Almeida, e Paranaíba, na antiga concessão dada à Braviaco, quase todas fazendo divisa com as terras da CTNP, ou de outras colônias particulares como aquelas onde já existiam os povoados de Sertanópolis, Primeiro de Maio e Porecatu.” (TOMAZI, 1997, p. 209)

Neste íterim, surgem outros núcleos, tais como os de Santa Maria (1934), Santa Amélia (1938), Florestópolis e Ibiporã (1934), Bela Vista do Paraíso (1939), Porecatu (1941), e Sertaneja (1945).

Com relação à região onde se constituiu em 1948 o município de Porecatu, de acordo com o trabalho de Ferreira (1984), verifica-se que na década de quarenta esta área foi colonizada predominantemente nos moldes tradicionais das grandes fazendas paulistas cafeicultoras. Sendo assim, essas grandes fazendas eram dirigidas diretamente pelos fazendeiros, através de seus administradores, e o regime de trabalho era basicamente o uso do colonato.

A Fazenda Canaã, dos Lunardelli, foi a primeira da região, e seu primeiro plantio de café foi em outubro de 1941. Neste mesmo ano, os proprietários iniciaram a abertura da estrada para ligar o futuro Porto de Porecatu, situado em suas terras, a um pequeno povoado, chamado de Brasília, junto ao Paranapanema, que servia de núcleo para expansão das atividades de formação de fazendas.

Os Lunardelli formaram outras fazendas em 1942, e concomitantemente com o café passaram a negociar terras, não só vendendo parte daquelas que adquiriram, como intermediando transações entre fazendeiros paulistas e os herdeiros da fazenda Floresta.

Ainda em 1942, o Instituto do Açúcar e do Alcool coloca em concorrência a montagem de uma usina de açúcar no norte do Paraná, e Ricardo Lunardelli é quem ganha. Portanto, Ricardo Lunardelli é autorizado a montar em Porecatu uma usina com capacidade inicial para 30 mil sacas de açúcar. Esta usina começa a funcionar em 1945, porém, somente em 1949, com uma produção inicial de 2.000 sacas de açúcar, é que suas atividades são tidas como normalizadas.¹¹

¹¹ Para maiores informações, consultar FERREIRA, 1984, p. 108 e seguintes.

3 PARANÁ DOS ANOS 50 E 60: A CONVERSÃO DE PIMENTEL EM POLÍTICO

Na década em que Paulo Pimentel se instalou no Estado do Paraná, este era administrado por herdeiros políticos presentes desde o início do século XX.

Neste contexto, verifica-se que, no ano de 1950, encontra-se como governador do Paraná Moysés Lupion de Tróya (12.03.1947 a 31.01.1951), herdeiro político de Manoel Ribas, que governou o Estado do Paraná no período de 30.01.1932 a 29.10.1945.

Manoel Ribas foi o fundador, em 1933, do Partido Social Democrático (PSD) no Paraná. Ribas foi presidente honorário, em nível regional, deste partido. Mesmo com o golpe de Estado, organizado por Getulio Vargas em 1937, Manoel Ribas continua como governador do Estado. Com a redemocratização, em 1945, Fernando Flores, Secretário do Interior e Justiça de Manoel Ribas, é quem reorganiza o PSD. Com a redemocratização, Manoel Ribas tinha a pretensão de candidatar-se para governador do Estado nas eleições seguintes. No entanto, falece em janeiro de 1946. (KUNHAVALIK, 2004, p. 181)

Nessas eleições, referentes ao período administrativo de 1947 a 1951, Moysés Lupion, do Partido Social Democrático (PSD), é quem vence com 59% dos votos. O seu discurso representava a renovação e, ao mesmo tempo, garantia a continuidade política de Manoel Ribas. Nesse pleito eleitoral, Lupion é apoiado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), pela União Democrática Nacional (UDN) e pelo Partido Social Progressista (PSP). Em segundo lugar, ficou Bento Munhoz da Rocha Neto, com 29% dos votos. (MAGALHÃES, 2001, p. 57; KUNHAVALIK, 2004, p.161)

No período seguinte, de 1951-1955, deparamos com Bento Munhoz da Rocha Neto como governador. Nas eleições em que sai vitorioso, Bento Munhoz concorre pela coligação denominada Frente Democrática, constituída pelo Partido Libertador (PL), Partido Republicano (PR), Partido da Representação Popular (PRP), Partido Social Trabalhista (PST) e União Democrática Nacional (UDN). (MAGALHÃES, 2001; KUNHAVALIK, 2004)

Bento Munhoz é herdeiro político do Partido Republicano (PR) paranaense e da oligarquia da família Camargo, representada por Affonso Alves de Camargo, governador do Paraná nos períodos de 1916-1920 e 1928-1930, e é filho da família

Munhoz da Rocha, representada por Caetano Munhoz da Rocha, governador do Paraná de 1920 a 1928. Juntas, essas famílias governaram o Paraná desde 1916 até a “Revolução de 30”, quando tem início um outro período de poder no Paraná, exercido por Manoel Ribas.

A tradição e a força política dessa família está presente ainda no ano de 1953 na figura de três herdeiros de Caetano Munhoz da Rocha que ocupavam importantes cargos no aparelho estatal: Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Estado; Laertes Munhoz, Presidente da Assembléia Legislativa e José Munhoz de Melo, Presidente do Poder Judiciário. (KUNHAVALIK, 2004)

No Paraná, verifica-se primeiramente a transferência de poder, de Manoel Ribas (1932-1945) para Lupion (1947-1951), e em seguida uma alternância no poder que vai de Lupion, que representa o grupo de Manoel Ribas, para Bento Munhoz (1951-1955), que representa a oligarquia Camargo–Munhoz da Rocha (1916-1930). Em seguida, observa-se o retorno de Lupion, que administra o Estado no período de 1956-1961. Contudo, no pleito eleitoral de 1960, o candidato eleito governador, Ney Aminthas de Barros Braga, era do grupo de Bento Munhoz da Rocha Neto.

No que diz respeito ao desenvolvimento econômico, em menos de meio século o Paraná enfrentou dois grandes processos de transformação econômica e social. O primeiro se deu com a expansão cafeeira, a qual ocupa o lugar do mate no século XX, nas décadas de quarenta e cinquenta, e o segundo teve início no momento em que a economia do café perdeu o dinamismo em meados da década de sessenta.

Ainda neste período, o governo estadual investe em núcleos populacionais, e no final da década de quarenta funda novas colônias, tais como as de Cantu, Piquiri, Goiô-erê, Goiô-Bang, Manoel Ribas, Muqilão e Mourão.

Quanto à companhia de colonização CTNP, esta, de 1944 a 1950, vendeu 260.000 alqueires de terras. Em 08 de fevereiro de 1951, a CTNP tornou-se a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP. A partir desta década, começaram a rarear as terras para vendas à disposição desta agência, este fato pode ser observado na quantidade de vendas de terras realizadas no período de 1951 a 1960, 78.963 alqueires, e no de 1961 a 1970, 19.625 alqueires.

Durante a década de 1950 formaram-se muitas outras empresas imobiliárias, as quais iniciaram seus programas de colonização principalmente na região

noroeste do Estado, dentre elas encontravam-se: a Boralli e Held (Alto do Paraná); a Cobrinco (Santa Cruz do Monte Castelo); a Leôncio de Oliveira Cunha (Paraíso do Norte); a Armando Chiamulera e sócios (Nova Londrina); a Tarquínio Ferreira e outros (Santa Izabel do Ivaí); a Sepinardi e Sebastião Delfino (Loanda); a Gutierrez Beltrão (Taboara); a Organizações Ademar de Barros (Terra Rica); a Imobiliária São Paulo-Paraná (Querência do Norte); a Sivas Poli (São Carlos do Paraná); e a Almeida Prado (Itaúna do Sul e Diamante do Norte).¹²

Outro fator importante neste processo colonizador e imobiliário, de acordo com Tomazi, foi a maneira como Moysés Lupion encaminhou esta questão em seus mandatos como governador (1947-1951 e 1956-1960), onde “a venda, doação, cessão de terras à companhias privadas e a amigos foi a forma que Moysés Lupion [...] utilizou para fazer as maiores barganhas de terras no Paraná de tal sorte que, já no final da década de 1950, quase todas as terras já estavam nas mãos de particulares. Era uma espécie de continuador das atitudes do interventor Manoel Ribas.” (TOMAZI, 1997, p. 237)

Muitos migrantes na década de quarenta chegaram à região norte do Paraná e tomaram posse de algumas terras, com o intuito de atender seus projetos de vida relacionados com a fartura por meio da subsistência familiar, e o enriquecimento por meio do comércio.

Predominantemente estes posseiros vieram do Estado de São Paulo, eram pequenos proprietários que tinham como objetivo expandir a terra, ou colonos que desejavam obter a própria terra.

Essas famílias foram atraídas pela anulação, por parte do governo estadual, de algumas concessões feitas a terceiros; pelo interesse demonstrado por parte do governo do estado em alienar essas terras devolutas a colonos que as tornariam produtivas; e posteriormente pela chegada de grandes fazendeiros paulistas que de alguma forma beneficiariam, investindo na região.

A partir deste quadro observa-se que o problema com os posseiros é agravado devido à política de terras implantada pelo governo, que gera uma superposição de direitos. Deste modo, de um lado verificava-se o direito da propriedade daqueles que revalidaram títulos da ex-concessão e de seus

¹² Para maiores informações ver. TOMAZI (1997), p. 237 e seguintes.

compradores, e daqueles que compraram do Estado terras nesta região. Do outro lado estavam os direitos de posse dos posseiros, atraídos para aquelas terras, julgando-as devolutas, com a perspectiva de poder comprar a terra em algum momento, por um preço acessível e tornarem-se proprietários.

Com o intuito de solucionar esta questão, o governo do Estado começa a tomar medidas no sentido de propor aos posseiros uma mudança de local. Sendo assim esses posseiros seriam transferidos para terras devolutas pertencentes ao Estado, situadas no vale do rio Paranavaí.

No entanto com a demora em transferir esses posseiros, que somavam um total de 2.000¹³, alguns proprietários começaram utilizar meios violentos para expulsá-los, e outros faziam certos acordos, com o apoio do delegado regional de terras, coagindo e intimidando aqueles que não concordavam com as indenizações ofertadas.

Neste cenário conflituoso, eclode um movimento armado pela posse da terra. Em Jaguapitã, já em 1947, os posseiros reagem a estas expulsões com tiroteios, e em Porecatu isto ocorre em 1950, persistindo até meados de 1951.

Em 1951, com o novo governo no Estado do Paraná, foi instaurada uma Comissão Especial para a questão das terras em Porecatu, porém as diretrizes iniciais desta comissão foram de insucesso. Portanto, somente com a finalização da luta armada e com a prisão dos últimos resistentes em meados de 1951, efetuada pela polícia é que possibilitou a Comissão prosseguir com o seu trabalho, transferindo a maior parte dos posseiros para os sertões de Paranavaí e Umuarama.

As tensões vistas nesta região findaram-se em meados de 1952, ano em que ocorreu a consolidação definitiva da propriedade da terra em Porecatu.

Neste contexto, observa-se que, segundo Padis (1981), os grandes movimentos ocupacionais, ocorridos no Paraná entre 1920 e 1960, foram responsáveis por um crescimento populacional não visto até então no Brasil. Neste período a população paranaense se multiplicou 6,2 vezes, enquanto que a do país aumentou 2,3 vezes.

¹³ Conforme FERREIRA (1984) p. 72

3.1 A VIDA EM PORECATU/PR E O PRIMEIRO CONTATO COM NEY BRAGA

Em Porecatu, Paulo Pimentel primeiramente foi morar na casa considerada como sede da Usina, a qual foi instalada no local de um antigo convento. Em decorrência da implantação da Usina dos Lunardelli na região, se dá a expansão do município de Porecatu. Naquela época toda a cidade funcionava devido à Usina, inclusive era ela que fornecia energia para a cidade através de motores diesel.

O maior contato deste município era com a cidade de São Paulo, a esse respeito Pimentel relata o seguinte: *“era mais fácil para lá – São Paulo – do que para cá porque tinha uma ferrovia, a Estrada de Ferro Sorocabana que passava do lado [...]. Então não havia vínculo para cá, não tinha razão de vir para Curitiba! [...] Lá em Porecatu nós ligávamos para São Paulo, para Curitiba nunca! Não tinha transmissão, não conseguia. Falava com São Paulo, com Curitiba nunca!”*(E3)

Após algum tempo morando e trabalhando em Porecatu, Paulo Pimentel é transferido de função, e de advogado da Usina Central do Paraná passa a atuar como Diretor. Ele também adquire duas fazendas, e assim como seu sogro João Lunardelli, passa a cultivar café. De acordo com Pimentel, em Porecatu, além do trabalho, não era possível fazer outra coisa: *“Meu sogro também era cafeicultor. E eu trabalhava com ele e no fim do dia ia para as minhas fazendas, eu não tinha também outra coisa o que fazer lá a não ser trabalhar!”* (E1)

Sua família, que estava em São Paulo, também viajava constantemente para vê-lo. Até que, no ano de 1959, Yvone Lunardelli Pimentel e suas três filhas se mudam para o Paraná, mesmo assim, muitas vezes Paulo Pimentel fica sozinho em Porecatu, tanto que diz em entrevista: *“mantivemos a casa porque elas iam muito para São Paulo, depois nós alugamos.”* (E1)

Num desses dias em que estava sozinho, segundo Pimentel, *“me convocaram para ir a um comício de um candidato a governador que se chamava Ney Braga. E eu digo: eu não vou, eu não quero saber de política, eu não gosto de política, tô noutra! Eu já era fazendeiro, eu já tinha comprado duas fazendas.”* (E1)

No entanto, Pimentel acompanha o comício, realizado em agosto de 1960. Nessa ocasião é que ele conhece Ney Braga. Após o comício eles foram para a residência da Usina, onde Ney Braga ficou hospedado naquela noite, a convite de

João Lunardelli, pois não havia hotéis na cidade naquela época. Após o jantar, Ney Braga e Pimentel ficaram conversando até de madrugada.

No dia seguinte, Ney Braga pede a Paulo Pimentel um automóvel com um motorista, por um período de oito dias. O objetivo era percorrer parte do Estado em campanha política, finalizando o roteiro na cidade de Curitiba. Naquele momento, Ney Braga era o candidato do Partido Democrático Cristão (PDC) ao governo do estado do Paraná.

Paulo Pimentel atende essa solicitação. Esse fato pode ser entendido como uma demonstração do apoio político dado a Ney Braga por parte de Pimentel, em nome da família Lunardelli, que apoiou sua candidatura.

Ao ser questionado a respeito do porque Ney Braga fez este pedido e do porque o atendeu prontamente, Pimentel diz: *“Porque ele não tinha, era uma campanha pobre a dele. Então eu emprestei o motorista e o carro e ele ficou com ele oito dias... A empresa era grande, tinha uns cinqüenta motoristas e uns dez carros disponíveis. Havia parte que não tinha nada, não tinha táxi, ou muito pouco na cidade.”* (E1)

De acordo com a pesquisa de Kunhavalik, Ney Braga dá início a sua campanha sem apoio político. Todavia, durante este período ele consegue obter o apoio de importantes cafeicultores do Norte do Estado, dentre eles verifica-se a presença de Jayme Canet Júnior, Evelázio Bley e também da família Lunardelli, que tinha forte influência política na região de Londrina. Ney é apoiado ainda por empresários do comércio e da indústria. Muitos destes decidem apoiá-lo pela influência de Hermes Macedo, tais como Oscar Scharappe Sobrinho, Nuno Leão, Pedro Prosdócimo e José Luiz Guerra Rego. (KUNHAVALIK, 2004, p. 267-274)

Hermes Macedo¹⁴ foi o coordenador financeiro da campanha de Ney Braga em 1960, e também um dos grandes responsáveis em divulgar esse nome ao Norte do Estado. Desse modo, Ney Braga é inserido pelas mãos e pelo aval de Hermes Macedo numa nova rede de relações, a qual passa a apoiá-lo como candidato ao governo. Esse fato é evidenciado quando Paulo Pimentel declara que: *“O Hermes Macedo era um ponto alto no Paraná. E eu o conhecia, depois durante a campanha foi ele quem nos entusiasmou, foi ele quem colocou os meus patrões lá, porque eles que trabalhavam com os clientes na campanha, e eles que deram sustentação para a campanha do Ney Braga lá no norte do Paraná, eu estava completamente fora.”*(E2)

Ao retornar, o motorista que acompanhou Ney Braga relatou que, durante a viagem, Ney Braga teria dito que chamaria Pimentel para ser secretário do Estado, entretanto, depois deste episódio, conforme Pimentel, *“ninguém mais tocou no assunto.”* (E2)

¹⁴ Sobre o Hermes Macedo, Pimentel nos diz o seguinte: “Eu conheci o Hermes Macedo na Usina de Porecatu, quando eu fui para lá. Tem dois municípios bem próximos: Florestópolis e Centenário do Sul. O Hermes Macedo tinha uma belíssima fazenda de café em Centenário do Sul e ele freqüentava a Usina, era amigo de todo mundo na Usina. Além de ser um grande empresário naquela época, dono das Lojas HM, ele tinha a fazenda.” PIMENTEL, Paulo. **Entrevista concedida a Vanessa Moreira**. Curitiba, 22 fev. 2005. A esse respeito, temos ainda os seguintes dados: “Nasceu em 1914, em Rio Pardo-RS. Veio para Curitiba em outubro de 1932, com 18 anos. Em Rio Pardo era vendedor de pratos de porcelana para uma empresa americana. Chegando aqui ele abriu uma revenda de peças para carro – a Agencia Macedo (Hermes Macedo e Cia.) que deu origem a cadeia de lojas que instalaria mais tarde na Região Centro-Sul. A pequena firma cresceu durante os anos seguintes até que em 1970, o empresário adquiriu o controle acionário das quatorze lojas que compunham a cadeia do grupo Isnard, de São Paulo. Desde então, não parou mais de crescer. Durante a escala no mundo dos negócios, Macedo sempre agiu com extrema prudência. Suas mais de 200 lojas, por exemplo, só eram instaladas depois que o empresário se certificava de que as cidades haviam se consolidado como pólos econômicos importantes para suas regiões. A cautela também tornou Hermes Macedo arredo à imprensa, um dos motivos é que sempre teve medo de seqüestros. Ele só entrou na política depois de se firmar nos negócios. Convidado pelo então governador Ney Braga, seu amigo particular, Hermes Macedo acabou eleito deputado federal pela antiga UDN em 1962. Esta experiência foi repetida outras cinco vezes até abandonar a carreira política em 1983. Sempre manteve uma linha discreta e conservadora no Congresso. [...] Durante muito tempo, foi do interesse de Hermes Macedo que suas lojas não fossem exatamente o bastião da modernidade. Assim, seus empregados, tratados como ‘filiaos hermecianos’ em vez de profissionais, podiam fazer o papel de cabos eleitorais nas campanhas que elegeram o patriarca para o Congresso Nacional. Hermes tinha também uma justificativa ideológica para refutar o moderno: durante muitos anos ele contribuiu para a manutenção da tradição, família e prosperidade.” SPIGA, Roberto. O final feliz na sucessão na briga pela HM. **Revista Veja Paraná**, n. 27, 03 jul. 1991. “Gaúcho, de Rio Pardo, Hermes Macedo abriu em Curitiba, no final dos anos 50, uma pequena loja de eletrodomésticos, que se expandiu nos anos 60 e 70, especialmente durante o chamado milagre econômico do governo Médici. No início dos anos 80 comandava uma cadeia de mais de 40 lojas distribuídas entre Porto Alegre e o Rio, atingindo a condição de segundo maior grupo empresarial do país no ramo de lojas de departamentos. Entrou na política pelas mãos de Ney e conciliou a atividade de empresário com o exercício de vários mandatos de deputado federal. Depois de sua morte em 93, o grupo HM foi à falência por conta de disputas familiares.” (REBELO, 2004, p. 198)

Nas eleições de 1960, Ney Braga acabou vitorioso, com 255.328 votos, os quais representavam 35,3% do total de 724.019 votos válidos. O candidato seguinte, Nelson Maculan do PTB, obteve 30,9% dos votos válidos. (KUNHAVALIK, 2004, p. 278)

Ney Braga foi inserido na política paranaense pelas mãos de seu cunhado Bento Munhoz da Rocha Neto. Primeiramente, foi Chefe de Polícia (1952-1954), no governo de Bento Munhoz da Rocha Neto. Em seguida, foi indicado e apoiado por Bento Munhoz para assumir a prefeitura de Curitiba, o que ocorre em 1954. Permanece como prefeito até 1958.

As relações entre Ney Braga e Bento Munhoz encontravam-se estremecidas desde o ano de 1958. Todavia, somente em 1960, quando Ney Braga é o candidato do Partido Democrata Cristão (PDC) ao governo do Paraná, que Bento Munhoz divulga publicamente seu rompimento com Ney Braga e, conseqüentemente, seu apoio ao candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Nelson Maculan.

3.2 O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO GOVERNO NEY BRAGA

Como governador eleito do Paraná, Ney Braga, em dezembro de 1960, convoca Paulo Pimentel para um encontro em Curitiba. Pimentel estava em São Paulo para passar o Natal com a família. Segundo ele: *“eu passava o Natal em São Paulo, aí que eu conheci Curitiba.”* (E1)

Diante desta convocação, Paulo Pimentel se dirige imediatamente para Curitiba, com o objetivo de chegar à cidade pela manhã, conversar com o governador e retornar à noite para São Paulo. Em Curitiba, ao procurar Ney Braga, Paulo Pimentel é avisado de que o então governador eleito havia viajado para a Lapa e solicitava que aguardasse seu retorno.

Naquele instante, Pimentel entra em contato com a única pessoa que conhecia em Curitiba, que era o Hermes Macedo, e, em seguida dirige-se até o escritório dele. Em conversa, Hermes Macedo recomenda que Paulo Pimentel espere Ney Braga até o dia seguinte, pois este queria convidá-lo para assumir uma secretaria.

Ao saber das intenções de Ney Braga, Paulo Pimentel fica resistente à proposta, e diz que não pretende aceitar o convite. Afirma: *“eu não vou aceitar, eu já modifiquei a minha vida duas vezes, saí de São Paulo para o norte do Paraná, então o Hermes Macedo me disse: – Mas agora você vem para Curitiba. E eu disse: – Eu tenho três filhos, agora eu sou fazendeiro, e para mim não é interessante aceitar este convite, por dificuldades de instalações imediatas.”* (E2)

Ponderando a situação, Hermes Macedo o convida para jantar, assim, foram ao restaurante da sede do Clube Comercial, que ficava na Associação Comercial, do Paraná.

No dia seguinte, Paulo Pimentel estava no saguão do hotel fechando a conta, com o intuito de retornar para São Paulo, quando, inesperadamente encontra com João Lunardelli, seu patrão e sogro. Surpreso Pimentel questiona o porquê de sua presença naquele local. João Lunardelli responde que foi convocado devido à recusa de Paulo Pimentel e que naquele dia eles almoçariam na residência do Hermes Macedo, juntamente com o anfitrião e o governador eleito.

Durante o almoço, Paulo Pimentel continua resistente, recusando o cargo de Secretário. Para isso, argumenta que na Usina está numa situação confortável e que se vier para Curitiba, além de ter que se ocupar com novas instalações, financeiramente não era atrativo.

Ney Braga insiste para que Pimentel concorde com a sua proposta, mesmo que seja por um curto período. João Lunardelli foi convocado para aquela reunião pela influência que poderia exercer sobre Paulo Pimentel, e assim o faz. Desse modo, João Lunardelli intercede para que Paulo Pimentel aceite a Secretaria por um período de seis meses apenas e se compromete em manter o salário de Pimentel na Usina Central do Paraná.

Diante destas condições, Pimentel aprova a situação, entretanto, até esse momento João Lunardelli desconhece qual Secretaria Ney Braga estava oferecendo, fato já sabido por Paulo Pimentel.

Após estas negociações, João Lunardelli pergunta ao governador sobre a Secretaria que Pimentel assumiria, e Ney Braga responde que é a da Agricultura. Perante esta resposta, Lunardelli sustenta que Pimentel estaria certo em não aceitar, pois não entendia nada de Agricultura, era advogado, administrador e um

homem de finanças. Argumenta ainda que para esta pasta Ney Braga deveria procurar um especialista desta área, um agrônomo.

Em relação a este momento, Pimentel narra o seguinte: *“não era meu setor, aí deu desânimo, mais nele, e em mim também, porque acho até que aquilo era uma coisa completamente inexpressiva.”* (E1)

Ney Braga os convence de que Paulo Pimentel é indicado e capaz para assumir a Secretaria da Agricultura, inclusive pelo fato de que ele dirigia uma agroindústria. No Paraná, naquele período, econômica, política e geograficamente, a região norte era muito pouco integrada ao sul do Estado. Assim, um dos objetivos de Ney Braga era reafirmar o início de um governo de integração entre as regiões paranaenses. Para isso era fundamental a presença de um nome do norte paranaense. Ney Braga busca este nome junto a João Lunardelli, que o apoiou, inclusive financeiramente, durante a campanha.

Em grande parte a insistência, de Ney Braga com João Lunardelli e Paulo Pimentel estava mais relacionada ao seu objetivo primeiro, ou seja, a integração do Estado, legitimando a sua governabilidade. Esse fato, na época, segundo Rebelo (2004), foi evidenciado de outra maneira pelos jornais oposicionistas. Estes divulgaram que Ney Braga chama o genro de João Lunardelli, Paulo Pimentel, para assumir a Secretaria da Agricultura como forma de recompensa pelo apoio político.

Todavia, em entrevista a Adherbal F. de Sá Jr., Ney Braga relata que o critério por ele adotado na escolha do grupo de técnicos que trabalharam com ele no governo (1961-1965) foi a “capacidade e competência” e que:

Os partidos políticos não intervieram na escolha desses nomes. Chamamos as pessoas que, no nosso entender, tinham uma visão de desenvolvimento adequada ao Paraná. Essa visão tinha que ser histórica, porque o Paraná viva um quadro de expansão semelhante ao que as outras regiões tinham atravessado anteriormente. [...] Essa visão histórica devia ser mundial. [...] A democracia cristã sonhava com a mudança a partir do aparecimento de um novo tipo de sociedade. Havia ainda outra consideração importante: aquele era um momento de ruptura, mas não de desrespeito às tradições paranaenses, de mudança radical na caminhada de nossa sociedade. Era necessário que cada pessoa integrada à equipe de planejadores compreendesse nossa realidade e tivesse bem claro o desejo dos eleitores. Os votos na oposição tinham um significado claro e ele precisava ser bem compreendido pela equipe de planejamento e pelos novos responsáveis pelo governo. Por isso, eu preferia contar com técnicos que tivessem sensibilidade política, que fossem capazes de entender e interpretar os pedidos de políticos, nem sempre para executá-lo ao pé da letra, mas para ir compondo uma visão ampla sem preconceitos do projeto paranaense de desenvolvimento, que era aumentar a riqueza total do Estado mas, ao mesmo tempo, melhorar a vida de cada paranaense. Isso não implicava ser homem de partido, a questão partidária estava além das

nossas preocupações. O partido de quem viesse trabalhar conosco era o Paraná. (BRAGA, 1996, p. 149-150)

Ainda, sobre a composição de equipe, ao ser questionado acerca da possibilidade de ter ocorrido algum tipo de negociação política na indicação dos Secretários de Estado, Ney Braga afirma o seguinte: “Ninguém indicou ninguém para o meu governo, nem no primeiro nem no segundo. Sempre escolhi as pessoas que foram trabalhar comigo. É lógico que eu comunicava aos meus companheiros quem era quem e porque eu estava escolhendo tal pessoa para exercer tal cargo, mas não houve indicações.” (BRAGA, 1996, p. 152)

Especificamente sobre a escolha do nome de Pimentel, de acordo com Ney Braga:

A família Lunardelli participou da nossa campanha, em 60. Fizemos um comício em Porecatu organizado por eles, principalmente por Nicanor Ramos. Paulo Pimentel era um dos dirigentes da usina da família. Foi escolhido para o secretariado, como todos os demais, porque conhecíamos a sua competência e porque tinha demonstrado companheirismo na campanha. Como os outros integrantes da equipe de governo, conhecia bem nosso plano de governo e estava comprometido com ele. Paulo era de uma região agrícola e isso certamente nos ajudaria nesse setor de tamanha importância para o Paraná. (BRAGA, 1996, p. 166)

Já Pimentel, ao ser questionado, em entrevista, sobre a sua opinião em relação ao que motivou Ney Braga a convidá-lo para ser o Secretário da Agricultura, com tanta convicção a respeito da secretaria que assumiria, Pimentel diz:

Não sei. Tivemos um papo longo na noite em que ele esteve lá. E realmente eu não sei por razões pelas quais que ele até... Que eu o impressionei, nada disso! Ele saiu satisfeito com meu papo, e realmente eu sempre fui um leitor assíduo de jornais, revistas, e livros, etc., e estava preparado para ter um diálogo com ele sobre o Paraná, sobre a parte política, parte econômica do estado, direito no sentido constitucional, o Brasil se encontrava numa instabilidade política e constitucional, e a conversa foi assim. Eu não sei por que ele me escolheu para a Agricultura, é possível que fosse porque nessa época eu estava dirigindo uma empresa, uma Agroindústria. Uma Usina Agroindustrial, onde havia um confinamento de dados muito bem feito, mas eu não era o único arteiro, eu realmente participava, mas minha parte era outra, mas ele se impressionou com tudo aquilo e achou que daria certo na Agricultura. (E2)

Ante esse quadro, no dia sete de janeiro de 1961, Ney Braga anuncia o nome do novo responsável pela Secretaria da Agricultura: Paulo Pimentel.

De acordo com Braga (2001), nesse íterim, Pimentel também assume o cargo de presidente da junta administrativa da Associação de Crédito e Assistência

Rural do Paraná – ACARPA¹⁵, e do conselho de administração da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná – CAFÉ do Paraná¹⁶. Ainda foi eleito como membro na Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café (IBC), para representar a lavoura paranaense. Em entrevista, Paulo Pimentel relata que *“era eleito pelos cafeicultores que qualificavam um membro do IBC, cada um era representante, foi a primeira eleição que disputei. Foi essa para a Junta Administrativa do IBC.”* (E2)

Diante desse relato, devemos ter em mente que Paulo Pimentel nessa época também era um cafeicultor da região norte do Paraná, inclusive, se não o fosse, não seria eleito, pois não poderia nem concorrer ao cargo que assumiu no IBC.

Com relação à expansão cafeeira, verifica-se que em 1940 o número de pés de café encontrado no Estado soma não mais que 62 milhões. Num período de aproximadamente vinte anos esse número se multiplica e passam a ser vistos no Paraná cerca de 500 milhões de pés. (MAGALHÃES FILHO, 1999, p.104)

A produção do café concentrava-se praticamente no norte do Estado, e seu crescimento, segundo Magalhães Filho, gera um impacto, pois *“era como se uma nova sociedade se estivesse instalando rapidamente em território paranaense, sem qualquer elo com o Paraná pré-existente, ou tradicional, como passaria freqüentemente a ser chamado.”* (MAGALHÃES FILHO, 1999, p. 104)

Com estes fluxos migratórios instalando-se na região norte do Paraná, com origens diferenciadas e diversas formas de cultura, emerge nesta área, com estas junções, uma nova população. Muitos dos imigrantes vieram de São Paulo, dos fluxos migratórios originados em Minas Gerais e dos Estados do Nordeste. Em dez

¹⁵ Em 1956, foi implantado o primeiro serviço de Extensão Rural do Paraná, em consequência do acordo firmado entre o Governo do Estado e o Escritório Técnico de Agricultura, executando seus serviços sob o nome ETA – Projeto 15. As atividades deste projeto eram essencialmente educacionais. Em 1961, o ETA – Projeto 15, filiou-se a ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, órgão nacional de apoio e coordenação dos serviços de extensão nos Estados, e passou a chamar-se ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná. A ACARPA continuou atuando diretamente junto à população rural com o objetivo de aumentar a produção dos produtores e melhorar o nível de vida. Em 1963 a ACARPA continha três escritórios regionais, situados na Lapa, em Irati e em Toledo, e quinze locais, localizados nos seguintes municípios: Lapa, Pilôlo, Araucária, Campo Largo e Rio Negro, pertencentes à regional da Lapa; Irati, Imbituva, Palmeira, Rebouças, São Mateus do Sul e União da Vitória, pertencentes à regional Irati; Toledo, Cascavel, Mal. Rondon e Guairá pertencentes à regional de Toledo. Cada escritório é composto por um engenheiro agrônomo, uma supervisora doméstica e uma secretária. Nesta época o trabalho da ACARPA abrangia 23 municípios. (ACARPA, 1963) Em 1975, a ACARPA é transformada na empresa pública denominada de Empresa de Assistência e Extensão Rural do Paraná – EMATER-PR. (ALMEIDA, 1989)

¹⁶ Instituição criada em agosto de 1961.

anos a população do Estado duplicou, alcançando 2,1 milhões em 1950, e novamente duplicou, atingindo os 4,3 milhões de habitantes em 1960.

Nessa região do Paraná, a cafeicultura se expandiu a partir de São Paulo, devido às questões de transporte, pois o escoamento da produção dessa região ocorria via Santos, assim, os fluxos comerciais do norte paranaense eram muito mais fortes com São Paulo do que com Curitiba e Paranaguá.

Quanto à empresa pública criada em 1961, a CAFÉ do Paraná, esta foi operacionalizada por Pimentel e sua equipe, e *“foi sancionada no dia do meu aniversário, por deferência do governador. E montamos esta empresa para ter maleabilidade nas vendas de produtos agrícolas: inseticidas, fungicidas, adubos, sementes e a locação de tratores.”* (E2)

Na estruturação da CAFE do Paraná, Aníbal Khury teve um importante papel, pois foi ele que elaborou o projeto, convertido em Lei que instituiu este organismo, que foi essencial para a diversificação agropecuária do Estado.

O primeiro presidente da CAFE do Paraná foi Jayme Canet Júnior. A principal função dessa instituição era permitir maior mobilidade na Secretaria da Agricultura em relação à prática de alguns projetos, tais como o voltado para troca de bovinos que, devido à estrutura burocrática do Estado, não possibilitava a compra, troca e distribuição de exemplares apenas por meio da Secretaria. O mesmo ocorria para compras de sementes de algodão que, apesar da Secretaria de Agricultura deter o monopólio de distribuição das sementes no Estado, ela enfrentava problemas para aquisição destas.

Pimentel conheceu Aníbal Khury logo que entrou na Secretaria da Agricultura, sobre esse dia ele narra o seguinte:

Eu entrei na secretaria, e a secretaria tinha uma grande quantidade de máquinas compradas no governo anterior, máquinas muito boas, que foram compradas com financiamento externo, mas o governo que se elegeu impediu tudo o que pode para que não se liberasse as máquinas, e complicou tanto que ninguém conseguia liberar. Eram máquinas de trator de esteira, tratores, máquinas de terraplanagem, motoniveladoras, escavadeiras, etc... Eram máquinas fantásticas, que tinham sido importadas pelo governo anterior, e eu não conseguia liberar, elas estavam paradas no Porto de Paranaguá, aguardando liberação e me disseram procure o Aníbal Khury. Como o Rafael latauro era meu oficial de gabinete, nos fomos lá, fomos almoçar com o Aníbal Khury ali na boca maldita e, em sete dias o Aníbal Khury tirou tudo. E aí começamos a conviver, criamos a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico, que foi sancionada no dia do meu aniversário, que ele conseguiu em oito dias, ele era um gênio em matéria de tramitação essas coisas... E ele também que começou a me lançar candidato a governador e tudo. (E1/E2)

Um dos exemplos da dificuldade da administração direta em gerenciar a agricultura (que exige ações nem sempre planejadas anteriormente) é o caso da compra de sementes de algodão em 1961. No primeiro ano como Secretário de Estado, Pimentel avaliza individualmente títulos para compra dessas sementes de empresas do setor algodoeiro de São Paulo. Esse procedimento se deu porque o governo, até o mês de julho do ano supracitado, não havia liberado os recursos para a Secretaria. Esse processo foi executado com o intuito de agilizar algumas atividades e não prejudicar os produtores. Os riscos desta transação eram praticamente nulos, assim, não haveria futuros problemas, pois a estrutura governamental tinha condições para efetuar o pagamento destes títulos.

No entanto, com a renúncia de Jânio Quadros no dia 25 de agosto de 1961, a possibilidade de que toda a estrutura fosse alterada e de que os militares assumissem a presidência era presente. Pimentel temia uma mudança no governo e com isso uma provável solução de que todos os títulos avalizados por ele para a Secretaria da Agricultura também deveriam ser quitados por ele. Como é sabido, nada disso aconteceu, mesmo assim, essa iniciativa de Pimentel, dentre outras, demonstra o seu perfil administrativo e empreendedor.

Sobre Rafael Iatauro, oficial de gabinete de Pimentel, na Secretaria da Agricultura, Pimentel recorda-se que após sua nomeação como Secretário, ao chegar a Curitiba para assumir o cargo, “duas ou três pessoas” foram esperá-lo no aeroporto e uma delas era o Rafael Iatauro. No que diz respeito ao Rafael Iatauro, Pimentel declara:

O Rafael tinha feito com muito entusiasmo a campanha do Ney Braga, só que no final, não sei por que razão ele ficou sem posição no governo e o governador Ney Braga, que já tinha feito o gabinete por conta dele, e eu ia entrar sozinho, falou: - Olha tem mais uma vaga lá no gabinete e eu queria que você colocasse o Rafael Iatauro, esse que foi lhe esperar no aeroporto. E eu disse: - Tudo bem! E o Rafael Iatauro foi para lá, mas ele era muito eficiente, muito perspicaz, um jornalista, locutor de rádio, e ele passou a trabalhar nesse campo na Secretaria da Agricultura. Passou a ser relações públicas na intermediação com a imprensa e deu muito certo. Ele que foi o principal causador do negócio que eu fiz mais tarde comprando a editora O Estado do Paraná, ele que achou o negócio, ele que estudou, em fim... eu não conhecia o jornal mas achava que era uma boa comprar um jornal. Era um grande companheiro e quando eu me elegei governador ele seria Secretário de Estado ou estaria ocupando alguma posição, mas ele queria alguma coisa mais estável e eu o nomeei para Auditor do Tribunal de Contas. Posteriormente ele estudou, foi para os Estados Unidos, fala muito bem inglês, bem preparado, e eu o promovi Voluntário de Procurador, tempos depois eu o coloquei como Procurador, onde ele está até hoje a véspera da aposentadoria. Este foi o meu relacionamento com ele, não durou muito tempo na Secretaria, durou o período em que

eu fui Secretario! E também ele não trabalhou comigo no governo porque ele foi para o Tribunal de Contas, mas até hoje temos uma excelente relação. (E6)

Na Secretaria da Agricultura, no período em que esta foi administrada por Pimentel, foram desenvolvidos alguns projetos para pequenos proprietários, tais como o de venda de pequenos galinheiros, pré-fabricados e pré-moldados, limitados a cem aves, juntamente com assistência para criação; e outros para médios e grandes proprietários, voltados para pecuária de corte, com o predomínio da raça nelore na região norte e da raça charolês na região sul do Estado do Paraná.

Este projeto pecuário direcionado por Pimentel consistia na troca de um animal “ruim” por um animal com pedigree. O pecuarista era atraído pela publicidade e se cadastrava na Secretaria da Agricultura. Os animais transferidos para a Secretaria eram levados para algumas fazendas do Estado, com bons pastos, para engorda. Ao atingir 12 arrobas, eram vendidos aos açougues, retornando parte do capital investido nos animais com pedigree.

Segundo Rebelo (2004), Ney Braga inicialmente não acreditava nesse projeto, e apesar de temer que fosse uma atitude impulsiva de Pimentel e que não daria certo, decidiu aguardar os primeiros resultados, os quais superaram a expectativa. Tanto que em entrevista a Adherbal F. Sá Jr. afirma que: “A Secretaria da Agricultura, entregue ao Dr. Paulo Pimentel, que revelou muita capacidade, revolucionou a pecuária com a distribuição de cerca de quatro mil reprodutores bovinos de alta linhagem e mudou a paisagem de várias regiões, principalmente o Noroeste, com o perfil do gado nelore.” (BRAGA, 1996, p. 160)

Ainda, no que tange a postura de Pimentel na Secretaria da Agricultura, em depoimento, Karlos Rischbieter diz o seguinte:

Entrei na Codepar como funcionário número seis, em fevereiro de 1962. [...] Fui direto para o setor de projetos analisar os pedidos de financiamento. Nós obrigávamos tanto o setor público quanto a empresa privada a fazer projetos. Poucos valorizavam os projetos. Alguns empresários até se irritavam. [...] Tivemos que insistir para conseguir que diretores de empresas públicas e secretários de Estado se acostumassem à rotina de projetos. Houve até briga. O Saul Raiz, diretor do DER, fazia os projetos direitinho e levava o dinheiro. O Paulo Pimentel, secretário de Agricultura, não. Foi assim que começou aquela briga infernal com o Paulo. Quando o Paulo Pimentel foi eleito deixei a Codepar porque havíamos brigado. A disputa começou quando o Afonso saiu candidato a sucessão e chegou ao ponto máximo na convenção do PDC, quanto todo nosso pessoal apoiou o Afonso. O Afonso foi meu colega de turma na engenharia e éramos muito ligados. Quanto ao Paulo Pimentel, na minha visão pessoal, foi um belíssimo secretário de Agricultura, ele realmente revolucionou a parte agrícola. (BRAGA, 1996, p. 157)

Com o desenvolvimento da pecuária no Estado, a idéia de haver espaços para a exposição de animais, a realização de leilões, assim como para a divulgação da agropecuária paranaense e de outras regiões, que já estivera presente na concepção de Manoel Ribas nos anos trinta, ganha corpo. Desse modo, o Estado financia a construção do Parque Ney Braga, em Londrina, no qual, posteriormente, foi agregada uma outra parte construída no governo seguinte e que recebeu o nome de Parque Paulo Pimentel.

Ainda durante o governo Ney Braga, outra obra foi dirigida pela Secretaria da Agricultura com o mesmo objetivo do parque supracitado, inaugurada em 15 de março de 1965, foi o Parque Castelo Branco. Para esta inauguração, Ney Braga trouxe figuras importantes, dentre elas, o próprio Castelo Branco, Presidente da República, o General Geisel, e o então governador da Guanabara¹⁷ Carlos Lacerda. Politicamente isto repercutia positivamente para o nome de Ney Braga, inclusive no cenário nacional, assim como para Paulo Pimentel, que iria disputar as eleições para o governo do Estado em outubro daquele ano.

No que diz respeito à dotação orçamentária da administração pública, a Secretaria da Agricultura, no ano de 1961, ficava com 3,2% do orçamento geral. Em termos de repasse orçamentário, esta é uma das secretarias com menor dotação em relação às outras que receberam os seguintes recursos neste mesmo período: Chefatura de Polícia, 3,8%; Secretaria de Saúde Pública, 5,0%; Secretaria do Interior e Justiça, 11,1%; Secretaria da Fazenda, 11,5%; Secretaria de Educação e Cultura, 19,8%; e, Secretaria de Viação e Obras Públicas, 39%. (IPARDES, 1989)

Para o ano de 1963, este quadro é parecido, assim a Secretaria da Agricultura recebe 3,4% da dotação orçamentária; a Secretaria de Saúde Pública fica com 5,9%; a de Segurança Pública, com 11,7%; a da Fazenda, com 19%; a de Viação e Obras Públicas, com 21,5%; e, a de Educação e Cultura, com 27,1%. (IPARDES, 1989)

Em relação aos anos anteriores, em 1964, verifica-se um aumento de aproximadamente 30% nos recursos destinados à Secretaria da Agricultura, a qual fica com 4,4% do orçamento. Enquanto que nas secretarias que receberam mais

¹⁷ Atual estado do Rio de Janeiro.

recursos verificam-se as seguintes porcentagens: Secretaria de Saúde Pública, com 5,8%; Secretaria de Segurança Pública, com 12,6%; Secretaria de Viação e Obras Públicas, com 15,5%; Secretaria da Fazenda, com 20,6%; e, Secretaria de Educação e Cultura, com 28,2%. (IPARDES, 1989)

Os repasses inferiores à Secretaria da Agricultura ocorrem devido ao projeto do governo estadual em desenvolver o setor industrial, mesmo assim, é o setor agrícola que continua sendo o principal para o Estado. (IPARDES, 1989, p. 66)

3.3 OQUADRO PARTIDÁRIO EM 1965: ANO DE CAMAPANHA POLÍTICA

Ao final de cada ano, o jornal A Tribuna do Paraná¹⁸ selecionava uma pessoa que havia se destacado por seus feitos no Estado do Paraná no decorrer do ano. Este indivíduo era homenageado e recebia um título de “Homem do Ano”.

No ano de 1961, o escolhido foi Paulo Pimentel pelas atividades desempenhadas à frente da Secretaria da Agricultura. A solenidade referente a esta homenagem ocorreu em março do ano seguinte, e durante a festa, Aníbal Khury lançou o nome de Pimentel como candidato a governador.

Neste momento, Pimentel passa a vislumbrar a possibilidade de concorrer, no pleito eleitoral de 1965, como candidato ao governo do Paraná. A partir de então tem início no norte paranaense o discurso de que “precisava haver uma vez para um homem da região cafeeira”¹⁹, aliado ao slogan “prestígie quem trabalha”²⁰. Com isto a candidatura de Pimentel começa a ganhar força.

Os partidos com maior representatividade no Paraná no primeiro quinquênio da década de sessenta eram o PDC, o PTB, a UDN e o PSD. Na Assembléia Legislativa, após os resultados das eleições de 1962, referentes à 4ª Legislatura, que iria de 1963 a 1967, estes partidos assumiram as seguintes posições: o PDC e o PTB elegeram cada um 12 deputados; a UDN assume 08 cadeiras, e o PSD perde sua representatividade ficando com 07 cadeiras. (COSTA, 1995, p. 586-588)

¹⁸ No ano de 1961 este jornal era propriedade da Editora O Estado do Paraná. Neste ano, Fernando Affonso de Camargo respondia como Diretor e João Feder era Diretor Secretário. (TRIBUNA DO PARANÁ, outubro, 1961)

¹⁹ Revista Panorama, Ano XV, n. 161, Out. 1965.

²⁰ Revista Panorama, Ano XV, n. 161, Out. 1965.

Neste contexto, não podemos esquecer que algumas personalidades influentes na política paranaense também eram importantes lideranças partidárias, tais como Nelson Maculan no PTB; Moysés Lupion no PSD; Edgar Távora no PRP; Plínio Franco Ferreira da Costa no PSD. No PDC encontrava-se o governador Ney Braga, o deputado federal José Richa e o deputado Afonso Camargo Neto, então presidente deste partido e integrante da Direção Nacional. No PTN²¹, o domínio era de Aníbal Khury e a UDN era dirigida pelo senador Adolpho de Oliveira Franco.

Quanto ao quadro partidário paranaense, este, em 1965, comportava treze partidos, a saber: Partido Trabalhista Nacional (PTN); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido Social Democrático (PSD); União Democrática Nacional (UDN); Partido de Representação Popular (PRP); Partido Social Trabalhista (PST); Partido Republicano Trabalhista (PRT); Movimento Trabalhista Renovador (MTR); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Democrata Cristão (PDC); Partido Republicano (PR); Partido Social Progressista (PSP); Partido Liberal (PL).

Desde o início do mandato, Ney Braga encontra no PSD os principais opositores ao seu governo, e no PTB, os principais aliados. Em 1961, quando Ney Braga assume o governo, ele não contava com a maioria na Assembléia Legislativa, das 45 cadeiras, 17 estavam com o PSD e 13, com o PTB. Das cadeiras restantes, 07 estavam com a Frente democrática, formada pelo PR, com 05 cadeiras, e pela UDN com 02; 04 com o PSP; 03 com o PDC e 01 com a Frente Trabalhista Cristã (PRT, PRP, PTN).

Com uma representação minoritária, Ney Braga se aproxima do PTB com o intuito de obter maioria na Assembléia, assim, juntos somavam mais cadeiras que o PSD. Todavia, com o retorno do presidencialismo, a maior parte das forças políticas estaduais, as quais davam sustentação ao governo, se opuseram a Goulart. Com isso, já em 1963, as relações com o governo federal ficaram complicadas e conseqüentemente finda o acordo com o PTB. Mesmo assim, o governo de Ney Braga manteve a maioria na Assembléia, pois com as eleições de 1962 o PDC foi o partido que mais cresceu e, em decorrência disso, se fortaleceu.

²¹ Partido Trabalhista Nacional, fundado em São Paulo por Hugo Borghi, como dissidência do PTB, ainda nos anos quarenta. Esta foi uma das muitas siglas partidárias frequentemente utilizadas por políticos que, com fortes bases eleitorais em seus estados, tinham suas aspirações frustradas pelos grandes partidos onde haviam iniciado suas carreiras. (MAGALHÃES FILHO, 1999, p. 142) Na década de sessenta, o PTN era liderado nacionalmente pelo deputado federal Emílio Carlos, um homem de confiança de Jânio Quadros. (HELLER; DUARTE, 2000, p. 138)

O PTB, que era a segunda força política do Estado, a partir de 1963, passa a representar oficialmente oposição ao governo Estadual, juntamente com o PSD. Observa-se também que desde o início de 1964 o PRP e a UDN estavam em antagonismo ao governo estadual.

Com a renúncia do Presidente da República Jânio Quadros, quem assumiu o governo federal em seu lugar foi o petebista João Goulart, a partir disso, teve início a ascensão política do PTB paranaense junto ao governo federal. Este passa a privilegiar o PTB no Paraná, impedindo o fortalecimento de Ney Braga e, ainda, neutraliza muitas vezes sua influência. Tanto que em julho de 1963, Ney Braga indica o nome de Paulo Pimentel ao presidente João Goulart, para ocupar a presidência do Instituto Brasileiro do Café (IBC), entretanto, Goulart nomeia para o cargo o petebista Nelson Maculan, então senador do Paraná²².

Essa aproximação permitia o crescimento da possibilidade de vitória nas eleições seguintes para o governo estadual desta facção, que já desfilava com três prováveis candidatos: Nelson Maculan, Léo de Almeida Neves e Amaury de Oliveira e Silva.

Diante desse quadro, Aníbal Khury se reúne, em seu escritório, no dia 04 de janeiro de 1964, com os 33 convencionais do PTN para lançar e registrar a candidatura de Paulo Pimentel por este partido, praticamente dois anos antes das eleições. Segundo Rebelo, “sob os conselhos de Aníbal Khury – que antipatizava com Affonso Camargo – Pimentel acreditou que poderia concorrer. [...] Nanico, o PTN era na realidade um cartório político-eleitoral controlado por Aníbal para os fins que lhe conviessem.” (REBELO, 2004, p. 201)

Esta atitude “antecipada”, de acordo com Bacilla Neto, era resultado de um plano político: “opor, no Paraná, com a presença de uma candidatura de sacrifício, um nome para oferecer resistência à invasão do apoio do governo federal a líderes petebistas, que já se entredevoravam na luta pelo galardão de concorrente do PTB ao Iguazu.”²³

Após a convenção do PTN, Ney Braga foi até a residência de Pimentel, corroborando com esta candidatura. Para Kunhavalik (2004), a presença de Ney Braga na casa de Pimentel, demonstrando apoio ao lançamento de sua candidatura

²² O Estado do Paraná, 14 e 19 jul. 1963.

²³ Revista Panorama, Ano XV, n 161, Out. 1965.

pelo PTN, não necessariamente significava apoio à candidatura de fato, mas possivelmente a intenção futura de enfraquecer uma candidatura lançada com muita antecedência.

No entanto, desde 1962, havia rumores sobre dois candidatos com potencial para suceder Ney Braga, um deles era Paulo Pimentel e o outro era Afonso Camargo Neto²⁴. Deste modo, já era sabido por Ney Braga que em algum momento ocorreria uma ruptura no interior de seu grupo.

Ambos galgavam seus espaços de maneiras diferentes, de um lado Pimentel percorria o Estado divulgando sua atuação na Secretaria da Agricultura e ganhava popularidade e apoio político da população paranaense, de outro, Afonso Camargo Neto recebia o apoio de seus partidários e agia nos bastidores da política, fortalecendo os laços com dirigentes e militantes pedecistas, entre outros.

Ao ser estabelecido o cargo de vice-prefeito e vice-governador, até então inexistente, pela Assembléia Legislativa, em 21 de fevereiro de 1964, quem é indicado por Ney Braga para assumir o cargo de vice-governador é Afonso Camargo Neto. Eleito dias depois pela Assembléia. (O ESTADO DO PARANÁ, 22 e 27 fev. 1964)

Com o golpe de 31 de março de 1964, o clima no Paraná fica tenso, o PSD e o PTB, representantes da oposição são totalmente desestruturados devido aos processos de cassação. Foram cassados Moysés Lupion, do PSD, o líder do PTB, o senador Amaury de Oliveira e Silva, e ainda os deputados do PTB, Luiz Alberto Dalcanalle, Leon Naves Barcelos, Waldemar Daros, Jorge Nassar e Walter Pecoits. (COSTA, 1995; REBELO, 2004)

Os petebistas foram os mais perseguidos pelas cassações em todo território nacional, pois, na visão dos militares, este partido vinha desafiando o sistema há muito tempo.

Ao tomarem conhecimento do desordenamento do PTB, os pedecistas passaram a defender a idéia de que a estratégia de lançamento da candidatura de

²⁴ Afonso Camargo Neto reorganizou o PDC no Paraná em 1957. Em 1958, foi coordenador da campanha de Ney Braga a deputado federal. Em 1960 gozava inteiramente da confiança de Ney Braga, assim atuou em sua campanha ao governo nas articulações de bastidores e na área de marketing. Com a vitória de Ney Braga, assumiu em 1961 a chefia do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Ainda em 1961, no mês de setembro, assumiu a Secretaria de Justiça. Com a fundação da CODEPAR, em 1962, Afonso assumiu a presidência deste órgão. Concomitante às suas atribuições institucionais, Afonso era o principal articulador político de Ney Braga em todas as esferas políticas, sempre secundado pelo amigo José Richa. (REBELO, 2004, p. 200)

Paulo Pimentel não era mais necessária, sendo assim, Pimentel deveria sujeitar sua candidatura ao registro de seu nome no partido, pois o candidato de Ney Braga ao governo deveria sair do PDC. Pimentel resiste a esta pressão e não submete a existência de sua candidatura ao registro no PDC. (BACILLA NETO, 1965)

O PDC convidou várias vezes Pimentel para filiar-se ao partido, mas ele estrategicamente evitou sua filiação, por saber que, se entrasse no PDC, devido à força de Afonso Camargo Neto, não teria chances de candidatar-se. Deste modo, Pimentel articulou sua candidatura com um partido menor. (REBELO, 2004; KUNHAVALIK, 2004)

A influência de Afonso Camargo Neto foi nítida na formação do secretariado para o ano de 1964, aumentando assim a participação do PDC no Estado, e conseqüentemente garantindo espaço para sua candidatura. Esta postura prejudicava diretamente a UDN, impossibilitando o atendimento de suas reivindicações, e acabou resultando no rompimento dos udenistas com o governo em abril desse ano. (REBELO, 2004, p. 202)

Devido às nomeações feitas por Afonso Camargo Neto no Estado e com a posse de Leônidas Bório na presidência do Instituto Brasileiro do Café (IBC), que fazia parte do grupo afonsista, juntamente com Gilberto Pires, nomeado como assessor do IBC em maio de 1964, Pimentel reúne-se com Ney Braga e pede demissão. Pimentel argumenta que Afonso Camargo Neto estava intervindo em todos os setores do governo e atrapalhando, entre outras coisas, sua atuação como secretário. Neste ínterim, Jayme Canet Júnior, então presidente da CAFE do Paraná, tendo conhecimento sobre a pauta da reunião entre Pimentel e Ney Braga, entra na sala onde eles estavam, interrompe a reunião para pedir demissão também, solidarizando-se com Pimentel. Ney Braga contorna a situação e solicita um prazo para transpor este conflito. Diante desses fatos, torna-se pública a crise que já vinha ocorrendo desde 1962, nos bastidores, entre Pimentel e Afonso Camargo. (REBELO, 2004)

Perante essa situação, Pimentel foi cauteloso na presença dos jornais, afirmando que sua renúncia não significava uma ruptura com Ney Braga ou com o governo. Segundo Pimentel, o seu pedido de demissão estava ligado ao fato de que Ney Braga demonstrava que apoiaria Afonso Camargo para candidato, em entrevista diz: *“ele (Ney Braga) abriu o jogo, desde, como ele disse, desde antes do*

governo, da posse, ele já declarou que o candidato era o Afonso. Aí virou a coisa e ele (Ney Braga) não queria me apoiar. Então eu pedi demissão e o Aníbal, sempre um consertador falou: - Se ele não topar você perde a eleição! E ele não topava, só que as oposições, em fim, a oposição, começou apresentar o nome do Bento, aí a coisa mudou...”(E2)

A bancada do PDC na Assembléia defendia Afonso, corroborando com a aceitação do pedido de demissão de Pimentel por parte do governador. Quanto aos outros secretários, apesar de vários apoiarem Pimentel, nenhum deles deixaria seus cargos caso Pimentel saísse, de fato, com exceção de Canet Júnior.

Todavia, Ney Braga encontrava-se em uma situação difícil, pois se aceitasse o pedido de Pimentel, deixava evidente a sua preferência pela candidatura de Afonso Camargo Neto, e se rompesse com o segundo ficava claro o seu apoio ao primeiro. Para o governador era muito mais interessante manter ambos em sua equipe. Desse modo, Ney Braga preservava seu poder de influência na decisão de seu sucessor, bem como evitava desgastes em sua autoridade política. Ney Braga solicitou o apoio de Leônidas Bório e Jayme Canet Júnior para superar esta crise, o que de fato ocorreu com a ajuda deles. (REBELO, 2004)

Com relação ao pedido de demissão de Pimentel, este foi recusado por Ney Braga, que declara o seguinte ao falar à imprensa: “A administração desenvolvida à frente da Secretaria da Agricultura pelo Dr. Paulo Pimentel o credencia como excelente colaborador, de cujo trabalho não abrirei mão.” (O ESTADO DO PARANÁ, 12 maio 1964)

Assim, os responsáveis pelos cargos de primeiro escalão no governo firmaram entre si um acordo interno de não-agressão, seguido da divulgação de um documento de “apoio e solidariedade” ao governador, assinado pela totalidade dos secretários, diretores de departamentos e autarquias, reafirmando a posição de condutor político de Ney Braga e a unidade da administração estadual. O documento foi entregue ao governador pelo Secretário de Segurança Pública, Ítalo Conti. Nesta menção verifica-se o seguinte conteúdo:

Considerando que maus paranaenses pretendem sobrepor aos interesses do Estado os seus próprios, procurando perturbar a obra administrativa que está sendo executada pelo atual governo, os signatários do presente vêm a público, numa homenagem aos paranaenses proclamar que:

I – Acima dos interesses de cada um, há que se preservar os ideais da Revolução democrática que teve e tem no Governo Ney Braga um dos seus mais legítimos líderes e cuja vitória é do povo brasileiro, o qual deve ser seu único beneficiário.

II – A união e o trabalho, que sempre caracterizaram a atual administração paranaense, encontram-se, mais do que nunca, fortalecidos, e assim permanecerão, sob o comando seguro do governador do Estado.

III – Repudiam e repudiarão sempre qualquer ação ou atitude dos que pretendem atingir a normalidade administrativa e política do Estado, visando a desunião da equipe do Governo que, leal e conscientemente, jamais servirá aos interesses do inimigo do Paraná.

IV – Para a consolidação da democracia, que deve merecer o esforço e a compreensão de todos, o momento exige trabalho, dedicação, eficiência e desprendimento, fatores que, mercê de Deus, não estão ausentes da administração paranaense, em todos os seus setores. Assim sendo, não é justo e nem tolerável que divergências e paixões políticas possam tumultuar o ambiente sereno e ordeiro que o povo exige para o seu bem-estar e para o progresso do Paraná, que são nossos objetivos comuns.

V – Aceitam, com firmeza, a liderança do Governador Ney Braga, o qual, no momento oportuno, saberá escolher o caminho que proporcionará a continuidade da obra administrativa do atual Governo.

Assim sendo, conclamam a todos aqueles que, honestamente, desejam o bem do Paraná a que se unam em torno desta posição, em favor do povo e da democracia.

Assinam o documento: Algacyr Guimarães, Affonso Camargo Neto, [...] Paulo Pimentel, [...] e Ayrton Ricardo dos Santos. (O ESTADO DO PARANÁ, 12 maio 1964)

Outra medida efetivada pelo governador refere-se à articulação política do governo que passou a ser executada por Ítalo Conti²⁵ e Aristides Simão, Secretário do Governo, ambos ligados a Pimentel. Com isso, Afonso Camargo Neto perdeu peso na coordenação política. (REBELO, 2004)

Por outro lado, manteve-se a ruptura com a UDN, o que não favorecia Pimentel, que tinha ligações com setores da UDN de várias regiões do Paraná, inclusive do norte. Sendo assim, findava-se temporariamente este impasse entre estes grupos opostos.

De acordo com todos os acontecimentos decorrentes do golpe de 1964, unidos ao fato de que no ano de 1965 haveria eleição presidencial e para governadores estaduais, surge a possibilidade de prorrogação, como ocorreu na esfera federal, do mandato de governador do Estado por um período de um ano, ou ainda a realização de eleições indiretas, via Assembléia Legislativa.

²⁵ O General Ítalo Conti nasceu no município de Marechal Mallet/PR, em 29.09.1916, é casado com D. Odete Curi Conti. Estudou na Escola Militar do Rio de Janeiro de 1929 a 1934. Em 1935 ingressou na Escola Militar do Realengo. Participou da luta contra a Intentona Comunista, no levante ocorrido na antiga Escola de Aviação Militar. Praticamente em todo tempo da vida militar serviu na capital do Paraná. Participou da campanha da FEB no 1º Grupo de Artilharia. Cursou a Escola de Comando do Estado Maior do Exército. Comandava o Grupo de Artilharia de Castro, quando recebeu o convite de Ney Braga para assumir a chefia da Polícia, que em seguida passou a ser a Secretaria de Segurança Pública. No governo de Paulo Pimentel, assume a chefia da Casa Civil. (DIÁRIO DO PARANÁ, 30 jan. 1966) Ítalo Conti é cunhado de Aníbal Khury. (COSTA, 1995, p.485)

Diante deste quadro, se as eleições fossem realizadas via Assembléia Legislativa, é possível afirmar que Ney Braga apoiaria Afonso Camargo Neto, que era um articulador dos bastidores e estava muito mais preparado para uma escolha indireta, pelo voto dos quarenta e cinco deputados, do que por eleições diretas.

No entanto, como estratégia de campanha, Ney Braga defendeu a prorrogação de seu mandato por mais um ano. Assim ele poderia promover sua candidatura à presidência da república, que era o seu desejo e, no decorrer deste ano expandir a sua projeção crescente, no cenário nacional. Conseguiria, também, obscurecer Pimentel, “uma liderança nova que poderia ameaçar a de Ney no estado ou ofuscá-lo face aos quadros nacionais.” (IPARDES, 1989, p. 145)

No que diz respeito a essa questão, Francisco de Magalhães Filho relata que participou, no início do ano de 1965, de uma reunião com o governador Ney Braga e em entrevista concedida à equipe do Projeto História Política do Paraná, em Curitiba, em novembro de 1986, afirma que:

Ney estava com outros governadores, tentando conseguir a prorrogação de seu mandato, o que lhe permitiria o esvaziamento de Pimentel, que pressionava para ser candidato. A estratégia era deixar o Paulo pressionar, porque em conluio o mandato dos governadores iria ser postergado por um ano, e o Paulo entraria no vazio depois, e então Ney escolheria seu sucessor. E, por outro lado, esta prorrogação lhe favorecia as pretensões para depois de sair do governo do Estado. (IPARDES, 1989, p. 145)

Tanto que com o início das pré-candidaturas, segundo Ney Braga, ele foi “com alguns companheiros conversar com Adolpho de Oliveira Franco para ver se formávamos um grupo maior de partidos para viabilizar um terceiro nome. Cogitou-se lançar Parigot de Souza, mas a composição não se concretizou.” (BRAGA, 1996, p. 168)

Quanto ao Paulo Pimentel, mesmo diante da incerteza das eleições diretas, não abandonou em nenhum momento sua campanha popular. Com a decisão do primeiro presidente, Castelo Branco, escolhido pelo que os militares chamavam de Movimento Revolucionário, em efetivar a eleição direta no país em outubro de 1965, Pimentel saiu na frente por causa da sua popularidade com o eleitorado.

Assim, Ney Braga não teve outra escolha a não ser apoiar a candidatura de Paulo Pimentel, considerada, do ponto de vista eleitoral, mais forte do que a de

Afonso Camargo Neto, o qual tinha o nome limitado às esferas do PDC, apesar de ser respeitado em outros partidos. (REBELO, 2004)

O próprio Ney Braga reconhece que “Paulo se viabilizava conquistando apoio popular, principalmente no interior, enquanto Affonso se mostrava um homem de bastidores. [...] Paulo soube se tornar popular com os programas da Secretaria da Agricultura, como o de melhoria genética do rebanho. Foi um programa muito feliz que acabou impulsionando o nome do Secretário.” (BRAGA, 1996, p. 167)

Ao comparar os encaminhamentos políticos de Afonso Camargo Neto e Paulo Pimentel, como pré-candidatos eleitorais, Rebelo nos diz o seguinte:

O próprio Affonso revelou-se um tanto quanto tímido para o desafio que se lhe impunha. [...] no seu batismo de fogo ele teve uma postura bastante acanhada para quem pretendia concorrer ao governo. Esse estilo derivava de seu temperamento retraído, quase beirando o soturno. Enquanto Pimentel comprava dois jornais para se fortalecer politicamente e ocupava espaço em toda a mídia – inclusive nas colunas sociais, onde aparecia com dona Ivone e as quatro filhas pequenas –, Afonso só aparecia nas páginas políticas. Pimentel era festejado como o Secretário da Agricultura que renovara o rebanho paranaense e viajava incansavelmente ao interior, sempre acompanhado de um séquito de assessores, para festas, solenidades e recepções; Afonso ficava recluso nos bastidores políticos e só viajava para o Rio, São Paulo ou Brasília para cumprir as missões que Ney lhe delegava. Raramente ia aos municípios. (REBELO, 2004, p. 207)

Outros dois fatores influenciaram a decisão de Ney Braga, em relação à candidatura de Pimentel. De um lado, a possível candidatura do ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955), que também era seu cunhado e inimigo político, que estava sendo apoiado pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e pelo PSD (Partido Social Democrático), aliada à informação de que a candidatura de Pimentel tinha o apoio de Jayme Canet Júnior.

O episódio que envolve Jayme Canet Júnior e Pimentel, na questão das eleições de 1965, recebe a atenção de dois autores paranaenses. Um deles descreve esse quadro assim: “Numa definição complicada, Ney pediu a Saul Raiz para sondar a posição de Jayme Canet Jr., homem importante nas arrecadações das campanhas do grupo, em relação à convenção. Canet foi categórico: ‘Vou com Paulo Pimentel em qualquer circunstância, com o Afonso de maneira alguma.’ “ (ALMEIDA, 1999, p. 61)

O outro aborda esta questão da seguinte maneira:

Em determinado momento da sucessão Ney pediu ao diretor do DER, Saul Raiz, que fosse conversar com o presidente da CAFÉ do Paraná, Jayme Canet Júnior, e lhe pedisse para dar uma brechada na campanha de Pimentel. Canet era um dos maiores entusiastas da candidatura do secretário. De acordo com Saul, quando ele propôs a Canet que se contivesse nos movimentos em favor de Pimentel, sua reação foi brusca: “Eu gasto minha fortuna, mas não largo o Paulo”, disse-lhe o presidente da CAFÉ. O gasto minha fortuna talvez seja força de expressão no relato de Saul, mas traduz de forma fidedigna o estado de ânimo de Canet. (REBELO, 2004, p. 206)

A ruptura entre Ney Braga e Afonso Camargo Neto ocorreu no início do ano de 1965, na convenção do PDC realizada em Brasília-DF, para eleger o presidente do Diretório Nacional. Neste encontro, Ney Braga candidatou-se à reeleição e concorreu com Franco Montoro, deputado paulista.

Nesse momento, Afonso Camargo Neto, por não acreditar mais na sustentação política de Ney Braga à sua candidatura ao governo estadual, decidiu, juntamente com outros dez pedecistas paranaenses, dentre eles José Richa, apoiar e votar em Franco Montoro, que venceu a eleição. (REBELO, 2004)

A partir deste episódio, Afonso Camargo Neto não se aproximou mais de Ney Braga por muitos anos. Mesmo assim, apoiado pelo grupo pedecista que se opunha à candidatura de Pimentel, Afonso Camargo Neto manteve a sua candidatura e foi à convenção estadual do PDC para concorrer com Paulo Pimentel.

A convenção do PDC foi realizada no Teatro Guaira e teve início no dia primeiro de maio de 1965, continuou no dia seguinte, e terminou somente na madrugada do dia três de maio. Com 1.619 correligionários presentes, muitos foram os oradores, os quais se alternavam, num confronto verbal que envolvia intimidação e ameaças de parte a parte. Segundo Rebelo, “Ney mobilizou toda a estrutura do governo para assegurar a indicação de Pimentel. Delegados do interior foram assediados com promessas de obras em seus municípios e cargos na burocracia. [...] Pimentel estava bastante nervoso; Afonso, mais frio, procurava demonstrar tranqüilidade.” (REBELO, 2004, p. 209)

Do total de votos, Pimentel obteve 838, e com uma diferença de somente 57 votos, ganhou a convenção de Afonso Camargo Neto, que ficou com 781 votos.

Apesar de Pimentel ter ganhado a convenção do PDC e de receber o apoio do partido durante a campanha, sua candidatura não foi registrada, pois Afonso Camargo Neto, que era o presidente do diretório regional do PDC, apoiado por José Richa e outros dissidentes, não permitiram que o registro fosse efetuado.

O mesmo ocorre na UDN. Nesse partido Paulo Pimentel ganha a convenção, mas também não é registrada a sua candidatura, devido aos poucos dissidentes localizados na cúpula do partido, tais como o senador Adolpho de Oliveira Franco, dirigente da UDN, e Newton Carneiro, deputado e ex-presidente do partido, que não apóiam a candidatura de Pimentel. Entretanto, o Diretório Metropolitano de Curitiba da UDN, o vice-presidente do partido, Rubens Requião, a maior parte da UDN do norte paranaense, assim como a maioria dos udenistas apoiaram a eleição de Pimentel ao governo do Paraná.

No PRP, comandado por Edgar Távora, o espaço inicialmente era garantido para a candidatura de Paulo Pimentel. No decorrer das negociações o próprio Edgar Távora seria o candidato a vice-governador. Sendo assim, o PRP lança o nome de Pimentel, entretanto, cancela o registro. Os perrepistas se sentiram traídos por Pimentel e sua equipe e passaram a prestigiar a candidatura de Bento Munhoz da Rocha Neto, principal candidato da oposição.

O que ocorreu entre o PTN e o PRP foi o seguinte: esses partidos tinham um acordo para o candidato à vice-governança, o qual deveria ser do PRP, e provavelmente seria Edgar Távora. Portanto, no caso de uma eventualidade que levasse a retirada da candidatura de Edgar Távora, o PRP seria consultado e participaria da decisão final, entrando em acordo com o PTN sobre o substituto. Essa atitude seria colocada em prática somente para reforçar a candidatura de Pimentel em termos políticos e eleitorais, se fosse necessário.

Todavia, isso não ocorreu dentro dos parâmetros combinados entre o PTN e o PRP, e num determinado momento Plínio Franco Ferreira da Costa²⁶, do PSD, foi apresentado como candidato a vice-governador do PTN. Segundo Almeida, este episódio causou profunda mágoa e revolta em Edgar Távora. Pimentel tentou

²⁶ Plínio Franco Ferreira da Costa nasceu em Curitiba, em 17 de novembro de 1920. Casado com Ida Costa. Estudou em Curitiba e em 1941 concluiu o Curso de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). Por concurso, foi nomeado em 1942, Guarda Fiscal da Prefeitura Municipal de Curitiba. Em 1944, foi convocado para o serviço ativo do Exército e promovido a 2º Tenente. Em 1946, concluiu o curso de Engenharia Civil na Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná. Em 1951, foi nomeado assistente técnico do quadro especial do Palácio do Governo, exercendo as funções de chefe da Divisão de Operações do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado, para cuja direção foi indicado no mesmo ano; Em 1955, foi nomeado acumulativamente diretor do DAEE e diretor do DER – Departamento de Estradas e Rodagem. Em 1958, era Secretário da Fazenda, demitiu-se em 1960 para candidatar-se à sucessão governamental. Perdeu o pleito para Ney Braga, candidato do PDC. Em 1962, assumiu o cargo de Diretor da Rede Ferroviária Federal e foi eleito deputado federal. (O Estado do Paraná, 01 fev. 1966) No período de 1966-1971 foi vice-governador do Paraná.

explicar os fatos em uma visita que fez à casa de Edgar, mas ele não aceitou suas desculpas. (ALMEIDA, 1999, p. 60)

O fato é que Ney Braga já havia iniciado um processo de aproximação com o PSD, através do desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa e de Cândido Martins de Oliveira. O intuito era atrair o apoio desse partido à candidatura da situação, pois, de acordo com uma pesquisa política que Ney Braga e sua equipe possuíam, constatava-se uma provável decisão das eleições paranaenses efetivadas pelos eleitores do PSD.

A intenção de Ney Braga era trazer o então deputado federal Plínio Franco Ferreira da Costa para candidatar-se como vice de Pimentel, para isso Algacyr Guimarães, então Secretário da Fazenda, também intercede junto a alguns setores do PSD.

Concomitante às negociações em âmbito estadual, Ney Braga envia Ítalo Conti a Brasília para apresentar ao presidente Castelo Branco essa proposta de articulação política. O presidente Castelo Branco, além de concordar com esta chapa paranaense para o governo, conversa pessoalmente com Plínio Franco Ferreira da Costa, que em seguida vem para o Paraná e aceita sua candidatura como vice.

A importância da presença de Plínio Franco Ferreira da Costa como candidato da situação se dava por dois fatores: primeiro porque Plínio Costa era representante de uma família tradicional do Sul, o que equilibrava a chapa, pois Pimentel representava o Norte do Estado. O outro se refere à popularidade de Plínio Costa, devido à sua expressiva votação em 1960, quando havia sido candidato a governador e recebeu 26,8% dos votos e, em 1962, quando foi o candidato mais votado para deputado federal.

No entanto, este procedimento não trouxe o apoio integral do PSD e acabou resultando numa divisão no interior do partido. Tanto que para este pleito eleitoral os dois candidatos a vice-governadores saíram dos quadros deste partido. Assim, parte do PSD trabalhou para a vitória do candidato Bento Munhoz da Rocha Neto, e parte para a de Pimentel.

O nome de Bento Munhoz da Rocha Neto já era cogitado desde os últimos meses de 1964, para disputar as eleições por uma frente única de oposições composta pelo PTB, pelo PSD e por alguns partidos menores.

Segundo Rebelo, somente após a convenção do PDC, com a oficialização da candidatura de Pimentel é que Bento Munhoz da Rocha Neto aceita concorrer no pleito eleitoral de 1965, assim, “é bem provável que ele não concorresse contra Affonso, caso esse fosse o vitorioso no embate pedecista, por causa das ligações de família.” (REBELO, 2004, p. 208)

Diante do quadro político nacional e a perseguição do regime militar ao PTB, este partido se encontrava em uma situação delicada para lançar um candidato próprio, inclusive alguns possíveis candidatos não aceitavam disputar a eleição pelo risco de serem cassados, diante do ocorrido com muitos colegas em março de 1964. Mesmo assim, na convenção do PTB, Léo de Almeida Neves pleiteia sair candidato ao governo, porém o partido decide apoiar Bento Munhoz da Rocha Neto, com 176 votos, contra 78 votos em prol de uma candidatura própria.

Ao decidir apoiar Bento Munhoz da Rocha Neto, o PTB deseja indicar o nome do vice-governador desta candidatura. Entretanto, Bento Munhoz efetivou o acordo para o vice com os pessedistas. Assim, o PSD, entre os nomes de Rafael Rezende, Emilio Carazzai e Accioly Filho, decide pelo primeiro, pelo fato desse representar o norte do Estado.

Bento Munhoz da Rocha Neto disputou as eleições de 1965, como candidato pelo PR, das oposições coligadas formadas pelo PTB, grande parte do PSD, PRP, PSP, PST, MTR, e, dissidentes da UDN e do PDC, representados pelo grupo de Afonso Camargo Neto, este inclusive, “no início de julho de 1965 assumiu a coordenação geral da campanha oposicionista.” (REBELO, 2004, p. 209)

O candidato da oposição, Bento Munhoz da Rocha Neto foi governador do Paraná (1951-1955), ministro da Agricultura do Presidente Café Filho (1955), além de ser filho e genro de ex-governadores, os quais dominaram a política paranaense por mais de quarenta anos. Atuou também como deputado federal duas vezes e foi candidato ao senado no pleito eleitoral de 1962.

Ainda Bento Munhoz da Rocha Neto foi quem lançou Ney Braga na política paranaense, na década de 50. Ney Braga reconhecia o fato, mas não acredita dever a Bento seus triunfos na vida pública.

De acordo com Samuel Guimarães da Costa,

[...] a insinuação de que a disputa entre Bento e Paulo seria uma disputa entre Norte e Sul do Estado não tem o menor fundamento. A política do governo Ney Braga, na qual Paulo até ontem esteve integrado, se caracterizou exatamente pelo propósito marcante de reduzir e suprimir distâncias físicas e psicológicas entre as duas regiões. Os que levantarem tal questão correm o risco de capitalizar as antipatias do Paraná inteiro, que é um estado de fronteiras abertas e já não admite campanhas de cunho bairrista nem divisionistas entre regiões.²⁷

Diante deste cenário político e, a partir das questões apontadas por Samuel Guimarães da Costa, concomitantes as trajetórias das convenções realizadas no Estado no ano de 1965 e as respectivas decisões referentes às candidaturas e os vices, a preocupação constante em aproximar a região Norte do Paraná à cúpula de decisões presentes na Capital paranaense, referentes ao Paraná como um todo. Até o início da década de sessenta o norte paranaense estava muito mais ligado economicamente ao Estado de São Paulo, do que propriamente ao Paraná, principalmente pela maior facilidade do escoamento da produção via São Paulo e pelo Porto de Santos do que pelo Porto de Paranaguá, devido as melhores condições de transporte.

Desse modo, a cúpula do poder situada na capital do Estado passa a defender a idéia de que se não houvesse maior coesão entre as regiões do Paraná, tornava-se eminente o risco de um futuro desmembramento do Estado. Essa política de integração das regiões é iniciada por Ney Braga em 1961. Mesmo assim, essa preocupação persiste e se comprova no momento em que observamos a necessidade da presença de representantes do Norte paranaense nos meandros político-partidários, e a busca pelos mesmos, como estratégia política e também administrativa.

No que diz respeito aos encaminhamentos da campanha política, uma estratégia mantida por Pimentel para conquistar a população consistiu em transitar com seu nome sempre do interior do Estado para a capital paranaense, inclusive pela resistência encontrada nesta região. Em Curitiba a tática era a mesma, visitando inicialmente os bairros mais distantes, depois os mais centrais, para somente no final da campanha comparecer nas rádios, emissoras de TV e fazer declarações à imprensa.

²⁷ COSTA, Samuel Guimarães da. Um jovem Paulo e um Senhor Bento. **Revista Panorama**, Ano XV, n. 156, Maio, 1965.

No decorrer da campanha Paulo Pimentel preserva o discurso político de Ney Braga, ao mesmo tempo em que transmite a imagem do “político novo”, a qual traduz um homem sério, trabalhador, honesto, cheio de energia e idéias a serem praticadas após as eleições.

Esta imagem pode ser observada nos *slogans* empregados à época, tais como a frase “prestígie quem trabalha” proferida como referência a Pimentel desde 1961, em decorrência de sua atuação como Secretário da Agricultura, e o *slogan* “Aqui se trabalha” utilizado durante a campanha, ambos reafirmando o empenho e a dedicação de Pimentel ante seus compromissos como homem público, que desempenha a função de Secretário de Estado. A estas expressões também estavam aliadas o seguinte *jingle*: “Ele é nosso candidato/ Paulo Pimentel/ Ele é de confiança/ Paulo Pimentel/ O trabalho é a esperança/ Paulo Pimentel/ E o povo vota em quem trabalha/ Vota em Paulo Pimentel/ Prestígie quem trabalha/ Pro seu voto ser fiel/ Dê ao nosso Paraná/ Paulo Pimentel/ Paulo Pimentel/ É pau, é pedra, é feixe miúdo/ Pimentel acima de tudo/ Eu voto em Paulo que é trabalhador/ Eu voto em Paulo pra governador!

Com um outro *slogan*, sinônimo de homem modesto: “o homem do chapéu de palha”, Pimentel constrói a idéia, perante o homem do campo, de que por ele “ser” do meio rural, ao assumir o governo, poderá manter uma administração voltada também para esta área. Inclusive, neste momento, praticamente 70% da população residente no Estado do Paraná estava situada na área rural, e apenas 30% vivia em áreas urbanas, logo, seus principais eleitores era o homem do campo, o trabalhador rural.

Já com o *slogan* “Para o Paraná não parar, vote em Paulo e Plínio”, percebe-se a proposta da continuidade administrativa, vinculada à imagem progressista de Ney Braga; e ainda com o *slogan* “Com Paulo você tem mais futuro” verifica-se a exaltação de uma proposta administrativa aliada a uma renovação maior para o Estado do Paraná.

No período da campanha, Bento Munhoz da Rocha Neto foi criticado por Pimentel e sua equipe por primar pela Capital do Estado durante sua administração como governador e, conseqüentemente, abandonar o interior do Estado. Com esta crítica aliada ao argumento de Pimentel, de que ele era do interior do Paraná, do

norte paranaense, e que se fosse eleito não iria abandonar ou esquecer as suas raízes, Pimentel consegue sensibilizar vários colégios eleitorais do Estado.

Em relação às principais críticas tecidas a ele durante a campanha de 1965, em entrevista, Pimentel nos diz o seguinte:

Os defeitos maiores na minha candidatura eram: jovem, inexperiente, despreparado, eram os argumentos que se usavam. Não é político, não tem tradição, não conhece o Paraná. É paulista, faz só oito anos que ele está aqui, é um absurdo isso, o cidadão pretender ser Governador do Paraná, vem do Estado de São Paulo que é um estado dominador, quer levar tudo, quer ser o dono do Paraná, quer estabelecer a unidade, a 5ª comarca. A minha estratégia de campanha era que mocidade não é defeito. Segundo lugar, que o próprio adversário tinha uma frase que dizia: "Paraná de todas as gentes!" Aqui tinha ucraniano, alemão, russo, chinês, japonês, coreano, italiano, português, etc. Todos e de todo o Brasil, gente de todos os lados, tinha no norte do Paraná, nordestinos, mineiros, paulistas, etc. No oeste e sudoeste tinha gaúchos, catarinenses. Então o Paraná não podia com esta tradição antiga dos paranaenses, não receber bem os que vinham para cá, não poderia reagir com os que vieram e com os que pretendiam vir, o Paraná precisava de gente competente. Essa frase era anterior à campanha dele. "Paraná terra de todas as gentes!" Era uma frase célebre dele. É por isso que no Paraná tem gente de todo lado, tem colônia russa em Guarapuava, coreana aqui em Ponta Grossa, holandeses, ucranianos, poloneses, alemães, italianos, chineses, japoneses; enfim, de todo lado você encontra gente no Paraná. Um estado que recebeu tanta gente, não poderia se irritar com um candidato que saiu desses novos paranaenses. (E3)

Apesar da disputa acirrada, as eleições ocorreram tranquilamente e o resultado foi positivo para Paulo Pimentel, candidato somente pelo PTN. Segundo Bacilla Neto, Pimentel conseguiu agregar eleitores diferenciados, recebendo os seguintes "votos": "o primeiro eleitor, o eleitor da renovação política, o voto da continuidade da administração de Ney Braga, o voto feminino, do agricultor, da idéia de maior dinamismo, de confiança na energia da mocidade. O voto do contra, também, funcionou. De agressão à estreiteza de concepções regionalistas." ²⁸

O aspecto inovador na política daquele momento foi o fato de ter sido a primeira vez no Estado do Paraná que no decorrer de uma campanha foram utilizadas pesquisas de opinião pública juntamente com outras ações de marketing político. Desse modo, a campanha de Pimentel foi conduzida pelos coordenadores, dentre eles Rafael Iatauro, baseada em pesquisas, as quais indicavam as regiões que precisavam de maior atenção e apontavam as tendências da opinião pública, assim, era possível através de uma dedicação maior alterar o quadro verificado nas

²⁸ Revista Panorama, Ano XV, n. 161, out. 1965

pesquisas, consolidar a intenção de voto dos eleitores e ao mesmo tempo influenciar os indecisos.

Num depoimento de 1993, dado a Adherbal Fortes de Sá Junior, sobre a candidatura de Paulo Pimentel, Aníbal Khury diz o seguinte:

O Paulo não 'desembarcou candidato', como muita gente acha. Ao contrário: ele era tímido e nem queria falar no assunto. Tivemos que convencê-lo, estimulá-lo, o Rafael latauro ao lado dele, eu agindo por fora. Eu, o Rafael, mais alguns companheiros do interior e o pessoal de Porecatu, entre eles o Nassib Jabur. Lançamos o Paulo com dois anos de antecedência, o que nos deu grande vantagem. Outra vantagem veio do uso sistemático da pesquisa de opinião pública. A primeira reunião para tratar do assunto foi na casa do Rui Rocha Loures. Com as pesquisas fomos convencendo o Ney de que o Paulo era o único candidato em condições de vencer o Bento Munhoz da Rocha. A convenção do PDC foi difícil porque alguns líderes de muito prestígio, como o Arnaldo Busato, apoiaram o Affonso. Da convenção em diante, o Ney arregaçou as mangas. A grande imagem da campanha de Paulo foi o chapéu de palha, que nasceu num comício em Icaraima. Do palanque nós víamos um mar de chapéus de palha, daquele eleitorado muito mais rural do que urbano. Inventamos o chapéu de palha. (BRAGA, 1996, p. 172)

Sobre o apoio recebido de Aníbal Khury, e sua relação com ele nessa época, em entrevista Pimentel relata que:

Eu o prestigiava dentro de seu eleitorado e ele me dava apoio na Secretaria da Agricultura, e como ele, na época, ele comandava a Assembléia mesmo, ele era o parceiro extraordinário, aí eu me liguei a ele. Como eu não tinha nenhum interesse político e ele, a meta dele era sempre ser deputado, nunca almejou mais do que isso, quem sabe no íntimo ele almejava ser governador. Então ele acreditou em mim e achou que eu podia dar jeito e realmente foi meu mestre em política, ele tinha alguns hábitos que eu não concordo, mas ele realmente em termos de inteligência e habilidade política o Aníbal Khury foi realmente insuperável. Foi o Aníbal Khury que inventou o partido, ele que me pôs no partido, ele que soube da oportunidade, ele que me embalou. E eu cheguei sempre a conclusão de que em qualquer eleição 50% é o candidato e 50% é o resto, e para ganhar a eleição precisa ter no mínimo 70%, 80%. Mas o candidato tem que ajudar e, ele me deu habilidades políticas que realmente, eu neófito neste campo, me ajudaram muito. Ele foi o propulsor da minha candidatura e depois na campanha ele também me ajudou, mas já não foi tanto, mas o que ele me levou mesmo foi até o registro da candidatura, na qual nós pudemos nos impor como candidato ao governador que não queria, eu não era o seu favorito. (E6)

Proporcionalmente ao total de eleitores do Estado do Paraná, a diferença entre os concorrentes foi pequena: Paulo Pimentel obteve 518.935 votos, representando 51,1% dos eleitores e, Bento Munhoz da Rocha Neto recebeu 458.119 votos, ou seja, 45,1%, do total de 1.015.310²⁹ votos. Em Curitiba, a vitória foi de Bento Munhoz, com 75.646 votos, contra 62.646 para Pimentel. Bento Munhoz também vence na mesorregião do Paraná Tradicional. Enquanto Pimentel sai

²⁹ Neste total estão incluídos os votos brancos e nulos.

vitorioso nas mesorregiões do Oeste Paranaense, do Litoral e do Norte cafeeiro. (IPARDES, 1989)

Portanto, seguida da sua atuação como Secretário da Agricultura, Paulo Pimentel foi eleito governador do Paraná no último escrutínio direto após o golpe de 64, realizado em três de outubro de 1965. Sua administração teve início em trinta e um de janeiro de 1966, e foi concluída em quinze de março de 1971.

4 1966-1971: GOVERNANDO O PARANÁ

Ao assumir o executivo, como governador do Paraná, em janeiro de 1966, Paulo Pimentel representava o primeiro político do Norte do Estado eleito governador do Paraná e que, naquele momento, era a região mais populosa e que mais havia crescido naqueles últimos anos. Conseqüentemente, esta região depositava muitas expectativas na nova administração, principalmente pelo fato de que a administração anterior, de Ney Braga (1961-1965), considerou a questão da integração do norte paranaense ao Paraná tradicional.

Como governador, Pimentel preservava seu estilo de grande proximidade com a população e, ao mesmo tempo, mantinha um diálogo com o poder central, baseado na tecnocracia.

A partir de 1966, os Estados perderam autonomia não só política, mas também financeira e parlamentar, perante o governo federal. Sendo assim, os governadores estaduais passaram a desempenhar a função de gerentes que executavam as determinações do governo federal.

No entanto, conforme afirmações presentes nos jornais da época, tais como essa publicada no Diário do Paraná, ainda no primeiro mês de mandato: “Paulo Pimentel está dando evidentes provas de energia em sua administração, sobretudo na permanente fiscalização à conduta dos responsáveis pelos diversos setores governamentais e na afirmação de sua autonomia pessoal em matéria político-administrativa.” (DIÁRIO DO PARANÁ, 26 fev. 1966)

Nesse sentido, ainda que com algumas modificações e ampliações, devido às novas demandas sociais, o *Projeto Paranaense de Desenvolvimento* continuou como principal condutor das ações estatais. Pela sua importância, tanto no governo Paulo Pimentel como para as décadas seguintes, é preciso destacar seus objetivos e propostas.

Esse projeto diz respeito a um conjunto de políticas e ações que deveriam ser encaminhadas pelo Paraná, com o intuito de promover o desenvolvimento econômico. O principal objetivo deste plano era fomentar a industrialização do Estado e, para isso, era necessário inicialmente ampliar a infra-estrutura de

transportes e energia. Este empreendimento previa também um sistema de concessão de empréstimos e investimentos industriais privados.

Num primeiro momento, este projeto foi denominado de Plano de Desenvolvimento do Paraná. A sua elaboração foi feita por setores tais como a empresa associada ao padre Leuret denominada SAGMACS – Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais, a empresa SPL – Serviços de Planejamento, propriedade de Alex Beltrão e Zacarias de Sá Carvalho e o órgão estadual de planejamento chamado PLADEP³⁰ – Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná.

Segundo Magalhães Filho, com a vitória da oposição em 1955, o PLADEP ficou marginalizado de suas funções, transformando-se na prática, basicamente em um centro de estudos e pesquisas sobre a economia estadual. Ainda assim, tal produção de estudos e projetos sobre o que hoje chamaríamos de propostas de políticas públicas, “forneceram os alicerces sobre os quais seriam elaboradas as propostas que, mais tarde, configurariam o eixo principal do que viria a ser o *projeto paranaense de desenvolvimento* [grifamos].” (MAGALHÃES FILHO, 1999, p. 79)

Um dos documentos que demonstrava as bases que formariam o projeto paranaense foi elaborado em 1958, sob a coordenação do PLADEP, para a FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Outro documento, o chamado Estudo 40 – Análise da Economia Paranaense, publicado em 1961 pelo PLADEP, já apontava como objetivo principal para o Estado do Paraná o desenvolvimento econômico, que seria alcançado por meio da industrialização.

³⁰ “Concebido no governo de Bento Munhoz da Rocha, o PLADEP foi criado no governo de Adolpho de Oliveira Franco, que substituíra Bento Munhoz, por ocasião de sua renúncia.” (MAGALHÃES FILHO, 1999, p.79) “Durante o período curtíssimo – menos de dez meses – em que esteve à frente do Executivo paranaense, como sucessor de Munhoz da Rocha, [...] o governador Adolpho de Oliveira Franco, tomou algumas iniciativas meritórias, com o competente respaldo da Assembléia Legislativa. [...] Uma delas foi o [...] PLADEP [...] que seria o embrião de um futuro sistema estadual de planejamento. (COSTA, 1995, p. 431) “O PLADEP tinha o coronel Alípio Ayres de Carvalho como coordenador. Alípio Ayres serviu na 5ª Região Militar e comandou o Colégio Militar de Curitiba. Foi designado para coordenador do PLADEP ainda no governo de Adolpho de Oliveira Franco, por indicação do general Henrique Lott, então Ministro da Guerra. Permaneceu no cargo durante o governo Lupion, embora tivesse solicitado para sair devido à sua amizade com Ney Braga. Quando Ney Braga sai candidato para o governo do Estado, o coronel Alípio Ayres avisa o governador Lupion que participaria da campanha e que apoiaria Ney Braga. Mesmo assim o governador o mantém no cargo. Assim, o PLADEP transformou-se numa espécie de subcomitê neysta dentro do Iguazu.” (KUNHAVALIK, 2004, p. 282)

Sendo assim, o papel do Estado seria, além de fomentar a industrialização, assumir as responsabilidades pelos investimentos e políticas para viabilizar essa industrialização, atendendo em especial as demandas de energia elétrica e rodovias.

No entanto, “isso correspondia ao que era, à época, a proposta dominante no cenário nacional, onde a chamada ideologia desenvolvimentista tornava-se hegemônica, com forte embasamento teórico no pensamento cepalino.” (MAGALHÃES FILHO, 1999, p. 83)

O *projeto paranaense de desenvolvimento*, denominado assim à época pela imprensa e por alguns integrantes do próprio projeto, de acordo com Magalhães Filho (1999) e Augusto (1978), começou a ser implementado pelo governador Ney Braga (1961-1965), a partir de 1961, e foi sustentado pela mesma fração da burguesia que apoiou sua candidatura.

Quanto ao pensamento cepalino³¹ presente no projeto, não se caracterizou como um obstáculo para o governador Ney Braga, pois os partidos democratas cristãos, inclusive os chilenos e venezuelanos recebiam muitas influências das propostas cepalinas, e o PDC brasileiro mantinha contatos com estes partidos. (MAGALHÃES FILHO, 1999, p.116)

³¹ Devido ao amplo movimento em favor da autodeterminação no campo da economia, fundou-se em 1946 a CEPAL, pela iniciativa do economista argentino Raul Prebisch, que se fixa em Santiago do Chile. Segundo os cepalinos, a América Latina ao longo do século 19 adotara os princípios liberais e, no entanto, não conseguira avançar muito além da estagnação e da pobreza. Além disso, sua política de exportação de produtos primários tinha a longo prazo provocado a deterioração dos termos de troca, assim o valor de troca das exportações do Brasil, por exemplo, possibilitava, proporcionalmente, que este país importasse cada vez menos manufaturados do estrangeiro. Era preciso que o estado estimulasse a industrialização com o intuito de proteger seus manufaturados da competição externa. Defendiam também o que se chamou de “substituição da exportação”, uma política que visasse o traslado de empresas estrangeiras com modernas tecnologias produtivas para serem implantadas nos países latino-americanos (elas doravante produziriam aqui o que antes era preciso importar). Seu modelo era dual, acreditavam promover um amplo setor econômico modernizado convivendo simultaneamente com o setor agrícola tradicional. Igualmente eram favoráveis a que o Estado e não o mercado determinasse onde seriam feitos os principais investimentos e quais setores deveriam ser privilegiados com isenções ou insumos. Advogavam ainda o estímulo ao mercado interno e uma política de reforma agrária para promover sua ampliação. Os cepalinos, identificados no Brasil como estruturalistas, eram os representantes ideológicos do que se chamava na época de “burguesia nacional”. Planificação significava controle estatal o que nem os desenvolvimentistas moderados nem os liberais podiam aceitar. Estes também previam que o estado planificador terminaria por assumir um papel empresarial cada vez maior alijando os interesses privados e adulterando a seu favor as práticas do mercado. Dados disponíveis em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/estatista_privatista.htm> Acesso: 28 mar. 2005.

Esta proposta elaborada pelo governo do Estado do Paraná no início da década de sessenta, tinha como base o processo que ocorria no Brasil e que se concentrava no estado de São Paulo. O seu principal objetivo era industrializar internamente o Estado e, conseqüentemente, substituir as importações, vindas principalmente do Estado de São Paulo. Todavia este modelo nacional-desenvolvimentista no momento de adoção pelo Paraná já estava se esgotando em âmbito nacional.

Segundo Magalhães Filho (1999), a elaboração do Projeto de Desenvolvimento Paranaense é iniciada com um atraso de dez anos em relação ao Brasil, isto é, quando o Paraná está em fase de implementação de seu Projeto, esse modelo de desenvolvimento está desgastado nacionalmente. Leão (1989) afirma que o modelo original do projeto fracassa no Paraná devido ao descompasso com a questão da industrialização no Brasil, a qual não defendia mais a criação de setores modernos, mas o predomínio do capital internacional, no setor de bens duráveis e bens de produção, apoiado pelo capital estatal.

A partir dessa perspectiva de desenvolvimento industrial, na segunda metade da década de sessenta encontra-se presente no Brasil uma recessão econômica. Contudo, o Paraná foi menos afetado do que o país como um todo por essa crise econômica, pois ainda era predominante no Estado a economia cafeeira, voltada para o mercado externo, juntamente com os respectivos problemas decorrentes dessa economia. Essa situação colaborou com o governador Paulo Pimentel, permitindo a ele demonstrar otimismo em relação ao desenvolvimento econômico paranaense em comparação ao do Brasil, tanto que em Mensagem a Assembléia Legislativa, Pimentel cita um discurso do Mal. Costa e Silva, no qual afirma: “o Paraná vive uma fase de ascensão no cenário nacional, alterando as estatísticas e atingindo índices impressionantes de progresso e riqueza.” (MENSAGEM A ASSEMBLÉIA, 1969, p. III)

A outra fase da implementação do projeto paranaense de desenvolvimento foi a criação da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná – CODEPAR, em março de 1962, através da lei nº 4529, sancionada pelo governador Ney Braga.

A CODEPAR era uma sociedade de economia mista, que tinha o Estado como principal acionista e o intuito de promover o projeto desenvolvimentista paranaense. Ainda tinha como acionistas o Banco do Estado do Paraná, a

Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a Companhia Paranaense de Silos e Armazéns, a Usina Termelétrica de Figueira S/A, a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural e a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração.

Na primeira metade dos anos sessenta foram criadas várias sociedades de economia mista, as quais atuaram durante toda década exercendo atividades de algum modo paralelas ao sistema administrativo estadual operante naquele momento. A lógica de estruturação deste sistema era dinamizar a administração, livrando-a de muitos procedimentos burocráticos, ao mesmo tempo centralizando o planejamento e descentralizando a execução.³² (AUGUSTO, 1978, p. 29-30)

No que diz respeito às iniciativas de financiamento da CODEPAR, estas foram custeadas pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, gerenciado pela Companhia. Isso possibilitou o investimento em infra-estrutura, principalmente energia e transporte, favorável à industrialização, permitindo ainda o financiamento direto às indústrias.

O Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE criado no governo de Ney Braga, funcionava como empréstimo compulsório cobrado através do aumento de 4,95% para 5,95% da alíquota do IVC (Imposto de Vendas e Consignações). Por meio desta estratégia o governo conseguiu gerar recursos paralelos ao orçamento estadual. A taxa de retorno deste empréstimo, que era de 4% ao ano, ficava muito abaixo da taxa inflacionária. A alíquota do IVC em 1964 sofreu nova alteração, passou de 5,95% para 6,95%, devido a um novo empréstimo compulsório. (AUGUSTO, 1978, p. 59)

Segundo Augusto (1978), a partir de 1965 as regras de atuação da CODEPAR foram atingidas legalmente. Até então os recursos destinados pela CODEPAR eram para financiamento de unidades industriais em sentido estrito e,

³² As sociedades criadas no período citado foram: Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná – CAFÉ do Paraná – em agosto de 1961, paralela a Secretaria da Agricultura; Fundação Educacional do Paraná – FUNDEPAR – em julho de 1962, paralela a Secretaria da Educação; Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR – em janeiro de 1963, paralela ao Departamento de Águas e Esgotos; Companhia de Telecomunicações do Paraná – TELEPAR – em março de 1963; Centro Eletrônico de Processamento de Dados – CELEPAR – em outubro de 1964; Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR – em maio de 1965; e [...] Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná – CODEPAR – em março de 1962, com funções paralelas as desenvolvidas pela PLADEP. E também uma subsidiária desta última, CODEPAR – Crédito, Financiamento e Investimentos, em fevereiro de 1965. (AUGUSTO, 1978, p.29-30)

apesar do argumento girar em torno do “desenvolvimento industrial e agrícola”, as negociações eram efetuadas somente com empresas industriais. A partir de então começou, no Paraná, a percepção de que o capital industrial era o capital produtivo e com isso ocorreu um alargamento da faixa operacional da Companhia.

A CODEPAR, diante da lei 24/65 de 1965, foi autorizada a negociar com empresas controladas pelo capital estrangeiro, prática até então proibida. Segundo Augusto, esse procedimento ia de encontro à ideologia desenvolvimentista nacional, a qual, num primeiro momento, incentivou o capital local, as pequenas e médias empresas e, em seguida, submeteu o capital, tanto paranaense quanto o nacional, ao poder competitivo das empresas internacionais e ao financiamento do capital estrangeiro. (AUGUSTO, 1978, p. 112-113)

Dentro dessa lógica de desenvolvimento, no Paraná, ocorre que cada vez mais as pequenas unidades empresariais ou se sujeitavam a prestar serviços às grandes empresas ou eram “engolidas” por elas, apropriadas, acopladas, pois não tinham condições de competir no mercado. (AUGUSTO, 1978, p. 117)

A partir das mudanças legais a CODEPAR passou gradualmente a atuar meramente como extensão do Executivo, reduzindo o papel antes desempenhado por ela, o que resultou na perda de autonomia e das características decorrentes de sua criação.

Outro aspecto a considerar refere-se aos empréstimos compulsórios do FDE, os quais passaram a fazer parte integrante do IVC, já no final de 1965, com a aprovação pelo Congresso Nacional da Emenda Constitucional nº 18. Essa Emenda determinava que somente a União, em casos excepcionais, podia instituir empréstimos compulsórios e estabelecia a substituição do IVC pelo ICM – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, o qual entrou em vigor no ano de 1967.

Com isso, o governo estadual foi diretamente atingido e, conseqüentemente, obrigado a buscar soluções alternativas ao empréstimo compulsório e o FDE passou a depender das verbas consignadas a ele nos orçamentos estaduais.

Até então praticamente todos os recursos para os financiamentos vinham da arrecadação dos empréstimos compulsórios, tanto do Adicional Restituível (AR) de 1% sobre o IVC, quanto do Empréstimo Compulsório Especial (ECE), de mais 1%, os quais eram contabilizados separadamente e depositados na conta do FDE, movimentada apenas pela CODEPAR. A partir disso teve início a proposta de

transformar a CODEPAR em Banco de Desenvolvimento. Isso porque como sociedade de economia mista, a CODEPAR não teria mais capacidade jurídica para estabelecer convênios com as várias organizações nacionais e internacionais de desenvolvimento econômico. Assim, essa “proposta foi aplaudida, considerando o projeto de suma importância para o Estado do Paraná e para o futuro governo que vai se instalar a 31 de janeiro do próximo ano (1966).” (AUGUSTO, 1978, p. 120)

Mesmo diante dessas complicações, as faixas de crédito da Companhia foram ampliadas e, em 1966, a CODEPAR financiou mais projetos do que no ano de 1965. A Companhia também passou a apoiar outras atividades, tais como a avicultura, as indústrias de recuperação, padronização de milho para exportação e passou a oferecer uma linha de crédito para execução de projetos de reflorestamento no Estado. (MENSAGEM À ASSEMBLÉIA, 1968)

Os estudos sobre a reforma administrativa e operacional que transformaria a CODEPAR em um banco de investimento foram concluídos em 1967. No entanto, deste ano para 1968,

[...] se acentuou a agressividade da ex-CODEPAR dentro da nova política de incentivar as inversões na área da livre iniciativa. Por sua vez, o Banco do Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE – concedeu financiamentos, na área estadual, no montante de NCr\$ 25 milhões, representando o extraordinário acréscimo de 500% a mais que no ano anterior, com aumento considerável dos financiamentos da área rural. (MENSAGEM À ASSEMBLÉIA, 1969, p. 13)

Legalmente a CODEPAR foi transformada no Banco de Desenvolvimento do Paraná – BADEP, em 06 de dezembro de 1968, entretanto, Jayro Ortiz Gomes de Oliveira, presidente desde outubro de 1967, continuou no cargo até maio de 1969, quando Adeodato Arnaldo Volpi começou a responder como presidente.

Com a modificação da CODEPAR em Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná – BADEP, sucederam mudanças no direcionamento do financiamento da industrialização paranaense já em 1970, ocorrendo o mesmo durante toda década. Essas mudanças, ocorridas em âmbito nacional, se refletiram na esfera estadual, sendo assim, num primeiro momento o objetivo era primar pela substituição das importações, privilegiar o capital estadual, os pequenos e os médios produtores. Em seguida, a industrialização foi orientada no sentido de complementaridade ao pólo nacional, passando a defender o grande capital, independente da origem. (AUGUSTO, 1978; OLIVEIRA, 2001) Esses encaminhamentos resultaram na

abertura do financiamento de grandes empresas, em geral de capital estrangeiro, com prioridade àquelas de bens de capital e bens intermediários ligadas à indústria pesada e à agroindústria.

Embora a administração estatal, representada na figura do governador Paulo Pimentel, tinha como um de seus principais objetivos o desenvolvimento industrial, o Paraná ainda era um Estado de economia primária, dependente da exportação dos produtos agrícolas. Desse modo, em meados da década de sessenta, o cultivo do café era a produção que estava no auge no Estado do Paraná.

Todavia, ainda nessa década teve início o esgotamento do ciclo do café paranaense. Esse fato está ligado a vários aspectos, dentre eles, o excesso da produção, gerada pela grande extensão de área plantada, tanto no Brasil quanto nos demais países concorrentes o que reduzira o preço internacional do café. Devido a esse excesso de produção, foi adotada uma política de erradicação de pés de café. Assim, entre 1962 e maio de 1967 foram eliminados 1.379.343 mil cafeeiros em todo país, desta quantidade estão excluídos os pés destruídos pelas geadas e àqueles eliminados voluntariamente pelos produtores. (REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, jul./ago., 1969)

Aliado a isso, verifica-se no Brasil, a política implementada por Juscelino Kubistchek (1955-1961) que confisca os lucros dos cafeicultores comprometidos com a exportação. Unido a este fato, especificamente no Paraná ocorrem intensas geadas no fim da década de sessenta e início da década de setenta, erradicando vastas áreas de café e inviabilizando economicamente o replantio deste produto. (OLIVEIRA, 2001, p. 30-35)

Os danos observados no setor cafeeiro após as geadas, já são vistos em 1966, quando Pimentel faz o seguinte discurso: “A geada apenas precipitou a falência da lavoura cafeeira, que havia sido decretada pela política econômica do governo federal.” O Paraná enfrenta o problema assumindo parte da responsabilidade pela condição dos produtores. Sendo assim, abre linhas de crédito suplementares para atender a situação, através do Banco do Estado do Paraná e também intercede junto a União em defesa da cafeicultura. (PANORAMA, ago./set. 1966, p. 54)

Em decorrência das geadas do ano de 1969, a safra de café que previa uma produção de 14 milhões de sacas ficou em aproximadamente três milhões de sacas. (REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, jul./ago., 1969)

Todos esses aspectos contribuíram para o declínio do setor cafeeiro, o qual representava em 1969 mais de um terço das exportações do Brasil e, em 1974, mal atingia 7%. (OLIVEIRA, 2001, p.35)

Todavia, no Paraná, apesar do incentivo a diversificação da agricultura e da ocorrência da substituição do cultivo do café por outros, essa cultura ainda era de grande importância para o cenário econômico, tanto que, ainda em 1969, foi elaborado um plano de incentivo à cafeicultura, o qual teve início em 1970. Tinha como proposta replantar 120 milhões de pés de café num período de três anos, com o objetivo de suprir o *déficit* gerado pela erradicação de cafeeiros e a conseqüente queda da produção, com o intuito de garantir a hegemonia desse setor no Estado do Paraná. (MENSAGEM A ASSEMBLÉIA, 1969 e 1970)

Contudo, desde o ano de 1963, a Secretaria da Agricultura do Paraná, com a perspectiva de investir na diversificação da agricultura, começa a fazer estudos experimentais para o cultivo da soja³³, bem como incentivar o cultivo desta oleaginosa, o qual em grande parte foi apoiado por financiamentos da CODEPAR. Com o declínio do café, ainda no governo de Paulo Pimentel (1966-1971), a soja foi apresentada como uma alternativa de cultivo contemplada com financiamento público a preços acessíveis aos proprietários rurais.

A expansão da soja nos anos sessenta resulta em uma produção de 348 mil toneladas em 1970. Verifica-se ainda que, em 1950 havia duas plantações industriais, ambas estaduais. Já em 1960 encontram-se três empresas no Estado, dentre elas uma é multinacional. Em 1965 estas empresas cresceram para nove, 2 multinacionais e 7 estaduais e destas cinco foram financiadas pela CODEPAR. Em 1970 há 21 empresas, dentre elas, 12 paranaenses, 04 extra-estaduais nacionais e uma multinacional receberam financiamento. Perante este quadro, observa-se que: as empresas estaduais são consideradas de tamanho pequeno, as extra-estaduais nacionais médias e as multinacionais grandes. (MAGALHÃES, 1999, p. 154)

³³ Relatório Anual apresentado pela Secretaria de Agricultura do Estado, Governo do Paraná, 1962 e 1963.

Um dos objetivos propostos em campanha pelo governador Paulo Pimentel se referia à integração entre a economia de exportação de matérias primas e a economia industrial, assim como a da população paranaense cultural, social e economicamente. Tanto que o programa de governo de Pimentel foi denominado “Desenvolvimento Integrado” e as metas nele contidas foram ordenadas da seguinte forma: “1. Diversificação e expansão da produção agropecuária; 2. Dinamização e expansão da produção industrial; 3. Defesa da posição do Paraná como principal produtor de café; 4. Implantação da infra-estrutura básica.” (PANORAMA, ago./set., 1966, p. 53)

A partir do extrato descrito abaixo do discurso proferido por Pimentel à Assembléia Legislativa em 1966, percebem-se quais eram os objetivos principais traçados nesse programa de governo:

O objetivo primordial do programa de governo para o período 1966/1970 baseia-se na concepção do desenvolvimento como um processo contínuo de elevação dos padrões de vida de toda a população, decorrente do aumento da produtividade dessa população, obtida pela sucessiva introdução de novas técnicas de produção. Mas essa concepção não é em si suficiente. É necessário que o desenvolvimento integre em seu processo, todas as camadas da população, todos os setores de atividade, todas as manifestações da existência humana. A isso chamamos o desenvolvimento integrado que informou nossa plataforma de candidato e se converte em nossa filosofia de governo.³⁴

Com 210 dias no executivo, o governador Pimentel convocou todos os Secretários de Estado e vários dos diretores de departamentos e autarquias para uma reunião, com o intuito de elaborar uma análise referente aos encaminhamentos dos primeiros meses de Governo, inclusive em relação às metas propostas, as quais estavam sendo ponderadas, e ainda planejar a continuidade administrativa.

No que tange à integração do Estado, em entrevista Pimentel afirma que ao assumir o governo o norte paranaense tinha acesso mais fácil com São Paulo do que com Curitiba, um fator facilitador desse acesso era a ferrovia chamada Estrada de Ferro Sorocabana. Esta passava nas proximidades de regiões paranaenses, ia até Presidente Prudente, Presidente Epitácio, Presidente Wenceslau e pontal do Paranapanema. Segundo Pimentel *“não havia vínculo para cá, não tinha razão de vir para Curitiba. Aqui só os funcionários públicos, receita estadual, delegado de polícia.*

³⁴ Paraná, Governo do Estado. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 4ª sessão ordinária da 5ª Legislatura pelo senhor Paulo Cruz Pimentel governador do Estado. Curitiba, 1966 p. XVI e XVII.

Assai, até o tempo que eu conheci, era só japoneses, os únicos não japoneses lá eram os funcionários públicos estaduais e federais. Qual foi a situação que isso criou? Três estados: o Estado do Iguaçu, o Estado do Paranapanema e o Estado do Paraná.” (E3)

De acordo com Pimentel essa situação foi contornada da seguinte maneira:

Primeiro com a estrada que o Ney fez, a Estrada do Café. Depois a Estrada de Ferro Central do Paraná de Ponta Grossa a Apucarana, que eu fiz 80%. Depois a rodovia BR 277, feita pelo governo federal e inaugurada no meu período. Depois a rodovia ligando Pato Branco a Três Pinheiros, que eu fiz para trazer Pato Branco para cá. Depois a COPEL, que até o meu período não tinha energia para fornecer ao estado todo, depois que inaugurou a Capivari-Cachoeira, todo o estado se uniu em torno da energia elétrica. Depois a outra que eu também fiz foi a TELEPAR que deu telefone para todo mundo. Naquela época o telefone no Paraná passou a ser o melhor do Brasil. Eliminou a intermediação da telefonista. Até então não tinha isso, por exemplo, lá em Porecatu nós ligávamos para São Paulo, para Curitiba nunca. Não havia transmissão. [...] Então o Paraná nesta época se unificou, durante o final do governo anterior e no meu inteiro. Quando eu terminei, esse mérito eu tinha conseguido, uma meta do meu governo foi unificar o Paraná. (E3)

Observa-se ainda que naquele período, para incentivar tanto a diversificação agrícola, quanto a expansão industrial, foi necessário a provisão, por parte do governo, de uma infra-estrutura básica.

4.1 CONSTRUÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

O conjunto de obras priorizadas foram as referentes ao setor de energia elétrica, de transportes e de telecomunicações, sem os quais a capacidade empresarial da iniciativa privada esbarra em obstáculos dificilmente superados.

Tal infra-estrutura era necessária para a valorização dos produtos agrícolas produzidos no Estado, cujo custo ficava onerado pelos fretes elevados, pela perda parcial das safras em razão da precariedade dos sistemas de transportes, armazenagem e comercialização, e pela ausência de um mínimo razoável de transformação industrial.

Com relação à infra-estrutura básica dos transportes, foram priorizados os eixos que ligavam os centros produtores aos mercados locais, nacionais e externos, primando pelo escoamento da produção via estradas rodoviárias. Deste modo, foi

criada em 1968 a Secretaria dos Transportes visando integrar o sistema rodoviário, ferroviário e portuário, e operar em conjunto com a política federal. (MENSAGEM A ASSEMBLÉIA, 1969, p. 14)

No quinquênio administrado por Pimentel, dentre as estradas construídas, foram pavimentados 1246 km até início do ano de 1970. Deste total, 536 km foram pavimentados até o ano de 1968, 372 km foram pavimentados em 1969 e 340 km foram pavimentados em 1970. Quanto aos trechos pavimentados, verificam-se os seguintes: Campo Mourão/Cascavel, com 170 km; São Luiz do Purunã/Palmeira e Curitiba/Rio Branco do Sul (chamada estrada de cimento). Ainda, dentre as estradas executadas, verifica-se o seguinte quadro: Maringá/Paranavaí, com 145 km; Maringá/Campo Mourão, com 85 km; Maringá/Umuarama com 150 km PR-11 – Ponta Grossa/Iтарaré, com 166 km (Rodovia da Madeira); Três Pinheiros/Pato Branco; Rolândia/Porecatu. Muitas dessas obras foram aprovadas no governo de Ney Braga, e outras iniciadas neste período. (MENSAGEM A ASSEMBLÉIA, 1969; PANORAMA, set., 1970)

A chamada Estrada do Sudoeste teve a terraplanagem e a construção efetuada em todos os 494 km de extensão durante o período 1966-1970, esta estrada comunica a Lapa ao município de Barracão na fronteira com a Argentina. Faz parte desta estrada a Rodovia do Xisto, que interliga a Lapa a São Mateus do Sul. Sua inauguração foi em janeiro de 1968, com 83 km de pavimentação, devido ao convênio que o Estado fez com a Petrobrás, no qual a Petrobrás, que construía uma Usina para a exploração do xisto pirobetuminoso, forneceu o asfalto e o Estado, através do DER, executou a obra. Ao final do Governo Pimentel esta estrada se encontrava pavimentada até a cidade de União da Vitória. (MENSAGEM A ASSEMBLÉIA, 1969; PANORAMA, fev., 1968)

Observa-se ainda, a conclusão em abril de 1968 do trecho da BR 277, ligando Paranaguá a Curitiba, sob a responsabilidade do governo federal, através do DNER e também financiada com o empréstimo concedido ao Paraná em abril de 1966, de US\$20 milhões pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Durante quinze anos, as obras desta estrada, que tem como projeto chegar ao município de Foz do Iguaçu, estiveram sob a responsabilidade estadual, porém em 1963 passaram para a alçada federal. (PANORAMA, abr., 1968)

Quanto ao transporte ferroviário, foi possível executar parte da Ferrovia Central do Paraná, o trecho concluído da ferrovia no Governo Pimentel foi de aproximadamente 80%, saiu de Ponta Grossa e chegou até as proximidades de Apucarana. A extensão total da ferrovia era 330 km, ligando Ponta Grossa a Apucarana, segundo acordaram o governo estadual e federal. Neste, o governo estadual ficou responsável pela administração e conclusão da obra e entrega ao segundo, que obteve empréstimos junto a Morgan Guaranty Trust Company, de Nova York e Walter Resources Development Limited de Tel Aviv. Até (MENSAGEM A ASSEMBLÉIA, 1969; PANORAMA, nov., 1968; PANORAMA, dez., 1970)

No que diz respeito aos investimentos no setor energético, desde o governo Lupion, nos anos de 1947/1948, se fazia presente a preocupação com esta questão.

No ano de 1948 o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) propôs um plano para a eletrificação do Estado denominado Plano Hidrelétrico Paranaense; nesse momento a produção de energia do Estado era de 34.696KW, que significava um consumo per capita de 77KW e representava cerca da metade do consumo per capita de São Paulo e Rio de Janeiro. No final da gestão de Lupion a produção de energia alcançava 41.347KW. (SIQUEIRA, 1994, p. 95-102)

Já no governo de Bento Munhoz foi constituída uma comissão com o intuito de estudar a organização de uma empresa mista de energia elétrica, pois para Bento neste setor o Estado devia intervir, harmonizando os interesses do poder estatal e da iniciativa privada. Assim, foi fundada em 26 de outubro de 1954, através do decreto número 14.947³⁵, uma empresa de economia mista denominada Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL, representada naquele momento por Themístocles Linhares como diretor presidente, Pedro Viriato Parigot de Souza como diretor técnico e Heraldo Vidal Correa, diretor administrativo. (KUNHAVALIK, 1995, p. 74-79)

O funcionamento da COPEL foi autorizado pelo governo Café Filho através do Decreto nº 37.399, de 27 de maio de 1955. Desta forma foram iniciadas, ainda no governo Bento Munhoz, as propostas para construção da Central Hidrelétrica de Capivari-Cachoeira e a Termelétrica de Figueira.

³⁵ Conforme Diário Oficial do Estado, nº 190, de 27 out. 1954.

A questão energética do Paraná era vista como um dos pontos de estrangulamento da economia. Portanto, o governo estadual direcionou a atenção para este setor e, no início da gestão do governador Ney Braga, foi elaborado, a partir dos novos estudos e levantamentos e da revisão dos planos já existentes, o I Programa Estadual de Eletrificação. Esse foi executado durante o quinquênio 1960/1965, período em que a COPEL elevou o atendimento de 14 para 120 localidades, multiplicando o volume de energia. A potência instalada no Estado passou de 128.183KW para 221.956KW. Uma das principais metas do Programa Estadual de Eletrificação foi cumprida com o término das obras, seguido do funcionamento, da Estação Transformadora do Campo Comprido. A Usina Termelétrica de Figueira (20MW), localizada no Norte Pioneiro, foi inaugurada em 1963. Ainda foram executadas nesse período a Hidrelétrica de Chopim e de Mourão I, e a captação de recursos, através de empréstimos, concedidos principalmente pela Eletrobrás e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, para a construção das Usinas Salto Grande do Iguaçu e Capivari-Cachoeira.

No governo seguinte, de Paulo Pimentel foi elaborado o II Programa Estadual de Eletrificação, com o objetivo de elevar as linhas de transmissão para 275 municípios.

Em fevereiro de 1966, foi aprovado pela USAID – United States Agency for International Development, o empréstimo solicitado em 1965, pelo então governador Ney Braga, para instalar 100 Km de linhas de transmissão, destinados a efetivação da linha tronco de transmissão da Usina Termelétrica de Figueira até Apucarana e construção da Hidrelétrica de Foz do Chopim. Com a implantação do segmento relativo a linha Xavantes-Figueira, o atendimento energético da Região Norte ficou completo. A empresa responsável por essas construções foi a Sul Americana de Eletrificação S/A – SADE.

Interiorizar os serviços de fornecimento de energia elétrica foi uma meta alcançada pelo governo Pimentel, tanto que em 1967 foi inaugurada a Usina de Salto Grande do Iguaçu (15,6 MW), com o objetivo de atender ao Sul do Estado. Em janeiro de 1970, foi inaugurada a Usina Julio de Mesquita Filho (Foz do Chopim), com capacidade para gerar 44 MW destinados para aproximadamente 50 municípios da Região Sudoeste e Oeste. (PANORAMA, mar., 1970)

Em 1969, a Copel iniciou a construção do tronco principal para o transporte da energia elétrica da Capivari-Cachoeira para a subestação de Campo Comprido, assim, a energia da Usina foi injetada no sistema interligado estadual. Para isso a subestação de Campo Comprido ampliou a capacidade de transmissão e recepção de 100 mil para 220 mil quilowatts.

Quanto a Usina Hidrelétrica Capivari-Cachoeira, apesar de ter sido inaugurada em 1971, ela começa a operar com metade da capacidade no ano de 1970, e no dia 13 julho:

O governador Paulo Pimentel autoriza o fechamento das comportas. Naquele dia começava o represamento das águas do rio Capivari. Nada menos do que dois milhões de metros cúbicos por dia estavam se precipitando no grande reservatório a partir do momento da autorização. Lentamente formava o maior lago das redondezas de Curitiba: cerca de 12 quilômetros quadrados. [...] Quando o nível da água represada atingir o túnel de captação dois geradores poderão entrar em funcionamento na casa de máquinas, fornecendo sem maiores problemas 125 mil quilowatts de energia – exatamente a metade da capacidade de produção. No entanto, no planalto continuam às obras junto a barragem. Ela terá uma altura de 50 metros (a água represada não atingirá nível superior a 45 metros). Atendido o nível ideal, o segundo grupo de geradores entra em operação: mais 125 MW. (menos de dois anos). (PANORAMA, set., 1970, p. 60)

Na época em que começou atuar com capacidade total, a Capivari-Cachoeira (250 MW) era a principal unidade geradora da Copel e a maior central em funcionamento do Sul do Brasil. Com isso passou a desempenhar um importante papel na constituição de uma infra-estrutura energética capaz de suportar e acelerar o desenvolvimento paranaense. Assim, em 1969 apenas vinte municípios ainda não estão atendidos por energia elétrica produzida no sistema público, num total de duzentos e oitenta e oito, e em 1970 dos 467.700KW disponíveis para o Estado, somente 50.000 eram adquiridos de terceiros.

O governo também investiu em uma política de eletrificação rural, auxiliado pelas Cooperativas de Wittmarsun, Marechal Cândido Rondon, Campo Mourão, Entre Rios, Arapoti, Maripá e outras.

No que tange à questão energética, esta também era um dos fatores prioritários do governo militar, portanto o plano estadual compunha o nacional. Isto pode ser comprovado, segundo Siqueira, com a primeira participação direta do governo federal no planejamento energético da Região Sul, através da portaria nº 376 de 28 de outubro de 1966, instituindo o Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul – ENERSUL. Dele faziam parte a Eletrobrás, a Comissão do Plano de

Carvão Nacional (CPCAN), a COPEL (Paraná), a CELESC (Santa Catarina) e a CEEE (Rio Grande do Sul). Ainda, nesse contexto Siqueira indica que:

O relatório da Comissão foi incluído em dezembro/1969, sendo aprovado pelo presidente e recomendado à execução em 1970. Previa a evolução da demanda de energia na Região Sul até 1980 e estabelecia um programa de construção de usinas geradoras para atender a essa demanda. Outro avanço da participação federal no setor elétrico na Região Sul foi a criação em 1968, da Eletrosul, subsidiária da Eletrobrás, para construir e operar centrais geradoras e sistemas de transmissão destinados a atender a Região Sul do país. Paralelamente, nesse mesmo ano, o governador do Paraná noticiou a abertura de túneis que dariam prosseguimento às obras da Usina Capivari-Cachoeira, mediante convênio Copel, Eletrobrás, Codepar e BID.[...] Mas, com a entrada, do Estado na área da geração, estabeleceu-se um limite à expansão das concessionárias estaduais, o que, obviamente, fazia parte dos planos centralizadores do governo. Em 1969, a Copel solicitou à União autorização para construir a Usina Hidrelétrica Salto Osório. Nessa ocasião, ela já possuía uma equipe com experiência na construção de usinas, uma vez que havia concluído a Usina Hidrelétrica Julio de Mesquita Filho e estava prestes a concluir a Usina Hidrelétrica Gov. Parigot de Souza (Capivari-Cachoeira). A concessão, no entanto, foi outorgada à Eletrosul, com a justificativa de que esta usina iria atender aos três estados da região. Foi firmado, então, um convênio entre a Copel e a Eletrosul, no sentido de incumbir a Copel de administrar a execução de Salto Osório. A usina foi entregue a Eletrosul em 1975. [...] Por trás desses argumentos de teor fortemente tecnicista estava o propósito do Regime Militar de promover a centralização administrativa, tida como fundamental à execução do projeto de sociedade inspirado na Doutrina de Segurança Nacional. O marco dessa proposta foi, a par dos vários atos institucionais baixados pela ditadura, a Constituição de 1967. Imposta pelo Regime Militar à nação, essa Constituição fez mais do que mudar o nome oficial do país de 'República dos Estados Unidos do Brasil' para 'República Federativa do Brasil'; impingiu uma forte reforma tributária que reduziu substancialmente os percentuais dos impostos arrecadados que seriam destinados aos Estados e municípios. Como resultado, toda uma série de políticas regionais (da eletrificação a metropolização) passou a depender do poder central para a liberação das verbas necessárias. (SIQUEIRA, 1994, p. 139-143)

Para o setor das Telecomunicações, teve início na gestão de Pimentel um programa voltado para esta área. Sendo assim, o governo estadual adquiriu o patrimônio da Companhia Telefônica Nacional e passou a administrar, através da Telepar, 90% do sistema estadual de telecomunicações. O governo estadual ainda unificou os serviços telefônicos, de acordo com as orientações da CONTEL.

No serviço telefônico de Curitiba nos anos de 1969 e 1970, entraram em funcionamento 20.000 linhas telefônicas no sistema urbano, interligadas à Central Interurbana da Telepar e à Estação de Trânsito da Embratel, permitindo a comunicação interurbana através do DDD – discagem direta à distância, em âmbito estadual e nacional. (MENSAGEM A ASSEMBLÉIA, 1970)

Através do Plano Nacional de Telecomunicações – Tronco Sul, foram instalados no final da década de setenta, na sede da Telepar, construída durante o governo Pimentel, os equipamentos do projeto de microondas do Paraná e da

Embratel, que funcionava como ponto de encontro do sistema estadual com a rede nacional.

Neste contexto, a rede de microondas instalada no Estado nesse período, priorizou a comunicação telefônica para o DDD aos municípios das regiões produtoras e industriais que precisavam de comunicação constante com o município de Paranaguá e com o Porto de Paranaguá, devido às exportações. Esses municípios eram: Paranaguá, Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Cornélio Procópio, Jacarezinho, Arapongas, Apucarana, Maringá, Cianorte e Paranaíba. Contudo, foram concluídas a Rota Norte da Rede de Microondas, com a seguinte ligação: Paranaguá-Curitiba-Ponta Grossa-Londrina-Maringá. E, ainda as seguintes ligações da Rede de Emergência: Mirassolva-Londrina, Londrina-Porecatu, Cascavel-Marechal Cândido Rondon, Laranjeiras do Sul-Pitanga, Maringá-Campo Mourão, Iporã-Umuarama, Cruzeiro do Oeste-Cianorte, Guarapuava-Entre Rios, Guairá-Iporã e Maringá-Colorado.

A Rede de Emergência teve início em 1967. Nesse ano a TELEPAR interligou cidades da região Oeste e Sudoeste, através da linha Guarapuava-Laranjeiras do Sul e tronco Guarapuava-Foz do Iguaçu. Em meados de 1968, 51 cidades passaram a dispor do sistema de telecomunicações através de equipamentos UHF e VHF, de 24 canais de capacidade.

Desse período, em entrevista, Pimentel recorda que:

O projeto da TELEPAR veio pronto, evidente que uma participação do governo federal em termos de projeto e o financiamento do BNDES. Havia uma parcela que ficamos devendo ao governo federal, que foi pago posteriormente. A Companhia foi construída à custa do povo do Paraná. Aqui vou lhe contar uma historinha boa, interessante. O prédio da TELEPAR foi feito, ou seja, para sua construção nos tivemos que desapropriar um terreno, tivemos algumas dificuldades, etc. Abrimos uma concorrência pública internacional, eu já era governador já. Nesta concorrência pública internacional quem ganhou foi uma empresa do Rio de Janeiro, chamada Carvalho Lopes S/A. A empresa veio. Boa empresa lá e aqui péssima, não se estruturou e começou a construção do prédio. Quando estava, se eu não me engano no 7º andar, o prédio ameaçou desmoronar. Eu fui chamado, fui verificar e o cidadão construtor, tirou um pedaço de uma coluna com a mão, então ficou só o térreo, puxou com a mão e caiu! Eu destituí imediatamente a empresa ganhadora e estabeleci sem concorrência, sem nada, porque não havia mais tempo, uma outra empresa para terminar o prédio no prazo. Em consequência disso, a diretoria da TELEPAR pediu demissão, era um ato realmente não protegido pelas leis, eu aboli a idéia de concorrência pública, até hoje ninguém me perguntou ou interpelou sobre isso, mas o prédio terminou na hora certa. Só que nós atrasamos os equipamentos. Nós tínhamos vendido os terminais para o povo, que comprou e prestigiou e foi com aquele dinheiro que conseguimos realizar a grande obra, mas não chegavam as centrais telefônicas. Eu idealizei com os companheiros, que nós íamos colocar telefones mais modernos, mais bonitinhos nas casas dos compradores, mas os telefones não tinham a central, então não iam funcionar e nós pedíamos paciência que nós estávamos entregando a

parte física. Só que a oposição, inteligentemente, apelidou os telefones de “os mudinhos do governador”. Isto pegou como uma praga! Todo mundo olhava e eram “os mudinhos”, eu recebi gozações. O meu pessoal de marketing (o nome não era esse na época), muito preocupado com “os mudinhos”, queriam responder. Eu dizia: fique quieto e não responda que é pior, deixe que a onda passe. E eles: está ruim, está ruim! Então a onda cresceu! Era incontestável “os mudinhos”. Todo mundo falava dos “mudinhos do governador”. Era altamente ofensivo, mas era realidade. O que nós fizemos?

Quando começaram a chegar as centrais importadas, a primeira chegou e nós começamos a campanha: “Espere, olha que os mudinhos podem falar...” “Olha que os mudinhos vão falar!” E foi assim, a campanha foi indo e nós não anunciávamos nada, de repente o sujeito pegava o telefone e falava, houve uma explosão! A cada cinco dias, dez dias, nós púnhamos em funcionamento uma central. Então naquela crítica violenta, os mudinhos falaram e nós ganhamos a guerra. Foi um sucesso! Antes demorava 8 horas para fazer uma ligação de Curitiba para São Paulo. Depois nós começamos a fazer sem auxílio de telefonista, mas São Paulo não. Nós demos um banho em São Paulo, foi uma grande vitória, foi assim que chegamos nesse entrosamento e o Paraná se envaideceu. O cara de Pato Branco ligava sem telefonista! Hoje é uma maravilha, você liga para todo lugar do mundo sem a interferência de ninguém! Mas naquela época era assim. (E3)

A questão referente ao saneamento básico, até o ano de 1966 era muito precária, do total de municípios presentes no Paraná somente 20% era abastecida com água e destas apenas 5% apresentavam serviços de esgotos sanitários.

Nesse mesmo ano a SANEPAR, com o objetivo de desenvolver os serviços de abastecimento de água no interior, lança a Política de Ação Conjunta Estado-Município, na qual os municípios que não operavam seus sistemas foram incentivados a criar sociedades de economia mista, ou autarquias municipais. Às cidades que assim procediam eram asseguradas assistência técnica, administrativa e financeira através da SANEPAR. (MENSAGEM A ASSEMBLÉIA, 1970)

No entanto o quadro observado no início de 1970 era o seguinte: 35 novas cidades beneficiadas com sistemas de abastecimento d’água, 19 projetos concluídos e 22 em elaboração. (MENSAGEM A ASSEMBLÉIA, 1970)

O Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), também participava financiando e acompanhando as obras. Em alguns casos, como a estação de recalque inaugurada em 1970, o DNOS fornecia a água bruta, a SANEPAR realizava o tratamento e ao Departamento de Água e Esgoto (DAE) cabia a tarefa da distribuição. Muitas cidades foram beneficiadas,

O investimento em infra-estrutura observado na administração de Paulo Pimentel foi também uma forma de investimento na industrialização, pois o discurso predominante à época era o de que sem uma infra-estrutura básica as indústrias não se instalariam no Paraná, iriam para outros lugares que oferecem uma base menos precária. Sendo assim, mesmo que o governo destinasse verbas para incentivar a

“vinda” de indústrias, através de doação de terrenos para futura instalação industrial, dependendo da região ofertada, dificilmente essas aceitariam. Não era vantajoso a elas, adquirirem por meio de doação uma área territorial e, ao mesmo tempo, terem que enfrentar problemas que interfeririam diretamente na produção, distribuição e comercialização dos bens produzidos. Por exemplo, uma das causas de interferência na produção eram as dificuldades acerca da geração de energia elétrica, setor em que as empresas deveriam ser auto-suficientes, segundo as condições expostas acima, o que representava um alto custo para a produção/produto final. Outra questão, ligada a distribuição e comercialização da produção estava atrelada tanto as dificuldades e demora no escoamento da produção, devido a precariedade das estradas, assim como a quantidade de produtos que eram perdidos/estragados durante o transporte.

Quanto à diversificação agrícola, em 1968 o Paraná passa a liderar a produção nacional de algodão e ultrapassa os Estados do Sul no rendimento médio unitário por hectare na produção de trigo. Com o crescimento da cultura do milho a CAFÉ DO PARANÁ não produz mais sementes do milho híbrido, apenas as adquire para revenda, pois os produtores particulares conseguem cultivar o suficiente para abastecer o mercado. Obteve-se a inclusão do rami e da menta na Carta de Brasília como culturas prioritárias. (MENSAGEM A ASSEMBLÉIA, 1969)

Em 1970, o Paraná encontra-se como terceiro estado do país na arrecadação total referente ao valor da produção agrícola; à sua frente estava São Paulo e Minas Gerais. (MENSAGEM A ASSEMBLÉIA, 1970)

Verifica-se que o programa de renovação do plantel bovino, implementado na administração anterior pelo atual governador, que respondia como Secretário da Agricultura, continua com a distribuição por permuta de reprodutores bovinos. No biênio 1966/1967 foram distribuídos 2.057 reprodutores e, no ano seguinte, foi implantada uma nova perspectiva no programa, referente ao desenvolvimento da inseminação artificial.

A capacidade de armazenamento da COPASA – Companhia Paranaense de Silos e Armazéns foi duplicada nesse triênio. (MENSAGEM A ASSEMBLÉIA, 1969)

Ainda, o governo iniciou, em meados de 1968, a partir de um estudo da conjuntura florestal do Estado, a campanha “Por um Paraná mais verde”, com o objetivo de realizar um reflorestamento de 200 milhões de árvores em quatro anos,

preservar a indústria madeireira, a mão-de-obra agregada neste setor, defender o solo e aumentar a produtividade agrícola. Até o início de 1970 foram plantadas 100 milhões de árvores. (MENSAGEM A ASSEMBLÉIA, 1969 e 1970)

Em 24 de abril de 1968 Pimentel determina a conclusão da obra do Teatro Guaira, a qual deveria ser realizada em 15 meses, porém ao final de seu governo o teatro pegou fogo. A esse respeito Pimentel diz:

O Teatro Guaira eu terminei e não pude inaugurar porque pegou fogo, errei na jogada porque deve ter sido fogo criminoso, porque ficou muito tempo a laje exposta. Apesar de eu ter o laudo de que não devia ter derrubado e prosseguido a obra, mas dizem que algum responsável foi lá e pôs fogo, para que no ano da inauguração desabasse tudo, é uma hipótese! (E7)

Uma pesquisa apresentada em maio de 1966, identifica no Paraná, que sessenta por cento da população em idade escolar, se encontrava impossibilitada de instrução devido a um *déficit* em salas de aula. Com isso houve investimentos para a Educação e em março de 1968, o total de salas de aula construídas somava 5345. Comparado ao governo anterior, que entregou 3657 salas de aula durante o quinquênio, o aumento em relação à construção de salas de aula foi de 68,42%. Também foram contratados 700 professores através de concurso público. Ainda, no decorrer desse governo foi aprovado o projeto para a junção de várias faculdades estaduais, as quais passariam a responder como universidades. Assim, até o final do mandato, Pimentel inaugurou três universidades estaduais: a UEL – Universidade Estadual de Londrina, a UEM – Universidade Estadual de Maringá, e a UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa. (MENSAGEM A ASSEMBLÉIA, 1969 e 1970)

Apesar dos investimentos nos setores de saúde pública, educação e assistência social, em razão da explosão demográfica e urbana, as deficiências nessas áreas se mantiveram crescentes.

Como governador do Estado do Paraná, Pimentel direciona a administração pública como um empresário que deve “entender a máquina governamental como unidades produtivas, em que cada órgão, ao sofrer uma inovação tecnológica, pode deflagrar um processo de desenvolvimento de caráter revolucionário.” (IPARDES, 1989, p. 147)

4.2 REPRESENTANTES: SECRETARIAS, AUTARQUIAS E CAPITAL DO ESTADO

Ao compor seu secretariado fica claro, num primeiro momento, o aspecto da continuidade administrativa, herdada do governo anterior, pois dos nove secretários do Estado apontados em 1966 por Paulo Pimentel, quatro eram homens da equipe de Ney Braga: Saul Raiz, Adeodato Arnaldo Volpi, Ítalo Conti (ex-secretário de Segurança Pública) e Lauro Rego Barros, este inclusive manteve o mesmo cargo como Secretário da Educação e Cultura. Todavia esta hegemonia não foi mantida. Os Secretários da Saúde Pública, Dalton Paranaguá, e o da Fazenda, Orlando Mayrink Góes representavam o Norte do Paraná. O primeiro a região de Araçongas e a de Ponta Grossa. O segundo, de Londrina, só aceitou administrar esta pasta para garantir a representação de sua região e do prefeito Hosken de Novaes no governo estadual. A partir deste cenário percebe-se com clareza as “disputas” políticas, presente, entre o norte do Paraná e o Paraná tradicional.

Observa-se que em 1968 dois secretários de Pimentel começaram sua inserção na carreira política, são eles: Candido Manuel Martins de Oliveira (o Candinho filho) e o seu cunhado o médico Arnaldo Faivro Busato.

A partir de 1966, com o AI-3, os prefeitos das capitais deveriam ser indicados pelo governador do Estado. Em 18.11.66, Paulo Pimentel, sob a influência de Aníbal Khury, reconduziu Ivo Arzua, homem da equipe de Ney Braga, à prefeitura de Curitiba, garantindo o término dos projetos já iniciados na capital do Paraná. No entanto, Ivo Arzua apoiado por Pimentel, foi convidado pelo Mal. Costa e Silva, que assumiu a presidência em 15.03.67, para também nesta data, assumir o Ministério da Agricultura. Assim, um dia antes de assumir o Ministério, pediu sua exoneração e Acyr José, presidente da Câmara dos Vereadores, respondeu provisoriamente em seu lugar até a indicação e aprovação do nome do novo prefeito, Omar Sabagg, nomeado em 20.03.67.

Arzua respondeu pelo Ministério da Agricultura até 31.10.69, quando foi substituído, devido a reestruturação efetuada pelo então presidente da República Gen. Garrastazu Médici e em 29.11.69 assumiu a presidência da Telepar. Segundo Pimentel, *“o Ivo Arzua passou firmemente para o meu lado, depois trabalhou comigo um bom tempo.”* (E7)

Em 30 de janeiro de 1967, João de Mattos Leão, Secretário de Estado de Interior e Justiça, deixa o cargo para tomar posse da cadeira de deputado estadual. Todavia, onze dias depois retorna à secretaria aceitando, novamente, o convite do chefe do executivo Paulo Pimentel.

Em 1968, no mês de março foi instaurada uma CPI na Secretaria do Estado da Saúde Pública para investigar uma denúncia de corrupção no Instituto Nacional da Previdência Social paranaense. No dia 12 desse mesmo mês o Secretário Dalton Paranaguá prestou depoimento perante esta CPI e em seguida se afastou do cargo de secretário do Estado. Alguns meses depois assumiu a prefeitura de Ponta Grossa.

Em dezembro de 1968, Cândido Manuel Martins de Oliveira deixou o cargo de superintendente da FUNDEPAR para assumir a Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Com isso, quem passa a exercer o cargo de superintendente da FUNDEPAR é Nelson Luiz Fanaya. Quatro meses depois, Cândido Manuel Martins de Oliveira, deixa esta pasta para assumir a direção do canal 4. Quando isso ocorre, é Fanaya quem passa a responder pela Secretaria de Estado da Educação e Cultura.

Ainda em dezembro de 1968, Luiz Fernando Van Der Broocke deixou a Secretaria de Estado da Fazenda para exercer a função de Procurador no Tribunal de Contas.

Nesse mesmo período foi desmembrada a Secretaria de Viação e Obras Públicas, a qual passou a se chamar Secretaria de Obras Públicas e foi criada a Secretaria dos Transportes. Quem assumiu essa Secretaria foi Eurides Ribas e, para isso, deixou o cargo que ocupava desde março de 1968, de diretor do DER (Departamento de Estradas e Rodagem). Com a saída de Ribas, foi Aldo Patitucci que ficou em seu lugar, como diretor do DER.

Ao ser nomeado juiz do Tribunal de Contas, em 28.04.69, José Theodoro Miró Guimarães pediu exoneração da Secretaria de Estado de Obras Públicas.

O Cel. Junot Guimarães deixou a Secretaria de Segurança Pública para assumir a presidência da TELEPAR, cargo que ocupa até 28.11.1969, entretanto quando saiu da TELEPAR rompeu com Pimentel.

Dentre os responsáveis pelas Secretarias de Estado que participaram do governo Pimentel, Wilson Fortes (Secretaria do Trabalho) e Arnaldo Busato

(Secretaria de Saúde), deixaram suas funções para concorrerem como candidatos a deputado estadual.

Alguns secretários se retiraram da Secretaria, pela qual respondiam, para assumirem outros cargos tais como: Oscar F. Loureiro do Amaral, Antonio Brunetti, Cel. Ruy Batista Marcondes e Ubiratan Pompeo de Sá, que foram para o Tribunal de Contas; e João de Mattos Leão que assumiu a presidência do Diretório da ARENA Regional.

Outros secretários, por se desentenderem com o governador, saíram rompidos com Pimentel, são eles: Saul Raiz, Lauro Rego Barros, Carlos Alberto Moro, Ítalo Conti, Luiz Fernando Van Der Broocke, José Munhoz de Mello, José Colombino Grassano e Cel. Mário Portes.

Tais movimentos no interior do governo de Paulo Pimentel estão relacionados no quadro a seguir.

QUADRO 1 – SECRETARIAS DE ESTADO POR TITULARES E PERÍODO DE ATUAÇÃO

SECRETARIAS	TÍTULARES	PERÍODO ATUAÇÃO (datas)	
		NOMEAÇÃO	EXONERAÇÃO
Dos Negócios do Governo	Adeodato Arnaldo Volpi	01.02.1966	30.05.1967
	Rubens Bailão Leite ³⁶	01.06.1967	03.12.1968
	Joaquim dos Santos Filho	04.12.1968	15.03.1971
Da Fazenda	Orlando Mairynk Góes ³⁷	01.02.1966	05.12.1966
	Luiz Fernando Van Erven Van Der Broocke	06.12.1966	03.12.1968
	Rubens Bailão Leite	04.12.1968	15.03.1971
Do Interior e Justiça*	José Munhoz de Mello ³⁸	01.02.1966	02.12.1966
	João de Mattos Leão	15.12.1966	30.09.1969
	Lauro Fabrício de Mello Pinto	29.10.1969	15.03.1971

³⁶ Rubens Bailão Leite nasceu em São Paulo em 1932. Formou-se em Direito pela Faculdade Mackenzie, com sede em São Paulo. Mudou-se para o Paraná com 24 anos, para trabalhar em Porecatu na Usina Central. Foi diretor-financeiro da Codepar. Amigo de Paulo Pimentel desde a época em que “ambos eram solteiros e universitários em São Paulo.” (PANORAMA, dez., 1970, p.44)

³⁷ Orlando Mayrink Góes nasceu em 1925 no Rio de Janeiro. Radicou-se em Londrina em 1944. A função exercida nessa Secretaria foi o primeiro cargo público. Contador e economista, nessa época exercia a presidência de três das mais importantes organizações do Norte paranaense. À época era considerado um dos maiores dirigentes de empresas do Paraná. Em Londrina-PR foi membro do Centro do Comércio do Café, da Associação Comercial de Londrina e da Associação Rural de Londrina. Participou ativamente da campanha de Paulo Pimentel, pois era amigo dele havia muitos anos. (O ESTADO DO PARANÁ, 01 fev. 1966; PANORAMA, fev., 1966, p. 65)

³⁸ José Munhoz de Mello nasceu em Curitiba em 03.07.1912. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná em 1936. Desembargador e Professor de Direito Constitucional das três faculdades de Direito presentes na capital do Estado no ano de 1966. Exerceu o cargo de promotor em várias cidades paranaenses. Foi Juiz de Direito de Londrina durante cinco anos e em 1945 foi nomeado prefeito do município. Exerceu a presidência do Tribunal de Justiça do Estado. Foi eleito deputado federal em 1946 e participou na elaboração da constituição daquele período. (O ESTADO DO PARANÁ, 01 fev. 1966; PANORAMA, fev., 1966, p. 65)

Da Imprensa	Antonio Brunetti	25.02.1966	Jun/1969
	Valcimar José de Souza	Jun/1969	15.03.1971
De Obras Públicas	Saul Raiz	01.02.1966	29.05.1967
	José Theodoro Miró Guimarães	30.05.1967	30.04.1969
	Enéas Muniz de Queiroz	01.05.1969	15.03.1971
De Segurança Pública	Gal. Junot Rebelo Guimarães ³⁹	01.02.1966	02.12.1966
	José Munhoz de Mello	03.12.1966	03.12.1968
	Agostinho José Rodrigues	07.12.1968	24.08.1969
	Cel. Mario Carneiro Portes	25.08.1969	30.03.1970
	Cel. Julio Werner Hackradt	01.04.1970	15.03.1971
De Estado de Agricultura	José Theodoro Miró Guimarães ⁴⁰	01.02.1966	29.05.1967
	Rubens Bailão Leite	30.05.1967	30.06.1967
	Oscar Felipe Loureiro do Amaral	01.07.1967	04.02.1971
	Cid Rocha	05.02.1971	15.03.1971
Da Educação e Cultura	Lauro Rêgo Barros ⁴¹	01.02.1966	28.07.1966
	Carlos Alberto Moro ⁴²	29.07.1966	03.12.1968
	Cândido Manuel Martins de Oliveira ⁴³	04.12.1968	01.04.1970
	Nelson Fanaya	02.04.1970	15.03.1971

³⁹ Gen. Junot Rebelo Guimarães nasceu em Curitiba em 04.07.1911. Cursou o Colégio Militar do Rio de Janeiro, a Escola Militar do Realengo, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, a Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Filho de Joaquim Américo, fundador do Clube Atlético Paranaense e irmão do Gen. Murat Guimarães. Foi Adjunto da Missão Militar Brasileira junto ao Conselho de Controle da Alemanha. Comandou o 6º Grupo de Artilharia de Dorso na cidade de Castro (1950-1951) e a Polícia Militar do Estado (1951-1952). Exerceu a função de Oficial do Estado Maior da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria (1960-1961). Antes de assumir esse cargo foi presidente da TELEPAR. (O ESTADO DO PARANÁ, 01 fev. 1966; PANORAMA, fev. 1966, p. 64)

⁴⁰ José Theodoro Miró Guimarães nasceu em Ponta Grossa em 13.07.1920. Filho do ex-senador Flavio Guimarães. Formou-se em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Universidade do Paraná. Estava ligado a agricultura e a pecuária na região sul e norte do Paraná, possuía fazendas de café, cereais e gado. Era comerciante e industrial em áreas ligadas a agropecuária. Foi presidente da Associação dos Criadores do Paraná, diretor da Companhia Pontagrossense de Telecomunicações, e engenheiro da Caixa Econômica Federal. A esposa era Flora Ericksen Miró Guimarães. (O ESTADO DO PARANÁ, 01 fev. 1966; PANORAMA, fev., 1966, p. 64)

⁴¹ Lauro Rêgo Barros nasceu em Curitiba em 04.08.1918. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná. Foi Promotor Público em diversas regiões paranaenses. Em 1940 ocupou o cargo de diretor dos Estabelecimentos Penais do Estado. Foi juiz do Tribunal de Contas e no governo Ney Braga foi Secretário do Interior e Justiça e da Educação e Cultura. Esposa: Izabel Marchesini Rêgo Barros. (O ESTADO DO PARANÁ, 01 fev. 1966; PANORAMA, fev., 1966, p. 65)

⁴² Carlos Alberto Moro nasceu em Curitiba em 23.05.1933. Filho do ex-prefeito de Curitiba Amâncio Moro. Formou-se em Filosofia em 1954 e em Direito em 1955. Foi eleito vereador à Câmara Municipal de Curitiba em 1959, pela legenda do PTB. Em 1962 concorreu como candidato a prefeitura de Curitiba e perdeu para Ivo Arzua. Foi diretor da Associação Comercial do Paraná e Delegado Regional do IAPI. Como líder da dissidência do extinto PTB, apoiou o nome de Paulo Pimentel para governador do Paraná. (O ESTADO DO PARANÁ, 01 fev. 1966; PANORAMA, fev., 1966, p. 65)

⁴³ Cândido Manuel Martins de Oliveira, nasceu em 1937 em União da Vitória, Paraná. Passou a infância em Clevelândia e com onze anos veio para Curitiba. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Em 1960 participou da campanha de Ney Braga e organizou o PDC no sudoeste do Estado. Ele é neto e filho de políticos tradicionais do Estado. Candidato a deputado estadual em 1962, representando Clevelândia, abriu mão para o cunhado, o médico Arnaldo Busato. Participou da campanha de Pimentel ao governo em 1965, após ter sido chefe de gabinete do secretário da Assembléia, Aníbal Khury, e do presidente Agostinho Rodrigues. Elegeu-se Deputado Estadual em 1970, antes respondeu como superintendente da Fundepar, Chefe da Casa Civil e secretário da Secretaria de Educação e Cultura. (PANORAMA, out. 1984, p. 9)

De Saúde Pública	Dalton Fonseca Paranaguá ⁴⁴	01.02.1966	24.03.1968
	Arnaldo Faivro Busato	25.03.1968	29.03.1970
	Adolfo Rosevicz	30.03.1970	15.03.1971
Do Trabalho e Assistência Social	Carlos Alberto Moro ⁴⁵	01.02.1966	29.07.1966
	Ítalo Conti	30.07.1966	17.08.1969
	Danilo Cortes**	18.08.1969	30.10.1969
	Wilson Fortes	31.10.1969	29.03.1970
	José Vaz de Carvalho	30.03.1970	15.03.1971
Dos Transportes ***	Eurides Mascarenhas Ribas	04.12.1968	15.03.1971
Casa Civil	Ítalo Conti	01.02.1966	29.07.1966
	José Colombino Grassano	30.07.1966	31.01.1967
	Cândido Manuel Martins de Oliveira	01.02.1967	01.05.1967
	Samuel Guimarães da Costa	02.05.1967	Meados/1969
	Ubiratan Pompeo de Sá	Meados/1969	Meados/1970
	Aluízio Finzetto	Meados/1970	15.03.1971
Casa Militar	Cel. Ruy B. Marcondes	01.02.1966	28.02.1967
	Cap. José Marcondes	01.03.1967	15.03.1971
Prefeitura Municipal de Curitiba	Ivo Arzua	1962	14.03.1967
	Acyr José	15.03.1967	20.03.1967
	Omar Sabagg	21.03.1967	15.03.1971

Fonte: Elaborado pela autora a partir de consulta ao Diário Oficial (1966-1970)

* No período de 30.09.1969 à 29.10.1969 foi Joaquim dos Santos Filho, então secretário do Governo, quem respondeu por esta pasta.

** Danilo Cortes responde por esta pasta temporariamente. Nesse mesmo período era chefe de Gabinete do Governo.

*** Secretaria criada em dezembro de 1968.

Uma marca do governo Pimentel é a alta rotatividade de nomes no seu quadro de secretários. Sobre esta característica administrativa, Pimentel diz: “O governo dá um resultado espetacular quando você vai trocando os jogadores, o banco de reserva do técnico, que está no ápice da pirâmide administrativa é fantasticamente grande, é toda a população. Ele é livre porque a lei é ampla, a constituição manda que ele nomeie quem ele quiser, põe para fora quem ele quiser sem nenhum reparo, sem nenhuma indenização, sem nada, sem perdas e danos, sem absolutamente nada. E isto é feito para acertar.” (E5)

⁴⁴ Dalton Fonseca Paranaguá nasceu em 12.06.1927 em Jecomenha, no Piauí. Radicou-se em Londrina em 1955. Formou-se na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, em 1953. Durante onze anos serviu como médico da Marinha, onde era primeiro tenente. Foi presidente da Associação Médica de Londrina e diretor do Hospital Evangélico de Londrina, deixou esse cargo para assumir a Secretaria da Saúde. Descendente de uma família ilustre do Piauí, o pai foi ministro do Tribunal de Contas e seu avô foi senador e governador do Piauí, além de ter sido o primeiro médico batista do Brasil. (O ESTADO DO PARANÁ, 01 fev. 1966; PANORAMA, fev., 1966, p. 64)

⁴⁵ Carlos Alberto Moro nasceu em Curitiba em 23.05.1933. Filho do ex-prefeito de Curitiba Amâncio Moro. Formou-se em Filosofia em 1954 e em Direito em 1955. Foi eleito vereador à Câmara Municipal de Curitiba em 1959, pela legenda do PTB. Em 1962 concorreu como candidato a prefeitura de Curitiba e perdeu para Ivo Arzua. Foi diretor da Associação Comercial do Paraná e Delegado Regional do IAPI. Como líder da dissidência do extinto PTB, apoiou o nome de Paulo Pimentel para governador do Paraná. (O ESTADO DO PARANÁ, 01 fev. 1966; PANORAMA, fev., 1966, p. 65)

Pimentel relata que nas alterações efetuadas nas secretarias, sempre priorizava a demissão dos dois secretários que estavam demonstrando maior desânimo no exercício de suas funções e que eles tinham consciência das atitudes que os levaram a serem retirados da função, uma vez que Pimentel geralmente os chamava de antemão para avisá-los da condição de cada um perante o governo. Esta estratégia era praticada tanto para incentivar aqueles que se empenhavam a se dedicarem cada vez mais, quanto para que cada um repensasse suas atitudes diante das atividades desempenhadas. (E4 e E5)

Num primeiro momento, parece que o alto grau de rotatividade presente nas secretarias de Estado se deve ao jogo político presente nessas secretarias, aliado à existência de empresas autárquicas que atuam paralelamente a cada secretaria. Isso permite, à primeira vista, que o governador Pimentel administre o Paraná a partir das autarquias, as maiores responsáveis pela execução das obras e gerenciadas como empresas privadas. Desse modo, as secretarias deixam de ser o principal braço executivo do governo, caracterizando-se como adereço legal e obrigatório à estrutura estatal.

De fato, observa-se que a rotatividade dos presidentes das autarquias é menor do que nas secretarias. Durante todo o mandato de Pimentel, verifica-se a média de 3,38 secretários⁴⁶ nomeados para cada Secretaria; já nas autarquias, dentre as pesquisadas, essa média foi de 2,61 presidentes por empresa, o que significa uma redução de 22,6% no que diz respeito à rotatividade nos principais cargos. Mesmo assim o rodízio dos dirigentes das autarquias ainda se faz presente, inclusive percebe-se uma migração das autarquias para as secretarias e vice-versa, conforme pode ser observado no quadro 2.

QUADRO 2 – AUTARQUIAS: RELAÇÃO DOS TÍTULARES – 1966-1971

AUTARQUIA	PRESIDENTE	PERÍODO ATUAÇÃO (datas)	
		NOMEAÇÃO	EXONERAÇÃO
COPEL	Pedro Viriato Parigot de Souza	1965	03.06.1970
	Arturo Andreoli *	03.06.1970	15.03.1971
TELEPAR	Gen. Junot Rebelo Guimarães	02.12.1966	28.11.1969
	Ivo Arzua Pereira	29.11.1969	15.03.1971
SANEPAR	Osiris Stenghel Guimarães	1965	1966
	Francisco Borsari Netto **	1967	Março/1970
	Léo Gerhard Linzmeyer	Março/1970	15.03.1971

⁴⁶ Para este cálculo desconsideramos os prefeitos da capital.

CODEPAR/ BADEP	Adeodato Arnaldo Volpi ⁴⁷	21.09.1964	02.02.1966
	Ercílio Slaviero	02.02.1966	02.10.1967
	Jayro Ortiz Gomes de Oliveira	02.10.1967	02.05.1969
	Adeodato Arnaldo Volpi ***	02.05.1969	12.12.1970
	Bernardo Fedalto ***	12.12.1970	17.03.1971
BANESTADO	Jayme Canet Júnior	15.02.1966	26.08.1966
	Júlio Manfredini Júnior	26.08.1966	06.06.1968
	Algacyr Guimarães	06.06.1968	17.03.1971
CAFE DO PARANÁ	Nely Lopes Casaly	1962	1965
	Arthur Scheidt	1966	1967
	Renato S. Artimonte	1968	15.03.1971
FUNDEPAR	Guilherme Lacerda Braga Sobrinho	01.02.1966	30.05.1967
	Candido M. M. de Oliveira	01.06.1967	04.12.1968
	Nelson Fanaya	05.12.1968	02.04.1970
	Edwaldo Labatut	03.04.1970	15.03.1971
BRDE	José Rego Cavalcanti	26.12.1961	10.05.1966
	Arthur Claudino dos Santos	10.05.1966	02.09.1966
	Jayro Ortiz Gomes de Oliveira	02.09.1966	20.10.1967
	Mauro Lobo Nogueira	20.10.1967	28.05.1968
	Alceu Machado	28.05.1968	25.03.1971
CREDIMPAR	Harry Carlos Wekerlin	1966	1971
ACARPA	Dúlio José de Paola	1966	15.03.1971
PARANATUR	Hélcio José Gonçalves	1966	1970
DER****	Plínio Anciutti Pessoa	1	-
	Eurides Mascarenhas Ribas	-	04.12.1968
	Mario César Stamm	-	-
	Aldo Patittuci	-	-
	Darci Gomes de Moraes	-	-
COHAPAR	Leopoldo Jacomel	1966	1970

Fonte: Elaborado pela autora a partir da consulta em diversos documentos (1966-1970)

* A estrutura hierárquica da Copel é composta pelo diretor-presidente, seguida de mais quatro diretores, dentre eles um diretor administrativo e um diretor técnico. Arturo Andreoli atua como um dos diretores da Copel em 1966; a partir de 1968, responde como diretor técnico. Os outros diretores desse período são: Milton Martins Carneiro, Mauricio Schulman e Jayme de Camargo Simões.

** A estrutura hierárquica da Sanepar é composta pelo diretor-presidente, diretor-técnico e diretor-financeiro. Antes de assumir o cargo de diretor-presidente, Francisco Borsari Neto, respondia como diretor-técnico, desde 1965.

*** Bernardo Fedalto é diretor-financeiro do BADEP desde 12.06.1967, e no período de 12.12.1970 a 17.03.1971, a presidência do BADEP foi exercida pelo diretor-financeiro, em virtude do falecimento de Adeodato Arnaldo Volpi.

**** Não foi possível localizar com precisão as datas de entrada e saída de cada diretor.

1 Não foi possível localizar as datas referentes aos períodos de atuação em todos os locais com essa estrutura e símbolo (-).

⁴⁷ Adeodato Arnaldo Volpi nasceu em Curitiba em 13.11.1912. Filho de Ângelo Volpi e Colomba Bertoldi Volpi. Concluiu em 1930 o curso de Comércio no Colégio Partenon. Ingressou em 1930 na vida pública como serventuário da Justiça e em 1952 foi nomeado 7º Tabelião de Notas da Capital. Exerceu esse cargo durante 31 anos até se aposentar em 1960. Em 1947 foi eleito vereador de Curitiba pela UDN, e em 1951 foi reeleito. Durante seis anos foi presidente da UDN e em 1959 foi convidado por Ney Braga entrou no PDC, onde exerceu por duas vezes a presidência do Diretório Municipal. De 1961 a 1964 foi o Diretor da Carteira Comercial e Industrial do Banco do Estado do Paraná. Em seguida assumiu o cargo de diretor-presidente da CODEPAR, e em março de 1964 foi designado vice-prefeito de Curitiba, posto que ocupou até 1966. Em seguida assumiu a presidência da Codepar. Sua esposa era Zulmira Marcassa Volpi, e das duas filhas, uma delas, a Aliete Maria Volpi Prosdócimo, era casada com Jaime Prosdócimo. A outra, Regina Helena Volpi Malucelli era esposa do Luiz Malucelli. (O ESTADO DO PARANÁ, 01 fev. 1966; PANORAMA, fev., 1966)

Diante desses dados nota-se as seguintes dinâmicas no interior de algumas autarquias: Francisco Borsari Neto, que presidiu a SANEPAR, se afastou dessa função para se candidatar a deputado estadual. Nesse período ocorre o mesmo com Roberto Galvani, diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAAE).

O presidente do BANESTADO Adeodato Arnaldo Volpi, saiu para assumir a presidência do BADEP. Já Candido Manuel Martins de Oliveira e Nelson Fanaya ao deixarem a FUNDEPAR assumem a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, e Eurides Mascarenhas Ribas se retirou do DER para assumir a Secretaria de Transportes.

Os presidentes relacionados a seguir, todos se afastaram rompidos com Pimentel:

- na SANEPAR, o presidente Osires Stenghel Guimarães, que no mesmo período respondia como diretor do Departamento de Água e Esgoto;
- no BANESTADO, os presidentes Maximo Kopp e Jayme Canet Júnior;
- no BADEP os presidentes Ercílio Slaviero e Jayro Ortiz Gomes de Oliveira;
- na TELEPAR o Cel. Junot Guimarães;
- no DER, Plínio Anciutti Pessoa, Mario César Stamm e Aldo Patittuci;
- e, na FUNDEPAR, o superintendente Guilherme de Lacerda Braga Sobrinho.

O responsável pela FUNDEPAR, Guilherme de Lacerda Braga Sobrinho se demitiu de suas funções no momento em que Pimentel exonerou Saul Raiz da Secretaria de Viação e Obras Públicas. A saída de Raiz contribuiu para o rompimento entre Ney Braga e Pimentel. Guilherme de Lacerda Braga Sobrinho renunciou ao cargo demonstrando apoio ao seu irmão, Ney Braga. Juntamente com Lacerda Braga, Zalmen Chamecki, “considerado da liderança de Ney Braga”, pede exoneração da direção do Departamento de Edificações e Obras Especiais (DEOE). Esse departamento faz parte da Secretaria de Viação e Obras Públicas. (DIÁRIO DO PARANÁ, 31 maio 1967)

No dia seguinte, Joaquim Monteiro Martins Franco foi nomeado para o cargo de diretor geral do DEOE. (DIÁRIO DO PARANÁ, 01 jun. 1967)

5 GOVERNANDO O ESTADO E ADMINISTRANDO O CAMPO DA POLÍTICA

Durante a vigência da ditadura militar, o último governador eleito por sufrágio no Paraná foi Paulo Pimentel nas eleições realizadas em outubro de 1965. Ao assumir o executivo paranaense, em seu discurso de posse, Pimentel refere-se a Ney Braga do seguinte modo:

É uma satisfação imensa receber o governo das mãos de um antigo e ilustre companheiro, com quem lutamos juntos durante quase cinco anos, sob a chefia de Ney Braga, hoje grande Ministro que o Paraná deu ao Brasil e que nos honra e prestigia com sua presença neste ato, num testemunho de reafirmação do apoio, dado antes decisivamente ao candidato, e agora ao Governador. (PANORAMA, fev., 1966, p. 63)

Inicialmente, Pimentel manteve vários neystas na composição de seu secretariado, entretanto com o passar dos meses surgiram atritos entre os neystas e os que o apoiavam, que chamaremos desde já de pimentelistas. Tanto que Bacilla Neto manifesta em reportagem essas divergências, mencionando as disputas entre pimentelistas e neystas, ressaltando que Pimentel “recebeu como herança 80% da administração de Ney Braga”⁴⁸, fato que dificultava a construção, por parte de Pimentel, de uma autonomia político-administrativa no Paraná. Com o passar do tempo, Pimentel passou a conquistar sua independência em relação a Ney Braga e a vedar as interferências em sua administração.

Neste contexto, observam-se no primeiro mês do governo de Pimentel reportagens nos jornais paranaenses, tais como a seguinte:

Ao contrário do que, inclusive entre alguns de seus companheiros de campanha, se chegou a supor, o atual chefe do executivo não se mostra disposto a manter-se prisioneiro de supostos esquemas políticos grupais. Não é de estranhar, portanto, que já com apenas uns poucos dias de governo, se tenha verificado, de público, de sua parte, uma inequívoca demonstração de que não aceita tutelas ou pressões em sua direta responsabilidade de escolha de seus auxiliares e na maneira de conduzir a administração. Tem-se a impressão de que não estamos diante de simples evidência do ditado de que “vassoura nova é que varre bem”, mas de fato, do início permanente política administrativa de inspeções amoldadas, da qual resultará, por certo, grande melhoria na produção da máquina governamental. Essa política terá de ser seguida e praticada, compulsoriamente, por seus auxiliares diretos – e, pelo visto já o está sendo por alguns –, sob pena de virmos a registrar substituições em comandos setoriais ou mesmo gerais. (DIÁRIO DO PARANÁ, 26 fev. 1966)

⁴⁸ Revista Panorama, Ano XVI, n. 169, jun. 1966

Diante desse cenário se faz presente um gradual afastamento entre Pimentel e Ney Braga, chegando ao rompimento ainda em 1966. Mesmo assim Pimentel apóia a candidatura de Ney Braga para o senado nas eleições que foram realizadas em novembro desse mesmo ano, as quais elegeram além de um representante para o Senado, os representantes da Câmara Federal e da Assembléia Legislativa.

O apoio, por parte de Pimentel, ocorre inclusive como retribuição a Ney Braga pelo apoio obtido nas eleições de 1965. Num primeiro momento, um grupo ligado a Pimentel queria lançar como candidato ao senado um outro nome, mais próximo ao do governador. Assim, o escolhido foi o secretário da Fazenda Orlando Mayrink Góes.

Todavia, devido à dificuldade de uma definição, o diretório da ARENA encaminhou um documento a Pimentel, outorgando poderes a ele para decidir o nome do candidato ao senado, o indicado foi Ney Braga. (PANORAMA, jul. 1966, p. 34-35)

Para candidatar-se ao senado, Ney Braga retirou-se do Ministério da Agricultura em agosto de 1966. Nesse pleito eleitoral ele foi eleito com 660.529 votos, que representava 58% dos votos válidos. Ney Braga concorreu com dois candidatos do MDB: Nelson Maculan, que obteve 273.378 votos, e Affonso Alves de Camargo Neto, que ficou com 84.275 votos. (IPARDES, 1989a)

De acordo com Rebelo, na época “especulou-se nos jornais que o lançamento de Mayrink tinha como objetivo apenas valorizar o apoio de Pimentel a Ney. Por tudo isso, foi uma surpresa geral quando o governador reuniu a imprensa no Palácio Iguazu e anunciou não apenas que Ney seria o candidato, como teria a faculdade de escolher seu suplente (Octávio Cesário Jr. foi o indicado).” (REBELO, 2004, p. 238)

Quanto ao apoio de Pimentel durante o período de campanha, Ney Braga diz o seguinte: “No início ele permaneceu isento; mais tarde, no decorrer da campanha, acabou me apoiando. Chegou a fazer comícios comigo.” (BRAGA, 1996, p. 225)

Ney Braga detinha o controle de parte do diretório estadual da ARENA, que o apoiava e colaborava na campanha. Também obteve aprovação do presidente Castelo Branco e do General Geisel, que juntos vieram a Curitiba visitá-lo, reafirmando a candidatura de Ney Braga ao senado.

Em entrevista (E7), Pimentel relata que ao assumir o governo do Paraná, ocorreram dois problemas entre ele e Ney Braga. O primeiro diz respeito à retomada

das obras do Centro Cívico, do Teatro Guaira, ambos projetados e iniciados pelo então governador Bento Munhoz da Rocha Neto, e o contato de Pimentel com Bento Munhoz da Rocha Neto para promover um concurso de contos. O fato é que devido ao rompimento entre Ney Braga e Bento Munhoz da Rocha Neto, o grupo neysta não gostou e interpretou essa atitude como afronta a Ney Braga. A esse respeito Pimentel tece o seguinte comentário:

Tiveram dois problemas meus com o ex-governador Ney Braga e eu ponho a culpa em mim também, e ele também teve a sua culpa, mas evidentemente os arrojos juvenis e etc., concederam para que eu não fosse mais habilitado. A primeira é que eu não me aprofundei muito bem nas divergências dele com o Bento Munhoz da Rocha Neto, foi meu competidor, mas eu não conhecia bem as divergências. [...] foi o primeiro atrito, a primeira demissão do governo. Aí eu me toquei podia ter sido mais inteligente e tentado evitar a situação, mas nós conseguimos consertar e continuamos mais ou menos amigos. (E7)

Sobre o concurso de Contos, esse era promovido pela Secretaria da Educação e Cultura, e coordenado pela Fundepar. O primeiro concurso foi no ano de 1968, em 1969 ocorreu o segundo concurso e no ano seguinte o terceiro. As inscrições eram abertas para candidatos de todo o país, os quais poderiam concorrer em uma das três categorias: Geral, Estudante ou Estreante. Cada categoria seguia determinados critérios de avaliação, tinha uma comissão julgadora e prêmios específicos. No que diz respeito a comissão julgadora, no I Concurso participaram: Rubem Braga, Léo Gilson Ribeiro, Fausto Cunha, Temístocles Linhares e Bento Munhoz da Rocha Netto. No II Concurso: Raymundo Magalhães Junior, Antonio Candido, Odylo Costa Filho, Fausto Cunha e Temístocles Linhares. Dos convidados que já confirmaram presença para participar do III Concurso estão: Eduardo Portela, Assis Brasil e Andrade Muricy. (PARANÁ EM PÁGINAS, fev. 1969; PARANÁ EM PÁGINAS, jan. 1970)

No que tange o segundo problema, esse se refere ao fato de Pimentel ter sido o portador de um convite de Costa e Silva a Ney Braga, intermediando uma suposta aproximação de dois lados opostos do regime ditatorial, o grupo da Sorbonne, que eram os castelistas, do qual Ney Braga fazia parte e o da linha dura.

Esse convite estava ligado com a questão da sucessão presidencial. No início de 1966 foi elaborada uma lista pelo presidente Castelo Branco com possíveis nomes de candidatos para a sucessão presidencial. Nesta figurava três tipos de candidatos: os militares, os civis e os oficiais reformados que exerciam atividade

política, ou seja, os meio civis e meio militares, e nela constava o nome do Mal. Costa e Silva, então Ministro da Guerra e Ney Braga, que respondia como Ministro da Agricultura e era pessoalmente ligado ao presidente Castelo Branco.

A vitória de Costa e Silva era prevista, pois ele já havia iniciado uma articulação nos bastidores políticos, apresentando seu nome como candidato preferido desde dezembro de 1965, quando inclusive anunciou ao público sua candidatura. A atitude de Costa e Silva foi possível porque ele sentia-se livre e sem compromissos com Castelo Branco.

Mesmo assim, no início de 1966, Castelo Branco fez um documento estabelecendo algumas instruções para a escolha do candidato a sucessão presidencial e, em 05.02.1966, editou o AI-3, que dentre as determinações em torno das eleições realizadas em outubro daquele ano, designava aos ministros concorrentes daquelas eleições que eles deveriam se desincompatibilizar com um prazo de três meses.

Por um lado, devido ao documento elaborado por Castelo Branco, Costa e Silva foi diretamente atingido e, em seguida, convocado para uma reunião com o presidente. Após a reunião Costa e Silva passou a agir com mais tranquilidade e com respeito à hierarquia, mas continuou discretamente articulando, por meio de partidários, seu nome na ARENA. De outro lado, devido ao prazo da desincompatibilização, Costa e Silva permaneceu no ministério até julho de 1966, com isso foi possível minar as outras candidaturas. No entanto, se o prazo de desincompatibilização fosse de seis meses Costa e Silva teria saído em abril e teria espaço para articular sua candidatura, podendo ruí-la. Portanto, Castelo Branco decidiu reduzir o prazo para não correr o risco de um rompimento das Forças Armadas, pois havia uma facção leal ao presidente e outra leal ao Ministro da Guerra. (REBELO, 2004)

Com relação a Ney Braga, apesar da expectativa e do desejo de que sua candidatura decolasse, sabia que havia outros nomes prioritários na lista e em uma “entrevista à televisão, deu a entender que se o projeto presidencial não fosse adiante, concorreria a vaga de senador em 66.” (REBELO, 2004, p. 231)

Diante deste quadro, segundo jornal O Estado do Paraná, de 29 de outubro de 1988, e entrevista concedida por Pimentel (E4), têm-se as seguintes descrições:

Pimentel foi chamado por Costa e Silva para um encontro em Brasília para ser o portador de um recado para Ney Braga.

Chegando a Brasília, no aeroporto havia um militar com farda, que representava o presidente Castelo Branco, e um militar sem farda, representante do Ministro da Guerra, Costa e Silva. Ao descer do avião Paulo Pimentel foi obrigado a acompanhar o militar que representava o presidente, o qual o levou ao Palácio, onde se encontrou com o Presidente Castelo Branco, o Gen. Geisel e o Gen. Golbery, os quais queriam saber o que Pimentel fazia em Brasília. Ele disse que Costa e Silva o havia chamado para uma encontro. Eles queriam saber se Pimentel havia sido pressionado para comparecer a esse encontro e que assunto seria tratado. Pimentel disse que não havia sido pressionado e que não sabia do que se tratava.

Diante disso, Gen. Geisel e Gen. Golbery não queriam que Pimentel fosse ao encontro com Costa e Silva. Pimentel disse que se não fosse ao encontro deveria telefonar e justificar o porquê não compareceria. Neste momento Castelo Branco se posicionou dizendo a Pimentel que ele iria à reunião, e que deveria telefonar ao Ministro Costa e Silva avisando que já estava chegando e que o atraso de duas horas e meia ocorrera porque ele estava em uma outra reunião, com o presidente Castelo Branco.

Chegando ao encontro com Costa e Silva, este pediu para Pimentel conversar com Ney Braga e convidá-lo para participar da chapa como vice-presidente dele – Costa e Silva. Pimentel saiu de lá e foi para o Rio de Janeiro, para a residência oficial do Ministro da Agricultura, no Jardim Botânico, onde Ney Braga estava morando naquele momento. Ao receber o convite Ney Braga recusou a oferta e ficou irritado, disse que ele não queria ser vice, e, segundo Rebelo (2004), que Pimentel era um traidor por levar-lhe aquela proposta.

Sobre esse episódio, Pimentel narra o seguinte:

Ney não gostou e achou que foi uma atitude antagônica as idéias dele que era ser presidente da república. Eu achava que ele não tinha condições de ser presidente, de ser candidato, por que ele era um político e o assunto estava fechado em mãos militares ativas e o candidato que eles tinham, contrariando o presidente da república tinha toda força dos quartéis e isso era o que valia. Então eu tentei explicar para o Ney que eu tinha que ir com o Costa e Silva porque eu era o governador do Paraná e ele ia ser presidente e o Ney achou que não ia, e essa divergência nossa agravou-se. (E7)

Politicamente, só restava a Pimentel a aproximação com Costa e Silva, por três razões: a primeira pelo fato de que o grupo de Costa e Silva se destacava para assumir a presidência; a outra é que, como governador do Estado num regime ditatorial, Pimentel precisava de aliados no governo federal que dessem sustentação ao seu mandato. A terceira, de ordem local, é que no grupo dos castelistas não havia espaço para mais um representante do poder local, pois lá já havia o representante do Paraná expresso na figura de Ney Braga, que sempre teve relações amistosas com o Gen. Castelo Branco e o Gen. Geisel.

Em abril de 1966, os nomes definidos na lista começaram a disputar a indicação no interior da ARENA, resultando na vitória do Mal. Costa e Silva, com 205 votos. Ney Braga ficou em segundo lugar, com 122 votos. (REBELO, 2004)

Neste contexto, verifica-se que:

O Paraná esteve presente, quando Costa e Silva estava com sua candidatura ainda em formação. Fomos o primeiro governador a deixar o seu Estado, a seguir para Brasília e lá manifestar-se publicamente, pró-candidatura Costa e Silva. Data exata do apoio [..]: 14 de abril de 1966. E como o Presidente não se esqueceu desse fato tão importante para a sua candidatura! Veio ao Paraná logo depois da posse e declarou em Londrina que fazia aquela a sua primeira viagem como uma retribuição àquela memorável visita que a ele fez o governador do Estado do Paraná, o seu amigo Paulo Pimentel. (PANORAMA, maio 1967, p. 42)

Na indicação feita pela ARENA dos nomes para a sucessão presidencial os governadores podiam indicar até três nomes. No Paraná, Pimentel indicou Ney Braga e o Mal. Costa e Silva. No entanto, segundo Rebelo, Pimentel “queria votar apenas no ministro do Exército, mas incluiu Ney em seu voto por pressão de correligionários de seu antecessor.” (REBELO, 2004, p. 234)

Com a recusa de Ney Braga, Pimentel comunica ao Mal. Costa e Silva e, em decorrência disso, foi definido o nome de Pedro Aleixo, de Minas Gerais, para o cargo de vice-presidente.

Em 3 de outubro de 1966, o Mal. Costa e Silva e Pedro Aleixo foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente pelo Congresso Nacional, com a abstenção de toda a bancada do MDB, partido da oposição consentida pelos militares. Em 15 de março de 1967 foi empossado na presidência.

Com a posse do Mal. Costa e Silva e passados alguns dias das eleições de novembro de 1966, Pimentel envia-lhe um documento manifestando seu apoio ao

governo federal e demonstrando suas intenções em manter relações amistosas e confiáveis com o novo presidente:

Nas eleições de 15.11.66 o Paraná assegura, através da ARENA 18 a 20 entre os 25 representantes do Paraná na Câmara Federal. Temos garantida a eleição de 35 a 38 deputados estaduais dos 45 integrantes da Assembléia Legislativa. A expressiva vitória de nosso candidato ao senado, Ney Braga, e a esmagadora maioria de nossos candidatos ao Congresso e a Assembléia Estadual não deixam duvida quanto a confiança que o povo paranaense deposita no futuro Governo de Vossa Excelência que é para todos nós uma esperança bem caracterizada no memorável pronunciamento aqui feito quando de sua visita ao nosso Estado [...]. Em nome do povo e do governo do Paraná receba Vossa Excelência, mais uma vez, o testemunho de nossa inteira confiança e a certeza de que estaremos sempre juntos para levantar bem alto o nome de nossa querida Pátria.⁴⁹

Nessas eleições, verifica-se que entre os 25 eleitos para representar o Paraná na Câmara Federal, 20 são da ARENA e 05 do MDB. Ainda, dos 45 deputados estaduais que assumiriam o cargo no dia 15 de março de 1967, na Assembléia Legislativa do Paraná, 37 são da ARENA e apenas 08 do MDB. (IPARDES, 1989a)

Diante desses episódios, Costa e Silva e Pimentel se aproximaram, e Pimentel tornou-se um aliado próximo do presidente, fato que contribuiu favoravelmente para governar o Estado do Paraná. Devido às boas relações com o presidente, Pimentel conseguiu garantir um ministério para o Paraná, assumido por Ivo Arzua. Outros fatores auxiliaram-no politicamente, tais como a maioria dos deputados votados para a Assembléia Legislativa pertencia a ARENA e com isso a oposição era praticamente inexistente, bem como a eliminação de eleições para prefeitos nas capitais, os quais passaram a ser indicados pelo governador do Estado.

A aproximação de Pimentel ao grupo linha dura, quanto aos aspectos ideológicos, entende-se que estes sempre foram incompatíveis, pois Pimentel sempre foi um defensor convicto da democracia e do Estado de Direito, bem diferente dos princípios defendidos por aqueles que pertenciam à linha dura, a facção mais repressora do período ditatorial. Inclusive Pimentel, em alguns momentos do Regime Militar, demonstrava suas convicções, mesmo que no instante seguinte fosse obrigado a recuar com sua postura, evitando assim maiores transtornos, tais como a cassação ou perseguição política. Segundo Kunhavalik

⁴⁹ O ESTADO DO PARANÁ, 20 nov. 1966.

(2004), Pimentel sempre procurou manter sua autonomia em relação ao governo federal, tornando-se muitas vezes uma ameaça ao regime.

Costa e Silva, apesar de não ter ligações com o denominado “grupo da Sorbonne”, ao assumir o poder tinha planos de restabelecer a democracia. Com a pressão das manifestações estudantis, as greves operárias presentes em 1968 e a desconfiança de alguns militares, pois ao nomear Delfim Neto ministro da Fazenda, passou a ser visto como inimigo pela linha dura ultranacionalista, Costa e Silva foi obrigado a endurecer o regime político, e abandonar os planos iniciais.⁵⁰

Assim, no dia 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva assinou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), sem marcar prazo para sua vigência. Este Ato concedia amplos poderes ao presidente da república, suspendia as garantias constitucionais e apresentava várias normas de controle para a sociedade.

Todavia, seis dias antes do AI-5, conforme descrição abaixo, Pimentel improvisou um discurso na Câmara Municipal de São Paulo, no qual defendeu o retorno à normalidade democrática, com eleições livres em todos os níveis, inclusive para a Presidência da República.

Em nenhum instante condenamos o sistema de escolha. Apenas defendemos, como mais correto, acertado e conveniente à Nação Brasileira o sistema que a nosso ver faz com que o país caminhe no sentido da perfeição democrática. [...] Grandes homens e notáveis governantes foram escolhidos pelos dois sistemas. Por ambos se apresentaram homens dos melhores realizando no poder uma obra grandiosa. Mas nós políticos de hoje homens que postulamos o voto não podemos em hipótese alguma tentar sequer a marginalização do povo do processo democrático. Sendo um governante jovem eu sempre postulei no palanque as suas posições de liderança devo mais do que nunca apontar ao Brasil que o eleitorado é consciente e deve ser ouvido na escolha dos seus dirigentes especialmente o dirigente máximo da nação. [...] (JORNAL DE CURITIBA, 01 dez. 1968, p. 01)

Este fato estremeceu as relações do governo estadual com o governo federal e Pimentel passou a correr o risco de ser cassado. Com o intuito de evitar punições, Pimentel enviou uma mensagem ao presidente demonstrando apoio ao AI-5 e confirmando que o Paraná e o governo estadual continuavam, como sempre estiveram, ao lado do governo federal.

Em seguida, Pimentel conseguiu marcar um encontro em Brasília com o presidente, cujo objetivo era convidar Costa e Silva para vir ao Paraná. Segundo

⁵⁰ PIMENTA, Rosângela. Brasil: A República consolidada. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.brasilrepublica.hpg.ig.com.br/costaesilva.htm>> Acesso: 20 out. 2005.

Pimentel, com a instituição do AI-5, o clima no geral ficou tenso e o presidente estava se reclinando no Palácio. Inicialmente Costa e Silva recusou o convite, mas Pimentel o convenceu a aceitar sua proposta argumentando que o presidente precisava se aproximar da população e do apoio popular: “o senhor esta aqui isolado [...] quando esta é precisando do povo. O senhor editou o AI-5 impulsionado pelo ministro Gama e Silva, e não tem condições emocionais de ir para televisão explicar ao povo esse gesto que feriu de morte a democracia brasileira. O senhor precisa ver o povo e o povo precisa saber que o senhor não é um monstro.” (FARIA; SEBASTIANI, 1997, p. 65)

Sendo assim, Costa e Silva instalou o governo no Palácio Iguazu, no período de 24 a 28 de março de 1969, e daqui fechou a Assembléia Legislativa de São Paulo, só não fez o mesmo no Paraná devido a sua recepção popular desde o aeroporto até o Palácio, inclusive caminhou pela rua Cândido de Abreu ao lado de Pimentel acenando para a população que o esperava. Com isso Pimentel reconquistou a confiança do presidente.

No entanto, em agosto de 1969, Costa e Silva encontrava-se muito doente e foi substituído por uma Junta Militar, formada por Aurélio de Lyra Tavares, Márcio de Souza e Mello e Augusto Hamann Rademaker Grunewald, após o impedimento, pela força, da posse do vice-presidente Pedro Aleixo. Costa e Silva faleceu um mês após deixar a Presidência da República.

Nesse período, entraram em vigor a Emenda Constitucional nº 01, de 17 de outubro de 1969 e a Lei de Segurança Nacional, também no mês de outubro de 1969. Assim, foi designada ao Congresso Nacional a eleição do candidato indicado pelas Forças Armadas para a presidência da República. O indicado foi o General Emílio Garrastazu Médici, eleito em 30 de outubro de 1969, que cumpriu completamente seu mandato, transferindo o cargo ao General Ernesto Geisel em 15 de março de 1974.

Segundo Paulo Pimentel (E4), se Ney Braga tivesse aceitado participar como candidato a vice-presidente, talvez mudasse a história. É que o presidente Costa e Silva faleceu dois anos depois e, com certeza, seria permitido a Ney Braga assumir a presidência do país porque ele era um militar, diferente de Pedro Aleixo que, por ser um civil, não era confiável e por isso foi impedido de exercer o cargo como Presidente da República.

Em agosto de 1966, Pimentel e Jayme Canet Júnior se desentendem e rompem. Canet Júnior era o presidente do Banestado e, até então, amigo de Pimentel. Segundo Rebelo (2004), Canet rejeitou a autorização de um empréstimo para a Usina Central de Porecatu, que desejava um financiamento sem apresentar garantias sólidas para o pagamento. Mesmo Canet negando esse empréstimo e o superintendente do Banestado, Celso Sabóia, comunicando Pimentel sobre todo o ocorrido, esse pedido de empréstimo voltou à pauta do banco. Devido a isso Canet se desentendeu com o governador e acabou pedindo demissão, foi acompanhado por cinco diretores do banco; mas passados alguns dias, todos recuaram com exceção de Sabóia.

Essa empresa era do sogro de Pimentel e, já havia adquirido outros empréstimos bancários anteriormente, mas para isso, sempre apresentavam duplicatas assinadas por grupos consistentes, como garantia para a quitação de empréstimos. De acordo com Pimentel, sobre Canet:

Hoje acho que ele agiu, e tenho impressão que no íntimo ele deve também achar isso, fez o jogo que não precisava ter feito. O meu atrito com o Jayme Canet é em consequência de um posicionamento que ele teve como presidente do Banestado. Com muita tristeza eu recebi o pedido de demissão dele de presidente do Banco do Estado e ele muito se empenhava. Ele tinha ficado doente, foi se tratar nos Estados Unidos e quando voltou tinha uma... que era o superintendente e o secretário da Fazenda, e ele. Houve um episódio desagradável, ele jogou contra mim numa tentativa de desmoralização e eu repeli e mais ou menos eu saí muito bem da história e ele não gostou e virou meu inimigo. (E7)

Um outro episódio, ocorrido em maio de 1967, colabora para o afastamento entre Pimentel e Ney Braga, foi a demissão de Raiz. Nesse período, Saul Raiz era Secretário de Viação e Obras Públicas e se demitiu formalmente dessa Secretaria, apesar de continuar exercendo normalmente o cargo de secretário, para concluir sua aposentadoria como conselheiro do Tribunal de Contas, onde estava licenciado. Ante essa circunstância, Pimentel demitiu de fato Raiz e o substituiu pelo engenheiro de sua confiança José Theodoro Miró Guimarães. (REBELO, 2004)

Com esse afastamento de Raiz do governo, criou-se a “expectativa da reação de Ney contra Pimentel” e, naquele momento, foi considerado como ato inicial para a “troca de hostilidades” que ocorreria entre eles. (DIÁRIO DO PARANÁ, 28 maio 1967) Inclusive, com a saída de Saul Raiz, “duas outras figuras consideradas de liderança de Ney Braga pedem exoneração: Zalmen Chamecki, da direção do

DEOE, e Guilherme de Lacerda Braga Sobrinho superintendente da FUNDEPAR e irmão de Ney Braga.” (DIÁRIO DO PARANÁ, 31 maio 1967)

Uma outra vertente de acontecimentos que informam sobre o desentendimento entre Ney Braga e Pimentel ocorre no interior da ARENA. Após o golpe de 1964, com a ditadura militar, foram implantados vários Atos Institucionais, dentre eles figurava o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que entrou em vigor em 27 de outubro de 1965, reduzindo a competência do Poder Judiciário e ampliando a da Justiça Militar. O AI-2 modificou toda representação política extinguindo todos os partidos políticos, estabelecendo dois novos partidos, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que era a situação, ou seja, o partido do governo e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a oposição. Ambos tinham condições rígidas e um estatuto “especial” a seguir.

Do total de deputados paranaenses com mandato no ano de 1966, somaram-se trinta e quatro o número que adentraram na ARENA, contra seis indecisos e cinco do MDB. A composição do MDB era de petebistas e membros do PDC que não reconheciam mais a liderança de Ney Braga, como por exemplo, José Richa e Affonso Camargo Neto. (IPARDES, 1989; REBELO, 2004; KUNHAVALIK, 2004)

Quanto à formação da ARENA, desde novembro de 1965, Ney Braga estava se articulando para formar esse partido no Paraná. Ao assumir o Ministério da Agricultura continuou com seu propósito, procurando aliar todas as correntes do Estado. (KUNHAVALIK, 2004)

Os líderes nacionais indicados para a formação da ARENA, em janeiro de 1966, foram, entre outros, o ministro Ney Braga, o senador Daniel Krieger e o ministro Mem de Sá. Ainda, Ney Braga foi indicado o representante do governo federal para organizar a ARENA no Paraná. (DIÁRIO DO PARANÁ, 12 jan. 1966)

Têm início nesse mesmo mês as negociações para a indicação de possíveis presidentes para ARENA paranaense, sendo assim,

quanto a composição e liderança da ARENA, o deputado Vargas de Oliveira está disposto a apresentar respostas aos informantes que dão como tentativa de marginalização do Sr. Paulo Pimentel, à campanha do grupo liderado pelo senador oliveira Franco, reclamando dialogo nas negociações para a presidência do partido. Enquanto o grupo integrado pelos antigos situacionistas apresenta-se com o nome de Jayme Canet Jr. para a direção da ARENA, os seguidores do senador Oliveira Franco e deputados federais ex-pessedistas reivindicam igualdades de condições na apresentação dos nomes possíveis de dirigirem a ARENA, acenando como ponto inicial desse entendimento, com a indicação do atual governador

Algacyr Guimarães para a presidência Regional da Aliança. (DIÁRIO DO PARANÁ, 12 jan. 1966)

Diante desse quadro, Ney Braga indica Jayme Canet Júnior para presidir a ARENA, o que foi vetado por Pimentel que se opõe a essa indicação pelo fato de que Canet assumiria a presidência do Banestado. Pimentel não aceita na sua equipe qualquer um que pretenda concorrer às eleições de 1966 ou participar de “atividades partidárias.” (DIÁRIO DO PARANÁ, 11 e 15 jan. 1966)

A esse respeito observa-se o conteúdo da seguinte reportagem:

O recente encontro dos dirigentes paranaenses com o Sr. Ney Braga, no Rio de Janeiro, fixou definitivamente a indicação do atual governador Algacyr Guimarães para a presidência da ARENA em nosso Estado. A confirmação veio com o pronunciamento do Sr. Paulo Pimentel ontem, nos termos seguintes: “Pretendemos, o ministro Ney Braga e eu, apontar para a presidência da ARENA o Sr. Algacyr Guimarães, já que o Sr. Jayme Canet Jr. esta impedido por dever assumir a presidência do Banco do Estado.” Indagado a que titulo se referia o impedimento, o governador eleito completou que “a exigência é minha, de que os meus auxiliares na administração não participem de atividades partidárias.” Instalada a Comissão Provisória da ARENA, nos últimos dias deste mês, já em fevereiro serão escolhidos os membros do diretório que por sua vez indicarão a Comissão Executiva e o seu presidente, ocasião em que o Governador Algacyr Guimarães já terá deixado a chefia do Executivo, desincompatibilizando-se para assumir a direção do órgão situacionista. (DIÁRIO DO PARANÁ, 15 jan. 1966)

Por fim, chegou-se a um consenso sobre o presidente da ARENA, e o escolhido foi Algacyr Guimarães. Nos primeiros dias de fevereiro de 1966, foi aprovado pelo presidente Castelo Branco e o senador Daniel Krieger, uma comissão provisória para negociar e estruturar a ARENA no Paraná, com os seguintes integrantes: Algacyr Guimarães, Jayme Canet Jr., Paulo Pimentel, delegado do governo, Plínio Costa e Alípio Ayres de Carvalho. A orientação era para que fossem concluídos os entendimentos entre o dia 10 e o dia 15 de fevereiro de 1966. (DIÁRIO DO PARANÁ, 06 fev. 1966)

Sendo assim, no dia 09 de fevereiro de 1966, se encontraram em Brasília Paulo Pimentel, Ney Braga, Adolpho de Oliveira Franco, Algacyr Guimarães e a bancada federal do Paraná, para a estruturação da ARENA. (DIÁRIO DO PARANÁ, 09 fev. 1966) Nesse dia os trabalhos foram presididos por Ney Braga; Pimentel e Plínio Costa fizeram parte da mesa diretora e foram decididos os seguintes critérios para estruturar a ARENA paranaense:

Integrarão a Comissão Diretora todos os parlamentares federais e estaduais paranaenses que ingressarem na ARENA, cabendo aos deputados federais e senadores a indicação de mais um membro sem mandato eletivo para estabelecer o equilíbrio entre as duas representações. A composição numérica da Comissão Diretora deveria ser de 70 membros. Ficou também acertado que os titulares dos cargos de presidente, secretário e tesoureiro não poderão concorrer as próximas eleições. (DIÁRIO DO PARANÁ, 10 fev. 1966)

No dia 18 de fevereiro de 1966 foi realizado encontro para a formalização da ARENA, presidido pelo ministro Ney Braga que, no início dos trabalhos, alegou que “há muito tempo estamos procurando fixar critérios e depois proceder a escolha dos nomes para a Comissão Diretora e Gabinete Executivo. Disse que as normas gerais para a composição da ARENA foram resolvidas em contato com o governador Paulo Pimentel, os senadores, os deputados federais e estaduais.” (DIÁRIO DO PARANÁ, 19 jan., 1966)

A composição do Gabinete Executivo da ARENA foi a seguinte: presidente, Algacyr Guimarães; vice-presidentes, os deputados Ivan Luz, Rafael Rezende e Zacarias Seleme; secretário-geral, indicado pelo governador Pimentel, Ubiratan Pompeo de Sá, até então seu chefe de Gabinete; vogais, os deputados João de Mattos Leão, Horácio Vargas, Paulo Poli, Miran Pirih e Armando Queiroz. Na executiva da ARENA, Pimentel contava com sete nomes, contra quatro nomes que apoiaram a candidatura de Bento Munhoz da Rocha Neto. (DIÁRIO DO PARANÁ, 19 jun. 1966)

No primeiro trimestre do ano de 1967, na ARENA, encontrava-se como presidente em exercício, Zacarias Seleme, que estava respondendo no lugar de Algacyr Guimarães que estava de licença. (DIÁRIO DO PARANÁ, 05 maio 1967)

Em julho de 1967, em reunião, o diretório regional da ARENA, elegeu Aníbal Khury, que era ligado a Pimentel, para assumir como secretário-geral da executiva estadual da ARENA, já que Ubiratan Pompeo de Sá, também vinculado a Pimentel, havia deixado essa função. (REBELO, 2004)

Em setembro de 1969 ocorreu a convenção estadual da ARENA e nesse evento Pimentel assume o controle inteiro do partido. Na convenção havia duas chapas, uma dirigida por Pimentel e outra por Ney Braga. A chapa de Pimentel - que tinha o apoio de lideranças como o presidente da Assembléia, Armando Queiroz, o presidente do partido Algacyr Guimarães e o ministro da Agricultura, Ivo Arzua -, ganhou a convenção com 368 votos, contra 165 obtidos por Ney Braga.

“Ney protestou, mas o fato é que seus dias de líder absoluto da situação no Estado haviam acabado – ao menos por enquanto. Pimentel assumiu o comando da ARENA. Contudo, seu período de liderança seria bastante efêmero.” (REBELO, 2004, p. 247)

Retomando a relação entre os desdobramentos das ações dos governos militares, no que diz respeito ao Paraná na segunda metade da década de 1960, verifica-se que, mesmo sendo um estado politicamente conservador, ainda assim houve cassações de vários políticos paranaenses a partir do Golpe de 64. Portanto, em março de 1964, foram cassados os deputados estaduais Almir Moreira Passo (UDN), Luiz Alberto Dalcanale (PTB) e Leon Naves Barcelos (PTB). Foram cassados também no ano de 1964 o ex-governador Moysés Lupion (PSD), o senador e ex-Ministro do Trabalho de Jango, Amaury de Oliveira e Silva (PTB), o prefeito de Paranaguá Brasília Abud (PTB, cassado em abril), e, os deputados estaduais Walter Pecoits (PTB, cassado em agosto), Waldemar Daros (PTB) e João Simões (PSD). No ano de 1966, em novembro, foi cassado Roberto Ferreira Moura do MDB. (HELLER; DUARTE, 2000; COSTA, 1995)

No ano de 1969, ocorre uma série de novas cassações no Paraná. Em março foram cassados três deputados estaduais do MDB: Jacinto Simões, Lazaro Servo e Valmor Santos Giavarina (este renunciou ao mandato de deputado estadual para assumir a prefeitura de Apucarana), todos filiados ao PTB antes do bipartidarismo. Ainda em março de 1969 foram cassados os deputados estaduais da ARENA Aníbal Khury⁵¹ e Miran Pirih (ex-petebista). Ainda em abril de 1969, foram cassados 155

⁵¹ Aníbal Khury nasceu no município de Porto União, em Santa Catarina, em 18.07.1924. Iniciou sua carreira política como candidato a deputado estadual pela UDN, em União da Vitória, nas eleições de 1950. Elegeu-se deputado estadual, na UDN, pela primeira vez em 1954 e reelegeu-se sucessivamente até 1966. Desde o primeiro mandato ocupou na Assembléia Legislativa a 1ª Secretaria, no total, ocupou catorze vezes esse cargo, e por três vezes exerceu a Presidência da Assembléia Legislativa. Antes do bipartidarismo Aníbal Khury era o líder do PTN no Paraná. Em 1969 foi cassado, nesse período exercia a secretaria geral da ARENA no Paraná. Nessa época foi presidente do Clube Atlético Paranaense. Com a anistia política de 1979, foi reconduzido à Assembléia Legislativa em 1982, pelo PMDB. Foi reeleito deputado estadual em 1986, 1990 e 1994. De Curitiba, coordenou à distância, por um longo período compreendido entre 1976 a 1999, as “Organizações Curi”, da qual faziam parte a Rádio União e a Rádio FM Verde Vale Ltda (94.1MHZ), essa última foi instalada, iniciando suas atividades durante a gestão do Deputado Aníbal Khury, que conseguiu a concessão oficial para o seu funcionamento. Quando aconteceu a implantação da Rádio FM Verde Vale, a Rádio União mudou-se juntamente, para as novas instalações, no centro de União da Vitória. Com a morte do Deputado Aníbal Khury em 31.08.99, as duas Rádios foram adquiridas por um novo grupo de profissionais. (FARIA; SEBASTIANI, 1997; CARNEIRO; VARGAS, 1994; e, Informações Disponíveis em: <http://www.sulradio.com.br/destaques/destaque_7833.asp> Acesso: 05 nov. 2005)

políticos no Brasil, dentre eles sete eram paranaenses, a saber: os deputados estaduais Sinval Martins Araújo (MDB, era do PSD), Miguel Dinizo (ARENA, ex-petebista), Jorge Miguel Nassar (ARENA, ex-petebista) e Constantino João Kotzias (ARENA, ex-candidato a prefeito de Paranaguá pelo PTN); e, os prefeitos Osmar Ramos de Oliveira da cidade de Carlópolis, José Maria Galvão de Rolândia, Alim Imaruhim de Nova Londrina. Neste ano também foram cassados os deputados federais Wilson Chedid (ARENA, ex-petebista), Renato Celidônio (MDB, ex-petebista) e Léo de Almeida Neves (MDB, ex-petebista). Em junho de 1977, foi cassado o deputado federal do MDB, José Alencar Furtado (candidato em 1962 pela coligação dos partidos PRP, PTN, PST e PR, chamada à época de Frentinha). No que diz respeito aos políticos cassados no Paraná, todos tiveram os direitos políticos suspensos por dez anos. (HELLER; DUARTE, 2000; COSTA, 1995)

O rompimento entre Pimentel e Ney Braga ocorrido em 1966, na verdade foi o início de um ciclo de aproximadamente trinta anos marcado por oscilações, ora pela proximidade e ora pelo embate entre eles.

5.1 DEIXANDO O GOVERNO SEM DEIXAR SUCESSOR

Com a entrada do General Emílio Garrastazu Médici na Presidência da República em outubro de 1969, este decide nomear os candidatos da ARENA que assumiriam os governos estaduais no ano de 1971. Diferentemente dos outros presidentes vistos até então, Médici não tinha vínculos com Paulo Pimentel e nem com Ney Braga, mas nos anos de seu governo, Paulo Pimentel manteve relações amistosas com Costa e Silva.

Nesse período Pimentel viveu o auge de seu domínio político no Paraná, inclusive nesse momento Ney Braga passou uma fase no ostracismo político. Com a saída de Costa e Silva e o início do governo de Médici, seguido pelo de Geisel, Pimentel, lentamente foi afastado dos centros decisórios, até perder, em meados da década de 70, completamente sua hegemonia e o poder de deliberar nas questões referentes aos encaminhamentos estatais. Este quadro começou a ser alterado somente no final dos anos setenta, como veremos adiante.

No que diz respeito a Ney Braga, esse cenário é descrito de outra forma. Sobre Castello Branco, o primeiro presidente da “Revolução de 64”, Ney Braga diz o seguinte: “[...] cursei a Escola do Estado Maior. [...] Tive como diretor de Ensino o então coronel Castello Branco, que viria a ser presidente do Brasil. Era um grande professor e amigo, exemplo de soldado e cidadão. Mais tarde pude mais ainda comprovar suas virtudes de grande patriota. Não conheci maior.” (BRAGA, 1996, p. 41) Inclusive Ney Braga foi Ministro da Agricultura durante o governo de Castello Branco.

Como vimos, durante o mandato de Costa e Silva, pelo fato deste fazer parte da linha-dura, facção divergente daquela que Ney Braga defendia, que era o grupo dos castelistas ou grupo da Sorbone, aliado ao domínio político que Pimentel construiu na Arena local, Ney Braga esteve politicamente marginalizado.

O presidente seguinte também pertencia à linha-dura, com isso o relacionamento de Ney Braga com o presidente Médici também era distante. Mesmo assim Ney Braga continuava sendo um homem de confiança do sistema. Com a nomeação de Geisel para a presidência da República, como veremos adiante, verifica-se o retorno de Ney Braga ao domínio da política paranaense.

Diante desse contexto, no que diz respeito a Paulo Pimentel, observa-se que Médici, por não confiar nele, não permitiu que ele indicasse o nome do governador que o sucederia. Desse modo, no final do mandato, mesmo com um predomínio político no Estado, por representar a maioria na Arena estadual, desde a convenção de setembro de 1969, Pimentel não conseguiu influenciar na escolha de seu sucessor.

Para Médici, Pimentel já havia demonstrado seus princípios ao defender eleições diretas, inclusive para presidente da República, em várias regiões do Estado de São Paulo e inclusive na Assembléia de São Paulo em 1968, cinco dias antes de ser editado o AI-5. Ainda, segundo Magalhães Filho, Pimentel manteve, sempre que possível, uma postura autônoma em relação ao governo federal e ainda “diz o que bem entende, não apenas no campo político mas nas negociações, na barganha por recursos federais”. (IPARDES, 1989b, p. 136)

Quanto a Ney Braga, bem diferente da sua relação com Castello Branco, durante o governo de Médici, não tinha créditos. Embora manifestasse o desejo em retornar ao governo do Estado e substituir Pimentel, Médici não tinha interesse

nenhum em reconduzi-lo ao executivo. Além do fato de que ainda era recente a posição de Ney Braga em relação ao AI-5. Com a promulgação do AI-5, Ney Braga fez parte do grupo de senadores que discordaram desse ato institucional e oito dias após sua promulgação enviaram um documento ao presidente Costa e Silva manifestando essa postura. Devido ao AI-5 o congresso permaneceu fechado de dezembro de 1968 a outubro de 1969. Nesse período Ney Braga assumiu o cargo de vice-presidente de uma companhia de seguros de propriedade de amigos, chamada Atlântica Boa Vista. (BRAGA, 1996; REBELO, 2004; KUNHAVALIK, 2004)

Portanto, Ney Braga, com a intenção de retornar ao executivo paranaense e Pimentel, que no decorrer de quatro anos não encorajou a candidatura de nenhum membro de sua equipe, não conseguiram se entender e apontar um candidato de consenso. Desse modo, não influenciaram na decisão do presidente Emílio Garrastazu Médici. Isso ocorreu também com as lideranças políticas de cada um deles no Paraná, os chamados neystas e pimentelistas.

Faziam parte dos pimentelistas, segundo declaração de Pimentel em entrevista:

Os pimentelistas eram mais anônimos porque eram líderes empresariais do norte do Paraná que nesse tempo era divorciado do sul, então vem à avalanche, pois os pimentelistas não eram da estrutura tradicional das políticas paranaenses, que não me aceitavam. Você imaginou se eles iam aceitar um gurizão que veio de São Paulo, com oito anos de domicílio eleitoral, isso era totalmente recusado pelas lideranças políticas. Então a minha conquista foi realmente do povão. Mas eu vou lhe alguns exemplos dos pimentelistas: os grandes criadores de bois da época, o Celso Garcia Cid, o Mauro Mesquita, que é vivo até hoje, de Jacarezinho; de Londrina o grande, Washington de Novaes; o Otávio Cesário, já falecido, que foi vice-governador. Os presidentes das rurais de todo o norte do Paraná, os prefeitos de Maringá, o João Paulino, o Adriano Valente, que foi prefeito depois, tinha mais um de Panavai, o Benedito Pinto Dias. Tinha ainda o Wilson Fortes, o... aquele, tinha um outro médico muito importante na cidade... pro meu lado em Pato Branco, o Zacarias Seleme. Em fim era um volume grande, aqui em Curitiba o Ivo Arzua Pereira, atendeu, o Ney, que foi um grande cabo eleitoral. O Ivo Arzua passou firmemente para o meu lado, depois trabalhou comigo um bom tempo. De Ponta Grossa o Falto Guimarães. O João de Mattos Leão também era meu, o pai dele e os irmãos dele, Guarapuava inteira. Em Foz do Iguaçu tinham grandes pimentelistas, em Cascavel o que tinha em Cascavel, tinha entre nós uma gauchada boa, diferente. É o Jacir Burga que era um dos homens mais ricos de lá também era nosso. Em Toledo tinham uns dois, o Ivo Rocha e o Ivo, não me lembro o outro nome agora, tinha mais um Ivo, que hoje ainda tá lá e é dono de uma rádio de lá e é um líder muito importante. Em Marechal Cândido Rondon também tinha uns líderes muito bons e assim foi... Agora as maiores lideranças que mais estoura votavam em mim, eu era a novidade desagradável que tinha que ser engolida por um lado... em razão das divergências entre as lideranças políticas locais. A política do Paraná nessa época era comandada exclusivamente por Curitiba, por que o resto era apêndice. (E7)

O fato de estar inserido em uma rede de relações juntamente com vários empresários é resultado de sua passagem administrativa na Usina Central de Porecatu e influências consolidadas a partir desse local, juntamente com o trabalho desempenhado como Secretário da Agricultura. Tudo isso, associado às divergências presentes no Paraná naquela época, entre o chamado Paraná tradicional, que tinha a sua cúpula presente na capital do Estado e que dominava a política paranaense e os “outros Paraná”, que não interferiam nas decisões políticas do Estado, por exemplo, o norte.

Estes fatores atrelados ao crescimento do norte paranaense como pólo econômico dominante, incitou muitos empresários e políticos dessa região do Estado a apoiarem e encorajarem o nome de Pimentel como candidato ao governo do Estado, por ser ele uma figura de lá. Isto proveu toda base de apoio e sustentação de Pimentel, desde o período de sua campanha, adentrando as décadas seguintes. Portanto, desde o início dos anos 60, ao registrar a candidatura de Pimentel pelo PTN, Aníbal Khury, apoiado em toda sua perspicácia política, já havia visualizado todo esse desenho político. Khury tinha presente, também, os talentos individuais de Paulo Pimentel e, sabia que este era uma figura que teria forças para afrontar a política e os políticos tradicionais. Pimentel relata as seguintes passagens, que servem para ilustrar melhor esse quadro: *“o Aníbal Khury que me lançou candidato a governador, primeira vez que alguém me falou nisso. Isso foi em 62. (E1)⁵²*

Na solenidade, mais ou menos em março, foi a primeira vez que eu vi que poderia ser governador do estado, foi ali na festa, ali que me lançaram candidato. E o Aníbal Khury que estava presente na festa, disse: “eu acho que vou investir em você, porque você é bom de voz, amado e tal”. (E2) Com as minhas ligações com o Aníbal Khury, que já era deputado, ele tinha um partido para aliança nacional, que tinha um outro líder nacional, chamava Emílio Carlos, um cara brilhante! Morreu cedo, mas dominava. O Aníbal aqui no Paraná, o PTN era dele, como ele era monopolizador, ele também queria ter um partido dele. O Aníbal tinha zonas políticas, também é bem lógico querer ser governador do estado; só que ele, acho eu, sentiu que não era vez dele ainda, resolveu investir em mim. Eu fiquei no PTN, como eu não era político eu não me definia partidariamente, então continuamos no PTN, me filiei e ficamos no partido. (E3)

⁵² Essa passagem se deu em março de 1962, durante a festa organizada pelo jornal Tribuna do Paraná, na qual Pimentel foi receber a homenagem “Homem do Ano” votada pelo jornal em 1961. Nesse momento esse jornal ainda não pertencia à Pimentel.

Retomando a questão sucessória de 1970, com relação à dominação dos espaços paranaenses pelo grupo de Pimentel e Ney Braga, percebe-se que:

Difícil, portanto, a solução em termos das duas áreas políticas, uma vez que tanto uma, como a outra, não abriram mão de suas preferências no processo sucessório e identificando apenas um candidato, no caso o senador Ney Braga que foi irreversível no trabalho que fez para voltar ao Palácio Iguazu. Idêntica posição assumiu o governador Paulo Pimentel quando entregou ao chefe da Nação a solução do problema, através de monção e manifestando a solidariedade em quem recaísse a preferência. Não houve manifestação, entre os dois líderes, de preferência sobre um mesmo nome. O panorama ficou definido por dois pólos, imutável a exigir, portanto, que o fiel da balança se colocasse no ponto de equilíbrio. Desta forma, é possível situar o Sr. Haroldo Leon Peres numa posição equidistante destes dois pontos. (PANORAMA, abr. 1970, p. 35)

Com essa indefinição, o Cel. Manso Neto, assessor no Gabinete Militar da Presidência, indica Haroldo Leon Peres⁵³ a Médici. Segundo Rebelo (2004, p. 249), “Leon Peres e Manso Neto freqüentavam as mesmas rodas sociais de Brasília e acabaram se tornando amigos.” Outro que também indicou Leon Peres foi o Cel. Otávio Costa, então chefe de Comunicação no governo Médici, que segundo Almeida: “Costa era conhecido do deputado federal Haroldo Leon Peres, pela vizinhança no apartamento funcional que ocupava e pelo fato de sua esposa jogar ‘biriba’ com dona Helena Leon Peres, esposa de Haroldo.” (ALMEIDA, 1999, p. 63)

No que diz respeito à escolha de Haroldo Leon Peres para governar o Paraná, segundo Pimentel, foi “absolutamente familiar. A mulher do Haroldo Leon Peres jogava baralho com a senhora do Presidente da República Gen. Emílio Médici. Num dia de festa no Itamaraty, era aniversário de Brasília, o presidente Médici passou por uma fila e encontrou a senhora de Haroldo Leon Peres. Perguntou para ela: ‘a senhora sofre do coração?’ Ela disse: ‘Não soffro.’ ‘Então saiba, o seu marido vai ser governador do Paraná.’ “ (FARIA; SEBASTIANI, 1997, p. 67)

⁵³ Haroldo Leon Peres, nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 02.05.1922. Formou-se em Direito pela Faculdade Nacional, em 1952. Com a conclusão da graduação mudou-se para Maringá. Foi professor da Faculdade de Direito da Universidade de Maringá. Em 1958 se elegeu Deputado Estadual pela UDN, em uma coligação com o PSP e PR, formando a Frente Democrática do Paraná. Tornou-se líder da UDN na Assembléia e combateu o governo de Lupion. Em 1962 se reelegeu pela UDN. Em 1964 apoiou o golpe militar e em 1966 elegeu-se Deputado Federal pela ARENA. Nesse mesmo ano passou a ocupar a função de vice-líder do governo Costa e Silva na Câmara de Deputados. Em 1968, defendeu a posição do governo no conflito com os estudantes. Votou a favor do pedido de licença feita pelo governo para cassar o mandato do Deputado Federal Marcio Nogueira Alves e suspender seus poderes políticos. Estabeleceu relações em Brasília que facilitam a sua indicação para assumir o governo do Paraná em 15.03.1971. Faleceu em Maringá no dia 16.09.1992. (KUNHAVALIK, 2004, p. 350; CARNEIRO; VARGAS, 1994, p. 227-228)

No início de 1970, Médici designa o deputado Rondon Pacheco para percorrer os Estados brasileiros e verificar a situação política neles, com o intuito de contribuir com a definição do presidente acerca dos nomes dos governadores para o ano seguinte. A visita do presidente nacional da ARENA, Rondon Pacheco ao Paraná, contribuiu para que Médici, em março de 1970, se definisse pela indicação de Leon Peres. Ocorre que, após algumas sondagens a respeito de prováveis candidatos ao governo, Pacheco verificou que no Estado destacavam-se somente duas áreas políticas: de um lado a do governador Paulo Pimentel e de outro a do senador Ney Braga. Diante disso para Pacheco deveria ser priorizada a pacificação política para então promover a sucessão governamental. (PANORAMA, abr. 1970)

Enquanto Rondon Pacheco estava no Paraná, 29 dos 33 deputados estaduais da ARENA fizeram um documento no qual delegaram ao governador Paulo Pimentel a responsabilidade para decidir o nome do futuro governador do Paraná, juntamente com o presidente nacional da ARENA e o presidente Médici. A maioria dos membros da ARENA tiveram a mesma postura. Todavia, Pimentel entregou a Pacheco um documento destinado ao presidente Médici, previamente aprovado pela ARENA paranaense, no qual garantia fidelidade e apoio ao presidente quanto à decisão de Médici, na indicação do sucessor ao governo do Paraná. (KUNHAVALIK, 2004)

Nesse período, Pacheco afirmou que a decisão quanto aos nomes para o cargo de vice-governador e para as duas vagas ao Senado era da ARENA local. (KUNHAVALIK, 2004)

Na semana anterior à divulgação oficial do nome do sucessor ao governo do Paraná, Pimentel recebeu uma homenagem, a Comenda do Pacificador, entregue pelo General Antonio Carlos Murici, Chefe do Estado Maior do Exército, que representou o Ministro do Exército General Orlando Geisel. Segundo reportagem:

A homenagem surpreendeu o próprio Governador, que dela só teve conhecimento no dia anterior, quando o General Antonio Jorge Correia, Secretário da Ordem do Pacificador, esteve no Palácio Iguazu para informar-lhe que o Ministro do Exército assinara Portaria distinguindo-o com a condecoração. Na portaria o Ministro justifica a decisão tendo em vista o apoio dado pelo Sr. Paulo Pimentel à realização da Olimpíada-70, promovida pelo Exército Nacional, no Paraná e aos “serviços prestados no incremento dos laços de amizade entre civis e militares, viga mestra que tem norteado sua conduta à frente do Governo do Estado”. (PANORAMA, abr. 1970, p. 55)

Ainda nessa reportagem da revista Panorama, observa-se os seguintes comentários de Altevir de Lara, autor da mesma, sobre Paulo Pimentel:

Como Governador seu comportamento ultrapassou às expectativas, realizando uma obra que, em seu conjunto, representa uma sólida base para que o Estado se firme como um dos mais progressistas do País. E, no plano político, conseguiu, nos momentos mais difíceis, fazer com que as soluções ditadas pelo bom-senso prevalecessem, evitando que interesses individuais ou de grupos prejudicassem a unidade da Arena. (PANORAMA, abr. 1970, p. 55)

No dia 22 de abril de 1970, Médici comunicou Haroldo Leon Peres de que ele seria o sucessor de Pimentel no Paraná. Assim, Médici convocou uma reunião em Brasília para o dia 24 de abril, com Pimentel, Mattos Leão, então presidente regional da ARENA e Ney Braga, para apresentar oficialmente o nome do futuro governador: Haroldo Leon Peres. Nesse dia, “saindo do Palácio, Pimentel passou pelo apartamento de Leon Peres apressadamente, apenas para cumprimentá-lo, porque tinha que voltar a Curitiba e seu avião não é apropriado para vôos noturnos.” (VEJA, 29 abr. 1970) Nessa semana de abril, além de oficializar o nome do futuro governador do Paraná, Médici também apresentou os governadores para os estados de São Paulo, Bahia e Santa Catarina. (VEJA, 29 abr. 1970)

Em entrevista, Pimentel efetuou as seguintes declarações: *“eu deixei o governo, elegi dois senadores direitinho. Aí começaram os problemas políticos, já com o Médici nomeando o Haroldo Leon Peres que era assim o cara que vinha para me matar. Segundo os entendidos o Médici teria feito isso exatamente para me liquidar e liquidar o Ney Braga, que era as duas lideranças no Estado. Nessa época o Ney não era Ministro, ele era senador.”* (E7)

De acordo com Kunhavalik (2004), Leon Peres apesar de ter integrado a chapa de Ney Braga na disputa de 1969 para definir o Diretório Regional da ARENA, não tinha uma proximidade política com Ney Braga. Menos ainda com Paulo Pimentel, apesar de ter apoiado sua candidatura, já que o fez por ser contrário a Afonso Camargo. Isso se evidencia nas eleições de 1969 que definiram os quadros do Diretório Regional da ARENA, em que Haroldo Leon Peres não integrou a chapa de Pimentel, que saiu vitoriosa.

A esse respeito, entre outros referentes à indicação de Haroldo Leon Peres, numa reportagem de Divonei de Campos publicada na revista Panorama verificam-se as seguintes informações:

O deputado Haroldo Leon Peres foi líder do Governo Ney Braga por dois anos na Assembléia Legislativa (1961-62), quando então liderava a bancada udenista. Foi atuante no desempenho da liderança do Governo, vindo, não obstante, a divergir da orientação do Sr. Ney Braga na política regional de Maringá, onde apoiava o candidato opositor ao governo. Em 1966, o Sr. Haroldo Leon Peres foi eleito deputado federal, tendo um ano antes apoiado a candidatura do Sr. Paulo Pimentel ao Governo do Estado. Suas relações com o governador Paulo Pimentel sempre foram amistosas, mas divergiu politicamente por ocasião da eleição do Diretório Regional da Arena no Paraná, apoiando a chapa do senador Ney Braga. Conclui-se, portanto, que o Sr. Haroldo Leon Peres sempre pautou por uma conduta política pessoal, mais identificada com sua formação da antiga agremiação udenista, sem se deixar conduzir estritamente dentro de apenas um condutor das duas correntes políticas, agora identificadas no Estado. [...] O papel desempenhado pelo futuro governador na Câmara Federal desde o início foi identificada com a Revolução de 1964. Irredutível nesta posição, logo passou a responder pela vice-liderança do governo Costa e Silva, [...] colocando-se em defesa do Governo Revolucionário nos críticos episódios da “Invasão da Universidade de Brasília” e o “Ato Institucional nº 5”, entre outros. Por certo estas posições políticas [...], mais sua folha corrida de homem público, onde se registra seus conhecimentos pelos problemas paranaenses, [...], o credenciaram para merecer a preferência do presidente Médici. (PANORAMA, abr. 1970, p. 35)

No que se refere à decisão de Médici, esta também tem a pretensão de “acalmar” a ARENA local, que estava dividida entre as lideranças de Ney Braga e Paulo Pimentel. Ainda assim nesse período ocorreram muitos atritos, porém com escolha de Leon Peres, Médici acreditava que neutralizaria esses dois setores e, em decorrência disso, ocorreria um rearranjo do poder político em torno do novo governador. Uma demonstração disso é percebida na seguinte reportagem sobre a designação de Haroldo Leon Peres:

No Paraná, sua candidatura significa uma saída para o impasse entre as lideranças de Ney Braga e Paulo Pimentel. Sobre planos de governo, ele não fala no momento, pois pretende se preparar até outubro, quando a indicação do Presidente Médici será referendada pela Assembléia Legislativa do Paraná. Acha que foi escolhido simplesmente porque o presidente conhece bem suas idéias, desde o tempo em que era chefe do Serviço Nacional de Informações, no governo anterior. (VEJA, 29 abr. 1970)

Apesar de ter sido o escolhido por Médici, para governar o Paraná, o então deputado federal Haroldo Leon Peres não tinha liderança política, não formou um grupo político e geralmente atuava isoladamente. (REBELO, 2004)

Essa escolha desagradou tanto Paulo Pimentel quanto Ney Braga, mas mesmo assim eles se comprometeram com o presidente Médici em apoiar o futuro governador. Portanto, em quinze de março de 1971, Pimentel transferiu oficialmente seu cargo a Haroldo Leon Peres.

Ao ser questionado sobre quem indicaria se lhe fosse permitido Pimentel afirma que: “O meu candidato a governador também morreu cedo, era o Busato, o

Arnaldo Busato, meu Secretário de Saúde, era um secretário de Saúde de primeira linha.” (E7) Ainda, com relação à indicação do vice-governador, em entrevista Pimentel relata o seguinte:

Eu vi que não adiantava eu ter candidato, porque nós dois, nem eu nem o Braga, o Ney Braga, não seríamos ouvidos. Eles nos autorizaram a indicar o vice-governador e nós indicamos o Parigot de Souza, que era, seria o do consenso. Mas nós, eu já sabia que o Parigot estava doente. Ele era um homem excepcional, mas já vinha doente, desde o meu governo, eu mesmo o levei para São Paulo para se tratar. A doença dele, ele se descuidou um pouco e ela tomou conta, e ele morreu na condição de governador do Estado. (E7)

Haroldo Leon Peres que estava rompido tanto com Ney Braga quanto com Paulo Pimentel, permaneceu como chefe do executivo por apenas oito meses. Acusado de corrupção e com provas contundentes foi obrigado a renunciar a “pedido” do próprio Médici, que ameaçou demiti-lo. Diante deste episódio, o vice-governador de Leon Peres, Pedro Viriato Parigot de Souza assumiu o governo em 23 de novembro de 1971.

6 TRAJETÓRIA POLÍTICA APÓS O MANDATO DE GOVERNADOR

Com a renúncia de Leon Peres, houve restrições à posse do vice-governador Pedro Viriato Parigot de Souza devido ao seu delicado estado de saúde. No entanto, Ney Braga e os senadores Accioly Filho e Mattos Leão intercederam para que Parigot assumisse o executivo.

Pedro Viriato Parigot de Souza trabalhou com Ney Braga desde a década de 50, mas segundo Kunhavalik (2004), a influência de Ney Braga em seu governo foi discreta. Isso, devido ao relacionamento inconsistente por parte de Ney Braga com o governo de Médici, e também pelo fato de que Parigot de Souza administrava através de composição com as diferentes forças políticas do Estado, tanto as representadas por Pimentel quanto as de Ney Braga.

No ano de 1972, tem início nos bastidores a articulação política pela candidatura de Ernesto Geisel à presidência. Ney Braga foi um dos participantes, juntamente com Daniel Kruger e Orlando Geisel (irmão de Ernesto Geisel e então ministro do Exército). Em junho de 1973, já estava definido por Médici a nomeação de Ernesto Geisel para a presidência da República.

Nesse mesmo ano, no mês de julho, diante da certeza do nome do novo presidente do país e a morte de Parigot de Souza, assiste-se ao “renascimento” político de Ney Braga no Estado. Desse modo, principia no Paraná uma inversão do poder, até então sob liderança de Paulo Pimentel.

Geisel era amigo de Ney Braga desde 1962, época em que chefiou a 5ª Região Militar, com sede em Curitiba. Além disso, ambos militavam no mesmo grupo no Clube Militar, chamado Cruzada Democrática. De acordo com Kunhavalik (2004), Geisel assume o comando da Artilharia Divisionária da 5ª Divisão do Exército em fevereiro de 1962, ficando nesta função até setembro de 1963.

De acordo com Rebelo, “para Ney, a nomeação de Geisel representava muito mais que a simples volta do grupo castelista ao poder. Significava a eleição de alguém próximo, com quem ele tinha afinidade política e pessoal.” (REBELO, 2004, p. 255)

A escolha do nome do novo governador do Estado foi influenciada por Ney Braga, que acabou indicando os nomes de Emílio Gomes e de Jayme Canet Júnior,

para sucederem Parigot de Souza. Esse episódio, segundo Magalhães Filho, foi concretizado através das seguintes negociações políticas:

Havia dois nomes na disputa, ambos ligados a Braga: Jayme Canet e Emilio Gomes. Dado o peso político do primeiro, empresário ligado à fração burguesa ainda dominante na cena política local, e considerado o curto período que ainda restava desse quadriênio, coube ao segundo completá-lo, acertando-se a indicação de Canet para o período completo seguinte. (MAGALHÃES FILHO, 1999, p. 146-147)

Diante dessa vitória, a hegemonia política acaba retornando ao comando de Ney Braga, nas figuras do governador Emílio Hoffmann Gomes⁵⁴ (1973-1975), que tinha como vice-governador Jayme Canet Júnior⁵⁵ que, no período seguinte – 1975-1979 – responde como governador e, finalmente retorna para o próprio Ney Braga (1979-1982), que assume novamente a chefia do executivo paranaense, todos eleitos de forma indireta, para cumprir esses mandatos.

⁵⁴ Emílio Hoffmann Gomes, nasceu em Ponta Grossa em 19.07.1925, no entanto morou no município de Irati-PR desde que nasceu. Formou-se na Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná. Após retornou a Irati-PR, nesta cidade trabalhou por dez anos na Prefeitura de Irati e também, juntamente com João Mansur, prefeito de Irati e depois deputado estadual. Em 1961 filiou-se ao PDC, e em 1962 foi eleito deputado estadual. Com o bipartidarismo ingressa na ARENA, e em 1966 é reeleito à Assembléia Legislativa, assim como em 1970. Em 1973, com a morte do então governador Pedro Vriato Parigot de Souza, Emílio H. Gomes, foi eleito por via indireta, para assumir o mandato de governador, o qual, teve início em 13.08.1973. Emílio Gomes conclui o mandato em 15.03.1975. (FARIA; SEBASTIANI, 1997)

⁵⁵ Jayme Canet Júnior, nasceu em Ourinhos-SP, em 10.01.1925, veio para Curitiba com um ano de idade. Aos 18 anos iniciou a carreira de empresário com a Fazenda do Horizonte, em Bela Vista do Paraíso, no norte do Estado. Esta Fazenda transformou-se na mais bem equipada do Estado para o plantio de café. Estudou na Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná, mas não concluiu o curso. Quando Ney Braga elege-se governador, Canet, que já mantinha relações com Ney Braga desde meados de 1950, é nomeado presidente da CAFÉ do Paraná, e ainda atua como representante do governo na junta administrativa do IBC. Em 1966 assume a presidência do Banco do Estado do Paraná. Ainda neste ano é demitido do cargo, e passa a dirigir a Exportadora Canet e a Bley Canet Comercialização de Café. Assume também a presidência da Habitação, empresa responsável pela construção de grandes edifícios residenciais em Curitiba, e compra três fazendas em Londrina e se especializa na criação de gado Nelore. Em 1973 Canet Júnior é votado indiretamente o vice-governador de Emílio Gomes, e em 1975 torna-se governador do Estado. Com o fim do bipartidarismo, Canet Júnior é um dos fundadores do Partido Popular no Paraná. Este partido em 1982 é incorporado ao PMDB. Com presente atuação no ramo empresarial agropecuário, hoteleiro e de construção civil, Canet Júnior é dono da rede de Hotéis Deville e da Construtora Harbour, em Curitiba. Em meados da década de noventa, sem filiação partidária, Canet faz parte de um grupo político informal denominado “grupo dos cinco jotas”, todos empresários, sócios entre si em muitas empresas, e com grande influência na política paranaense. Os integrantes deste grupo são: José Richa, ex-governador do Estado pelo PMDB, Jaime Lerner, neste período era prefeito de Curitiba, José Eduardo de Andrade Vieira, então senador do Estado e dono do Banco Bamerindus, entre outras empresas, e, José Carlos Gomes de Carvalho, então Presidente da FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná. (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2001)

6.1 PERSEGUIÇÃO E DECLÍNIO POLÍTICO

Durante o governo de Emilio Gomes, que assume em 13 de agosto de 1973, a participação de Ney Braga foi maior do que no de Parigot de Souza. Ao constituir o secretariado, Emilio Gomes considerou todas as forças políticas, porém, nesse momento, Ney Braga ressurgia como o político de maior influência no Paraná e isso repercutiu na estruturação desse governo. (KUNHAVALIK, 2004)

O nome indicado por Médici para a Presidência da República foi o de Ernesto Geisel. Geisel assumiu o governo federal em 15 de março de 1974. Nessa mesma data Ney Braga foi empossado Ministro da Educação e Cultura, permanecendo nesse cargo até maio de 1978. A nomeação de Geisel significou a hegemonia de Ney Braga nos quadros políticos paranaenses.

Devido às eleições de 1974, na qual foram votados indiretamente os governadores estaduais, Geisel determinou ao presidente da ARENA nacional, senador Petrônio Portela, a função de percorrer os Estados brasileiros colhendo informações sobre as questões políticas. Nesse momento, no Paraná, Ney Braga apontou o vice-governador e empresário Jayme Canet Júnior como candidato. (KUNHAVALIK, 2004; REBELO, 2004)

Essa postura de Ney Braga causou reações adversas por parte de Pimentel e seus aliados políticos, tanto que Pimentel foi a Brasília para se encontrar com Petrônio Portela para conversarem sobre a situação política paranaense. Nesse encontro deixa clara a sua posição contra a indicação de Canet Júnior e que não concordava com um único nome determinado por Ney Braga. (KUNHAVALIK, 2004; REBELO, 2004)

Na imprensa Pimentel faz os seguintes comentários: “Não se trata apenas da minha posição. A realidade é que não vejo como a classe política, o partido e o próprio povo possam receber a imposição de um único nome. Se não nos cabe mais ao menos escolher entre um primeiro e um segundo, então é porque a política já não mais existe.” (O ESTADO DO PARANÁ, 12 maio 1974) O senador Accioly Filho também contestou as atitudes de Ney Braga, afirmando que Ney Braga não podia indicar o nome de Jayme Canet Júnior sem considerar a base arenista. (REBELO, 2004)

Perante esse cenário, Portela reuniu-se em Brasília com Pimentel, Accioly Filho, Mattos Leão e Ney Braga com o objetivo de efetuar um acordo, decidindo um nome de consenso para assumir o governo estadual em 1975. No entanto nessa reunião não obteve sucesso. Segundo Rebelo,

Ney foi irredutível: não aceitava outro nome que não fosse o de Canet. Depois da reunião, sem a presença de Pimentel, Ney teria feito a seguinte afirmação a outros arenistas paranaenses: “Não posso aceitar o Accioly, nem o Mattos Leão, nem o Affonsinho. Qualquer um dos três, no governo, acabara se compondo com o Paulo. O único que jamais se comporá é o Canet. Tem que ser ele.” Para os adversários de Ney, a chapa ideal seria a seguinte: Accioly governador, Mansur vice e Paulo Pimentel como candidato ao Senado. Juntos, eles estimavam controlar 80% do partido. (REBELO, 2004, p. 267)

Petrônio Portela se reuniu no dia 14 de maio de 1974 em Curitiba com os políticos para receber indicações de nomes para o governo estadual. Portela conversou inicialmente com o governador Emilio Gomes, em seguida recebeu Ney Braga e depois com 62 arenistas que tinham dois minutos para falar. Os políticos ligados a Pimentel defenderam o nome do senador Accioly Filho, então presidente Regional da ARENA, que foi o mais votado, em seguida ficou o nome de João Mansur e em terceiro o de Jayme Canet Júnior. No entanto, nesse mesmo mês Portela entrou em contato com Emilio Gomes comunicando que o escolhido era Jayme Canet Júnior. A votação realizada pelo diretório regional da ARENA, para oficializar a chapa, no dia 08 de julho de 1974, foi unânime em favor de Jayme Canet Júnior e o vice-governador Octávio Cesário Pereira Junior. Inclusive Pimentel votou em aberto nos nomes indicados, demonstrando seu “enquadramento partidário”. (KUNHAVALIK, 2004, p. 363-364; REBELO, 2004, p. 267-268)

A chapa constituída por Ney Braga, nas eleições indiretas, realizadas em 03 de outubro foi vitoriosa, obteve todos os votos na Assembléia da ARENA, e os emedebistas se abstiveram. O candidato ao senado, nesse pleito eleitoral foi João Mansur.

Todavia, nas eleições de 1974, o MDB começou a ganhar espaços no legislativo por meio dos sufrágios, não só no Paraná, mas nos grandes centros do Brasil, ameaçando a supremacia da ARENA.

Tanto que nessa campanha, o candidato do MBD ao senado, Francisco Leite Chaves, obteve 1.090.917 votos e venceu o candidato da ARENA, João Mansur,

que recebeu 702.709 votos. Os votos brancos e nulos somaram 334.829. (IPARDES, 1989a)

A derrota de João Mansur significava o mesmo para Ney Braga, que chegou a participar de alguns comícios frustrados, pois a população manteve distância do palanque arenista. Nessa campanha, o governador Emilio Gomes não participou ostensivamente, e o prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, estava mais preocupado com a administração municipal, participando timidamente da campanha. (REBELO, 2004)

Nesse ano, Pimentel tentou sair candidato ao Senado, mas foi impedido por Ney Braga. Inclusive, Pimentel foi chamado a Brasília e recebeu ordens do Chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, para apoiar João Mansur. Segundo Rebelo, Pimentel “resistiu. Decidiu ficar neutro. ‘O Estado do Paraná’ abriu espaço para Mansur na mesma medida em que divulgava a candidatura de Leite Chaves. Quem acompanhasse a campanha de Mansur de perto, perceberia logo que havia algo errado. Havia poucos comícios e as reuniões atraíam apenas dirigentes partidários. O povo estava ausente.” (REBELO, 2004, p. 269)

A esse respeito Pimentel recorda-se que:

Em 1974 a derrota foi pavorosa, o MDB veio e deu uma surra de matar. Aqui no Paraná se elegeu o Senador Leite Chaves, que era totalmente desconhecido. Elegeram 15 ou 16 candidatos a deputados federais, não sobrou suplente. Uma derrota pavorosa para desgosto violentíssimo do General Geisel que era o presidente e do General Golbery, que era chefe do gabinete civil. Nessa época eles me pegaram e acharam que eu fui responsável por tudo isso. (E5)

Nessas eleições, o total de cadeiras, representadas pelo Paraná, para a Câmara Federal eram 30; dessas a ARENA elegeu 15 deputados federais e o MDB os outros quinze. Das cadeiras para a Assembléia Legislativa, a ARENA elegeu 29 deputados estaduais e o MDB, 25 representantes. (IPARDES, 1989a)

No dia 15 de março de 1975, Jayme Canet Júnior foi empossado governador do Paraná; no entanto em janeiro desse ano já havia divulgado os nomes que participaram de sua equipe. Desse modo, o indicado para assumir a prefeitura de Curitiba foi Saul Raiz.

Os conflitos entre Ney Braga e Pimentel se agravaram e Mattos Leão e Ítalo Conti tentaram, sem sucesso, pacificar a ARENA. A crise na ARENA estava presente desde junho, mas aguçou em agosto de 1975, durante a convenção

estadual. Os critérios para composição do diretório regional da ARENA foram negociados entre Ney Braga, Pimentel e Canet, no início de junho de 1975 e apesar de não ter ocorrido muitos conflitos, a decisão acerca do nome do presidente do partido não foi decidida. (REBELO, 2004; PANORAMA, jun. 1975)

A esse respeito Pimentel declara que “há realmente um esforço de todos os arenistas em busca da união partidária preconizada pelo presidente Ernesto Geisel. E, não obstante o caminho que ainda está para ser percorrido, já se pode perceber a possibilidade de se alcançar esse objetivo.” (PANORAMA, jun. 1976, p. 15)

Até esse momento Pimentel afirma que não tem candidato à presidência da ARENA, mas está “convicto de que, tanto por direito como por obrigação, como função natural do cargo que ocupa, cabe ao Governador do Estado coordenar as correntes políticas e apresentar uma chapa que consulte a esses interesses.” (PANORAMA, jun. 1976, p. 15)

Segundo o senador João de Mattos Leão, “compadre do ex-governador Paulo Pimentel”, a ARENA paranaense está fragmentada e os motivos disso eram que: “Desde as eleições de 15 de novembro, as lideranças do ex-governador Paulo Pimentel, do senador Accioly Filho e a minha, foram totalmente desconsideradas no panorama paranaense. Apenas um setor da ARENA participa efetivamente do governo. Evidentemente, este setor é o do ministro Ney Braga, considerado no Palácio Iguazu e secretarias como o dos ‘cursilhistas’.” (PANORAMA, jun. 1976, p. 14)

Já para o senador Francisco Accioly Filho, então presidente do Diretório Regional da Arena, “a Aliança Renovadora Nacional no Paraná não está perfeitamente unida, havendo algumas correntes que se entrecrocaram na busca de uma acomodação. Essa desunião [...] ele debita na conta de dois fatos: eleições indiretas para governador de estado e o bipartidarismo.” (PANORAMA, jun. 1976, p. 15)

A respeito da ARENA paranaense, Affonso Camargo Neto, que pretende assumir a presidência do Diretório Regional do partido, afirma que: “no momento ocorre, apenas uma natural e conveniente disputa de liderança, basicamente de cúpula e própria da época em que se renovam os diretórios. O partido no seu todo está unido.” (PANORAMA, jun. 1976, p. 15)

No entanto, Canet desejava indicar Affonso Camargo para presidir a ARENA, inimigo de Pimentel desde 1965. Com a aproximação da convenção, realizada em 24 de agosto de 1975, Mattos Leão e Accioly Filho se posicionaram contra a indicação de Affonso, assim, Mattos Leão acusava “o governo de pressionar as bases da ARENA a apoiar Affonso”, e Accioly Filho defendia que “o comando partidário deveria ficar desatrelado do Palácio Iguazu.” Com essas divergências na convenção da ARENA foi adiada a eleição do presidente. (REBELO, 2004, p. 271)

Sobre a candidatura de Affonso Alves de Camargo Neto à presidência da ARENA regional, Francisco Accioly Neto, deputado estadual e filho de Francisco Accioly Filho, alega que “O Affonsinho não teria condições de exercer a presidência do partido com independência. Com ele na presidência, significaria que até o partido é governado por um único grupo, como ocorre agora no governo. Além disso o que parece injustificável é que alguém que já trabalhou contra a ARENA em tempos recentes, queira assumir sua direção.” (PANORAMA, jun. 1976, p. 16) Accioly Neto refere-se à candidatura de Affonso Camargo Neto para o Senado em 1966, quando concorreu pelo MDB e foi derrotado por Ney Braga.

Em decorrência dessa convenção, no dia seguinte, Canet foi para Brasília e, sob a coordenação de Ney Braga, conversou com Golbery do Couto e Silva e com Armando Falcão, então ministro da justiça, ficando decidido que Affonso Camargo Netto seria o presidente da ARENA. Sendo assim, no dia 26 de agosto de 1975, o diretório da ARENA se reuniu e elegeu Affonso Camargo Netto. Em decorrência disso, no dia 27 de agosto foi publicado em vários veículos de comunicação um manifesto elaborado por Mattos Leão e Accioly Filho com críticas a essas posturas. (REBELO, 2004)

No que diz respeito a Pimentel, na formação dessa executiva da ARENA, ele não foi totalmente excluído, pois Candido Martins de Oliveira, “seu homem de confiança, assumiu a secretaria-geral da executiva estadual.” (REBELO, 2004, p. 272) O fato era que, no primeiro ano do governo de Jayme Canet Júnior, ele e Paulo Pimentel mantiveram “um relacionamento relativamente amistoso. [...] Mas Ney foi colocado na ‘geladeira’, isto é, só era citado nas páginas de O Estado em situações que lhe eram desfavoráveis.” (REBELO, 2004, p. 271)

Tanto que os jornais de Pimentel cobriram normalmente as realizações administrativas do governo de Canet. “Ainda mais considerando que Canet e

Pimentel são (ou eram) são considerados arquiinimigos, também as televisões de Paulo têm aberto seus programas noticiosos à visitação oficial.” Inclusive em maio de 1975 Canet e Pimentel apareceram juntos na inauguração da fábrica da Souza Cruz em Rio Negro (Sul do Estado). (PANORAMA, jun. 1975, p. 16)

Com relação a essa aproximação de Canet e Pimentel, a reportagem da revista Panorama apresenta os seguintes comentários: “Tudo isso significando, senão concordâncias política, ao menos um acordo comercial. O que, segundo os observadores, em muito poderá contribuir para a pacificação da ARENA, já que também o ex-governador é passível de pressões a nível ministerial que poderiam afetar sua poderosa cadeia de comunicações.” (PANORAMA, jun. 1976, p. 16)

De acordo com os apontamentos de Rebelo:

No final do governo de Canet, Pimentel usou seus veículos de comunicação para fazer-lhe oposição implacável. Os fotógrafos de “O Estado do Paraná” se esmeravam para flagrar o governador em ângulos desfavoráveis a fim de ridicularizá-lo nas páginas do jornal. Em compensação, os veículos de Pimentel (três emissoras de televisão e uma de rádio e três jornais, dois em Curitiba e o terceiro em Londrina) quase foram à mingua: ficaram sem receber verbas oficiais durante boa parte da gestão de Jayme Canet Júnior. Há quem diga que o grupo de comunicação do ex-governador só sobreviveu graças ao apoio do deputado e empresário Hermes Macedo, cujas lojas veiculavam toda semana várias páginas de anúncios em “O Estado”. (REBELO, 2004, p. 268)

A partir das decisões presentes na ARENA estadual, no final do ano de 1975 o partido se encontrava em crise no Paraná. Portanto, em 30 de janeiro de 1976, Pimentel se reuniu em Brasília com o presidente nacional da ARENA, Francelino Pereira e com João Figueiredo, “de quem se tornara amigo em 65, na campanha ao governo do Estado, para discutir a situação. O encontro de nada resolveu.” (REBELO, 2004, p. 272)

Candido Manuel Martins tinha um programa político na TV Iguaçu, de Paulo Pimentel, e, alegando que esse programa estava “sendo apontado como foco de conflitos na ARENA, minando a já frágil unidade do partido”, Candido se retirou da secretaria-geral da ARENA, no mês de março de 1976. A partir de então Pimentel começou a “pagar caro por insurgir contra o monolitismo político imposto por Ney Braga.” (REBELO, 2004, p. 272)

Ainda nesse mês, Pimentel foi convocado pelo Palácio do Planalto para dar explicações sobre as divergências na ARENA paranaense e sobre sua omissão nas eleições de 1974. Diante dessas pressões, estava

em jogo sua existência como empresário de órgãos de divulgação e político, Pimentel promete arregaçar as mangas em favor da ARENA e se lançou candidato ao governo do Estado pela situação. Esta chamada não se tratava, como das outras vezes, de simples repreensão (estas repreensões estavam ocorrendo pelo fato de Pimentel fazer “barulho” na ARENA e pelo risco dele rachá-la), mesmo que ela tivesse sido acompanhada de algumas medidas fulminantes. Era o ajuste de contas. No governo em 68 Pimentel deixou de apoiar os candidatos da ARENA à prefeitura de Londrina para prestigiar o emedebista Dalton Paranaçu, seu ex-secretário de Saúde. Nas eleições de 74, o ex-governador se manteve afastado, e depois, diante do desastre da ARENA, chegou a proclamar-se a alternativa mais adequada para reorganizar o partido no Paraná. Sua pretensão foi rejeitada e imediatamente foi apontado como uma das razões da derrota arenista. Advertido, não se enquadrou no que se consideram normas de comportamento de um arenista. (PANORAMA, abr. 1976, p. 38)

Nesse momento, mesmo diante de toda pressão que estava sofrendo, Pimentel defendia a formação de um terceiro partido. Essas declarações tiveram repercussões nacionais e foram feitas inclusive aos jornalistas presentes em frente ao gabinete do presidente da República, momentos antes de sua reunião com Geisel. (PANORAMA, abr. 1976) Pimentel vinha defendendo e divulgando essa idéia desde junho de 1975. (PANORAMA, jun. 1975)

Provavelmente essa postura de Pimentel contribuiu para aumentar o grau de repressão que ele sofreu pelo governo federal, pois com essa atitude ele estava desafiando não só a hegemonia política de Ney Braga no Paraná, mas a estrutura política imposta pela ditadura militar em todo o território nacional. Assim, ante o risco de Pimentel conseguir rachar a ARENA e dar início a um terceiro partido, iniciando um movimento que ganharia força em vários Estados brasileiros e que conseqüentemente fugiria ao controle do governo federal, ele deveria ser impedido.

Esse impedimento recaiu sobre as suas empresas de comunicação. Pimentel era proprietário, desde 1962, dos jornais “O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná”; havia adquirido na década de setenta o “Jornal Panorama” de Londrina; era proprietário da TV Iguçu (Curitiba); da TV Coroados (Londrina) e da TV Tibagi (Apucarana) e da Rádio Iguçu (Curitiba). No que se refere à administração dessas empresas, verifica-se as seguintes informações:

O desenvolvimento das empresas de comunicação, dirigidas pelo ex-governador Paulo Pimentel é um fato que merece registro. [...] são veículos que se encontram em fase de progresso, cada vez mais prestigiados pelos leitores, ouvintes e telespectadores. Em Curitiba, onde se encontra a sede da organização – “Cidade das Comunicações” – é realizada a planificação de todo o esquema, sempre com o objetivo de cada vez melhor atender ao público. Ainda há pouco foi inaugurado moderno sistema técnico para atender as regiões oeste e sudoeste, podendo os que residem nas cidades dessas importantes partes do Paraná assistir os programas coloridos de TV como se estivessem em Curitiba. Enquanto isso

sucursais vêm sendo instaladas, visando a ampliação dos negócios de todo o complexo de comunicação pública dirigido por Paulo Pimentel. (PARANÁ EM PÁGINAS, dez. 1975, p. 23)

Em fevereiro de 1976 não foram renovados os contratos pela Rede Globo de duas emissoras de televisão de Pimentel. Segundo Walter Clark, em abril de 1976, devido aos desentendimentos políticos entre Pimentel e Ney Braga, com o apoio do presidente Geisel, que era amigo de Ney Braga, se formou um complô contra Pimentel. Faziam parte desse conluio, Ney Braga, então ministro da Educação, o chefe do Serviço Nacional de Informações, General João Batista Figueiredo, naquele momento desafeto de Pimentel, e Armando Falcão, então ministro do Interior e Justiça. Começaram a pressionar Roberto Marinho para que ele retirasse a programação da Globo das emissoras de Pimentel. (CLARK, 1991)

Walter Clark se posicionou contra essa atitude, pois “a força da Rede Globo residia exatamente na união de todos os seus componentes, que se fundamentava na lealdade recíproca. Se isso fosse rompido, [...] levaria insegurança a todos os outros.” (CLARK, 1991, p. 284) Além disso, segundo Clark, Pimentel estava sendo vítima de uma “sacanagem política”, pois era um competente empresário de televisão e como parceiro comercial da Rede Globo não havia problemas com ele.

No entanto o governo desejava que a Rede Globo retirasse a programação de Pimentel e transferisse para Francisco Cunha Pereira, dono da TV Paraná, o que era inviável comercialmente, pois as estações de Pimentel “cobriam todo o oeste do Paraná, a região mais rica e produtiva do Estado, onde se concentravam os anunciantes mais poderosos [...], o Cunha só cobria a região de Curitiba. Perderíamos audiência e faturamento para ajudar o Ney Braga. [...] E, além do mais, a TV Paraná já pertencera à Rede Globo, [...] e ela não atendia as nossas exigências técnicas e operacionais.” (CLARK, 1991, p. 285)

Diante desse quadro, Clark sugeriu uma solução, que todos da Rede Globo comprassem as emissoras de Pimentel em sociedade, e na negociação Pimentel teria uma opção de recompra, assim, “como a política tem suas idas e vindas ele poderia reaver seu patrimônio, quando as coisas esfriassem.” (CLARK, 1991, p. 288)

Foi marcada uma reunião para negociações, entretanto Pimentel não compareceu e enviou um emissário com uma carta, na qual Pimentel “dizia que não tinha nada a ver com aquela reunião” e que “não venderia emissora nenhuma e que o governo e o Roberto tomassem as medidas que quisessem.” Nesse mesmo dia,

Pimentel se dirigiu até a casa de Walter Clark para dizer-lhe que venderia suas emissoras se fosse somente para ele. (CLARK, 1991, p. 288)

Em decorrência disso, reuniram-se em Brasília Roberto Marinho, Walter Clark, Armando Falcão, Quandt de Oliveira e Ney Braga e ficou decidido que Pimentel perderia a programação da Rede Globo. De acordo com Clark,

Evidentemente, os paranaenses execraram a Globo e o Ney Braga como eu havia previsto. Já o Paulo Pimentel, que se manteve intransigente, ganhou vários pontos em respeito a dignidade, embora surpreendesse todo mundo meses depois, ao fazer as pazes com Ney. De qualquer forma, Roberto acabou fazendo um bom negócio. Não comprou as estações do Paulo, mas deu a programação a Francisco Cunha e, posteriormente, conquistou 51 por cento de sua emissora. (CLARK, 1991, p. 289)

Ao perder o direito de transmitir a programação da Rede Globo, Pimentel recorda-se que: *“quando eu levei chumbo quem mandou foi o Geisel e o Golbery que executou a obra e, o Figueiredo não me salvou. Em seguida ele me chamou, e tivemos um papo comprido, ele era chefe do SNI, ele queria conciliar, mas já não dava mais, porque eles já tinham me cassado e tirado a Rede Globo e já não tinha mais nada a se fazer, mas ele tentou.”* (E7)

Sequencialmente ao ocorrido com relação à Rede Globo, os jornais de Pimentel não eram mais contemplados com a publicidade oficial e, foi cortado qualquer tipo de subsídio do governo do Estado. Pimentel ainda foi obrigado a vender a TV Coroados, de Londrina, ao grupo de Oscar Martinez, que era ligado a Ney Braga. Esse grupo, em meados de 1976, respaldado na determinação de um juiz federal de São Paulo, suspendeu o pagamento de 70% do valor da negociação. (VEJA, 15 jun. 1977; VEJA, 20 jul. 1977) O valor restante da transação Pimentel não recebeu mais e, em entrevista narra o seguinte: *“eu vendi para o Martinez a TV Coroados em Londrina, para o Oscar Martinez pai, e eles me deram um cheque de entrada e me pagaram porque eu exigi um cheque carimbado. Depois, nem as promissórias eu consegui receber, não pagaram mais nada, me tomaram a TV Coroados, sob a proteção do governo federal.”* (E4)

Nesse período Pimentel também perdeu a concessão de “uma linha de microondas que levaria a imagem do canal 4, de Curitiba, para o interior do Estado.” (VEJA, 15 jun. 1977)

Em maio de 1977, foi convocado pelo general Hugo de Abreu, Chefe da Casa Militar do governo federal, para uma reunião em Brasília, na qual Pimentel foi “aconselhado pelo ministro das Comunicações Euclides Quandt de Oliveira, a vender seu patrimônio remanescente – duas emissoras de televisão, uma rádio e dois jornais – ao empresário paulista João José Saad, do grupo Bandeirantes.” (VEJA, 20 jul. 1977) Diante disso Pimentel concordou em vender, desde que fosse avaliado o preço coerente do mercado, assim ficou acertado o valor, que inclusive seria pago a vista. No entanto, em São Paulo, Saad excluiu da transação a compra dos jornais de Pimentel, com isso o valor a ser pago foi reduzido em 30% em relação ao inicialmente combinado. Desse modo,

Os detalhes finais seriam decididos numa reunião entre os dois empresários e o próprio Quandt, em Belo Horizonte. Mas Pimentel, temeroso de novas pressões, não compareceu, e uma semana mais tarde recebeu de Saad uma profética advertência. “Pode esperar pelo pior”, alertou por telefone o empresário paulista. Dias depois, de fato, o Ministério das Comunicações declarou perempta a concessão da Rádio Iguazu, de Curitiba, imediatamente retirada do ar.” (VEJA, 20 jul. 1977, p. 26)

Novamente, no início do mês de julho de 1977, representantes do grupo Bandeirantes fizeram propostas para concretizar a compra das emissoras de televisão de Pimentel, a TV Iguazu de Curitiba e a TV Tibagi de Apucarana. Num primeiro momento Pimentel concorda com a venda e acertam a negociação para agosto de 1977, assim como os valores da transação, inclusive Pimentel declara que “vender os dois canais seria como tirar o bridão da minha cabeça”. (VEJA, 20 jul. 1977, p. 26) No entanto essa venda nunca se concretizou.

No momento da cassação, em 25 de maio de 1977, a Rádio Iguazu mantinha a maior audiência de Curitiba. Devido a esse procedimento, repentinamente os 32 funcionários da estação ficaram desempregados. Diante disso, Pimentel encaminhou uma carta para Ney Braga com uma proposta para doar os equipamentos e transferir aos funcionários da Rádio os 85% das cotas que detinha. Nesse documento, Pimentel afirmava: “Perco eu, mas não perdem os funcionários e suas famílias. E haverá, acima de tudo, um grande beneficiário, que será a enorme parcela do povo que ainda espera ter a sua rádio de volta. A sua parte, ministro, é a mais fácil: obter a revogação do decreto que tirou a emissora do ar.” (VEJA, 15 jun. 1977, p. 84) No decorrer desse documento, Pimentel, responsabiliza Ney Braga

pelas dificuldades que estava enfrentando: “Não tenho eu, nem o Paraná, nenhuma dúvida de que toda a operação destruidora que se iniciou em fevereiro do ano passado contra a minha pessoa, contra os meus amigos e, sobretudo contra as empresas de que participo foi idealizada, dirigida e supervisionada por você, com uma constante de ódio já conhecida, mas cuja intensidade vai muito acima do que em qualquer época pude imaginar.” (VEJA, 15 jun. 1977)

A proposição de Pimentel não foi aceita, inclusive pelo fato de que se Ney Braga concordasse com a proposta e intercedesse para que ela fosse realizada, estaria admitindo publicamente tudo que Pimentel falou dele, assim como o seu envolvimento no encerramento da Rádio. Naquele período já era sabido que só seria aberta concorrência para obtenção de nova concessão para a Rádio Iguaçu, após dois anos da data de sua cassação. (VEJA, 15 jun. 1977)

Perante o cenário exposto acima, Pimentel manteve a seguinte postura:

Com o tempo superar os problemas e tentar chegar a uma meta! O tempo vai correndo, 75, 76, 77, é eleição, eu não estava impedido, eu não tinha direito políticos cassados e eu pensei: vou tentar me eleger se eles me deixarem eu vou para câmara e fui. (E4) Eu no auge do desespero me candidatei a Deputado Federal e me elegi em 1978, o mais votado, mais votado do que o Álvaro Dias (oposição nessa época MDB) que foi o segundo colocado. (E7)

Como deputado federal, Pimentel, concorreu pela ARENA e foi o candidato mais votado nas eleições de 15 de novembro de 1978, obteve 128.267 votos. Apesar da ascensão da oposição, o candidato mais votado do MDB ficou em segundo lugar, foi Álvaro Dias que recebeu 127.903 votos. (IPARDES, 1989a)

A esse respeito, Samuel Guimarães da Costa comenta que “mesmo hostilizado dentro da ARENA, Paulo Pimentel se elegeu o deputado federal mais votado do Paraná.” (PANORAMA, fev. 1984)

Essa candidatura, “fortaleceu a ARENA, principalmente em se tratando da legenda para o legislativo estadual e câmara federal, já que para essas duas votações prevalece o voto vinculado.” (PARANÁ EM PÁGINAS, nov. 1978, p. 23)

Como deputado federal, Pimentel assumiu em janeiro de 1979 e permaneceu até o final do mandato, em janeiro de 1983. Nesse período foi titular da Comissão de Constituição e Justiça e suplente da Comissão de Comunicação. (RODRIGUES, 1987, p. 687)

Durante esse mandato, no final de 1979, Pimentel submete à aprovação da Câmara um projeto de lei para reduzir os mandatos dos senadores biônicos de oito para quatro anos e que estabelecia eleições diretas de dois terços do Senado, em 1982. Apesar de que esse projeto não foi aprovado, Pimentel defende o seguinte:

Ele acha que os biônicos são uma anormalidade irritante para o Congresso Nacional e para o povo, porque são a anti-democracia num período de abertura democrática. Há o aspecto do direito adquirido que pode ser invocado pelos biônicos, desde que prejudicados por esse possível decisório, em virtude do projeto Pimentel. Acha Pimentel que se os biônicos procurarem a justiça, se a emenda for aprovada, é preferível pagar os salários e as indenizações dos senadores indiretos do que mantê-los. (PARANÁ EM PÁGINAS, jan. 1981, p. 10)

No início do mandato como deputado federal, Pimentel recorda-se que:

Cheguei lá e comecei a trabalhar na Comissão de Constituição e Justiça, sempre meio encoberto mais sempre forte, um dia a liderança se queixou de mim e o presidente João Figueiredo me chamou no Palácio, três, quatro meses, cinco meses depois de ter assumido o mandato, e eu fui lá conversar com ele, ele falou: o que acontece? Eu disse: Sr. Presidente eu sou um proscrito, eu não tenho talão de cheques, eu não tenho conta bancária, ninguém pode negociar comigo, o governo proíbe as estações de televisão de vender programação para mim e tudo tá encerrado. Ele disse: - Eu não acredito, nem no tempo do Getulio aconteceu isso! Então ele ligou para o Rischbieter que era o presidente do Banco do Brasil e falou o Paulo Pimentel tá me contando isso, isso e isso e que ele é o único cara no Brasil hoje que continua punido, é verdade isso? E o Rischbieter falou: - É.. E o João Figueiredo disse: - Então você desbloqueie tudo! Aí começou a nova etapa da minha vida. O Karlos Rischbieter, não se dava muito bem comigo, mas ele foi muito direito, ele foi sensacional, tanto que daí para frente eu mantenho um relacionamento extremamente cordial com ele apesar de não sermos grandes amigos e nem termos convivência mais, mais chegados. Isso foi em 79. E daí começou uma nova vida. Aí eu fiquei até 82 deputado, e resolvi não me candidatar a reeleição, eu resolvi não sair candidato. (E7)

Sobre todo esse período de perseguição política que Pimentel percorreu ele relata o seguinte:

A atitude de João Figueiredo me deu oxigênio, até para chegar em 82 quando eu fiz uma sociedade com o Silvio Santos, as coisas começaram a ficar brandas e eu comecei a sobreviver. Você não estabelece metas quando você está em crise violenta, você tenta ganhar tempo e a linha principal quando o seu adversário é extremamente poderoso é você diminuir o alvo. Tem que fazer com que o alvo seja tão pequenininho que ele não consiga te acertar ou te esqueça, a melhor coisa que pode acontecer. Outro problema é que todo mundo diz seu Paulo corajoso brigou com o governo, ninguém briga com o governo é o governo que briga com a gente e não dá a chance de você fazer as pazes. Eu fiz tudo para apaziguar para me consolidar, mas não dava! Nesse período, nas transmissoras não tinha nada, nada, primeiro era slides no ar durante um tempo, depois filmezinho.... De 76 a 82 não tinha nada, mas daí começou programas locais que davam certo. Fazia bastantes programas locais, comprava filme e aprendi a dublar filmes nos Estados Unidos, mas tinha um controle muito relativo, inclusive para ver filmes dublados, mas se eu comprasse aqui Brasil, eles não deixavam. Eu fui vivendo de astúcia e o tempo foi correndo e as coisas foram acontecendo. E

aquela história que jogaram o sapo dentro de uma tina de leite, e ele bateu, bateu até que virou coalhada e ele se salvou! É a tal história, você bate e não morre afogado, não deixa que a água passe por cima do seu limite, então você sabe nadar, é a questão de você vencer as dificuldades do sapo e aí é uma imensa de uma criatividade. Naquela época eu tinha mais emissoras do que hoje, antigamente tinha 150 retransmissoras eu estava com o sinal da Iguazu em Foz do Iguazu, direto. Nunca atrasei um pagamento, eu me lembro de tudo e meu patrimônio era 20 vezes maior do que é hoje, fui vendendo tudo e, foi indo, foi indo, foi indo, eu fui melhorando a posição e eu saí do negócio. Claro que tem um monte de circunstâncias que ajudam, mas se você lutar você tem sucesso, você não pode deixar de lutar! (E4)

6.2 RETOMADA POLÍTICA: ANOS 80 ATÉ INÍCIO DOS 90

No início do segundo mandato de Ney Braga, como governador do Paraná, em 1979, o governo Figueiredo instaurou uma reformulação partidária. Esta medida previa o retorno do pluralismo partidário, no entanto a proibição quanto à estruturação de partidos comunistas se manteve por meio do argumento de que estes se constituíam partidos de classe. Outro aspecto visto neste processo refere-se à obrigatoriedade de uma votação de pelo menos 3% em um total de nove estados distintos e 5% para o total do Brasil, para os novos partidos organizados. (IPARDES, 1989, p. 122)

Nos primeiros anos de 1980, surgiram no Brasil seis partidos: o Partido Popular (PP), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Democrático Social (PDS).

Verificam-se as seguintes condições partidárias:

A maioria deles se coloca como novas agremiações, à exceção do PTB e do PMDB. O PTB por se propor a ressuscitar o getulismo e o PMDB, que, impedido de continuar a manter sua sigla original (a legislação obrigava a que todos iniciassem seus nomes com a palavra "partido"), apenas inclui a letra obrigatória no início de sua nova sigla. O PDS se configuraria partido de situação (originado da ARENA); o PP, a oposição confiável; e os quatro restantes, as oposições, divididas segundo suas diferentes ênfases e tendências ideológicas. (IPARDES, 1989, p. 123)

Com o objetivo de desestruturar a oposição, nas eleições de 1982 foram proibidas as coligações partidárias, e foi determinado o voto vinculado para o governo e o senado.

Diante deste cenário nacional, teve início uma reestruturação partidária no Paraná. Ney Braga, então governador, liderou a formação do Partido Democrático Social – PDS no Paraná em substituição a ARENA. Sua pretensão era unir, neste novo partido, juntamente a ele, Paulo Pimentel e Jayme Canet Júnior, que eram as principais forças, com facções na ARENA paranaense.

Paulo Pimentel confirmou sua presença junto a Ney, inclusive participou da fundação deste partido e atuou como membro da executiva nacional. Todavia, Jayme Canet Júnior após encontro com Ney Braga, declarou o seguinte: “respeito muito o governador Ney Braga, mas não pertencerei ao mesmo partido em que estiver Paulo Pimentel.” (KUNHAVALIK, 2004, p. 381) Portanto, Jayme Canet Júnior, une-se a Afonso Camargo que, naquele momento, era Presidente da ARENA Paranaense e senador biônico; e juntos articularam a formação de um novo partido, o Partido Popular – PP. (KUNHAVALIK, 2004, p. 381-384)

O fato era que dentre as desavenças observadas entre Canet Jr. e Pimentel, no período do governo de Jayme Canet Jr. ocorreu que os órgãos de imprensa de Paulo Pimentel teceram críticas constantes a essa administração.

O antigo MDB passou a se chamar PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, recebeu alguns membros novos, mesmo assim continuou basicamente com a estrutura anterior.

Após quinze anos de eleições indiretas, baseadas no aval do governo federal, para o cargo de governador dos Estados do Brasil, em 1982 foi o primeiro ano em que a população participou deste processo de decisão. Nesse mesmo ano ocorreram também eleições para o senado.

Entretanto, em novembro de 1981, o governo de Figueiredo definiu uma estratégia política, com o intuito de preservar o partido do governo – o PDS. Logo, as eleições de 1982, foram realizadas com voto vinculado, ou seja, os eleitores tiveram que votar nos candidatos que pertenciam ao mesmo partido, nos vários níveis eleitorais, tanto para governador, quanto para o senado, senão o voto era invalidado.

Ney Braga, então governador pelo PDS, articulou sua candidatura ao senado juntamente com a candidatura de Saul Raiz⁵⁶ para o governo do Estado.

⁵⁶ Saul Raiz nasceu em Curitiba, em 19 de janeiro de 1930. Em 1952, se formou em Engenharia na Universidade do Paraná. Durante um ano cursou uma especialização na França em Planejamento

Para isso Ney Braga constituiu todo um aparato para dar visibilidade e sustentação ao seu candidato, assim Ney Braga instituiu a Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, e em fevereiro de 1981 nomeou Saul Raiz responsável por essa pasta. A estratégia de Ney Braga era fazer com que a candidatura de Saul Raiz ganhasse força através dessa secretaria, a qual recebeu recursos para repassar aos municípios em forma de obras, aproximando então Raiz e vários prefeitos dos municípios paranaenses.

Diante desse quadro, segundo Rebelo, “Ney acreditava que, fazendo de Saul seu candidato, conseguiria atrair de volta o precioso apoio do ex-governador Jayme Canet Júnior, mas tinha de ser prudente o suficiente para não afugentar Paulo Pimentel do aprisco governista. Pimentel ficou furioso ao suspeitar que Saul seria o candidato. Passou a fustigá-lo quase diariamente em seu jornal, mas teve a cautela de preservar Ney Braga.” (REBELO, 2004, p. 287)

Além das divergências com Pimentel, Raiz não era muito popular e não tinha experiência eleitoral, mesmo tendo sido prefeito de Curitiba, indicado por Ney Braga, no período de 1975 a 1979 e das boas relações que tinha no PDS.

Apesar da prudência de Ney Braga a esse respeito, em novembro de 1980, Raiz divulgou em entrevista ao jornal do Brasil que era candidato ao governo do Estado e que esperava o apoio de Canet Jr. Essas declarações aborreceram tanto Paulo Pimentel, quanto os partidários do PP, que tinham Canet Jr. como candidato ao governo. (REBELO, 2004)

Urbano, e realizou um curso intensivo de Economia e Urbanismo. Durante dez anos foi o engenheiro-chefe da Divisão de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Curitiba. Em 1961, foi nomeado pelo governador Ney Braga, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem. Em julho de 1965 deixou o DER e assumiu o cargo de juiz do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; em setembro tornou-se coordenador do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOT), para o planejamento rodoviário da Região Sul, convocação feita pelos Ministros dos Transportes e do Planejamento, em convênio com o Banco Mundial. Em janeiro de 1966 assumiu o cargo de Secretário de Estado e Negócios de Viação e Obras Públicas, no governo de Paulo Pimentel, cargo que ocupou até maio de 1967. No período entre 1975 e início de 1979, foi prefeito de Curitiba, eleito pela Assembleia Legislativa, tendo sido indicado por Ney Braga; neste período ainda foi membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, órgão do Ministério do Interior. Em fevereiro de 1981 foi nomeado pelo governador Ney Braga para Secretário de Estado Extraordinário para Assuntos de Desenvolvimento dos Municípios. Até 1975 foi presidente da Companhia Brasileira de Sintéticos e Superintendente das Indústrias Klabin – Divisão de Cerâmica. A partir de março de 1979, quando deixou a prefeitura de Curitiba tornou-se Diretor Geral da Klabin Campo Mourão Agroflorestal S.A.; Diretor Geral da Madeireira Klabin do Paraná S.A.; Diretor Geral da Klabin Boa Vista Rural; Diretor da Klabin Cerâmica S.A.; e Presidente da Companhia Brasileira de Sintéticos. Atuou também nas empresas Refripar e Clímax. Passou ainda a ocupar o cargo de vice-presidente Corporativo do Conselho Administrativo da Umuarama Administração de Bens e Participação S.A., empresa na qual era acionista. (O ESTADO DO PARANÁ, 01 fev. 1966; KUNHAVALIK, 2004, p. 397-398)

Com o intuito de neutralizar o ocorrido, e coibir uma disputa no interior do PDS entre Pimentel e Raiz, Ney Braga instigou no PDS o lançamento de pré-candidaturas e administrou a situação sem declarar suas intenções em relação à candidatura de Saul Raiz. Dentre os nomes que se apresentaram, encontravam-se o do então prefeito de Londrina, Antonio Belinati, o do chefe da Casa Civil, Fabiano Braga Côrtes, o do secretário de Justiça, Octávio Cesário Pereira Junior e o do prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, convencido por Ney Braga a desistir da disputa e permanecer na prefeitura da capital.

Naquele momento Pimentel detinha um forte apoio no Estado, era deputado federal pelo Paraná e também tinha intenções em sair candidato ao governo do Estado. Ao observar as pesquisas Gallup e Ibope, realizadas no ano de 1981, verifica-se que Pimentel sempre figurava em primeiro lugar. Uma delas publicada em julho pela revista Veja, sobre a intenção de voto da população a aceitação de Pimentel foi de 27% dos votos válidos, em seguida aparecia Canet com 25%, seguido de José Richa com 22%, depois vinha Jaime Lerner com 6% e por fim com 1% das intenções de voto encontrava-se Saul Raiz. Numa outra pesquisa, publicada pelo Ibope no mês de dezembro, alguns dias após a incorporação da candidatura de Canet Jr. a de José Richa, Paulo Pimentel aparecia com 46,7% das intenções de voto, seguido de Jaime Lerner com 21,7%, José Richa com 10% e Saul Raiz com 6%. (REBELO, 2004, p. 289)

Dessa forma, desde abril de 1981 Pimentel conversava frequentemente com Ney Braga a respeito das eleições de 1982, mas ao perceber que não haveria chances de candidatar-se por meio do partido em que era filiado, Pimentel buscou uma outra legenda para também sair candidato ao governo.

No entanto, quando Pimentel começou buscar outra legenda, ele foi chamado e teve encontros em Brasília com lideranças do partido, e também com o presidente Figueiredo, nas quais reclamou de Ney Braga e dos comandantes dos partidos no Paraná. Nesses encontros foi solicitado a Pimentel que ficasse no PDS e, “ele ficou porque houve promessa de concessão de ‘espaço’ para ele atuar no PDS paranaense.” Segundo reportagem era para Pimentel “sair do PDS, ingressando no PTB. O assunto foi alvo de grande noticiário, inclusive de âmbito nacional.” Ainda, na mesma reportagem, o comentário do autor sobre essa situação é o seguinte: “Os analistas políticos sabem que a briga entre Paulo e Ney apenas foi retardada. [...] O

espaço que Ney Braga e Norton Macedo devem dar a Pimentel para fazer política, é o Oceano Atlântico.” (PARANÁ EM PÁGINAS, jun. 1981, p. 36)

Ao adiar sua saída do PDS, os comentários em torno das figuras de Pimentel e Ney Braga, são os seguintes: “Ney Braga está em baixa cotação, tanto pelo seu estado de saúde como por não ter conseguido evitar o fortalecimento da oposição. Sua reaproximação do deputado Paulo Pimentel deu em nada, pois o ex-governador Jayme Canet Jr. (PP) continua forte. O Planalto vê poucas chances para o PDS no Estado, em 1982. Ney é tido como uma decepção.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 22 fev. 1981; PARANÁ EM PÁGINAS, jun. 1982, p. 19)

Pouco tempo após esse tumulto novamente Pimentel caminha com o seu objetivo de deixar o PDS. Segundo Kunhavalik (2004), Aníbal Khury, que na época era Secretário Geral do partido PP, foi um dos articuladores da saída de Pimentel do PDS e de sua ida para o PTB.

Por conseguinte, Pimentel deixou o PDS e filiou-se ao PTB no dia 09 de novembro de 1981, com vistas a lançar sua candidatura. No entanto surgiu um entrave na sua transferência partidária: para o Tribunal Superior Eleitoral Pimentel era inelegível na legenda do PTB, pois havia assinado a ata de fundação do PDS, por isso pertencia a este partido. Já para o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Pimentel poderia filiar-se em qualquer partido, tanto que forneceu a certidão negativa de filiação, e mais tarde a certidão de filiação ao PTB. (BRAGA, 2001)

A saída de Pimentel do PDS permitiu que Ney Braga tornasse público, em janeiro de 1982, o nome do indicado para o governo que era Saul Raiz. A partir disso Ney Braga definiu o nome do prefeito de Maringá, João Paulino Vieira para compor a chapa como vice-candidato. Inicialmente Ney Braga convidou Antonio Belinati, porém em seguida o desconsiderou, pois Belinati desejava ser o candidato ao governo e inclusive marcou um encontro com o presidente João Figueiredo para defender sua candidatura em detrimento ao nome de Saul Raiz.

Na convenção do PDS, realizada no dia 06 de junho de 1982, dos 403 convencionais com direito ao voto, compareceram 383, desses 377 votaram em Saul Raiz. Ney Braga recebeu o voto de todos os presentes para candidatar-se ao Senado. (KUNHAVALIK, 2004)

Após a convenção do PDS, Antonio Belinati, declarou que desistiu de disputar a indicação como candidato a governador do Paraná, para:

Não sofrer o vexame de ser derrotado pela máquina previamente montada pelo candidato apoiado pelo ex-governador Ney Braga, o engenheiro Saul Raiz. Antes da convenção percorri as principais regiões do Estado e concluí que não conseguiria nem o apoio de 204 convencionais para poder chegar a convenção. Então resolvi disputar uma cadeira na Assembléia Legislativa. Apesar de considerar o engenheiro Saul Raiz ruim de voto e que não empolga o eleitor, acho que ele tem chances de vitória com a vinculação de votos. (O ESTADO DO PARANÁ, 09 jun. 1982)

Com relação a situação de Pimentel, em junho de 1982, o TSE declarou que somente no momento em que fosse solicitado o registro de candidatura para as eleições de novembro de 1982 junto a Justiça Eleitoral é que seria resolvida a situação de dupla filiação partidária de Pimentel. Neste contexto, Hamilton Villela Magalhães, deputado federal do PTB paranaense, e candidato no partido a vice-governador na chapa de Pimentel, disse o seguinte: “O Paulo tem filiação partidária, sairá pelo PTB e será eleito governador. Ele conseguiu forte apelo popular de que precisava, com essa indefinição do Tribunal – passará por vítima e ganhará muitos votos com isso.” (O ESTADO DO PARANÁ, 04 jun. 1982)

No entanto, a convenção do PTB, que também seria no dia 06 de junho, foi adiada por quarenta dias, a pedido de Pimentel em reunião com os líderes do PTB. Além da questão da dupla filiação que ainda não havia sido julgada pela Justiça Eleitoral, Pimentel não tinha uma definição quanto a sua candidatura, afirmava que “ainda não sabe se disputa o governo, se concorre apenas a reeleição ou até mesmo se abandona a vida política.” (O ESTADO DO PARANÁ, 08 e 09 jun. 1982)

A questão era que Pimentel estava conversando com Brasília, com o intuito de efetuar um acordo sobre seu futuro político. Estava em negociações com o ministro Mário Andreazza, que desde o final de maio de 1982 tentava convencer Pimentel a retornar ao PDS. (O ESTADO DO PARANÁ, 08 jun. 1982)

No início de junho Pimentel esteve em Brasília, reunido com os ministros Leitão de Abreu, Mário Andreazza, Delfim Neto e Abi-Ackel. Estes tentaram convencer Pimentel a se reconciliar com o PDS paranaense. (O ESTADO DO PARANÁ, 04 jun. 1982)

Apesar de que no final do mês de junho, o parecer concedido pelo TSE foi favorável à filiação de Paulo Pimentel ao PTB, o corrido foi que Pimentel ficou desinteressado em manter sua candidatura por esse partido, e em meados de julho declarou que não iria mais se candidatar pelo PTB. As causas foram a deficitária

estrutura do partido em manter uma candidatura para governador, aliada ao critério da vinculação dos votos. Em suas palavras a época verifica-se:

[...] não seria coerente continuar participando de um processo político tão vital para a democracia, sabendo de antemão, que o desejo do povo não poderá ser respeitado, pois o resultado das urnas de novembro jamais representará a legítima preferência do eleitorado, em face das regras impostas pelo governo, entre elas, principalmente, a surpreendente e absurda vinculação total de votos. (O ESTADO DO PARANÁ, 21 jul. 1982, p. 1)

Embora Pimentel tivesse desistido de concorrer no pleito eleitoral de 1982, ele se manteve indiferente às campanhas políticas, porém Ney Braga precisava de seu apoio, devido a frágil candidatura de Saul Raiz. Perante esse cenário, Pimentel foi convocado para uma reunião em Brasília com o presidente Figueiredo, realizada no dia 16 de agosto de 1982, juntamente com Ney Braga e Saul Raiz. (O ESTADO DO PARANÁ, 17 ago. 1982)

Na reunião Figueiredo solicitou o apoio de Pimentel ao PDS, diante disso, ao sair da reunião Pimentel afirma que não podia permanecer indiferente a um pedido do presidente. No dia seguinte Pimentel disse que estava deixando o PTB para apoiar os candidatos do PDS. No entanto se incorporou a campanha sem muito entusiasmo. (O ESTADO DO PARANÁ, 17 e 18 ago. 1982)

Segundo Samuel Guimarães da Costa, “Ney Braga promoveu a volta de Pimentel e sua integração, absolutamente inautêntica, à campanha do PDS sob a forma de apoio à chapa Saul-Ney, nessa altura já condenada.” (PANORAMA, fev. 1984, p. 36)

Perante as declarações de Pimentel, a Comissão Executiva do PTB, em reunião no dia 17 de agosto de 1982, decide expulsá-lo do partido. Desse modo, no dia 18 Pimentel disse que se retirava do PTB e apoiaria os candidatos do PDS. (O ESTADO DO PARANÁ, 17, 18 e 19 ago. 1982)

Com relação ao provável apoio a candidatura de Saul Raiz, Pimentel afirma não ter apoiado essa candidatura, conforme descrição fiel da entrevista:

PP Não, não, eu fui uma vez com o Saul Raiz em Umuarama e não voltei mais, porque eu recebi um ultimato do governo federal, eu não queria apoiar o Saul.

VM Mas o Sr. acabou apoiando?

PP Não, só fui uma vez e não fui mais. Eu fui uma vez com ele em Umuarama e ele tinha algumas convicções religiosas, e resistiu terrivelmente em receber o apoio de uma certa ala da igreja lá em Umuarama e eu vi que ele não tinha condições de se eleger e acabei parando. Não fui contra, não ajudei o Richa, mas não fiz campanha para ninguém.

VM Que engraçado em muitos lugares aparece que o Sr. apoiou juntamente com o Ney Braga, o Saul Raiz, aparece que o João Figueiredo chamou os dois, solicitou esse apoio...
 PP Ele, ele... Chamaram mesmo, mas eu só fui a um lugar com ele, em Umuarama.
 VM E não participou da campanha inteira?
 PP Não, você não encontra em lugar nenhum, e não votei nele!! (E7)

Em outubro de 1982, uma nota sobre a posição de Pimentel em relação a Ney Braga exprime o seguinte: “Muito se falou a respeito de uma possível candidatura de Paulo Pimentel, à reeleição. Inclusive a direção do PDS insistiu nisso, até noticiando haver feito consulta ao TER, a respeito. Mas Paulo Pimentel, não concorrerá a nada. Assistirá o Sr. Ney Braga colher o que plantou no Paraná.” (PARANÁ EM PÁGINAS, out. 1982, p. 13)

No entanto verifica-se que Pimentel esteve presente em um comício realizado em Curitiba, no qual estavam presentes Ney Braga, Saul Raiz, Jaime Lerner e o presidente Figueiredo. (O ESTADO DO PARANÁ, 09 nov. 1982)

Quanto aos candidatos da oposição, esses seriam lançados pelo PP, em 1982, que inicialmente lançaria a candidatura de Jayme Canet Júnior ao governo do Estado, e pelo PMDB. Todavia Canet Jr. abandonou esta proposta unindo-se ao PMDB para apoiar o candidato ao governo do Estado José Richa⁵⁷ e o candidato ao Senado Álvaro Dias⁵⁸. Neste mesmo período o PP incorpora-se ao PMDB.

⁵⁷ José Richa nasceu em São Fidelis, no Rio de Janeiro, em 11.09.1934. Filho de imigrantes libaneses, com cinco anos mudou-se para o distrito de Coruja, no município de Joaquim Távora no Paraná. Mudou-se para Curitiba para estudar e formou-se pela Faculdade de Odontologia da UFPR, em 1959. Frequentou ainda a Faculdade de Direito de Curitiba e a Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná. Politicamente Richa participou da União Paranaense dos Estudantes, foi secretário e presidente. Foi membro da Juventude Democrática Cristã do Brasil, e também presidente e vice-presidente do Comitê Mundial dessa entidade. Fez parte do Partido Democrata Cristão. Entre 1961 e 1962, no governo de Ney Braga, ocupou o cargo de subchefe da Casa Civil, e ainda o cargo de chefe de gabinete da Secretaria do Interior e Justiça, em 1962. Em outubro de 1962 foi eleito deputado federal pelo PDC, com o apoio de Ney Braga. Com o apoio de Ney Braga à candidatura de Paulo Pimentel em 1965, contra o pedecista Afonso Camargo, José Richa se afasta de Ney Braga. Com a implantação do bipartidarismo, ingressou no MDB. Foi reeleito deputado federal pelo MDB, em 1966. Em 1972 deixa o mandato de deputado estadual e se elege prefeito de Londrina. Em 1978 foi eleito senador do Paraná. Em 1979, mesmo com a reorganização partidária e com o fim do bipartidarismo, mantém seu vínculo com o MDB, que passou a ser PMDB. Em 1982 se elegeu governador do Paraná. Em 1986 novamente foi eleito senador pelo Paraná na legenda do PMDB. Em 1988 trabalhou na fundação do PSDB. Em 1989, já no PSDB, Richa coordenou a campanha de Mario Covas para presidente e concorreu como candidato ao governo estadual, e perdeu para Roberto Requião (PMDB). Em 1994 com o fim do segundo mandato de senador passou a dedicar-se mais a família e aos negócios. No entanto, nesse período, coordenou a primeira campanha de Fernando Henrique Cardoso à presidência e em 2002 participou na campanha de José Serra. Atuou também como conselheiro de grupos empresariais, entre eles a Usina Itaipu Binacional e a Vasp. José Richa morreu em 17 de dezembro de 2003, aos 69 anos de insuficiência respiratória causada por fibrose pulmonar e pneumonia infecciosa. (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2001; TORTATO, Mari. Tucano José Richa morre aos 69 anos. **Folha de São Paulo**, 18 dez. 2003, p. A7;

Nessa disputa política, realizada dentro do processo de redemocratização do país encaminhada pelo governo de Figueiredo, quem ganha é o PMDB, com 53,5% dos votos para José Richa e 51,5% para Álvaro Dias. Nas eleições de 1982, o candidato ao governo do PDS, Saul Raiz ficou em segundo lugar com 35,2% dos votos, e Ney Braga recebeu 35,4% dos votos ao senado. Os outros candidatos ao governo obtiveram os seguintes resultados: com 0,9% Hamilton Magalhães do PTB; com 0,4% Edésio Passos do PT; e, 0,2% Edson Sá do PDT. Os votos em branco computaram 7,5% e os nulos 2,3%. (IPARDES, 1989a)

Com a vitória do PMDB a preocupação com as questões sociais se consolidou como discurso dominante do governo. (MAGALHÃES FILHO, 1999)

No PDS, Pimentel elabora uma crítica quanto ao desempenho do partido nessas eleições: “Condenando a desastrada escolha do engenheiro Saul Raiz como candidato ao governo do Estado, que, na sua opinião seria o maior responsável pela derrota. [...] fez novos ataques a Ney Braga, dizendo que ‘ele tirou o candidato do bolso do colete’ e o impôs ao partido.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 18 nov. 1982)

Com a derrota do PDS, Samuel Guimarães Costa faz as seguintes considerações sobre a participação de Pimentel nesse processo:

A imagem de Paulo Pimentel ficou abalada aos olhos do eleitorado, pelo caráter visivelmente artificial da composição, a que ele próprio imprimiu sentido de arranjo de cúpula, fazendo sentir perante a opinião pública que estava apenas atendendo uma convocação irrecusável do presidente João Figueiredo, para a qual não terá faltado o dedo do ministro Andreazza. O

DUARTE, Maria. José Richa morre aos 69 anos. **Folha de Londrina**, 18 dez. 2003, p. 03; Ex-governador, líder e democrata, José Richa morre aos 69 anos. **Gazeta do Povo**, 18 dez. 2003, p. 04)

⁵⁸ Álvaro Fernandes Dias nasceu em Quatá-SP, em 07.12.1944. Na adolescência se mudou para Maringá-PR, tanto que cursou a escola técnica de comércio no Colégio Marista em Maringá até 1963. Em 1967 se formou em história pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Londrina (PR). Na faculdade foi presidente do diretório acadêmico. Trabalhou como professor, como apresentador de programas de auditório e locutor e redator de radioteatro nas emissoras. Radicado em Londrina, em 1968 se elegeu vereador do município, pelo MDB. Em 1971, assumiu o mandato de deputado estadual pelo MDB. Em 1974 é eleito deputado federal pelo Paraná na legenda do MDB, e reelege-se em 1978. Com o fim do bipartidarismo em 1979, filiou-se ao PMDB, e se elege senador em 1982. Em 1986 é eleito governador do Paraná, pelo PMDB. Em 1991 funda e se torna o presidente do Partido Social Trabalhista. Em 1993, é um dos organizadores da união do PST ao Partido Trabalhista Renovador (PTR), liderado por Joaquim Roriz. Desta junção surge o Partido Progressista (PP), e Álvaro Dias assume a presidência do partido. Em 1994, candidata-se ao governo do Paraná, perde as eleições para Jaime Lerner (PDT). Em 1995, por discordar da fusão do PP com o PPR, liderado por Paulo Maluf, desliga-se deste partido e filia-se ao Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB). Em abril de 1997 assume a presidência da Companhia Telefônica do Paraná – TELEPAR. Em outubro de 1998 é eleito senador pelo Paraná na legenda do PSDB. Em 2002 concorre novamente como candidato ao governo do Estado, mas perde no segundo turno para Roberto Requião (PMDB). (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2001; Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – Eleições 2002)

certo é que a esperada derrota do neysmo nas eleições de 15 de novembro de 1982 afetou também a popularidade e o prestígio que Pimentel desfrutava em todo o Estado. (PANORAMA, fev. 1984)

Esse pleito eleitoral marcou o início do declínio político de Ney Braga, que teceu o seguinte comentário em entrevista ao jornal O Estado do Paraná, após o resultado eleitoral: “o Paraná disse não ao sonho da presidência da República, e eu acabei com esse sonho.” (KUNHAVALIK, 2004, p. 392)

Para Francisco Paz (1990), o voto vinculado prejudicou a candidatura de Ney Braga, pois Saul Raiz tinha um desempenho eleitoral muito fraco, e Álvaro Dias era de fato um concorrente ao Senado e, com o voto vinculado se fortaleceu ainda mais, pois José Richa era o preferido para o governo.

Quanto ao início de um governo de oposição no Paraná, naquele momento Pimentel afirmava que: “na condição de amigo pessoal do presidente Figueiredo, poderá zelar pelos interesses do Paraná junto ao governo federal, caso surjam dificuldades muito grandes no relacionamento com o governo estadual de oposição. [...] acrescentando que o presidente Figueiredo deve prestigiar os seus amigos no PDS paranaense através dos órgãos federais.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 18 nov. 1982)

Segundo Marion Brephol de Magalhães, ao assumir o governo em 1982, a redemocratização do poder foi um dos compromissos de Richa, logo,

para realizar este intento, propõe uma gestão participativa. Realiza, a partir de suas secretarias, uma série de encontros e debates com as organizações sociais, para então estabelecer as prioridades de sua gestão. Quando publica seu plano de governo, salienta que esse foi fruto de suas Diretrizes (redigidas e divulgadas durante a campanha) e do debate com a sociedade civil. (MAGALHÃES, 2001, p. 102)

Com a vitória da oposição, Pimentel e Ney Braga politicamente haviam sido derrotados, com isso “as relações entre ambos se estreitaram”, tanto que Ney Braga nesse período afirmou publicamente que “sua amizade com o ex-governador Paulo Pimentel é definitiva” e, conseqüentemente “por indicação de Ney Braga, Paulo foi guindado à presidência do PDS do Paraná e, nessa qualidade, passou a desenvolver intenso trabalho de recomposição das bases partidárias destroçadas, ao mesmo tempo em que lidera a oposição ao PMDB e ao Governo José Richa,

prestigiando a bancada parlamentar e os prefeitos pedessistas. De maneira discreta, Ney prestigia essa atuação.” (PANORAMA, jan. 1984, p. 36)

As eleições de 1982 foram realizadas durante o período em que o presidente João Figueiredo dava continuidade ao processo de redemocratização. Desse modo, constata-se que em março de 1983, se iniciaram focos, distribuídos pelo país, de manifestações públicas pelas Diretas. Esse movimento ganhou corpo, passando a se mobilizar abertamente em janeiro de 1984, com um comício organizado pelo então governador de São Paulo, Franco Montoro, eleito pelo MDB, realizado no dia do aniversário da cidade. Vários foram os comícios realizados durante a campanha das Diretas-já, mesmo assim esse movimento fracassou, e a emenda apresentada ao Congresso Nacional foi rejeitada em abril de 1984.

Com isso as eleições de janeiro de 1985 para presidente da República foram indiretas e efetuadas pelo Colégio Eleitoral constituído pelos membros da Câmara, do Senado e mais seis membros do partido majoritário de cada Assembléia Legislativa estadual.

No interior do PDS, havia três nomes indicados para disputar a convenção do partido, que decidiu o candidato para votação no Colégio Eleitoral, eram eles: Paulo Maluf, Aureliano Chaves e Mario Andreazza.

No PDS, a grande maioria dos convencionais desejava apoiar a candidatura de Maluf, embora muitos alegassem indecisão eles já estavam comprometidos com Maluf. Eles apenas não desejavam declarar o voto, o fato era que a imagem de Maluf com a opinião pública estava com problemas e conseqüentemente ruim. (REBELO, 2004)

No que diz respeito a essas campanhas, Pimentel foi um dos escolhidos para atuar como um dos coordenadores da campanha do ministro Mario Andreazza. Pimentel foi indicado pelo Ministro e convidado pelo então presidente João Figueiredo para exercer tal função. Essa campanha foi comandada por Antonio Carlos Magalhães, com quem Pimentel trabalhou por um período de oito meses. A esse respeito narra:

O Antonio é complicado. Quando eu era governador o Antonio Carlos era prefeito de Salvador, nomeado, e nós... Ele não simpatizava comigo e nem eu com ele. E uma vez no saguão do palácio do Planalto, ia ter um despacho com o presidente da república e nós tivemos um desentendimento, isso quando eu era governador. Passados os tempos, chegou a época da campanha do Mario Andreazza que nós, acabamos todos apoiando o Tancredo.

O presidente da república que era o João Batista Figueiredo chamou o Antonio Carlos para comandar a campanha do Andreazza, e o presidente Figueiredo veio a São Paulo, me ligou, pediu que eu fosse para São Paulo para conversar comigo na ala oficial do aeroporto de Congonhas. Chegando lá, ele me recebeu, e fomos conversar só nós dois num cantinho, e o presidente Figueiredo disse: - Olha de amanhã em diante você passa a trabalhar em Brasília, com o Antonio Carlos na campanha do Andreazza. E você terá sustentação financeira, você precisa viver. Mude para Brasília por um ano. Não foi bem um ano, foram uns oito meses e passei a trabalhar com o Antonio Carlos Magalhães. (E6)

Sobre essa empreitada, desempenhada por Pimentel e seu convívio com Antonio Carlos Magalhães, Pimentel relata:

Esse relacionamento meu com o Antonio Carlos é fortalecido, mesmo nos últimos tempos em que nos distanciamos. Ele me quer muito bem, apesar de estarmos longe. De vez em quando eu recebo resultados agradáveis, tivemos um convívio – e ele é um homem difícil! – harmonioso durante oito meses em que ele com mais habilidade do que eu levava as coisas. Ele era muito intransigente, muito duro e mal criado, e eu acabei com um estilo diferente, mas nos completávamos e ele me respeitava muito e ficamos grandes amigos. (E6)

A identificação de Pimentel com o ministro Andreazza, conforme Samuel Guimarães da Costa, “é antiga e alimentada por um costismo efêmero, acentuado também por uma comum aversão ao ex-presidente Geisel.” (PANORAMA, fev. 1984, p. 36)

Com uma função semelhante à de Pimentel, mas a frente da candidatura de Aureliano Chaves, então vice-presidente, encontrava-se Ney Braga. Segundo Samuel Guimarães da Costa, Pimentel e Ney Braga, receberam essa incumbência “não exatamente como um prêmio ou uma benção política, mas antes uma penitência, uma purgação e um castigo, por terem ambos perdido as eleições do PDS no Paraná, com isso abrindo caminho ao PMDB na marcha para o poder. A nova tarefa é para que possam redimir-se.” (PANORAMA, fev. 1984, p. 34)

Todavia, Aureliano Chaves desiste de sua candidatura ao perceber que seria derrotado por Maluf. Em seguida, Aureliano Chaves organiza em conjunto com Marco Maciel a Frente Liberal, declarada como dissidência do PDS, com o objetivo de interferir na candidatura de Maluf.

No dia 18 de julho de 1984, Figueiredo e Leitão de Abreu chefe do Gabinete Civil, se reuniram com Maluf, sem sucesso, com o intuito de persuadi-lo de que se ganhasse na convenção do PDS, ocorreria um racha no partido, e ele não conseguiria vencer no Colégio Eleitoral. Ao saber os resultados da reunião Aureliano

Chaves juntamente com seu grupo, passaram a apoiar o candidato da oposição, Tancredo de Almeida Neves, do PMDB mineiro. (REBELO, 2004)

O vice-presidente na chapa de Tancredo Neves, José Sarney, deixou a presidência do PDS no dia 11 de junho de 1984, e passou a apoiar o PMDB. Um dos motivos dessa mudança foi a influência de Maluf, que minou a realização de prévias internas para escolher o candidato oficial. (REBELO, 2004)

O PFL foi fundado em janeiro de 1985, no Paraná o articulador da fundação foi Ney Braga, devido a sua ligação com Aureliano Chaves, que era vinculado a Geisel. Nesse processo se reafirmou o vigor da ligação de Ney Braga com os castelistas, presente na figura de Geisel, pois suas decisões são orientadas por esse vínculo. (KUNHAVALIK, 2004, p. 393-395)

Na convenção nacional do PDS, realizada em agosto de 1984, o paulista Paulo Salim Maluf ganhou tranquilamente do Ministro Mario Andreazza. Este manteve sua candidatura por acreditar que Figueiredo influenciaria para que os convencionais votassem contra Maluf, o qual perdeu o apoio de Andreazza, que ficou indignado por não ter recebido os votos que supunha existir. Para Pimentel: *Nós fomos traídos, porque para o Figueiredo a eleição era indireta e nós sentimos que o Figueiredo não queria o Andreazza e queria o Paulo Maluf. Quando nós percebemos isso, fizemos a convenção partidária, em que o Presidente da República passou por cima de nós, e então o Antonio Carlos me chamou: – Ô Paulo vamos para o Tancredo Neves! Aí que nós fomos para o Tancredo Neves na eleição direta. (E6)*

Com a derrota do Ministro Mário Andreazza, Pimentel passou a apoiar a chapa Tancredo-Sarney, lançada também em agosto de 1984, com a criação oficial da Aliança Democrática.

No ano de 1985, no dia 15 de janeiro saiu vitoriosa a chapa da Aliança Democrática nas eleições indiretas, e em março, devido ao falecimento de Tancredo Neves, ocorreu à posse do vice-presidente José Sarney, com isso iniciou o novo regime civil.

Mesmo apoiando a Aliança Democrática, Pimentel permaneceu no PDS, ainda como presidente do diretório regional e, em 1985, concorreu por esse partido como candidato a prefeitura de Curitiba. Nas eleições de 15 de novembro desse

ano, ficou em terceiro lugar com apenas 24.143 votos, num colégio eleitoral de 627.303 eleitores.

Durante todo o pleito eleitoral, Pimentel criticou o governo de José Richa para atingir o candidato do PMDB e também o candidato apoiado por Ney Braga, Jaime Lerner. Inclusive foi intimado a comparecer ao Tribunal Regional Eleitoral para prestar esclarecimentos sobre a utilização indevida de seu programa de comentários políticos exibido diariamente na TV Iguaçu de Curitiba. Pimentel foi acusado de promover sua campanha eleitoral através de seu programa na TV. (FOLHA DE SÃO PAULO, 06 set. 1985; O ESTADO DE SÃO PAULO, 02 nov. 1986)

Nessas eleições o vitorioso foi o candidato do PMDB, Roberto Requião, apoiado pelo governador José Richa, e Jaime Lerner, candidato do PDT, ficou em segundo lugar. Segundo Rebelo,

Ney assistiu de longe a eleição de Curitiba, limitando sua ação, de forma discreta, à disputa nos municípios do Oeste, na região da fronteira. A disputa na capital ficou polarizada entre Lerner e Requião. Embora tenha iniciado a campanha com grande desvantagem em relação a Lerner – que detinha mais de 50% nas primeiras pesquisas eleitorais –, o candidato do PMDB avançou o suficiente na reta final para vencer a eleição. Para isso foi decisivo o apoio de Richa, que se licenciou do governo nos últimos 15 dias e fez campanha por Requião nos terminais de ônibus e grande parte da periferia de Curitiba. O PFL coligou-se ao PDT de Lerner. Mas o que restava do neysmo pouca influência teve na eleição da capital. Jayme Canet Júnior e Afonso Camargo estavam no PMDB com Richa e Requião; Paulo Pimentel optara pelo PDS. (REBELO, 2004, p. 305)

No ano de 1986, próximo à data final para filiação partidária e conseqüente candidatura, Pimentel se transferiu para o PFL, e em seguida concorreu como candidato a deputado federal no pleito eleitoral realizado em 15 de novembro. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 02 nov. 1986) Elegeu-se deputado federal constituinte com 45.835 votos.

Nesse ano, Pimentel participou da Frente Popular de Oposições, formada por vários partidos que fizeram oposição ao PMDB. Nessas eleições Pimentel e Ney Braga apoiaram o mesmo candidato ao governo, e novamente encontravam-se aninhados no mesmo partido.

Com a aprovação popular ao governo Richa, este se fortaleceu no plano eleitoral e conseguiu eleger seu sucessor, Álvaro Dias, no pleito eleitoral de 1986. Nessas eleições, o candidato da coligação PMDB e PND, lançado pelo PMDB, Álvaro Dias, venceu com 57,1% dos votos. Em seguida estava o candidato que

concorreu pela coligação PDT, PFL, PMB e PJ, denominada Frente Popular de Oposições, Alencar Furtado, do PMB, que obteve 19,4% dos votos. O candidato à vice nessa chapa era Jaime Lerner (PDT). De acordo com Magalhães, ambos os candidatos representavam as agremiações e os discursos políticos de centro-esquerda. (MAGALHÃES, 2001)

Com relação ao mandato como deputado federal, Pimentel atuou desde a implementação da Constituinte, no dia primeiro de fevereiro de 1987. Na Assembléia Nacional Constituinte, Pimentel foi membro da Comissão da Ordem Econômica, como suplente na subcomissão da questão urbana e transporte, e titular da Comissão de Sistematização. (RODRIGUES, 1987, p. 687)

No exercício de suas funções, Pimentel:

Apresentou 452 emendas à Constituição, das quais 121 foram aprovadas, tendo sido de sua autoria a proposta de criação dos Tribunais Regionais Federais e a definição de tortura que passou a constar no texto constitucional. Votou contra o rompimento de relações diplomáticas com países com política com discriminação racial, a proteção da empresa nacional, a estabilidade no emprego dos dirigentes sindicais, a limitação do direito de propriedade privada, a remuneração 50% superior para o trabalho extra, a jornada semanal de 40 horas, o turno ininterrupto de seis horas, o aviso prévio proporcional, a soberania popular, o aborto, o voto aos 16 anos, a limitação dos encargos da dívida externa e a desapropriação da propriedade produtiva. Manifestou-se ainda a favor da pena de morte, da proteção ao trabalho contra despedida sem justa causa, da pluralidade sindical, do presidencialismo, do mandato de cinco anos para Sarney, da anistia aos micro e pequenos empresários e da legalização do jogo do bicho. (BRAGA, 2001, p. 2730)

Nas eleições de outubro de 1990, Pimentel concorreu a uma cadeira no Senado Federal na legenda do PFL, porém foi derrotado pelo candidato do PTB, José Eduardo Andrade Vieira. A esse respeito Pimentel diz: *Fui candidato a Senador e perdi [...] porque lutei contra o Bamerindus, eu não tinha dinheiro, mas ele, o José Eduardo, tinha um banco, e jogou o banco.* (E5)

Após o término do mandato como deputado federal, em março de 1991, Pimentel decidiu que não iria mais se candidatar a cargos eletivos, e resolveu dedicar-se exclusivamente às atividades privadas e à administração de suas empresas de comunicação.

Álvaro Dias, também conseguiu transferir seu cargo no pleito eleitoral de 1990, ao candidato lançado pelo PMDB, Roberto Requião⁵⁹. Este concorre pela

⁵⁹ Roberto Requião nasceu em Curitiba-PR, em 05.03.1941. Filho do ex-prefeito de Curitiba Wallace Tadeu de Melo e Silva (1951-1954), e seu irmão Maurício Requião, também atua na política, e foi

coligação PMDB, PMN e PT do B, e vence no segundo turno com 44,3% dos votos. No primeiro turno Requião foi o segundo candidato mais votado, com 24,4%.

Nessas eleições José Richa, que havia ingressado no PSDB, desfila como concorrente do partido que integrava anteriormente – o PMDB. O Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) se formou com dissidentes do PMDB, com um ideário que se aproximava ao da social-democracia europeia e com o parlamentarismo. Richa obteve somente 15,4% dos votos, e foi o terceiro candidato mais votado no primeiro turno. (MAGALHAES, 2001)

A disputa eleitoral do PMDB foi com o candidato José Carlos Martinez do PRN, partido que tinha Fernando Collor como líder. Martinez concorreu pela coligação PRN, PFL, PSC e PDC, com 25,7% dos votos, foi o candidato mais votado no primeiro turno, entretanto no segundo turno obteve 35,1% dos votos.

Concorreu ainda neste pleito eleitoral o candidato Henrique Pizzolato, da coligação entre o PT e PSB, que agregou 4,4% dos votos do primeiro turno.

Nas eleições de 1994, Álvaro Dias, filiado ao PP, concorre novamente como candidato da coligação PMDB, PPR, PMN e PP, no entanto perde já no primeiro turno para Jaime Lerner⁶⁰, filiado ao PDT, candidato da coligação PDT, PTB, PFL,

deputado federal pelo PMDB do Paraná (1995-1999). Em 1964 formou-se em jornalismo pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC) e em 1966 concluiu o curso de Direito na Universidade Federal do Paraná. Em 1967 concluiu o curso de pós-graduação em Planejamento Urbano, realizado por convênio entre a Comissão de Desenvolvimento Municipal de Curitiba (Codem) e a Fundação Getulio Vargas (FGV). Foi orador do Centro Acadêmico Hugo Simas, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Com a conclusão dos estudos atuou como advogado Trabalhista em São Paulo e em Curitiba e administrou as propriedades da família no Paraná. A partir da atuação como advogado em sindicatos e associações de moradores de Curitiba, Requião ingressa na política partidária e se filia no início da década de 80 no PMDB. Assim, em 1982 se elegeu deputado estadual. Em 1985 derrota Jaime Lerner (PDT) e se elege prefeito de Curitiba pelo PMDB. Em 1989 assume a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano na gestão do governador Álvaro Dias (1987-1991), permaneceu neste cargo até o início de 1990, quando se licencia para concorrer como candidato ao governo estadual. Em 1990 venceu as eleições para o governo do Estado, no primeiro turno derrotou José Richa (PSDB) e no segundo turno José Carlos Martinez do Partido da Renovação Nacional (PRN). Em 1994 se elegeu senador pelo Paraná na legenda do PMDB. Em 1998, candidata-se pelo PMDB ao governo do Estado, mas perde, já no primeiro turno, para Jaime Lerner (PFL). Em 2002, novamente é o candidato do PMDB ao governo estadual, e é eleito no segundo turno, derrotando Álvaro Dias (PSDB). (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2001; Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – Eleições 2002)

⁶⁰ Jaime Lerner nasceu em Curitiba-PR, em 17.12.1937. Formou-se em engenharia civil pela Universidade Federal do Paraná, em 1961. Em 1962 fez um curso de especialização em Paris. Em 1964 formou-se em arquitetura e planejamento urbano pela Universidade Federal do Paraná. Trabalhou como arquiteto e planejador urbano na Assessoria de Pesquisa e de Planejamento Urbano. Esta equipe era encarregada de auxiliar a elaboração do novo Plano Diretor de Curitiba durante a gestão do prefeito Ivo Arzua (1962-1965). Essa Assessoria se tornou no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), criado em dezembro de 1965, do qual Lerner

PV e PSDB, que recebe 50,2% dos votos, acabando com doze anos da hegemonia política do PMDB no Estado. Marion Brephol de Magalhães analisa a vitória de Lerner no primeiro turno assim:

[...] inscrito pelo PDT, e identificado naquele momento com Leonel Brizola, além de gozar de grande popularidade por ter sido o prefeito que se responsabilizou por um arrojado projeto urbano na capital. Cooperou também para sua vitória o apoio do PSDB. E esse é o ano em que Fernando Henrique Cardoso, pelo PSDB, vence as eleições para presidente, tendo como carro chefe de sua campanha a estabilização da moeda (conquistada pela intervenção estatal) e um programa inspirado no ideário social-democrático. (MAGALHÃES, 2001, p. 107)

foi um dos fundadores. Ainda nos anos sessenta Lerner foi presidente do IPPUC, e professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná. Nesse período, exerceu a presidência do Instituto dos Arquitetos do Paraná, ganhou o concurso para a construção do Centro Turístico de San Sebastian (Espanha) em 1968, integrou a equipe que representou o Brasil na Bienal de Jovens Arquitetos em Paris, França, em 1969, e prestou assessoria para projetos de planejamento urbano em várias cidades do Brasil e no exterior. Diante destas atividades se projetou politicamente. Foi indicado por Haroldo Leon Peres para assumir a prefeitura de Curitiba em 1971, sendo eleito de forma indireta pela Assembléia Legislativa. Com o fim de seu mandato em 1975, foi indicado pelo governador do Rio de Janeiro para assumir o cargo de primeiro presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem), órgão coordenador do planejamento urbano do estado. Tornou-se também consultor da Organização das Nações Unidas para assuntos de urbanismo. Ainda nos anos setenta foi convidado por Euclides Scalco para se filiar ao MDB, e recusou. Em março de 1979 assumiu o segundo mandato como prefeito de Curitiba, desta vez indicado por Ney Braga, então governador do Estado. Com o fim do mandato em 1983, foi convidado por Leonel Brizola para se filiar ao PDT, ingressando neste partido. Em 1985 concorreu pela primeira vez em eleições diretas, como candidato do PDT a prefeitura de Curitiba, mas perdeu para Roberto Requião (PMDB). No ano seguinte, como candidato a vice-governador da coligação PDT, PFL e PMB (Partido Municipalista Brasileiro) novamente perde as eleições. Em 1988 foi eleito prefeito de Curitiba pela coligação PDT, PFL e PTB, derrotando Maurício Fruet (PMDB). Em 1992 conseguiu eleger no primeiro turno seu candidato, o engenheiro Rafael Grecca de Macedo, da equipe do IPPUC, para assumir a prefeitura de Curitiba. Em 1994, foi eleito governador do Paraná pela coligação PDT, PFL, PSDB, PTB e PV, derrotando Álvaro Dias (PP). Em 1996, Lerner apóia e elege o ex-presidente do IPPUC, seu ex-secretário de Planejamento e sócio em empreendimentos particulares, o engenheiro Cássio Taniguchi, para a prefeitura de Curitiba. Em 1997 se filiou ao PFL, e levou para a legenda os vários integrantes de sua equipe, cerca de cem prefeitos, e vários deputados e secretários estaduais. Neste ano, antes de filiar-se ao PFL, tentou ingressar no PSDB, mas foi impedido pelo ex-governador Álvaro Dias e pelo diretório Estadual do Partido. Em 1998 se reelegeu pelo PFL governador do Paraná já no primeiro turno, derrotando Roberto Requião (PMDB). Lerner é membro honorário do Real Instituto dos Arquitetos do Canadá e do Instituto Americano de Arquitetos, e em 1997, ganhou a medalha da Fundação Thomas Jefferson de Arquitetura, na Virgínia, nos EUA. Em 2002, o PFL lançou Beto Richa como candidato ao governo do Estado, mas este perdeu as eleições já no primeiro turno. Nesse pleito o segundo turno é disputado entre Álvaro Dias (PSDB) e Roberto Requião (PMDB). (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2001; Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – Eleições 2002)

6.3 PAULO PIMENTEL NO SÉCULO XXI

No decorrer da década de noventa, Paulo Pimentel se dedicou com exclusividade às empresas que compõem o GPP – Grupo Paulo Pimentel. Desse modo, permaneceu afastado da “movimentação” política, até o fim dos anos noventa não se envolveu em candidaturas e campanhas e, também não apoiou explicitamente nenhum candidato, colaborando ativamente nas campanhas, emprestando sua imagem, etc. Sobre o afastamento, em entrevista, Pimentel diz o seguinte:

Eu cansei de política. Achei que devia ter uma empresa privada, ser empresário e está muito bom, porque o jornalismo é mais ou menos semelhante às atividades políticas, você defende o interesse do povo, torna-se porta voz da opinião pública e dos que não têm condições de reclamar. Enfim você faz a intermediação também entre o poder e o povo, leva as reivindicações do povo para o poder, traz soluções o poder, você aponta na imprensa o que acontece nos intramuros palacianos, etc. (E5)

Todavia, segundo Pimentel, para quem é político, o contato com este “mundo” é constante, portanto ele nunca deixou de participar das reuniões, freqüentar o partido e conversar com os políticos, porém a intensidade com que estas atividades são executadas é bem menor, principalmente em relação a quem deseja ser candidato.

No ano anterior ao pleito eleitoral de 1998, José Carlos Gomes de Carvalho (Carvalhinho), Aníbal Khury e Rafael Iatauro, foram até o escritório de Pimentel no GPP convidá-lo para filiar-se ao PFL e sair candidato ao senado nas eleições seguintes. Desse modo, Pimentel entrou no PFL e com isso foi acertado com Jaime Lerner e a cúpula do partido que Pimentel seria o candidato ao senado.

Todavia para essas eleições, Jaime Lerner e Álvaro Dias, selaram um compromisso, o denominado “acordo branco”, no qual Jaime Lerner acertou que não lançaria candidato ao Senado, e apoiaria a reeleição de Álvaro Dias, candidato pelo PSDB, para essa esfera do poder. Em contrapartida, o PSDB se comprometeu a não lançar candidato para governador. Jaime Lerner efetuou esse acerto para a reeleição de Álvaro Dias visando derrotar Requião que também concorreria para governador.

Com isso Pimentel estava fora do jogo eleitoral, entretanto, Aníbal Khury começou a articular para que Pimentel saísse candidato a vice-governador, na chapa de Jaime Lerner. Esse não era o desejo de Pimentel que aspirava concorrer ao senado. Sendo assim, a cúpula do partido temia que Pimentel se candidatasse na convenção do PFL, portanto, solicitaram que Fernando Henrique Cardoso, então presidente da República, conversasse com Pimentel para que ele desistisse de fato da candidatura ao Senado.

No entanto o Carvalhinho, nesse período presidente do PFL, não enviou a ficha de filiação de Pimentel ao Tribunal Regional Eleitoral, desse modo, se Pimentel insistisse em se candidatar e saísse vitorioso na convenção do partido, não haveria condições de registrar a candidatura, pois Pimentel não tinha filiação partidária e não a obteria em tempo hábil. Algum tempo depois, ao tirar uma certidão de filiação partidária, Pimentel descobriu que não estava filiado ao PFL, mas sim ao PP. Em entrevista Pimentel diz:

Fui descobrir mais tarde e acabei dizendo um monte de desaforo para o Carvalhinho, mas já não adiantava nada. Quando fui tirar uma certidão de filiação partidária e a mesma estava no PP. Não me lembro bem porque numa oportunidade qualquer eu quis entrar no PP e do PP não me transferiram para o PFL. Esta ficha do PFL eles esconderam, o Carvalhinho escondeu, se eu tentasse disputar a convenção partidária do PFL eles anulariam porque não tinha ficha de filiação partidária, para eu não entrar na parada. (E5)

Nesse pleito eleitoral, ocorrido no ano de 1998, Jaime Lerner conseguiu reeleger-se pela coligação entre os partidos PFL, PPB, PTB, PPS, PSL, PST, PTN, PSC, PL, PRN, PSB, PSD, PRP e PT do B, com 40,3%. Desta vez Lerner, que ingressou no PFL em 1997, foi lançado por este partido, representando a situação.

O candidato da oposição, Roberto Requião, lançado pelo PMDB, retratava a união das esquerdas. Em 1998, Lerner derrotou Requião, o qual obteve 35,5% dos votos, e concorreu pela coligação entre PMDB, PDT, PT, PCB, PAN, PV, PRTB, PSN, PMN e PC do B.

Como candidato vitorioso ao Senado, encontra-se Álvaro Dias, lançado pela coligação PSDB e PSDC, que obteve 2.532.010 votos. O desgaste político dos grupos que figuravam no Paraná nesse período, pode ser observado através da quantidade de votos brancos e nulos, os quais juntos perfizeram um total de 22,8% do total de votos válidos nas eleições de 1998. (TRE, 1998)

Passado algum tempo desse episódio, Requião procurou Pimentel, pediu apoio para a campanha ao governo do Estado, nas eleições de 2002, e o convidou para filiar-se ao PMDB. Em seguida, numa conversa com Jaime Lerner, Pimentel afirma que acredita na candidatura de Requião e pretende apoiá-lo. Segundo Pimentel, Lerner não acreditava que ele teria essa atitude, que de fato ocorreu. (E6)

Nas eleições seguintes, que se realizaram no ano de 2002, devido ao seu desgaste político, que já dava alguns indícios em 1998, Jaime Lerner não conseguiu eleger seu sucessor. O candidato Carlos Albeto Richa, filiado ao PSDB, foi lançado pela coligação “Paraná de todos nós” composta pelos seguintes partidos: PSDB, PFL, PSL e PAN. Beto Richa acabou ficando em terceiro lugar com 888.837 votos, representando 17,27% dos votos válidos. Com isso perdeu as eleições já no primeiro turno desse pleito eleitoral.⁶¹

Concorreram ainda nessa eleição, para governador do Paraná, o petista Padre Roque Zimmermann, pela coligação do PT, PC do B, PL, PHS, PCB denominada “Renova Paraná” e Rubens Bueno, do PPS, com a coligação “Vote Limpo 23”, uma aliança entre o PPS e o PV.⁶²

Nessa campanha a disputa para o segundo turno ficou entre Álvaro Dias, candidato do PDT, pela coligação “Vote 12”, constituída pelo PDT, PTB, PTN, PPB, PT do B e PRP, que recebeu 1.616.047 votos, ou seja, 31,40%, e Roberto Requião, candidato somente pelo PMDB, que ficou com 1.347.353 votos, isto é 26,18%, do total de 5.146.616 votos válidos computados no primeiro turno. Todavia no segundo turno quem vence é Roberto Requião, representando à oposição ao governo do Estado. Do total de 4.862.733 votos válidos, Requião (PMDB) obteve 2.681.811 votos, os quais representaram 55,15% de sufrágios. Álvaro Dias (PDT) foi votado por 44,85% dos eleitores e recebeu 2.180.922 votos.⁶³

Durante a campanha Roberto Requião foi apoiado por Paulo Pimentel, que concorreu como candidato ao Senado pelo PMDB e participou ativamente, fazendo campanha em todo o período pré-eleitoral.

Dos candidatos que concorreram para o cargo de senador no pleito eleitoral de 2002, dois foram eleitos pelo Paraná: Osmar Dias (PDT), que obteve 2.776.368

⁶¹ Dados computados pelo Tribunal Superior Eleitoral – Eleições 2002. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/eleicoes/resultados/2002/divulg_1t/pr/gov_pr.htm> Acesso: 18 ago. 2005.

⁶² *Ibidem*

⁶³ *Ibid.*

votos, ou seja, 30,06% do total de votos válidos e Flavio Arms (PT), com 1.995.730 votos (21,61%). O terceiro colocado foi Paulo Pimentel, que recebeu 1.091.822 votos, os quais representaram 11,82% do total de votos válidos.⁶⁴

Para apoiar o nome dos candidatos do PMDB, Roberto Requião (governador) e Paulo Pimentel (senador), foi inaugurado o Comitê Feminino Requião-Pimentel. Perante este quadro, Yvone Pimentel Mussi, filha de Paulo Pimentel e esposa de Luiz Guilherme Mussi⁶⁵, que figurava como primeiro suplente de Pimentel na candidatura ao senado, e Maristela Requião, esposa de Roberto Requião, são responsáveis pelo Comitê, juntamente com Jandira Khury, Lucia Arruda, Vera Mussi Augusto, Mirtes Pissetti e Hoda Salamuni. (O ESTADO DO PARANÁ, 17 ago. 2003)

Os candidatos do PMDB, Requião e Pimentel, em agosto de 2002, no decorrer da campanha, foram acusados na Justiça Eleitoral de usufruir indevidamente dos meios de comunicação de propriedade de Paulo Pimentel e de abusar do poder econômico que detêm, por meio de ação proposta por Rogerio Miranda de Mello, candidato ao senado pelo PTC, solicitando a impugnação das candidaturas. Outra acusação era de que Pimentel não haveria deixado em tempo hábil o cargo de diretor-presidente do Grupo Paulo Pimentel para se lançar candidato em 06 de abril de 2002. Com o julgamento desse caso os juízes da Corte do Tribunal Regional Eleitoral, consideraram improcedente o pedido de impugnação das candidaturas, pois avaliaram que as acusações não tinham fundamentação, mesmo assim foi dada continuidade a ação. No que diz respeito ao afastamento de Pimentel de suas funções nas empresas de sua propriedade, ele deixou cargo três dias antes do prazo final definido pelo Tribunal Regional Eleitoral, mediante assembléia do Grupo e registro na Junta Comercial, transferindo legalmente sua função como diretor-presidente para a esposa, Yvone Lunardelli Pimentel. (O ESTADO DO PARANÁ, 19 set. 2002)

⁶⁴ Dados computados pelo Tribunal Superior Eleitoral – Eleições 2002. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/eleicoes/resultados/2002/divulg_1t/pr/gov_pr.htm> Acesso: 18 ago. 2005.

⁶⁵ Luís Guilherme Gomes Mussi é empresário do setor de comunicação, proprietário do Canal 21. Luís Mussi foi bancário, diretor da TV Tibagi em Apucarana-PR, diretor-geral do Grupo Paulo Pimentel e diretor do Sistema Brasileiro de Televisão. Ainda, de 02.01.2003 a 09.05.2005, exerceu o cargo de Secretário da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul, no governo de Roberto Requião. Casado com Yvone Lunardelli Pimentel Mussi e tem três filhos: Luís Fernando Pimentel Mussi, que atua como gerente do Canal 21; Paula Pimentel Mussi e Guilherme Pimentel Mussi. Dados disponíveis em: <<http://www.parana-online.com.br>> Acesso: 28 jun. 2005

O fim da ação supracitada se deu em 13 de dezembro de 2004, quando Carlos Veloso ministro do Superior Tribunal Eleitoral, decidiu que o modo como foram usados os meios de comunicação durante as eleições de 2002, por Requião e Pimentel, não influenciaram de forma decisiva e nem suficiente o resultado destas eleições. (O ESTADO DO PARANÁ, 14 dez. 2004)

Passado todo o ocorrido nas eleições de 2002, Pimentel foi questionado sobre seu retorno a política como candidato e sobre o curso dessa campanha, e em entrevista relata:

O contato do povo me deixava saudade. Então você acaba caindo no canto da sereia. Ultimamente eu caí no canto da sereia, o Requião foi lá me convencer, me convenceu e saí candidato a senador, estava muito bom, a campanha estava excelente, quando os companheiros foram ver, parte do PMDB deixou uma vaga para apoiar o outro candidato, eu não dava nada por ele, já era do partido, ganhava uns 20 mil votos aqui uns 10 mil ali. Começou a fluir quando o cidadão entrou me atacando na televisão, sobre as minhas aposentadorias, que não era aposentadoria, ninguém me defendeu, nem eu mesmo, para minha tristeza! Como eu estava na linha de frente, não ouvia os ataques, não me deixaram ouvir, não me transmitiram as acusações para eu poder explicar. Eu não expliquei e perdi a eleição, tudo isso são falhas individuais e falhas da coletividade que lhe apóia, mas elegemos o governador do estado que deu um resultado sério. (E5)

Com a vitória de Requião que assume o governo do Paraná no dia primeiro de janeiro de 2003, juntamente com o vice-governador Orlando Pessuti, Paulo Pimentel foi indicado para a presidência da Copel. Pimentel já havia sido membro do Conselho da Copel, por um período de dois anos (1994/1995), durante o primeiro governo de Jaime Lerner. No período em que Ney Braga presidiu o Conselho. (E4)

Com relação à proposta de Requião, Pimentel narra:

O Requião se elegeu, e ele reconhecido queria me colocar num cargo, mas não tinha nenhum. Eu achava que eu não deveria ser mesmo nada, eu deveria evidentemente participar do governo a distancia, gostaria de ser bem tratado! E ele inventou esta história em cima da hora. Ele já tinha a diretoria da Copel pronta, e falou Paulo você vai ser presidente da Copel. Eu disse: - Mas eu não sou um especialista! E ele argumentou: - Você construiu a Capivari-Cachoeira, durante os seus cinco anos de governo você ajudou a Copel, você fez a Telepar! E foi ai que eu resolvi aceitar, eu achei que era um desafio, a Copel estava num estado de insolvência total tinha dado um prejuízo de trezentos milhões de reais naquele ano. Fui lá fiquei dois anos e coloquei a Copel nos níveis que estão hoje. Isso foi um desafio que eu enfrentei com muita garra e muita disposição, e sobre tudo soube convocar os funcionários da Copel, os dirigentes da Copel e eles fizeram a administração o sucesso e eu só administrei e os levei para frente, até que acabamos indo para Nova York ! Sai de lá e não deixei nada desacertado. O que tinha de errado eu concertei e achei que era hora exata de deixar a Copel, porque o Requião tem um temperamento absorvente, ele queria dominar mais a Copel, e eu realmente estava crescendo muito e aparecia um pouco fora dos limites. Concordo plenamente com isso, e sai da Copel sem nenhum atrito com o governador e somos hoje grandes amigos. (E6)

Deste modo, para assumir a Copel, Pimentel licencia-se da direção do grupo de comunicação do qual é proprietário, o GPP – Grupo Paulo Pimentel e no dia 07 de janeiro de 2003 assume a presidência da Copel, permanecendo até o dia primeiro de fevereiro de 2005.

Como presidente, no primeiro mês de administração, Pimentel reverticalizou a empresa. A esse respeito afirma:

Primeiramente, é preciso observar que a reverticalização da Copel não foi uma decisão tomada como decorrência de erro ou de insucesso do modelo de fracionamento. A separação da empresa em subsidiárias, na verdade empresas satélites, atendia a uma conveniência estratégica de clara inspiração privatizante do antigo governo federal que, além de se chocar frontalmente com os princípios políticos e sociais da nova administração estadual, já não vale mais na gestão do presidente Lula da Silva. Assim, e independentemente de qualquer outro fator, a reunificação da Copel é decisão de governo, fruto da visão estratégica do governador Roberto Requião, para quem a Copel tem importantes missões a cumprir no processo de desenvolvimento do Paraná. Ainda não dispomos de um estudo conclusivo que quantifique com exatidão a vantagem de a Copel voltar a ser uma só empresa. Mas podemos enumerar alguns fatos que são bastante ilustrativos: os 24 postos de diretoria existentes na holding e suas subsidiárias foram reduzidos a cinco; existiam estruturas em duplicata ou triplicata para fazerem exatamente a mesma coisa (compras, por exemplo), que poderão ser unificadas e apresentar resultados bem melhores. Convém ressaltar que a contabilidade das diferentes atividades será mantida separada, para garantir total transparência e para facilitar as atividades de fiscalização da Aneel e demais organismos responsáveis.⁶⁶

No decorrer de sua administração foram renegociados vários contratos firmados pela Copel e outras empresas, tais como os contratos com Usina de Itiquira em Mato Grosso e com a Companhia de interconexão Energética – CIEN, referente à importação de eletricidade da Argentina. As parcerias entre a Copel e outras empresas também foram revistas, tais como a efetuada com a comercializadora TRADENER.

Quanto ao contrato entre a Copel e a Usina Termelétrica de Araucária, Pimentel afirma que apesar de ter iniciado os procedimentos visando resolver esta questão, durante sua gestão este problema não foi solucionado. (E4)

Ao assumir o governo, Requião, solicitou a suspensão do contrato de compra e venda de energia entre a Copel e a Usina de Araucária, assim como a revisão de todas as negociações e do próprio contrato, referente à associação entre a Petrobrás e Copel, as quais detêm 40% do capital da Usina de Araucária, e a empresa norte-americana El Paso, com 60%. Todavia, o fato é que o valor do

⁶⁶ SANTOS, Júlio. **Paulo Pimentel, da Copel**: "Em nome do interesse público". Entrevista realizada em 24.02.03. Disponível em: <www.canalenergia.com.br> Acesso: 04 jun. 2003.

empreendimento foi de 380 milhões de dólares, na época em que o dólar se equiparava ao real, e os americanos investiram 230 milhões de dólares, no entanto, deste total, 150 milhões de dólares foram emprestados da Copel.

Contudo, durante todo o período em que a Copel foi administrada por Pimentel a lógica vigente foi a seguinte:

O foco da Copel é investir prioritariamente na sua própria atividade, que é produzir, transportar e distribuir energia elétrica, e se possível em parceria com outros investidores – que serão muito bem vindos. Mas dentro do princípio de que a Copel seja sempre majoritária nos empreendimentos como forma de assegurar que o interesse público prevaleça sempre. Assim, estamos revendo e analisando todas as parcerias e associações herdadas da gestão anterior para moldá-las a essa nova orientação estratégica definida pelo governo do Estado.⁶⁷

Como presidente da Copel, Paulo Pimentel, recebeu a homenagem de Honra ao Mérito em Administração 2003. Dentre os onze indicados em todo o país na categoria profissional, Pimentel foi o escolhido pelo Conselho Federal de Administração. (O ESTADO DO PARANÁ, 28 dez. 2003)

Em novembro de 2004, Paulo Pimentel e Roberto Requião, seguiram para Nova Iorque, como representantes da Copel, para participarem da cerimônia “*The Opening Bell*”, realizada na Bolsa de Valores no dia 22. Diariamente, o toque do sino é efetuado na Bolsa de Valores para marcar a abertura dos pregões. Este gesto também foi dedicado como uma forma de homenagem de todo o sistema financeiro norte-americano para manifestar reconhecimento a empresas ou instituições. Desta vez o ato da cerimônia, que consiste no toque do sino, comemorou os 50 anos que a Copel completou em outubro de 2004. Portanto, o governador Roberto Requião e o presidente da Copel, Paulo Pimentel, acionaram o sino e foram aplaudidos como forma de reconhecimento, pelos dirigentes, analistas e operadores da Bolsa de Nova Iorque, marcando a abertura oficial do pregão.

Ao retirar-se da Copel, Pimentel retorna ao cargo de diretor-presidente de suas empresas. Ao ser questionado sobre seus encaminhamentos administrativos em relação à Copel diz: “*a Copel esta numa fase de fibra ótica que é um estágio novo na vida dela, se você me pedir para eu dar uma lição sobre fibra ótica, eu só*

⁶⁷ PIMENTEL, Paulo. **Energia que move o Paraná**. Entrevista concedida à reportagem da Revista Dimensão. Disponível em: <<http://www.dimensaorevista.com.br/entrevistas.html#>> Acesso: 17 ago. 2004.

sei os detalhes, eu não me aprofundei não, mas o que eu sei é convocar gente para fazer. Então a experiência que eu adquiri no campo público e privado é o que me leva e me levou a ser bem sucedido na administração da Copel.” (E4)

Olhando a trajetória política de Paulo Pimentel percebe-se que, ao se edificar como político e se inserir nos quadros institucionalizados da política, sua postura e seus encaminhamentos no jogo político remetem sempre a uma verticalidade, ou seja, ele se constrói como um pilar. Não transfere parte de seu poder a outros, não deixa sucessores em nenhum momento e em nenhuma esfera. Certamente, em alguns momentos, não foi permitido a ele esse papel, mas em muitos outros ele não direcionou para tal procedimento, um exemplo disto é que não apresentou um candidato para deputado a Câmara Federal, apoiando e fazendo campanha para esse candidato, mesmo tendo sido eleito duas vezes.

Com essa postura, no que tange à política eleitoral, ele não transferiu seus votos, seus redutos e, até então não deixou herdeiros políticos. Isso também ocorre no interior da estrutura institucionalizada do Estado. Nessa esfera Pimentel não centraliza apenas as decisões na sua pessoa, mas os resultados e as aparições desses resultados em relação às decisões por ele tomadas, mesmo que ele descentralize, com muita capacidade para tal, a execução da empreitada. Com isso, para ele, consciente ou inconscientemente, a sua “estrela” deve brilhar mais do que a de sua equipe.

Esta postura de Pimentel é muito diferente se o compararmos com Ney Braga, com quem caminhou por décadas, entre acertos e desacertos. Ney Braga, no decorrer de sua vida política, sempre alastrou liames e os enraizava, descentralizando e “dividindo” o poder que, obviamente, ficava sob seu comando, mas ele permitia as outras “estrelas” também reluzirem, desde que essas pessoas fossem sempre aliadas e submissas ao seu comando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para executar essa pesquisa nosso foco inicial foi reconstituir e construir uma biografia sociológica que contivesse a trajetória de Paulo Pimentel, político e empresário de grande importância no cenário paranaense.

Todavia, com o decorrer da pesquisa percebemos que para apresentar de fato a trajetória desse agente, deveríamos reconstruir e unir três momentos de sua vida, a saber: um familiar, um político e um como empresário do setor das comunicações. Isto é, três trajetórias que são paralelas e/ou ao mesmo tempo entrelaçadas e dissociáveis, esta variação ocorre de acordo com o ponto e a perspectiva em que o observador analisa e fixa o olhar.

Diante deste aspecto, não foi possível compor realmente essa trajetória, assim, optamos pela realização da trajetória política e parte da trajetória familiar, referente aos anos vividos como filho, portanto, não abordamos os anos vividos como pai “gerador” dos *habitus* recebidos e resignificados.

A elaboração da trajetória completa tornou-se inviável, devido ao tempo disponível para a conclusão do trabalho associada às dificuldades encontradas acerca da pesquisa de campo, em função da complexidade da inserção desse agente num âmbito maior que é o Estado do Paraná. Local onde Paulo Pimentel está atuando em vários campos, tais como o político e o econômico.

A opção pela composição da trajetória política de Pimentel em detrimento a do empresário das comunicações, foi feita, por entendermos que a visibilidade desse sujeito como político é maior e anterior a de empresário, pois desde o início da década de 60 Pimentel influencia o poder local como um agente indispensável para a compreensão da política paranaense.

Entender como Pimentel “nasce” no Paraná, como Secretario da Agricultura aos 33 anos de idade, foi uma pergunta que norteou nosso trabalho, e que pôde ser compreendida quando verificamos que Pimentel, desde a infância teve uma formação familiar e institucional que o inseriram em uma posição de privilégio no interior da estrutura, devido ao conjunto de capitais sociais, culturais, econômicos e inclusive políticos que permearam a construção de seu *habitus*. Portanto a

influência da família de sua esposa, os Lunardelli colaborou para a sua aparição, mas não foram fatores determinantes para que ele fosse aceito nesse meio, recebendo não só o apoio de outros políticos, mas principalmente o apoio popular. Afinal, em 1965, Pimentel foi eleito diretamente pela população. Antes devem ser considerados os talentos individuais presentes neste agente, formado em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco e que antes da conclusão do curso foi trabalhar, não por estar enfrentando dificuldades financeiras, mas por desejar se tornar um profissional e “obter sucesso na profissão”, além de ser constantemente elogiado pelo seu bom humor, sua eloqüência e oratória.

Outra questão que permeou nossa pesquisa diz respeito à sustentação política de Pimentel por um período tão longínquo, principalmente pelo fato de não ser ele um paranaense. Esta situação também está atrelada às características presentes em Pimentel e em sua formação, já apresentadas anteriormente, entretanto, aliado a esse aspecto, um de seus sustentáculos refere-se a sua rede de relações. Esta envolve tanto empresários e políticos ligados a família Lunardelli, pessoas influentes no poder local como Ney Braga, que o insere na política paranaense e Aníbal Khury que acompanha Pimentel no decorrer de vários anos, com algumas interrupções periódicas, quanto os pimentelistas, e se estende a personalidades que operavam na esfera federal, tais como Costa e Silva, Mario Andreazza, João Figueiredo e, de outros estados, como, por exemplo, Roberto de Abreu Sodré, que foi governador de São Paulo no mesmo período em que Paulo Pimentel estava a frente do executivo paranaense, e foi uma figura que Pimentel conviveu desde a juventude.

A esse respeito temos ainda uma hipótese a ser comprovada, num outro momento de pesquisa sobre esta temática, a de que a partir da década de 1980 é a posição de Pimentel como pólo dominante no campo das comunicações que o sustenta no campo político, e não o inverso.

Apesar de ter sido inserido na política pelas mãos de Ney Braga, e pertencer a sua equipe, ao adentrar na disputa eleitoral de 1965, Pimentel inicialmente não teve o apoio do patrono político, todavia filiou-se ao PTN e lançou sua candidatura por esse partido com o apoio de Aníbal Khury.

No Paraná, a estrutura partidária até 1966 era a seguinte: o PTB, a UDN e o PSD eram os grandes partidos, para somar a eles, apareceram o PDC, inicialmente

com a liderança de Afonso Camargo Neto e Ney Braga e o PTN, com Aníbal Khury. O PDC que se tornou importante no Paraná, não teve o mesmo crescimento nacionalmente. Outro local que o PDC tinha representatividade eram em São Paulo com o Franco Montoro. Já o PTN tinha um líder nacional, também em São Paulo que era o deputado Emílio Carlos. A UDN e o PSD foram articulados em 1945, após o regime ditatorial de Getúlio Vargas, e eram partidos nacionalmente representativos.

O fato de Pimentel não se filiar ao PDC, ocorreu devido à sua precaução em relação a suas intenções políticas. O PDC já tinha um outro nome para lançar como candidato que era Afonso Camargo Neto, até então amigo e articulador político de Ney Braga. Neste contexto, se Pimentel se filiasse ao PDC provavelmente seria ofuscado pelos pedecistas do grupo affonsista e dificilmente conseguiria alavancar sua candidatura.

Pimentel já dava indícios de que não é um homem de partido ou de regime, mas que defende alguns ideais e procura se inserir nos locais em que permitem a permanência de sua postura. Um homem que construiu sua visibilidade pública, a qual atinge um médio alcance, e que negocia seu espaço de acordo com as possibilidades do momento. No entanto, Pimentel sempre defendeu os mesmos ideais e geralmente manteve uma coerência política.

As bases ideológicas defendidas por Pimentel, que não se classifica como de direita ou de esquerda, por não aceitar essas tipificações, referem-se ao Estado de Direito, a democracia, a economia privada, assim: “[...] eu não me defino como direita e nem como esquerda, porque eu não gosto desta classificação, eu sou a favor do bom senso. Eu sou um democrata e um defensor do livre comércio e acho que o problema do estado é apenas a intermediação. Um estado dirigente como queria o Marx, etc. um estado dominador, para mim não serve.” (E6)

Com golpe em 1964, seguido das cassações, muitos partidos se enfraqueceram e as eleições de 1965 foram questionadas, no final acabaram sendo realizadas. No entanto, após essas eleições, o governo federal sofreu derrotas nos Estados principais, portanto resolveu extinguir os partidos, inclusive como um meio de controle da situação. Criou-se então por determinação do AI-2, dois partidos políticos, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) como situação, e a oposição ao governo era o MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Como representante do Estado do Paraná, unido ao risco de ser cassado e sofrer algum tipo de repressão como opositor ao governo federal, Pimentel filia-se na ARENA, e inclusive ajuda a articular esse partido no Estado juntamente com Ney Braga. Mesmo assim passa por complicados momentos de perseguição política, durante o governo de Canet Júnior, mas nem por isso deixa de buscar os seus espaços para intervir na política paranaense ou deixa de efetuar suas críticas aos modelos impostos ao Estado por determinados políticos, dentre eles Ney Braga, segundo Pimentel. Com Ney Braga teve uma relação de aproximação e rompimento constante e, durante mais de 35 anos disputaram os espaços decisórios no campo político, os quais penderam mais para uma hegemonia política de Ney Braga do que para Pimentel.

Apesar disso, no decorrer desses anos Pimentel sempre foi a figura com quem Ney Braga mais se preocupava, era quem incomodava e intimidava a hegemonia de Ney Braga, por disputar de fato e ameaçar a divisão de um espaço que desejava dominar por completo sem dividir o comando e as decisões finais.

Na disputa desses espaços, podemos considerar que Pimentel sempre foi um desafiador da ordem vigente, não o subversivo que foi descrito nos arquivos do SNI, conforme um relatório do Codi de agosto de 1971, no qual o coronel Pérsio Ferreira escreveu “prossigue, pelos órgãos de divulgação pertencentes ao ex-governador Paulo Pimentel, a campanha de obstrução e perturbação da ação governamental. [...] Os jornais O Estado e Tribuna do Paraná, mais as TVs Iguaçu e Tibagi achincalham as autoridades, causando até queda nas ações do Banco do Estado do Paraná.” (VEJA PARANÁ, 29 abr. 1992, p. 8) Mas no seguinte sentido: sempre esteve no seio da política dominante, nunca se intitulou “de esquerda”, teve posturas ou participou de partidos dessa ala, entretanto, dentro do meio que sempre “pertenceu”, sempre foi visto como oposição, oposição aos interesses partidários, oposição às determinações partidárias, oposição a vários políticos e em alguns momentos oposição a alguns políticos que dominavam a cúpula do partido, tal como Ney Braga e os neystas. Obviamente manteve sua base aliada, no entanto, como vimos essa base em sua maior parte não vinha dos meandros políticos, mas empresariais.

Devido a essa postura Pimentel sofreu muitas agruras, em vários momentos foi excluído dos processos decisórios, apesar de suas influências e certa visibilidade

no Estado do Paraná, tanto como empresário do setor de comunicação, quanto político. Com o início do governo de Jayme Canet Jr., foi perseguido politicamente, esse episódio lhe causou problemas e perdas acerca de suas empresas e, foi finalizado e solucionado somente em 1982, ano em que foi permitido e em seguida concluído um contrato, para retransmitir o SBT – Sistema Brasileiro de Televisão, com Silvio Santos.

Apesar de sua situação, perante o Regime Militar, estar amena em 1978, tanto que se candidatou e se elegeu a Câmara Federal, essa postura “desafiadora” de Pimentel foi reafirmada já em 1979, quando ele propõe um projeto para reduzir os mandatos dos senadores biônicos de oito para quatro anos e para que dois terços dos senadores fossem eleitos diretamente.

A esse respeito questionamos ainda, até que ponto essa característica, denominada por nós de “desafiadora”, se evidenciou na trajetória de Pimentel desde a juventude, quando foi cursar Direito e não atendeu as orientações de seu pai, que desejava que esse seu filho seguisse a sua carreira profissional e cursasse Odontologia. E, também, ao adentrar na esfera política, quando confrontou os direcionamentos de sua mãe, que havia proibido os filhos de caminhar na estrada da carreira política, em qualquer instancia de suas vidas.

Diante de todo o quadro exposto até o momento, percebe-se que muitas perguntas, ainda sem respostas, continuam perpassando esse trabalho. Estas em algum momento poderão/deverão ser respondidas, porém jamais finalizadas com respostas concretas, mas sim com novas perguntas, dando continuidade ao processo da pesquisa científica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Pedro Washington de. **Paraná Político de Cabo a Rabo**. Curitiba : Noé, 1999.

ALMEIDA, Pedro Washington de, *et al.* **Paraná Político**. 3 ed. atual. Livro III. Curitiba: Folha Econômica, 1989.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista**. São Paulo: Símbolo, 1978.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Sonho e Invenção do Paraná**. Geração Simbolista e a Construção da Identidade Regional. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 2000.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Participação Comunitária**: Dimensões da Institucionalização. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1990.

BOURDIEU, Pierre. Campo do Poder, Campo Intelectual e *Habitus* de Classe. In: _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 183-202

_____. **Coisas Ditas**. 1º ed. São Paulo : Brasiliense, 1990. p.149-180.

_____. **O Poder Simbólico**. 5º ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas-SP: Papyrus, 1996a.

_____. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

_____. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (org). **Pierre Bourdieu**: Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo : Ática, 1983. p. 82-121.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, Loïc. **Réponses**: Pour une Anthropologie Réflexive. Paris: Seuil, 1992a. Parte 1 – Capítulo II e III.

BRAGA, Ney A. de Barros. **Ney Braga: Tradição e mudança na vida política.** Entrevista à Adherbal Fortes de Sá Junior. Curitiba: Ed. do Autor, 1996.

BRAGA, Sergio Soares. **Verbetes: BRAGA, Ney; PIMENTEL, Paulo; CANNET JUNIOR, Jaime; RICHA, José; REQUIÃO, Roberto; DIAS, Álvaro.** In: DICIONÁRIO HISTÓRICO - BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-30. Coordenação geral Alzira Alves de Abreu e Israel Beloch; Coordenação dos verbetes biográficos Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão; Coordenação dos verbetes temáticos Fernando Lattman-Weltman. 2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro : Fundação Getulio Vargas, 2001. 5v. il.

CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. **História Biográfica da República no Paraná.** Curitiba : Banestado, 1994.

CLARK, Walter. **O campeão de audiência.** São Paulo: Best Seller, 1991.

CORDEIRO, Vanessa Moreira. **Paulo Pimentel: Trajetória Política e Administrativa no Governo do Paraná – 1966/1971.** Curitiba, 2002. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná.

COSTA, Samuel Guimarães. **História Política da Assembléia Legislativa do Paraná.** Vol. II. Curitiba: Assembléia Legislativa, 1995.

CROCETTI, Zeno Soares. **Globalização, Tecnologia, Neoliberalismo e poder no Paraná.** In: REVISTA PARANAENSE DE GEOGRAFIA. nº 2, Curitiba, 1997. Disponível em: <<http://www.agbc Curitiba.hpg.ig.com.br/Textos/oParana.htm>> Acesso em 20 mar 2005.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 12. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

FARIA, Enéas; SEBASTIANI, Silvio. **Governadores do Paraná: “a história por quem construiu a história”.** Curitiba: Sistani, 1997.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. **Agricultura capitalista e campesinato no norte do Paraná: região de Porecatu 1940-1952.** Curitiba, 1984. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** 3 ed. rev. amp. Petrópolis,RJ: Vozes, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HELLER, Milton Ivan. **Resistência Democrática – A repressão no Paraná**. Rio De Janeiro : Paz e Terra, 1988.

HELLER, Milton Ivan; DUARTE, Maria de los Angeles G. **Memórias de 1964 no Paraná**. Curitiba : Imprensa Oficial, 2000.

IPARDES – Fundação Edison Vieira. **O Paraná reinventado: Política e Governo**. Curitiba: IparDES, 1989.

KUNHAVALIK, José Pedro. Ney Braga: Trajetória Política e Bases de Poder. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **A construção do Paraná Moderno: Políticos e Política no governo do Paraná de 1930-1980**. Curitiba: SETI, 2004. p. 231-419

KUNHAVALIK, José Pedro. Bento Munhoz da Rocha Neto: Trajetória Política e Gestão no Governo do Paraná. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **A construção do Paraná Moderno: Políticos e Política no governo do Paraná de 1930-1980**. Curitiba: SETI, 2004. p. 143-224.

LEÃO, Igor Zanoni C.C. **O Paraná nos anos setenta**. Curitiba: IparDES, 1989.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista de. **Da construção ao desmanche: análise do projeto de desenvolvimento paranaense**. São Paulo : USP, Tese Doutorado, 1999.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: Política e Governo**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação – SEED, 2001.

MENESES, U. T. de. A história cativa da memória? Um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 34, p. 09-23, 1992.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7ª ed. São Paulo : Hucitec; Rio de Janeiro : Abrasco, 2000.

OLIVEIRA, Dennison. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação – SEED, 2001a.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **A construção do Paraná Moderno: Políticos e Política no governo do Paraná de 1930-1980**. Curitiba: SETI, 2004.

_____. **O Silêncio dos Vencedores: Genealogia, Classe Dominante e Estado do Paraná.** Curitiba : Moinho do Verbo, 2001b.

PADIS, Pedro Calil. **Formacao de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: Hucitec; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PAZ, Francisco M. (org). **As artimanhas da política no jogo eleitoral.** Curitiba: Prephacio, 1990.

PAZ, Francisco M. (org). **Cenários de Economia e Política: Paraná.** Curitiba: Prephacio, 1991.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

REBELO, Vanderlei. **Ney Braga a política como arte.** Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Quem é Quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados.** São Paulo: OESP-Maltese, 1987.

SILVA, Augusta Aparecida da. **Entre Deus e a nação: trajetória de José Francisco da Rocha Pombo.** Curitiba : monografia de final de curso, UFPR, 1997.

SALTURI, Luis Afonso. **O paranismo e o pinheiro na arte de Lange de Morretes.** Curitiba : monografia de final de curso, UFPR, 2004.

SIQUEIRA, Márcia Dalledone. (Coord) **Um século de Eletricidade no Paraná.** Curitiba : COPEL/UFPR, 1994.

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná” História e Fantasmagorias.** Curitiba, 1997. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.

VARGAS, Túlio. **Breve Memória do BANESTADO.** Curitiba: Banestado, 1996.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná.** 2ed. Curitiba : Professores, 1968.

_____. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba : (s.n.), 1987. (Curitiba : Grafica Vicentina).

_____. **Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização**. Curitiba : Lítero-Técnica, 1985.

OUTRAS FONTES

- DOCUMENTOS

ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná. **ACARPA – 1963**. Curitiba: Impresso na Divisão de Informação da ABCAR, 1963.

ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná. **Relatório das Atividades**. Curitiba: Impresso na Divisão de Informação da ABCAR, 1967; 1969.

BADEP. **Relatório Anual 1986**: especial 25 anos. Curitiba, Secretaria das Finanças, Governo João ELisio, 1986.

BRDE. **BRDE**: Contribuição ao Crescimento do Paraná – 1961-1981. Curitiba, 1981.

CAFE DO PARANÁ. **Realizações 1962-1966**: Governo Paulo Pimentel. Curitiba: Santa Cruz, 1967.

CAFE DO PARANÁ. **Relatório de Atividades**. Curitiba, Governo Paulo Pimentel/ CAFE do Paraná, 1969 e 1970.

COHAPAR/ COHAB-CT. **Relatório de Atividades Gestão 1967-1968**. Curitiba, Governo Paulo Pimentel, 1969.

COHAPAR/ COHAB-CT. **Relatório de Atividades – 1969**. Curitiba, Governo Paulo Pimentel, 1970.

COPEL. **Relatório Anual da Diretoria** – Governo Paulo Pimentel. Curitiba: Planejamento e Coordenação Gráfica pela Assessoria de Relações Públicas, 1966; 1967; 1968; 1969; 1970.

GOVERNO DO PARANÁ. **Reportagem de um Triênio 1966-68**: Governo Paulo Pimentel, com base na Mensagem do Poder Executivo enviada à Assembléia Legislativa em 01.03.69. Curitiba: Paranaense, 1969.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**: abertura da 4ª sessão ordinária da 5ª Legislatura pelo senhor Paulo Cruz Pimentel, Governador do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1966.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**: abertura da 2ª sessão ordinária da 6ª Legislatura pelo Sr. Paulo Pimentel, Governador do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1968.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**: abertura da 3ª sessão ordinária da 6ª Legislatura pelo Sr. Paulo Pimentel, Governador do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1969.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**: abertura da 4ª sessão ordinária da 6ª Legislatura pelo Sr. Paulo Pimentel, Governador do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1970.

IBGE. Departamento Estadual de Estatística – Estado do Paraná. **Sinopse Estatística do Município de Porecatu**, 1950.

IBGE. **Censos Demográficos**. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 29 mar. 2005.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ – Biblioteca Paranista Julio Moreira. **COPEL/ 1967**. Curitiba, Livro nº 960.

IPARDES – Fundação Edison Vieira. **Resultados Eleitorais: Paraná 1945-1982**. 2 ed. Projeto História Política do Paraná – segundo documento. Curitiba, 1989(a).

IPARDES – Fundação Edison Vieira. **Entrevistas sobre a política paranaense**. Projeto História Política do Paraná – terceiro documento. Curitiba, 1989(b).

SANEPAR. **Relatório Anual das Atividades da Companhia de Saneamento do Paraná**. Curitiba, Governo Paulo Pimentel, 1965; 1966; 1967; 1968; 1969.
SOJA. **Relatório Anual**, apresentado pela Secretaria de Agricultura do Estado, Governo do Paraná, 1962;1963.

TELEPAR. **Relatório Anual**, Governo Paulo Pimentel. Curitiba, 1968; 1969; 1970.

- INTERNET

CEPAL. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/estatista_privatista.htm> Acesso: 28 mar. 2005.

PARANÁ ON-LINE. Rubens Ghilardi será o novo presidente da Copel. Curitiba, 20 jan. 2005. Disponível em: <<http://www.paranaonline.com.br/noticias/index.php?op=ver&ano=2005&id=124984&caderno=17>> Acesso: 10 jun. 2005.

PIMENTA, Rosângela. Brasil: A República consolidada. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.brasilrepublica.hpg.ig.com.br/costaesilva.htm>> Acesso em: 20 out. 2005.

PIMENTEL, Paulo. **Energia que move o Paraná**. Entrevista concedida à reportagem da Revista Dimensão. Disponível em: <<http://www.dimensaorevista.com.br/entrevistas.html#>> Acesso: 17 ago. 2004.

ROBERTO DE ABREU SODRÉ. Disponível em: <www.folha.uol.com.br/folha/almanaque/brasil> Acesso em: 28 abr. 05

SANTOS, Júlio. **Paulo Pimentel, da Copel**: "Em nome do interesse público". Entrevista realizada em 24.02.03. Disponível em: <www.canalenergia.com.br> Acesso: 04 jun. 2003.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – TRE. **Eleições 1998**. Disponível em: <www.trepr.gov.br> Acesso em: 18 ago. 2005.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE. **Eleições – 2002**. Disponível em: <www.tse.gov.br> Acesso em: 18 ago. 2005.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE. **Partidos Brasileiros**. Disponível em: <www.tse.gov.br> Acesso em: 10 abr. 2005.

- JORNAIS

DIÁRIO DO PARANÁ, jan. 1966; fev. 1966; maio, 1967.

DIÁRIO OFICIAL, jan. 1966 à dez. 1970.

FOLHA DE SÃO PAULO, 06 set. 1985.

JORNAL DE CURITIBA, 01-10 dez. 1968.

O ESTADO DO PARANÁ, 14 e 19 jul. 1963; 22 e 27 fev., 1964; maio, 1964; fev. 1966; 20 nov. 1966; 12 maio 1974; jun. 1982; jul. 1982; 17-20 ago. 1982; 09 nov. 1982; 02 nov. 1986.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 22 fev. 1981; 18 nov. 1982.

TRIBUNA DO PARANÁ, 1-10 out. 1961.

- REVISTAS

CAMPOS, Divonei. Por que Haroldo Leon Peres? **Revista Panorama**, Ano XX, n. , p. 34-36, abr. 1970.

COSTA, Samuel Guimarães da. Um jovem Paulo e um Senhor Bento. **Revista Panorama**, Ano XV, n. 156, maio, 1965.

NETO, Bacilla. Paulo o Mais Jovem Governador do Brasil. **Revista Panorama**, Ano XV, n. 161, p. 70-72, out. 1965.

REVISTA QUEM PARANÁ, 1983.

REVISTA PANORAMA, 1965-1971; 1975-1986;

REVISTA PARANÁ EM PÁGINAS, 1969-1977; 1981-1984.

REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, jul./ago., 1969.

REVISTA VEJA, mar. 1970; abr. 1970; 18 maio 1977; 15 jun 1977; 20 jul. 1977.

REVISTA VEJA PARANÁ, 1990; 1991; 1992; 1993.

SPIGA, Roberto. O final feliz na sucessão na briga pela HM. **Revista Veja Paraná**, n. 27, 03 jul. 1991.

SUNCK, I.; ASTOR, S.H. Um certo Sr. Pimentel. **Revista Panorama**, Curitiba, ano XV, n. 155, p. 37-42, abr. 1965.

**ANEXO – CONCESSÕES E PROPRIEDADES
PARA COLONIZAÇÃO NO PARANÁ 1930**